CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

‘ETYMOLOGIAS PRETO’: HEMETÉRIO JOSÉ DOS SANTOS E AS QUESTÕES RACIAIS DE SEU TEMPO (1888-1920)

Luara dos Santos Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Etnicorraciais.

Orientadora:

Nara Maria Carlos de Santana, D. Sc.

Rio de Janeiro
Setembro / 2015

‘ETYMOLOGIAS PRETO’: HEMETÉRIO JOSÉ DOS SANTOS E AS QUESTÕES RACIAIS DE SEU TEMPO (1888-1920)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Etnicorraciais.

Luara dos Santos Silva

Aprovado por:

_____
Presidente, Nara Maria Carlos de Santana, D. Sc. (Orientadora)

_____
Prof. Álvaro de Oliveira Senra, D. Sc., (CEFET/RJ)

_____
Prof.ª Laura Antunes Maciel, D. Sc., (UFF)

_____
Prof. Ricardo Augusto dos Santos, D. Sc., (FIOCRUZ)

Rio de Janeiro
Setembro / 2015

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S586 Silva, Luara dos Santos
'Etymologias preto' : Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1888-1920) / Luara dos Santos Silva.—2015.
xiii, 150f. + anexo : il. , tab. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2015.
Bibliografia : f.146-150
Orientador : Nara Maria Carlos de Santana

1. Negros – Identidade racial. 2. Negros – Identidade racial – Brasil. 3. Relações raciais. 4. Brasil – História – República Velha, 1889-1930. 5. Santos, Hemetério José dos, 1858-1939. I. Santana, Nara Maria Carlos de (Orient.). II. Título.

CDD 305.896

Dedicatória

Para a família Hemetério dos Santos
Também para Laurita, Orcério, “dona” Luzia (*in memoriam*) e Alexandre – as estrelas
do meu céu.

Agradecimentos

Creio que cheguei à melhor parte deste trabalho: poder agradecer a todos que de uma forma ou de outra tiveram importância crucial em minha caminhada. Então, antes de tudo é preciso agradecer à vida por ter me permitido esbarrar com tanta gente e aprender lições valiosas nesses encontros. A vida é feita de encontros e desencontros, chegadas e partidas, encontros e despedidas, como lindamente canta o Milton Nascimento. Tudo é aprendizado, digo constantemente: as quedas, decepções, tristezas, lágrimas, a dureza e as dores. Mas, amizade, companheirismo, amor, solidariedade, resiliência também são aprendizados da vida. E a tudo isto eu sou muito grata. Grata por sempre poder recomeçar e (re) construir a estrada, por não esmorecer e continuar caminhando com esperança no coração.

Assim sendo, vamos aos agradecimentos nominais porque para mim é sempre muito importante tornar públicos minha gratidão e afeto. Agradeço às minhas duas famílias: a “carioca”, com a qual convivo desde os primeiros momentos da vida; e a baiana, que esteve sempre em meus pensamentos e coração, mas que só tive a honra de conhecer em 2013. À minha família paterna, a “carioca”, eu agradeço os cuidados, ensinamentos e à preocupação constante de que eu seguisse o caminho do bem. Meus avós Laurita e Orcério são as estrelas do meu céu, pessoas que me fazem entender o significado das palavras “pai” e “mãe” por terem sido de fato os meus pais ao longo dessas quase três décadas de existência. Meu amor por vocês é incondicional, eterno e maior que tudo. Quem também ilumina meu céu e minha estrada é a “dona” Luzia, mãe de coração e a responsável por eu ter acreditado na possibilidade de trilhar caminhos diferentes dos que haviam sido percorridos pelos membros da minha família até aquele momento. Ela segurou em minhas mãos e me mostrou que havia outros horizontes para além do muro das dificuldades materiais e da dureza da vida que experimentei desde os primeiros anos de existência. E hoje aqui estou eu, construindo minha emancipação, através de processos formativos que não haviam sido acessados por nenhum membro da minha família. De onde quer que esteja a “dona” Luzia será sempre uma estrela guardada em meu coração e nas minhas memórias. Amor incondicional e também eterno. Meus irmãos, Fabiane, Augusto e Gabriel são também parte muito importante desta história e aos quais dedico profundo amor e amizade.

À minha família baiana, que sempre esteve em meu coração e pensamentos, agradeço o acolhimento e o afeto desde o primeiro telefonema que trocamos em 2013.

Tenho a certeza de que o que permitiu nosso encontro foi o profundo desejo alimentado de ambos os lados para que isso fosse possível. Poder conhecer, através de vocês, as histórias da vó Maria das Neves, do vô Oscar e da cidadezinha de Santa Inês completaram o vazio de uma vida toda. Tia Vera, primas Dora, Gabi e Isabelle representam a reconciliação com essa história negra herdada de minha mãe biológica, Maria Lúcia, que por tantos anos foi silenciada e desconhecida. Por caminhos e descaminhos os orixás, guias da minha bisavó, avó e da minha mãe, nos permitiram juntar as pontas desse grande círculo que é a vida. Pisar em Salvador e sentir toda essa ancestralidade pulsar, toda essa "baianidade nagô" é emoção que não consigo expressar em palavras, apenas agradecer.

Agradeço aos amigos que encontrei no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER/CEFET) pelas lições, parceria e companheirismo. Munida de alguma bagagem teórica adquirida durante os anos de Universidade Federal Fluminense me vi novamente desconhecedora diante das bibliografias, dos debates e do forte senso crítico que meus companheiros de mestrado construíram ao longo de suas experiências enquanto intelectuais militantes e ativistas do movimento negro. Agradeço muito a paciência que tiveram com aquela que tinha uma parca noção da realidade em termos de relações raciais brasileiras, ainda que tivesse vivido estas questões diariamente e ao longo de toda uma vida. O que aprendi com vocês me transformou por completo e a decisão de ter escolhido o PPRER ao invés de outros programas de pós-graduação foi das mais acertadas que já fiz na vida. Então, minha gratidão especial aos "zamigues" Rosilene Silva, Renan Ribeiro e Paulinho Cardoso. Profundo afeto e gratidão pela parceria, apoio e companheirismo. Sinceros agradecimentos também à Luiza Mandela, Maria Vitória Paiva, Marcia Lobosco, Michela Simões, Aleksandra Stambowisky, Vilma Neres. Com a Patrícia Rodrigues e a Joyce Gonçalves meu processo formativo se fez mais completo: nossas conversas e muitas problematizações tiveram e têm máxima importância em minha constituição enquanto mulher negra. É como sempre digo: sem vocês eu não seria!

Não posso deixar de agradecer também às amigas que fortalecem a caminhada para além dos muros do PPRER: Priscila Pereira, Gabriela Gonçalves, Lívia Monteiro, Alessandra Tavares, Priscila Santos (Prindia), Cristiane Kozlowsky, Hiolly Batista e Izabel Marçal. A correria da vida é muita e o contato presencial acaba sendo escasso, entretanto a tecnologia e as conversas no "whatzap" nos permitem manter firmes nossos laços de amizade e de apoio mútuo. Muito grata por ter vocês como amigas e

referências! Meus sinceros agradecimentos também ao grande amigo Eric Brasil pelo apoio, orientações, indicações de bibliografia e de acervos de pesquisa. Agradeço também pela escuta e conversas empolgantes sobre nossos temas de pesquisa, e claro por ter podido compartilhar todas as “epifanias” que tive ao longo do contato com as fontes primárias. Este trabalho é também resultado desse frutífero diálogo.

Não posso me esquecer de agradecer o apoio que recebi da professora Maria Lúcia Rodrigues Müller. Sua gentileza em responder aos meus e-mails falando sobre o projeto de pesquisa ainda em gestação, indicando acervos e me incentivando a dar prosseguimento às investigações sobre o professor Hemetério foi muito importante. Igualmente importante foi o apoio recebido da Ângela Rodrigues, professora do Colégio Militar, que abriu as portas dessa instituição e me permitiu entrar em contato com alguns valiosos materiais que estavam arquivados naquela biblioteca. Agradeço também a Tenente Íris dos Santos, responsável pela biblioteca e demais funcionários que foram muito solícitos e gentis comigo. Similarmente agradeço ao comandante do CMRJ (Colégio Militar), Coronel Alex Vander Lima, por ter sido tão receptivo e por ter possibilitado a minha circulação pelas dependências da instituição.

Agradeço à professora Laura Maciel, eterna orientadora, pela escuta, livros emprestados, leituras críticas, muitos diálogos e preciosos ensinamentos desde o ano de 2006. Acima de tudo pela amizade e incentivo que também me ajudaram nesta caminhada. À atual orientadora, professora Nara Maria, devoto também meus agradecimentos pela confiança e apoio constantes.

À Capes agradeço pelo apoio financeiro que permitiu a realização dessa pesquisa bem como a participação em diversos congressos.

Ao Alexandre, marido e companheiro, pelo apoio e principalmente pela enorme paciência ao longo desses anos de vida compartilhada. Nosso amor e objetivos em comum nos unem nesse movimento de crescimento e de conquistas - que são nossos e frutos de nossa parceria e companheirismo.

Aos que de diversas formas empenharam seus esforços, vidas e sonhos num mundo mais justo e pela inclusão de mulheres e homens afrodescendentes, deixo também a minha gratidão: Dandara, Zumbi, Luiza Mahin, André Rebouças, Hemetério dos Santos, Lélia Gonzáles, Antonieta de Barros, Abdias do Nascimento, dentre tantos outros. A existência do PPRER tem vínculo direto com as políticas de ações afirmativas e é fruto de muitas lutas por equidade e inclusão empreendidas ao longo de nossa história. Passado e presente não estão dissociados e é fundamental que a gente conte

essas histórias. Gratidão à vida e aos que vieram antes de mim, transformando as pedras do racismo em estradas pavimentadas por e para a luta e a resistência. A vocês eu digo: “*ubuntu*, sou porque somos”.

.

Redemption Song (Bob Marley)

Old pirates, yes, they rob I
Sold I to the merchant ships
Minutes after they took I
From the bottom less pit
But my hand was made strong
By the hand of the Almighty
We forward in this generation
Triumphantly

Won't you help to sing
These's songs of freedom?
'Cause all I ever have
Redemption songs
Redemption songs

Emancipate yourselves from mental slavery
None but ourselves can free our minds
Have no fear for atomic energy
'Cause none of them can stop the time
How long shall they kill our prophets
While we stand outside and look
Some say it's just a part of it
We've got to fulfill the book

Won't you help to sing
These's songs of freedom?
'Cause all I ever have
Redemption songs
Redemption songs
Redemption songs

RESUMO

ETYMOLOGIAS, PRETO: HEMETÉRIO JOSÉ DOS SANTOS E AS QUESTÕES RACIAIS DE SEU TEMPO (1888-1920)

Luara dos Santos Silva

Orientador:
Profª. Nara Maria Carlos de Santana, D. Sc.

Resumo da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do titulo de mestre em relações etnicorraciais.

Esta dissertação discute as relações raciais no período do pós-abolição e anos iniciais da Primeira República (1889-1920). Partindo da trajetória do professor Hemetério José dos Santos, homem negro e defensor das qualidades negras na história do Brasil e do mundo, esta pesquisa problematiza as relações entre sujeitos e estruturas sociais mais amplas, como política oficial e cotidiana, condições materiais de vida, visões e significados sobre ser negro. A construção da realidade social passa, também, por constantes investimentos discursivos e era nesta arena em que Hemetério se lançava na tentativa de construir outras etimologias sobre ser negro. Essa construção incluía a escrita e a publicação de artigos nos principais periódicos da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, em que as concepções pejorativas sobre os negros eram duramente refutadas por Hemetério. Em tempos de teorias que, baseadas nas ciências biológicas, hierarquizavam as “raças” humanas, o professor investia sistematicamente em conhecimentos históricos para descontruir os sentidos negativos relacionados aos africanos seus descendentes. Ele investia também na aquisição de capital simbólico e material, construindo para si e para os seus familiares, através do magistério, um lugar de respeitabilidade e de certo prestígio social.

Palavras-chave:

Identidade Negra; Relações Raciais; Pós-Abolição.

Rio de Janeiro
Setembro / 2015

ABSTRACT

ETYMOLOGIAS, PRETO: HEMETÉRIO JOSÉ DOS SANTOS AND THE RACIAL ISSUES OF HIS TIME (1888-1920)

Luara dos Santos Silva

Adivisor:
Prof. Nara Maria Carlos de Santana, D. Sc.

Abstract of dissertation submitted to Programa de Pós-Graduação em Relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, as partial fulfillment of the requirements for the degree of racial ethnic relations master.

This dissertation discusses race relations in the post-abolition period and the early years of the First Republic (1889-1920). Starting from the trajectory of teacher Hemetério José dos Santos, black man and defender of black qualities in the history of Brazil and the world, this research discusses the relationships between subjects and broader social structures, such as official and daily political, material conditions of life, visions and meanings about being black. The construction of social reality passes also through constant discursive investments and was in this arena that Hemetério was launched in an attempt to build other etymologies about being black. This construction included writing and publishing articles in the top journals of the city of Rio de Janeiro, when it was the federal capital, where the pejorative views about blacks were harshly refuted by Hemetério. In times of theories that sidewalks in the biological sciences, ranks human races, the teacher systematically investing in historical knowledge to deconstruct the negative meanings related to African descendants. He also invested in the acquisition of symbolic and material capital, building for himself and his family, through teaching, a place of respectability and a certain social prestige.

Keywords:

Black Identity; Race Relations; Post-Abolition.

Rio de Janeiro
September / 2015

Sumário

Introdução **1**

I Entre Pedro II e a república: um maranhense: Belle Époque carioca, cultura letrada e intelectuais **12**

I.1 - Negras paisagens I: o pós-abolição e a (re) construção da vida para além da escravidão 20

I.2 - Negras paisagens II: sujeitos negros na história do pós-abolição 33

II Um “ilustre educador” na capital federal **37**

II.1 - “Pelas Escolas”, parte I: um “passeio” pelos republicanos estabelecimentos de ensino 40

II.2 - “Pelas Escolas”, parte II: concepções de ensino, debates e embates 60

III Negando para afirmar: Hemetério dos Santos e a construção de uma identidade negra positivada **78**

III.1 - Entre textos e contextos: os sentidos de ser negro/preto 79

III.2 - Autoafirmação e a experiência de uma identidade negra positivada 90

III.2.1 - Família Hemetério dos Santos 92

III.3 - De fraque e charuto: um “novo negro” na capital federal 99

IV Política negra e negros na política: O ‘vigoroso defensor das virtudes etíopes’ **113**

Conclusões **143**

Referências Bibliográficas **146**

Anexo I - Lista de fontes e acervos consultados **151**

Lista de Figuras

FIG. I.1	Morro de Santo Antônio	27
FIG. I.2	Moradores do morro da Babilônia	27
FIG. I.3	Moradores na Favela Morro do Pinto, Rio de Janeiro, 1912	28
FIG. I.4	Morro do Castelo	28
FIG. I.5	Escadaria do morro de São Carlos	28
FIG. I.6	Jornal O Imparcial, 23/11/1911, p.04	30
FIG. I.7	Jornal O Imparcial, 23/11/1911, p.04	31
FIG. II.1	Alunos e professoras da 3ª série da Escola Rodrigues Alves (RJ)	39
FIG. II.2	Tabela com o mapa estatístico das escolas primárias do Primeiro Grau do Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), 1892	45
FIG. II.3	Lista do corpo docente e disciplinas da Escola Normal Livre	48
FIG. II.4	Acima o corpo docente da Escola Bernardo de Vasconcellos. Abaixo, alunos e alunas da mesma instituição. Ano de 1923.	53
FIG. II.5	Grupo de alunos do 1º ano da Escola Bernardo de Vasconcellos	54
FIG. II.6	Corpo docente do Colégio Militar, s/d.	56
FIG. III.1	Aristides Hemetério dos Santos. Jornal A Razão, 01º/12/1919, p.04	96
FIG. III.2	Revista Careta, novembro de 1910, p.12	100
FIG. III.3	Revista Careta, 27 de janeiro de 1912, p.15	101
FIG. III.4	Semana de Aviação no Jockey Club, Revista Careta, janeiro de 1912, p.15	101
FIG. III.5	Revista Careta, 10 de janeiro de 1912, p.20	102
FIG. III.6	Revista Careta, janeiro de 1910, p.21	103
FIG. III.7	Revista Careta, agosto de 1912, p.17	103
FIG. III.8	Revista Careta, dezembro de 1915, p.18	104
FIG. IV.1	Ao centro, deputado Monteiro Lopes. Revista Careta, abril/1909, p.12	115
FIG. IV.2	Estácio Lopes, sobrinho do deputado Monteiro Lopes. Revista Careta, 17/01/1910, p.19	116
FIG. IV.3	Revista O Malho, 05/06/1915, p. 15	120
FIG. IV.4	Ícones da Abolição. Jornal A Noite, 13/05/1920, p.01	126
FIG. IV.5	Pedro Albertino, abolicionista. Jornal A Noite, 07/05/1924, p.01	127
FIG. IV.6	Revista O Malho, 14/04/1917, p.10	129
FIG. IV.7	Revista O Malho, 13/01/1912, p. 14	140

Introdução

Enquanto aluna do curso de graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), entre os anos de 2006 e 2011, eu entrei em contato com as mais variadas discussões sobre sujeitos históricos, estruturas sociais, relações de poder, correntes historiográficas. As diversas disciplinas ministradas pela professora Laura Maciel, bem como o período em que fui bolsista do seu projeto "Imprensa Popular e Memória, 1870-1920", me mobilizaram a buscar as experiências históricas dos chamados "sujeitos comuns", seus embates cotidianos, estratégias de participação política e luta por cidadania. Pude, então, conhecer e analisar diferentes periódicos populares criados e mantidos na cidade do Rio de Janeiro por trabalhadores como uma das formas de lutar coletivamente por seus direitos. Os momentos de pesquisa com os microfilmes da Biblioteca Nacional me proporcionaram valiosos aprendizados, assim como as orientações da professora Laura. Além dos próprios periódicos, me familiarizei com uma vasta e ampla bibliografia que se propunha a problematizar a imprensa, seus agentes, projetos e interesses explícitos ou implícitos.

As aulas com a professora Martha Abreu também foram inspiradoras e decisivas para minha formação acadêmica e a escolha por estudar as populações negras no Brasil. Formada pelos bancos escolares na perspectiva hegemônica que não dissocia negro e cativeiro, me supreendia a cada texto e fontes históricas a me descortinarem a história negra para além da escravidão. Melhor dizendo: a bibliografia, as fontes e as discussões ocorridas durante suas aulas me apresentavam sujeitos negros ativos e agentes, bem distantes dos que conheci ao longo da vida escolar. O encantamento foi imediato e a vontade de me enveredar por esse caminho também o foi. Escolha que vai muito além dos muros acadêmicos e que está diretamente ligada aos posicionamentos políticos que adotamos. Aliás, a própria opção por determinados autores e perspectivas historiográficas já é em si uma opção política. Trabalho acadêmico, opções teórico-metodológicas e posicionamentos políticos estão intrinsecamente articulados.

Enquanto avançava nos semestres e me aproximava da conclusão do curso de graduação conheci algo que me abalou profundamente: a chamada "imprensa negra paulista". Abalo é sim a melhor definição para esta experiência, pois as imagens do negro submisso e vítima das chibatas na escravidão; analfabeto, pobre e "jogado à própria sorte" no pós-abolição, não tinham de todo se desconstruído. Reunindo um corpus documental relativamente amplo, a autora Miriam Ferrara se dedica a analisar de jornais feitos por negros e voltados para negros, publicados entre 1915 e 1963, no estado se São Paulo, investigando suas motivações e objetivos, bem como os conteúdos de suas páginas[1]. Destacando jornais como "Menelick" (1915), "O Alfinete" (1918), "O Kosmos" (1922), Ferrara evidencia as investidas de sujeitos que

[1] FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.5, n.10, pp. 197-207. Originalmente sua Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Mimeo. Disponível em: <www.anpuh.org>.

se reuniram para fundar clubes e associações, criando e mantendo veículos de imprensa como meio de divulgação e debate de suas propostas ou mesmo para abordar questões de sua vida social. A partir do contato com esse material passei a me indagar sobre a possível existência de experiência semelhante aqui no Rio de Janeiro do mesmo período. E durante um bom tempo essa inquietação tomou conta das minhas reflexões na construção da monografia de conclusão de curso. As diversas incursões nos periódicos de fins do século XIX e início do XX não resultaram em nenhum indício que me levasse a afirmar sobre a existência de uma "imprensa negra carioca".

A indagação inicial não pôde corporificar-se num projeto de pesquisa, por isso prossegui no desenvolvimento de uma proposta diferente, ainda que não desvinculada da ideia inicial, para o texto monográfico. Assim, também sob a orientação da professora Laura, construí um projeto que buscava tecer análises e problematizações acerca dos espaços e iniciativas criados por negros ou, usando um dos termos da época, pelos "homens de cor" na cidade do Rio de Janeiro, reconhecendo sinais de sua presença na cidade, de suas estratégias para forçar e ultrapassar as inúmeras barreiras sociais que lhes eram impostas. A elaboração do projeto e posterior desenvolvimento da pesquisa teve por fio condutor principal o descortinamento dos modos pelos quais negros se fizeram sujeitos no espaço público da cidade do Rio de Janeiro no período pós-abolição e início da Primeira República.

Entrelaçando o processo de construção da minha negritude ao de formação acadêmica, produzi o trabalho monográfico *CORTIÇOS, QUIOSQUES E TRABALHO: Mapeando moradias, sociabilidades e ofícios exercidos por homens e mulheres de cor na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República*[2] O segundo capítulo desse trabalho, intitulado *Trabalho e emancipação: tecendo experiências, construindo a liberdade*, destaca e discute brevemente a atuação negra no mundo do trabalho desse período. Pensando o trabalho enquanto toda e qualquer atividade humana, destaco para análise o "trabalho intelectual". É esse o momento em que tenho o primeiro contato com a figura do professor Hemetério José dos Santos[3]. Em meio às diversas fontes históricas selecionadas para a articulação desse trabalho, me deparo com um professor, negro e assumido quanto a isso, detentor de títulos importantes (como o de Major) e professor do Colégio Militar, especialista em Língua Portuguesa. Além disso, um intelectual ativo e polêmico que denunciava e combatia publicamente o preconceito racial de seu tempo. Tempos depois de concluída a graduação, decidi investigar mais a fundo a trajetória desse sujeito que desde o contato inicial tomou conta das minhas atenções e indagações. Assim, dei início à elaboração da proposta de investigação submetida ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER/CEFET-RJ).

---

[2] Trabalho apresentado ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense em junho de 2011, sob a orientação da Professora Dra. Laura Antunes Maciel.

[3] Referência importante para esse momento de contato inicial com a biografia do intelectual Hemetério José dos Santos é o artigo da professora Maria Lucia Rodrigues Müller, intitulado "Pretidão de amor". Publicado junto a outros artigos no livro "Cor e magistério", o artigo em questão traz informações preliminares sobre o professor e a partir das quais eu iniciei a coleta de fontes.

A temática das relações raciais é também fruto das discussões travadas e políticas públicas implementadas na sociedade brasileira na atualidade do século XXI. Os debates e disputas em torno de ações como a implementação das cotas raciais nas universidades públicas e a lei 10.639/03[4] que institucionaliza o ensino de história e cultura afro-brasileiras no âmbito escolar, são indícios que nos permitem perceber que este é um campo marcado por conflitos e dissensos. Para além dos debates acadêmicos, o tema das relações raciais no Brasil se materializa cotidianamente entre homens e mulheres de diferentes grupos sociais. E é através do campo de conhecimento da História, principalmente, onde se buscam os argumentos para, de um lado, referendar ou, de outro, negar e deslegitimar as ações empreendidas em torno dessa questão. O "retorno" ao passado, trazendo à tona sujeitos, conflitos, disputas, consensos e dissensos, nos ajuda a lançar novos olhares, indagações e algumas conclusões a respeito desse tema que mobiliza desde intelectuais públicos e acadêmicos às pessoas comuns em seus diálogos e debates cotidianos.

As hipóteses formuladas à época da escrita do projeto de pesquisa para o mestrado em Relações Étnico-Raciais convergiam para a evidência de que, a despeito de ser altamente erudito, a produção intelectual de Hemetério fora desprestigiada por seus contemporâneos e sua figura esquecida também por uma questão racial. Ou seja, foi esquecido ao passo que nomes como Machado de Assis e Olavo Bilac se perpetuaram na memória nacional, por ele estar "fora do lugar" social normalmente destinado aos negros. Ou seja, eu suspeitava que o apagamento desse sujeito negro estivesse diretamente associado ao preconceito racial de seu tempo que, herdeiro direto da escravidão, mantinha a maioria da população negra em condições de exclusão simbólica e material.

Inicialmente a pesquisa "Negro, intelectual e professor: Hemetério José dos Santos e as questões raciais de seu tempo (1875-1920)" buscava investigar a trajetória do intelectual maranhense, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1875 e 1920. O recorte cronológico inicial se justificava por abranger dois momentos da história emancipatória da população negra: em fins do século XIX a campanha abolicionista se intensifica e as lutas dos próprios sujeitos negros no cotidiano em prol da liberdade também. Já nas primeiras décadas do século XX, ainda que legalmente a escravidão tenha sido abolida, no campo das relações sociais o contexto excludente pouco se modificara. Partindo do trabalho monográfico de conclusão de graduação, iniciei a pesquisa bibliográfica a fim de aumentar as referências e informações em torno do objeto de estudo. Essa pesquisa teve algumas perguntas norteadoras: *O que* já foi produzido sobre o Hemetério? *Como* as pessoas pesquisam? O que é destacado? *Quais* áreas, *quem* estuda sobre ele e desde quando? A *quais* conclusões chegam? A partir desse levantamento inicial, busquei encontrar vestígios de contemporâneos do professor e que tenham se relacionado diretamente com ele. Isso porque um dos objetivos traçados para a investigação foi

[4] A lei 10.639/03 institucionaliza o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. No ano de 2008, essa lei é alterada e passa a incluir também a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena. Assim, passa a ser nomeada como Lei 11.645/08.

o de pensar sua atuação e os diálogos/debates/parcerias/conflitos travados junto aos intelectuais de seu tempo. Sua trajetória de intelectual negro e professor, assim como a identidade negra que defendia, foram construídas em meio a essas interlocuções, logo é de suma importância evidenciá-las.

Ao longo da pesquisa coletamos fontes primárias (produzidas à época) e secundárias (memórias posteriores produzidas por contemporâneos) para a construção do trabalho, articulada aos objetivos específicos. As fontes selecionadas são provenientes, principalmente, dos periódicos arquivados e digitalizados na Biblioteca Nacional, pertencentes ao acervo de *Periódicos Raros.* Um dos pontos positivos para essa pesquisa é o fato de que parte significativa desses periódicos encontra-se digitalizada e disponível *online* no sítio "Hemeroteca Digital". As mesmas podem ser divididas em: *textos de autoria de Hemetério* e *textos sobre ele*. Foram encontradas ocorrências entre os anos de 1875 e 1939, informando desde o movimento de chegada do professor, as escolas dirigidas por ele, debates travados, eventos sociais dos quais participou, propagandas de obras de sua autoria, participação política, notícias sobre suas conferências, participação em associações de auxílio mútuo, dentre outras. Além dos periódicos, fontes como livros de memórias escritos por contemporâneos dele, como já mencionado anteriormente, e referências a ele existentes no espaço do *Colégio Militar*[5], onde exerceu a carreira do magistério ao longo de toda a sua vida profissional.

Para organização do material coletado na Hemeroteca Digital busquei dividi-los em pastas relacionadas ao periódico em que estavam inseridos, nomeando-os de acordo com o assunto principal e a data. Assim, há pastas como "O Globo", "Gazeta de Notícias", "Correio da Manhã", dentre outras. Além disso, investi na construção de uma tabela simples como forma de mapear e melhor localizar cada uma das fontes coletadas. Nesta constam as seguintes colunas: *nome do jornal*, *data*, *página*, *natureza* (notícia, artigo, nota curta ou anúncio), *autoria* do Hemetério, *sobre* o Hemetério, *assunto* abordado, *local* e *temática geral*. Após o término dessa etapa de coleta de fontes passei ao tratamento sistemático das mesmas. De acordo com uma análise inicial, foi possível dividir esses materiais em alguns subtemas ou unidades de análise[6]: *vida social; questões raciais; questões políticas (*associativismo; participação na vida política da cidade)*; vida intelectual e profissional* (debates intelectuais; magistério; produção de materiais didáticos e propaganda dos mesmos).

A principal referência teórico-metodológica neste estudo é o paradigma teórico desenvolvido pela chamada *Nova História* que, contrapondo-se à história tradicional e dos "grandes personagens", lança olhares sobre toda e qualquer atividade humana. Ou seja, todas

[5] Livros de memórias escritos por contemporâneos de Hemetério: *Memórias*, de Agripino Griecco; *O Rio de Janeiro de meu tempo*, de Luiz Edmundo; *Instantâneos do Rio antigo*, de Manuel Bastos Tigre. A respeito do Colégio Militar, foi possível localizar fotografias da época, assim como livros funcionais – arquivados no próprio espaço do colégio. Outro material coletado foi o livro sobre a história dos Colégios Militares, localizado na biblioteca da escola, intitulado *Breve introdução à História dos Colégios Militares no Brasil*, escrito em 1956 e que traz informações e anexos valiosos a respeito dos primeiros anos do CMRJ, do corpo docente e administrativo e também dos alunos.

[6] A partir das propostas dos autores Alessandra Pimentel e Roque Moraes, desenvolvidas nos textos *O método da análise documental: seus usos numa pesquisa historiográfica* e *Análise de conteúdo*, respectivamente.

as construções humanas, sejam elas relacionadas aos grandes eventos ou não, merecem ser analisadas e entendidas enquanto integrantes da história da humanidade. Outro ponto central para a Nova História diz respeito à incorporação da cultura enquanto elemento extremamente importante nas relações entre os sujeitos e suas ações no passado, pois "(...) a realidade é social e culturalmente construída" (Burke, 2011). Perspectiva também muito importante para a Nova História é a da necessidade de se destacar os conflitos e diversas "vozes" existentes a partir das relações e ações dos sujeitos históricos. Ou seja, entender as relações entre sujeitos, instituições, normas, poderes constituídos, hierarquias sociais, dentre outras estruturas sociais, enquanto movimentos dialéticos. De acordo com Burke: *Nós [historiadores] nos deslocamos do ideal da Voz da História para aquele da heteroglossia, definida como "vozes variadas e opostas." (p.16)*.

Outra questão que se coloca a partir das perspectivas desse paradigma está relacionada ao fato de que para analisar tendências culturais e sociais, faz-se necessário pensar nas estruturas a que tais movimentos estão atrelados. Isso significa a necessidade de diálogo e articulação com outros campos de conhecimento, tais como sociólogos e antropólogos. Pensar as estruturas sociais nas reflexões de Burke levanta as seguintes questões: *quem são os verdadeiros agentes da história, os indivíduos ou os grupos? Será que eles podem resistir com sucesso às pressões das estruturas sociais, políticas ou culturais? São essas estruturas meramente restrições às liberdades de ação, ou permitem aos agentes realizarem escolhas? (p.32)*. Essas são questões que permeiam as investigações e reflexões em torno do professor e intelectual Hemetério José dos Santos, pois sua trajetória ajudará a pensar nas formas pelas quais esse sujeito, assim como outros negros, buscou inserção social ainda que sob as estruturas sociais excludentes existentes ao seu tempo. Até que ponto é possível enxergar na agência desse sujeito um movimento capaz de interferir nessas estruturas? Ou, de outro lado, o que nos revela essa trajetória bem sucedida, ao menos o que tem sido mostrado através das investigações e coletas de fonte até o momento, de um homem negro e que se afirmava como tal num mundo de valores brancos e senhoriais, a princípio ainda escravocrata e posteriormente herdeiro desse sistema?

No que diz respeito às fontes, os teóricos da Nova História propõem também uma ampliação desse campo, lançando novos tipos de pergunta ao passado, bem como escolhendo novos objetos de pesquisa (Burke, 2011, p. 25). Para além dos documentos oficiais há uma infinidade de meios a se aproximar do que se está buscando no passado. E esse movimento de ampliação implica a necessidade do que Burke chama de "ler nas entrelinhas", ou seja, enxergar nas fontes e objetos de pesquisa aquilo que nem sempre está visível e à mostra.

Surgida na década de 1970, a partir das reflexões de historiadores franceses reunidos em torno da *Escola dos Annales,* essa proposta deve ser entendida enquanto paradigma amplo e que congrega as mais variadas tendências e propostas, todas, porém, articuladas em torno

de um alargamento dos horizontes no que diz respeito às ações coletivas e individuais nos processos históricos de transformação e/ou permanências das estruturas sociais. Dentro dessa perspectiva, a abordagem teórico-metodológica ao qual a presente investigação se apoia é a *micro história*. Definida por Giovani Levi, um de seus principais teóricos, enquanto *prática historiográfica composta por referências teóricas variadas e ecléticas* (Levi, 2011, p. 135) carrega em seu bojo diversos intercâmbios e diálogos com outras áreas de conhecimento, tais como as ciências sociais. Enraizada no materialismo histórico, a micro história:

> *"(...) tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de constantes negociações, manipulações, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam." (Levi, 2011, p.137)*

Calcada no pressuposto de analisar as relações conflitivas, opressivas, contraditórias e/ou consensuais entre indivíduos e às estruturas sociais nas quais estão inseridos, a abordagem micro histórica propõe metodologicamente uma *redução de escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. (Op.cit., p. 138-139).* Há que se destacar, porém, que essa redução de escalas não tem por objetivo principal um movimento em direção à generalização, embora o mesmo possa acontecer. O que se propõe metodologicamente é partir dessas escalas reduzidas e, selecionar pontos específicos da vida real e exemplificar conceitos a partir daí. (Idem, p.140). Nas palavras de Levi:

> *"A abordagem micro-histórica dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado através de vários indícios, sinais e sintomas. (...) procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (...) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico." (Levi, 2011, p.156)*

Nesse movimento de atenção ao individual, essa abordagem acaba por dar certo protagonismo à narrativa histórica, porém isso não deve ser confundido com as práticas tradicionais de narrativa de grandes eventos e personagens históricos tal qual era feito por historiadores tradicionais. A narrativa é o ponto de partida, a descrição, um movimento que engendrará análises, articulações e conceituações em torno do objeto de estudo e suas relações com o mundo social que o rodeia.

A partir da abordagem micro histórica podemos levantar questões a respeito da relação dialética entre as estruturas sociais da época, racialmente hierarquizadas, e a trajetória do professor. Até que ponto um indivíduo tem liberdade de ação frente às estruturas sociais? Até que ponto e como o professor Hemetério contribuiu para desconstruir discursos e práticas racistas em torno dele próprio e de seus semelhantes? Outra questão que se coloca a partir

das perspectivas do paradigma da Nova História se refere à agência do indivíduo na história, do sujeito comum e não do "grande personagem", que em suas ações e relações cotidianas atua e não apenas sofre os efeitos dos processos sociais e históricos. Mesmo que as ações engendradas por esse intelectual negro não tenham alterado o panorama social de sua época, não podemos invalidar sua agência nesse sentido, pois esta nos ajudará a compreender ao menos uma das partes dessa realidade histórica ampla e multifacetada.

Outra questão metodológica que norteia essa investigação é a de não perder a dimensão histórico-social do objeto de estudos em questão. Ou seja, evidenciar e analisar sua agência não perdendo de vista que as especificidades do contexto histórico no qual ele se insere também atuaram sobre ele. E nessa relação dialética é preciso também levar em conta o que nos advertem Giovani Levi e Pierre Bourdieu[7]: uma trajetória de vida carrega em si rupturas e descontinuidades, que devem ser evidenciadas e encaradas como parte da análise.

Partindo destes pressupostos teórico-metodológicos mais amplos discutimos neste trabalho questões relacionadas às possíveis rupturas e continuidades que marcaram o período de fins do século XIX e início do XX. Se, por um lado, temos marcos fundamentais como a abolição da escravidão, proclamação da república e uma série de transformações sociais, políticas e urbanas pelas quais passa a cidade do Rio de Janeiro; temos, de outro, indícios que nos levam a pensar acerca desses processos e as manutenções que os mesmos engendraram. Os lugares ocupados pelos negros nesse contexto; elementos como raça e racismo nas relações sociais; relação entre os indivíduos e as estruturas sociais mais amplas, tais como mecanismos seletivos a dificultar e impedir a mudança das condições materiais de vida da população negra, são aspectos importantes nesse quadro de permanências e rupturas.

Um projeto de pesquisa histórica precisa, desde os momentos iniciais, se apoiar num corpus documental que nos possibilite a construção de reflexões pautadas na articulação entre teoria e empiria. Esse corpus é construído pelo pesquisador envolvendo escolhas e seleções constantes, pautadas em visões de mundo, filiações políticas, engajamentos, crenças. Envolve um importante equilíbrio de forças entre os fazeres acadêmico-científicos e os do ativismo social. Ainda que alguns defendam, anacronicamente, a possibilidade de aspectos como "neutralidade" e "imparcialidade" serem elementos de uma pesquisa acadêmica, tais perspectivas podem e precisam ser debatidas. A escolha do tema, passando pela seleção dos dados e fontes, filiações epistemológicas, teóricas e metodológicas e chegando às conclusões, são elementos que situam os pesquisadores em lugares sociais bem distantes de pretensas "neutralidades" e "imparcialidades". Como pontua a historiadora Marialva Barbosa na obra "Os donos do Rio – Imprensa, Poder e Público" (2000, p.252):

> *"Qualquer que seja a relação do historiador com o seu objeto não se pode eliminar o sujeito histórico, que reconstrói aquele tempo, da própria natureza do*

[7] Esses autores estão reunidos na obra *Usos e Abusos da História Oral.* Por meio dos artigos *Usos da biografia* e *A ilusão biográfica,* de Giovanni Levi e Pierre Bourdieu, respectivamente, ambos traçam questões metodológicas referentes ao trabalho historiográfico com biografias.

> *que foi escrito. A vivência, a subjetividade e as visões de mundo do narrador do presente estão também contidas naquela história. (...)*
> *Ao escolher durante todo o tempo – selecionando fatos, ideias, palavras, tramas-, ao encadear o seu texto de uma forma ou de outra, ao narrar, o historiador – por mais que se cerque de elementos teóricos e metodológicos – está também 'inventado' a sua história."*

O uso das fontes documentais neste estudo teve alguns horizontes, entre eles o de buscar analisá-las e discuti-las, como já dito na introdução deste trabalho, a partir de outras áreas de conhecimento para além da história. Além disso, a premissa metodológica do conhecimento histórico de que o trabalho do pesquisador é o de trazer à tona as múltiplas vozes, entendendo-as enquanto possibilidades e projetos em pauta. Não se trata de alcançar "a verdade" histórica, pois o que nossas pesquisas produzem são determinados olhares sobre fatos e processos. Nossos olhares de pesquisadores, munidos de bagagens teórico-metodológicas consistentes, são formas de ver, escolhas de recortes e de enfoques. Isto não significa abrir mão de um trabalho sólido e embasado teoricamente. Significa, pois, deixar sempre claras as escolhas feitas e, a meu ver, assumir o lugar de fala do pesquisador, colocando em discussão os pressupostos que orientam nossos olhares.

O uso privilegiado dos textos publicados nos periódicos do período que ora estudamos requer alguns pressupostos importantes e um deles é o de que o texto publicado na imprensa vai muito além da simples transmissão de informações ou reflexões e pensamentos descolados da realidade. Ao contrário, os veículos impressos estavam (e continuam a estar) visceralmente associados ao mundo social, construindo-o e sendo construído por ele. Em estudo sobre a imprensa no Brasil os historiadores Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros (2003) trazem os seguintes apontamentos:

> *"A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples 'reflexo'. Força ativa, não mero registro de acontecimentos, como sublinhou o historiador francês Daniel Roche. Essa nova concepção implica, portanto, verificar como os meios de comunicação impressos interagem na complexidade de um contexto." (Palavra, imagem e poder – o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX, p.09, 2003)*

Assim sendo, os textos publicados por Hemetério em alguns veículos de imprensa brasileiros do início do século XX traziam ao plano central não apenas suas "opiniões" ou "polemizações". Para além disso, podem ser entendidos como textos que disputavam hegemonias discursivas e sociais sobre as concepções de ser negro, por exemplo. Os textos desse professor e dos demais intelectuais que usavam o espaço da imprensa para expressarem seus pontos de vista e propor debates, estavam também buscando atuar como "força ativa" na teia das relações sociais de seu tempo. O que este trabalho busca fazer é colocar em primeiro plano essas estratégias discursivas, entendidas como elementos de construção de um contexto social, e o modo como se coadunaram a outros artifícios de

convencimento e conquista de espaços socialmente respeitados e valorizados. Ou seja, os textos escritos e publicados pelo professor Hemetério positivando o negro na história do Brasil, como veremos mais adiante, se articularam às palestras e conferências que realizou, às cartas pessoais enviadas a alguns dos chefes políticos de então, ao apelo direto e ao apoio público estrategicamente dado a tais sujeitos.

Neste estudo contamos com um conjunto de trinta e sete periódicos, entre jornais e revistas publicados entre 1875 e 1920, onde pude mapear os caminhos percorridos por Hemetério em sua trajetória de professor e homem público. Outras fontes tais como biografias, diários oficiais e legislações do período, como já mencionado, foram também consultadas. A possibilidade de acessá-las por meio de bibliotecas digitais foi um ponto muito positivo e enriquecedor da pesquisa desenvolvida.

No trabalho com este vasto conjunto de periódicos, feitos os devidos recortes cronológicos que serão discutidos mais a frente, foi necessário tomar alguns caminhos e escolhas, tendo sempre por horizonte principal nosso "objeto" de pesquisa, que é o estudo das "questões raciais no Rio de Janeiro do tempo do professor Hemetério". Procuramos não perder de vista o horizonte de que tais veículos eram produzidos por sujeitos e grupos que expressavam nessas páginas posicionamentos e projetos políticos, relações de poder, (des) construção de discursos, além de procurarmos problematizar em que medida as mensagens veiculadas tinham a capacidade de interferir na construção dos contextos histórico-sociais nos quais estavam inseridas.

O uso de imagens e fotografias não era abundante para o período em questão, muito ao contrário. As páginas dos jornais eram repletas de textos corridos, colunas espremidas umas nas outra e pouca divisão entre elas. Nem todos os textos eram assinados ou vinham sob pseudônimos; havia algumas seções fixas e comumente o nome do proprietário vinha estampado na primeira página de cada periódico. As revistas satíricas, ao contrário, traziam abundância de imagens, fotografias e charges. Possuíam quantidade maior de páginas, (algumas chegavam ao número de vinte ou mais páginas), publicadas semanalmente, além de serem coloridas e de apresentarem ao público leitor quantidade considerável de páginas com propagandas dos mais variados produtos. Endereços das redações e oficinas, preços avulsos e de assinaturas costumavam aparecer nas primeiras páginas tanto de jornais quanto de revistas.

Os olhares dirigidos aos periódicos arrolados na pesquisa estiveram impregnados por tais questões, lançando indagações e a convicção de que nenhum deles se limitava apenas a "refletir" o contexto social no qual estavam inseridos. Do mesmo modo procuramos ter alguns "cuidados metodológicos" no que tange ao uso de algumas das imagens expostas ao longo deste trabalho. Nem todas apresentam uma boa nitidez e muitas delas aparecem compondo os contextos apresentados nos textos escritos. Lançar mão do uso de tais imagens foi um desafio

no sentido de não perder a dimensão de que elas também se configuram enquanto fontes históricas, necessitando também de cuidados e atenção nas análises feitas. Foi preciso, também, ultrapassar a forte inclinação a encará-las enquanto meras “ilustrações” dos textos e páginas de periódicos em que foram publicadas, buscando entendê-las enquanto “artefatos de determinada cultura e de determinado momento sócio histórico” (Müller, 2011, p.18).

Entre muitas “idas e vindas” e a própria banca de qualificação, que suscitou algumas reflexões e reconsiderações, optei por redefinir o recorte cronológico estipulado inicialmente, centrando os esforços de análise, discussões e problematizações no período do pós-abolição. Esta escolha se relaciona a uma série de questões metodológicas como a de reduzir a escala e aprofundar os debates em torno de um período tão emblemático que é o do imediato pós-abolição. Emblemático por uma série de razões, discutidas no primeiro capítulo deste trabalho, entre elas a de um silenciamento quase que completo sobre o destino das populações negras saídas da escravidão, seus filhos e netos. Assim, aliando o desejo de não tratar superficialmente de questões tão caras e importantes como a agência negra na história do Brasil à compreensão de que o presente trabalho pode trazer contribuições ao campo de estudos do pós-abolição é que definimos um novo recorte e centramos as análises e discussões no período dos últimos anos do século XIX até as duas décadas iniciais do XX.

Deste modo, no primeiro capítulo discutimos a construção de uma cultura letrada na cidade do Rio de Janeiro da chamada “belle époque”, a articulação entre diferentes sujeitos e os usos que faziam das páginas dos principais periódicos da cidade. Este também é o espaço onde levantamos algumas questões sobre as “negras paisagens” constituídas no imediato pós-abolição. Se a lei sancionada em treze de maio de 1888 pouco abalou as estruturas sociais em termos de inclusão das populações negras, o mesmo não pode ser encarado como uma “consequência natural” ou “algo dado”. É preciso, conforme argumentam alguns historiadores do pós-abolição, descortinar os modos pelos quais sujeitos, individual e coletivamente, empenharam seus esforços no intuito de alterar essas “paisagens”.

No segundo capítulo nos embrenhamos pelas questões educacionais dos primeiros anos republicanos, analisando os modos pelos quais a malha escolar e as concepções de escola estavam em construção e disputa. Visões de educação, ensino, e educadores são colocadas em debate.

No terceiro capítulo discutimos mais de perto os investimentos do professor Hemetério na construção de visões positivadas sobre os negros no Brasil e no mundo, publicando textos em diversos jornais “em defesa de uma raça”. Na contramão de seus investimentos estavam as publicações das revistas satíricas *Tagarela*, *O Malho* e *Careta*: suas páginas recheadas de textos “para fazer rir” atuavam na construção e reforço de muitos estereótipos relacionados aos negros. Utilizando-se de metáfora racistas, constantemente associavam homens como Monteiro Lopes e Hemetério à imagem de primatas e se protegiam sob o véu da ironia,

situando mulheres e homens negros no lugar do “risível”. Em tempos de “modernidade”, Hemetério vestiu sobrecasaca, cartola e empunhou seu charuto, figurando o que alguns estudiosos das relações raciais denominaram por “novo negro”. Nos tempos em que o passado era alçado à condição de “atraso”, “não-civilizado” e distante do “progresso”, nosso professor fez largo uso de conhecimentos históricos para comprovar, eruditamente, que o passado negro, africano e de seus descendentes, era repleto de “épicas varonilidades” e nada comparável às imagens pejorativas que eram reforçadas e transmitidas aos leitores dessas revistas satíricas a que há pouco nos remetemos.

No quarto e último capítulo trazemos à cena os investimentos de Hemetério dos Santos nos “negócios da política republicana”. Tanto ele quanto seu correligionário Monteiro Lopes buscaram participar ativamente da política oficial, atendendo aos interesses de grupos populares, mas também buscando formas de mobilidade social e de melhorias nas condições materiais de vida. Nesse capítulo levantamos discussões importantes sobre cidadania na Primeira República, buscando incluir aí a perspectiva de que o fazer político se deu para além dos canais oficiais.

Em todos os quatro capítulos procuramos entrelaçar discussões que articulam questões relacionadas às agências individuais e coletivas, às estruturas sociais mais amplas, as relações raciais e a trajetória do intelectual negro Hemetério José dos Santos.

Por fim, mas não menos importante, destaco que este trabalho procurou tecer um diálogo com outros campos de saber para além da História, mais especificamente com o das Ciências Sociais e com os estudos da área da Linguagem. A especificidade do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Cefet/RJ reside na interdisciplinaridade e, com isso, na possibilidade de diálogo entre diferentes áreas de conhecimento. Essa característica é bastante positiva porque me permitiu, através das disciplinas cursadas, suas leituras e discussões, olhar para a questão racial no Brasil com o apoio de diferentes “lentes”. O exercício da interdisciplinaridade, contudo, é uma tarefa bastante desafiadora e complexa, exigindo de nós nitidez quanto às escolhas dos caminhos e formas de percorrê-los. A opção por uma pesquisa na área da História Social suscita, assim como nas demais áreas, a adoção de determinados paradigmas e pressupostos teórico-metodológicos, bibliografia e recortes. Assim sendo, todo o trabalho desenvolvido ao longo dos capítulos que se seguem é fruto de escolhas pautadas na clareza de que se trata de uma pesquisa de caráter primordialmente historiográfico.

Capítulo I – Entre Pedro II e a República, um maranhense: Belle Époque carioca, cultura letrada e intelectuais

O maranhense que agora apresentamos não é assim tão desconhecido do público como supus nos primeiros escritos sobre ele ainda em tempos de graduação. Aqui e ali surgem algumas referências: nas páginas escritas por Nelson Werneck Sodré (1999, p.294-295) sobre a imprensa no Brasil encontramos referência ao episódio da crítica contundente escrita por Hemetério e direcionada ao seu contemporâneo Machado de Assis; em sua caminhada pelos "debates intelectuais" das primeiras décadas republicanas Carolina Viana Dantas também discute o episódio; pelas páginas de Maria Lucia Rodrigues Muller conhecemos um pouco mais do professor e de sua "Pretidão de Amor"[8]. Além disso, pude encontrar algumas pesquisas em andamento que buscam descortinar sua infância e adolescência maranhenses[9]. Alguém que "bateu" de modo tão contundente em Machado de Assis não passaria assim tão despercebido.

Aos poucos fui descobrindo que o evento envolvendo Machado foi apenas uma das tantas outras polêmicas das quais Hemetério tomou parte: algumas sobre a organização do ensino na capital republicana e no Brasil de modo geral; outras sobre ortografia e significados das palavras; outras sobre política. Neste trabalho discutimos essas questões que o atravessaram ao longo de sua trajetória pública no período republicano e, mais de perto, a questão racial. Aqui e ali nos deparamos com o professor rebatendo injúrias racistas endereçadas a ele próprio; pedindo às autoridades em prol de meninos pobres e negros; brigando contra aqueles que tentaram impedir a estadia de um filho seu por ser negro numa escola católica situada na cidade de Petrópolis, composta majoritariamente de alunos brancos; apoiando candidaturas políticas de homens negros como ele e se candidatando também; utilizando o espaço da imprensa para defender o que ele chamou de "épicas varonilidades dos negros". A alcunha de "vigoroso defensor das virtudes etíopes", conferida por periódicos satíricos explorados no quarto capítulo deste texto, é uma mostra do quanto a questão racial foi marcante em sua vida[10].

Nascido em 1858 e tendo vivido até o ano de 1939, a trajetória desse intelectual perpassou conjunturas, momentos e processos históricos importantes do Brasil e do Rio de Janeiro. A chegada à cidade do Rio de Janeiro em 1875 dá início a uma trajetória dedicada ao magistério até às últimas décadas de sua vida. Os caminhos percorridos por ele são explorados nas páginas que se seguem, não de maneira linear ou biográfica, mas entrelaçados

---

[8] Em artigo também intitulado "Pretidão de Amor" a autora Maria Lúcia Rodirgues Muller traz alguns apontamentos biográficos iniciais do professor Hemetério. Esse texto está reunido do livro coletivo intitulado "Cor e Magistério" (Oliveira, 2000).

[9] O departamento de História da Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) vem desenvolvendo uma pesquisa, construída a partir das reflexões iniciais da autora Maria Lucia Rodrigues Muller, buscando ampliar fontes e informações sobre a infância e formação escolar de Hemetério nesse período. Sobre as discussões e modos como essa pesquisa vem sendo desenvolvida é possível consultar no artigo "HEMETÉRIO JOSÉ DOS SANTOS: EDUCADOR, HOMEM DE LETRAS E SUA OBRA". Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/HEMETERIO%20JOSE%20DOS%20SANTOS-%20EDUCADOR%20HOMEM%20DE%20LETRAS.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2015.

[10] Todos os eventos citados nessa passagem são discutidos de forma bastante detalhada no terceiro e quarto capítulos deste trabalho.

aos movimentos da história do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro, em diálogo com outros sujeitos negros e não negros (socialmente reconhecidos dessas formas), em querelas ou alianças, defendendo ou refutando projetos políticos,

Entre Pedro II e a república esse maranhense disputou fervorosamente o lugar de intelectual, investindo suas energias e esforços na constituição de um lugar de respeito para si e para os seus. Na tão chamada "república do café-com leite", Hemetério confrontou publicamente os sentidos e entendimentos sobre ser negro/preto. Contestou concepções negativas sobre ser negro, lançando mão de inúmeros argumentos e conhecimentos rebuscados para provar e comprovar que havia outras etimologias possíveis tanto para a palavra "preto" quanto para os sujeitos que assim o eram identificados. A disputa por outras "opiniões públicas" no espaço dos periódicos é uma das melhores traduções de sua atuação enquanto intelectual.

Importante referência nos estudos sobre imprensa é o trabalho de Nelson Werneck Sodré, "História da Imprensa no Brasil", resultado de uma pesquisa de três décadas e publicado em fins dos anos 1960. Nele o autor aborda a formação da imprensa desde períodos coloniais até seu tempo presente, discutindo as transformações sofridas pela mesma e as relações com o capitalismo. No capítulo sobre o que ele denomina por "a grande imprensa" discute o processo de construção da mesma, assim como as relações entre "imprensa e literatura", "imprensa proletária", "imprensa política e burguesa". Percorrendo periódicos e seus sujeitos produtores, Werneck (1999, 251-389) discute o peso do advento do regime republicano sobre o desenvolvimento da imprensa. Partindo desta referência outros estudos são desenvolvidos e ampliam as discussões a respeito da atuação desses periódicos na sociedade brasileira do período de que estamos tratando. Quem também contribui para a reconstituição desse panorama da imprensa no Brasil é a autora Carolina Vianna Dantas ("O Brasil café-com-leite", Rio de Janeiro, 2008, p.38), salientando que o período compreendido entre fins do XIX e início do XX se configura como de expansão do comércio de edições periódicas. Esse processo de expansão significou enorme investimento por parte dos que o empreendiam: manutenção das publicações e assinaturas; divulgação; captação de investidores e colaboradores dispostos a investir em propagandas nas páginas dos mesmos, conquista de um público leitor, dentre outros esforços. Vale ressaltar os altos custos na produção desses periódicos, como aponta a autora, especialmente devido aos altos custos com o papel que precisava ser importado.

Para ampliarmos as problematizações sobre os significados de utilizar-se do espaço do periodismo como "arena" de combate discursivo, entendo ser de grande contribuição o trabalho da historiadora Marialva Barbosa. Na pesquisa sobre os jornais diários do Rio de Janeiro entre os anos 1880 e 1920 a autora constrói um panorama sobre "Os donos do Rio – Imprensa, Poder e Público", título da obra publicada no ano 2000. Também sob a perspectiva de uma

imprensa que atua e constrói a realidade, Barbosa reconstitui e problematiza os fazeres de alguns dos mais importantes órgãos de imprensa no período da chamada "*Belle Epoque* Tropical". Periódicos como o *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *Jornal do Commercio* – os principais da época – compõem e legitimam o processo de construção de legitimidade de uma nova institucionalidade, a República. Esse processo envolveu também a construção da própria imprensa enquanto instituição autorizada e legítima no que diz respeito à participação nos acontecimentos políticos e sociais da então capital republicana:

> *"A outros discursos produzidos com o sentido claro de normatizar a sociedade - como o médico-higienista, o jurídico e o político – agrega-se o da imprensa, que passa a aliar ao texto impresso a veracidade da fotografia e a crítica das caricaturas ou a 'reprodução' da realidade contida nas ilustrações. Promovendo campanhas, os periódicos unificam os vários discursos da sociedade, em busca do ideal de progresso e civilização." (Barbosa, 2000, p.12)*

Parte integrante e atuante do contexto social republicano e pós-escravista, os periódicos impressos e seus sujeitos produtores, dentre eles os proprietários, conservavam alianças, consensos e dissensos com os intelectuais que neles escreviam. Muitos desses intelectuais, tais como José do Patrocínio e Alcindo Guanabara, eram os próprios donos de alguns desses periódicos.

O fim da escravidão e o raiar da República são partes de um contexto que reunia a ideologia do progresso, ideias de "novo" e de "modernização", e suas formas de concretização. Conforme pontua Barbosa (2000, p.21), a cidade vivia ao despontar do século XX uma espécie de "febre da modernização" – o que envolvia alcançar a "civilização" aos modelos europeus, notadamente francesa:

> *"Modernizar é a palavra de ordem do Rio de Janeiro para se igualar aos europeus. Buscando um novo ideal de civilização, novas avenidas, novos prédios são construídos e derruba-se, em contrapartida, tudo que lembre o atraso colonial."*

No Rio de Janeiro do início do século XX, com mais de 600.000 habitantes, a mais populosa cidade brasileira de então, as transformações urbanísticas e sociais passavam pelas páginas dos jornais. Passavam por essas páginas também, conforme aponta Barbosa (2000, p.25), "escândalos sensacionais, palpites do jogo do bicho, as notícias dos cordões e blocos carnavalescos", dentre diversos outros assuntos do cotidiano e "com a preocupação de atingir um universo significativo, vasto e heterogêneo de leitores".

Discussão importante, e que a já citada autora também faz, é em relação ao público leitor e as dimensões de alcance das publicações escritas de tais periódicos sobre a população de modo geral. Este ponto é muito importante visto que ao longo da pesquisa tratamos dos discursos sobre a questão racial publicados nos periódicos, sob a forma de artigos do professor Hemetério, notícias ou mesmo sob a capa do humor e sarcasmo das páginas de revistas satíricas - que serão exploradas mais a frente. Quem lia e dialogava como os textos do

professor? Quais sujeitos tinham contato com a erudição e o rebuscamento dos debates desenvolvidos por ele nas páginas dos jornais da cidade? E quem lia as publicações humorísticas das revistas ilustradas da época que insistiam em estabelecer paralelos entre homens negros e primatas?[11] Indagações que não podem ser respondidas integralmente neste trabalho visto que não dispomos de material empírico para tal, tais como cartas de leitores por exemplo. Sobre a revista satírica "Careta", uma das principais fontes sobre as relações entre humor, periodismo e as questões raciais, Sodré (1999, p.302) afirma que "*(...) tornou-se popular como nenhuma outra, encontrada nos engraxates, barbeiros, consultórios, etc.".* Suspeito que tenha sido muito concreta a possibilidade de que tais discursos tenham tido algum eco e alcance social, afetando e ajudando a construir percepções racializadas sobre sujeitos negros. Aliando nossas conjecturas, essa afirmação de Sodré, bem como às discussões construídas por Barbosa (2000) podemos construir uma linha argumentativa que sustente tais suspeitas. Segundo a autora, os jornais eram lidos, ouvidos e propagados por um número muito mais amplo do que os índices de analfabetismo da época possam demonstrar:

> *"Não apenas os ricos industriais, os fazendeiros, os políticos – público tradicional do Jornal do Commercio – mas os trabalhadores, empregados do comércio, ambulantes, vendedores, militares de baixa patente, funcionários públicos, mulheres, presidiários, leitores habituais ou esporádicos dos jornais que se autodenominavam populares. (...)*
> *Aparecendo quase sempre como obrigação matinal, o jornal é descrito como leitura habitual nos bondes, nos trens, num umbral de uma porta à beira de uma calçada, compondo as horas livres do dia. (...)*
> *A leitura, em voz alta, em torno da família e dos amigos, no ambiente da casa ou, silenciosamente, no trajeto de casa para o trabalho e vice versa, nos bondes, nos trens, ao ar livre, e das duas formas, no ambiente privado do trabalho, nas horas vagas do dia, coloca em evidência uma sociabilidade particular. Muitos sabem ler, sem saber escrever. Outros não sabem ler nem escrever, mas tomam contato com os sinais impressos naquelas páginas. Os jornais têm, seguramente, mais ouvintes do que leitores e são, certamente, mais ouvidos e vistos do que lidos." (Barbosa, 2000, p.199-200)*

De fato é possível pensar a imprensa enquanto "arena de disputas", palco de conflitos e embates; lugar de alianças e controvérsias, consensos e dissensos. Sobretudo, lugar de poder e de construção da realidade social. Constatação nossa, mas que certamente não passou despercebida dos intelectuais da época, nossos "homens das letras". Para Barbosa (2000, p. 106-107) tais homens exerciam o papel de "intelectuais orgânicos", sendo cooptados pelo poder e mantendo uma "relação ambivalente" com a classe dominante e a dominada. Provenientes de famílias modestas e de profissionais liberais, como médicos, pequenos comerciantes, professores e advogados, homens como Alcindo Guanabara, Coelho Neto, Olavo Bilac, dentre outros "boêmios literários", encontravam nos principais periódicos da cidade a possibilidade de se tornarem conhecidos do público leitor e divulgarem suas obras.

Outros como Patrocínio e Lima Barreto, poderiam buscar e alcançar melhoras em suas condições sociais de vida. Enquanto alguns desses homens, brancos, buscavam

[11] As discussões sobre essas publicações são feitas mais adiante.

principalmente “reconhecimento público”, outros, negros, conforme a própria autora aponta, buscavam principalmente “melhorar a sua condição na escola social” (Barbosa, 2000, p.107). As questões raciais não são discutidas por essa autora na medida em que seus referenciais se voltam a discutir as relações de poder pautadas nas relações de classe – “dominante” e “dominada”. Não refuto a perspectiva das relações de poder e de classe, muito ao contrário. Penso, porém, que existem muitas outras clivagens[12] possíveis dentro desse universo divido entre “classe dominante” e “classes dominadas”. Portanto, pensar as relações de classe, poder, elites, classes populares, grupos dominantes e dominados, requer trazer ao debate também outras clivagens como a racial, por exemplo. Requer, similarmente, evitar o que a historiadora Laura Maciel caracteriza como “oposições simplistas” que acabam por “excluir da análise a dimensão da luta e da disputa cultural” (Maciel, 2012, p. 56).

Tanto Lima Barreto, quanto Patrocínio e Hemetério, guardadas as suas especificidades e diferenças, fizeram dos seus textos lugares de denúncia contra a exploração, por um lado, e, por outro, de fortalecimento dos sujeitos que sob a condição de escravizados, livres ou libertos experimentavam o peso das hierarquias sociais pautadas em origens e fenótipos que os filiavam ao pertencimento étnico-racial negro. Menções à cor e fenótipo eram frequentes e levantadas publicamente, como discutiremos ao longo do último capítulo desta pesquisa. Nem mesmo Patrocínio, figura importante da luta abolicionista, referência para muitos jovens intelectuais de fins do XIX, como Coelho Neto, escapou das menções nada honrosas às suas características físicas. Em autobiografia publicada no ano de 1934 o intelectual Medeiros e Albuquerque[13] narra sua trajetória na vida pública, o sujeitos com os quais ele conviveu, os embates nos quais tomou partido. Ao falar dos membros da “boemia literária” de seu tempo, que circulavam pela Rua do Ouvidor, “república de estudantes”, reporta-se a figuras como Olavo Bilac, Coelho Neto, José do Patrocínio. Sobre este último diz:

> *“Patrocínio, que era precisamente um dos centros de agrupamento da rapaziada da época, sempre me causou grande nojo, mesmo físico. Aquele negrão gordo, com uma cara empapuçada de alcoólico, um modo de andar gingando acanalhadamente, nunca me agradou.” (Albuquerque, 1934, p.72)*

Essa passagem, escrita algumas décadas após a morte de Patrocínio nos permite entrever as alianças e discordâncias entre alguns dos intelectuais do período que estamos discutindo. O líder abolicionista era uma referência para muitos dos seus pares, como Coelho Neto, mas não o era para Medeiros e Albuquerque. Além de referência, Patrocínio era também um aliado para muitos desses homens das letras, incluindo aí o professor Hemetério. Ao longo

[12] Tomo de empréstimo as reflexões desenvolvidas pelo professor Flávio Gomes ao longo do curso “Pós- Emancipação em Perspectiva Comparada: Cidadania, Trabalho e Raça nos Estados Unidos, Caribe e Brasil”, ministrado por ele e também pela professora Monica Grin no segundo semestre de 2014, no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Ao longo das discussões e leituras, o professor Flávio Gomes nos chamava a atenção para a existência das “clivagens internas” no interior das próprias comunidades negras.

[13] Um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL) em fins do século XIX, José Joaquim de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque (1867-1934) exerceu as funções de jornalista, professor e diretor da Instrução Pública nos primeiros anos do século XX. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=526&sid=235>. Acesso em: 08 mai. 2015.

da pesquisa pude encontrar uma série de referências ao Hemetério nas páginas dos jornais dirigidos por Patrocínio, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio.* O primeiro foi adquirido pelo jornalista em 1881 e o segundo fundado em 1887. Em ambos os espaços Patrocínio e seus colaboradores se dedicavam à campanha abolicionista, abrindo espaço para alguns anúncios e informes.

Recuando um pouco no tempo e nos afastando brevemente do recorte cronológico proposto, tratemos da primeira referência encontrada ao longo da pesquisa e que mostra uma possível parceria entre Hemetério e Patrocínio é uma pequena nota intitulada "Chronica do Bem", publicada em 17 de novembro de 1881, na segunda página da *Gazeta da Tarde.*

> *"O senhor professor Hemetério José dos Santos remeteu ao diretor da Escola Noturna Gratuita da Cancela, 50 exemplares de sua obra intitulada – 'O livro dos meninos' – para o uso dos alunos daquela escola."*

A referida escola, segundo Flavia Fernandes de Souza e Rosane dos Santos , no artigo "Para além da abolição: apontamentos sobre as iniciativas para a educação popular promovidas pelo movimento abolicionista-Rio de Janeiro, década de 1880" (2012, p.10), foi fundada por iniciativa de Patrocínio e João Clapp, estava ligada ao *Club Republicano de São Cristóvão* e posteriormente à *Caixa Emancipadora José do Patrocínio*. Escola "tão cheia de pessoas de cor, a maioria escravos fugidos, que a vizinhança passou a denominá-la o 'Quilombo da Cancela'" (Magalhães, Jr, 1969: 91-92 *apud* Souza e Santos, 2012: 11). Um livro didático escrito por Hemetério naquele mesmo ano sendo utilizado por alunos de uma escola que abrigava pessoas pobres e negras, em grande parte escravos fugidos, doados pelo próprio professor. Este é o primeiro indício dessa possível parceria entre os intelectuais.

Em 07 de outubro de 1885 a *Gazeta* informa aos seus leitores sobre o Colégio Froebel, "dirigido pelo nosso ilustrado amigo, o Sr. Hemetério José dos Santos"; em 02 de agosto de 1889, na coluna "Diversidades", segunda página de *Cidade do Rio*, lê-se o anúncio de que o professor Hemetério dirigia alunos ao Colégio Pedro II, podendo ser encontrado à Rua Augusta, número 1, em São Cristóvão. Encontrei tais anúncios nas páginas do referido periódico entre agosto e 26 de novembro de 1889, contabilizando um total de cinquenta e oito.

Também eram notícias nas páginas tanto da *Gazeta* quanto da *Cidade do Rio* as comemorações natalícias dos filhos de Hemetério, como publica este último jornal em 04 de novembro de 1889, sobre "o inteligente e gracioso Octávio, filhinho do nosso amigo, o professor Hemetério dos Santos". Elogios às conferências realizadas pelo professor eram também constantes, tais como a publicação da *Cidade do Rio* em 14 de dezembro de 1888, segunda página, sobre filologia e obras didáticas publicadas no período. De acordo como o periódico:

> *"O Sr. professor Hemetério presta ao público um relevante serviço e a corporação docente desta capital só tem a lucrar com essas operosas conferências."*

Sobre a conferência de Hemetério a respeito do "Dicionário Gramatical" de João Ribeiro, realizada em 27 de dezembro de 1888, *Cidade do Rio,* em sua primeira página, leva informes aos seus leitores, dando alguns detalhes do debate entre os professores e a interação com o público presente. Os leitores do periódico foram informados, dentre outras coisas, de que Hemetério elogiou o Dicionário e seu autor no que tange às "judiciosas observações sobre os elementos africanos e americanos depois da vulgarização no ensino oficial do vernáculo". Outras menções às conferências realizadas pelo professor são noticiadas nas páginas desse jornal, sempre em tom elogioso.

Sabemos que os jornais tratados aqui foram dirigidos por Patrocínio, mas que contavam com a colaboração de diversas outras pessoas. Isto não nos impede, porém, de afirmarmos uma proximidade entre Patrocínio e Hemetério. Proximidade esta que também transparece na cerimônia de sepultamento daquele, em fevereiro de 1905, conforme a *Gazeta de Notícias* em 13 de fevereiro de 1905, primeira página. O representante do jornal, Drumont Junior, enviado à cerimônia descreve detalhes da capela, altar, do caixão e dos presentes. Conta-nos sobre a importância da atuação nesse evento de despedida dos membros da Confederação Abolicionista e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, entre eles o advogado negro Dr. Manuel da Motta Monteiro Lopes[14], um dos seus representantes. Consta também a escrita de um auto de transladação do corpo ao cemitério, com assinatura de algumas testemunhas, dentre as quais estava o professor Hemetério.

Aqui e ali as páginas dos periódicos nos vão descortinando relações de proximidade, amizade, compadrio, ou o contrário disso tudo. Livros de memórias e biografias também são fontes importantes nesse "mergulho" nas narrativas de alguns desses intelectuais. Essas relações serviam, de um lado, como forma de alcançar lugares de prestígio, mas, de outro, também ajudavam no fortalecimento político de ideias e projetos. Assim é que, ao longo das muitas páginas dos jornais e das revistas satíricas de início do século XX, além dos livros de memórias, podemos acessar algumas das "querelas" e "polêmicas" envolvendo o professor Hemetério e seus contemporâneos. Nessas páginas encontramos referências sobre a parceria entre os intelectuais Carlos de Laet[15] e Agripino Grieco[16], o que significava oposição entre estes, Medeiros e Albuquerque e Hemetério. As "contendas" transpostas para os periódicos da época, segundo o historiador João Paulo Coelho de Souza Rodrigues ("A dança das cadeiras – literatura e política na Academia Brasileira de Letras", Campinas-SP, 2003, p.24), se configuravam enquanto "debates surdos" entre os debatedores, quase que limitando-se a uma fala "de si para si próprio". Apoiada em perspectivas já levantadas anteriormente de que a

[14] Mais adiante trataremos de Monteiro Lopes, o "advogado das irmandades negras".
[15] Jornalista, professor e poeta, Carlos de Laet (1847-1927) foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras (ABL) em fins do século XIX. Diretor do Internato Pedro II, Laet era também fervoroso monarquista – o que lhe rendeu algumas perseguições políticas. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=379&sid=300>. Acesso: 08 mai. 2015.
[16] Agripino Grieco, paraibano e de origem italiana, foi um dos "homens das letras" do início do século XX. Foi crítico literário, jornalista, poeta, como ele próprio ressalta em livro autobiográfico "Memórias" – publicado originalmente no ano de 1972.

imprensa não se limita a “informar”, penso que esses “debates surdos” podem ser encarados para além das páginas dos periódicos como capazes de interferir no curso dos acontecimentos nos quais estavam inseridos.

Sobre o potencial construtor de realidades que a palavra impressa possui e a utilização do espaço dos periódicos como forma de mobilização política temos importante discussão feita pela historiadora Laura Maciel no artigo “Cultura letrada, intelectuais e memórias populares”. A partir de textos jornalísticos, livros de memórias, testemunhos, a autora discute as tensões e disputas ocorridas ao longo do contraditório processo de massificação da cultura letrada na cidade do Rio de Janeiro (Maciel, 2012, p.55) em fins do século XIX e início do XX. Buscando ir além das fontes produzidas pelas chamadas “elites letradas”, a autora traz para discussão diferentes iniciativas e experiências letradas de grupos populares. No intuito de ampliarem o acesso à leitura e à escrita, tais grupos, compostos por trabalhadores de diferentes categorias, se aventuram na criação de periódicos e “grêmios literários”. Um dos principias objetivos da reflexão construída por Maciel (2012, p.57) é o de buscar as razões pelas quais esses grupos de trabalhadores, a despeito das longas jornadas de trabalho a que eram submetidos, se engajaram na produção intelectual literária. As motivações principais desse engajamento seriam a “luta contra o analfabetismo”, a ampla “promoção da instrução” e, por outro lado, questionar os limites hegemônicos e fechados círculos letrados da cidade (2012, p.59-74).

A leitura deste artigo suscitou algumas questões que me fazem (re) pensar a força política dos textos publicados pelo professor Hemetério nas páginas dos principais periódicos de seu tempo. Uma delas é a da comparação quase que inevitável, ainda que um pouco perigosa, das iniciativas do professor e as dos “rapazes do povo” no que tange aos usos e investimentos numa “cultura letrada”. Comparação “perigosa” porque cada experiência está vinculada a determinados sujeitos produtores, suas condições de vida, motivações, caminhos possíveis e disponíveis. Tais experiências, simultâneas ou não, têm muita importância nesse contexto de “febre literária” (Maciel, 2012, p.58) que envolveu a cidade do Rio de Janeiro. Importantes porque expressam projetos, ideais, tentativas de intervenção no curso do mundo social no qual se inseriam. Além disso, porque expressam questionamentos aos lugares de poder e privilégios, assim como defendem o acesso à educação como uma importante ferramenta de inclusão social. Apoiada em Sartre (1948), Maciel afirma: “palavra é ação” e que, por isso, “(...) toda escrita é um engajamento”, sendo o escritor “(...) alguém que decidiu agir para desvendar o mundo e os homens por meio de palavras”. Essa ação de “desvendar” e “intervir” na realidade social é, pois, “sempre transformadora” (*Op.cit*., 2012, p.66).

Escrever e ler, transmitir mensagens e ser afetados por elas são mais do que exercícios de refinamento e rebuscamento intelectual, ainda que também possam ter essas funcionalidades. Entretanto, é preciso não perder de vista que tais movimentos vão além da ampliação das capacidades do intelecto por si só: são capazes de transformar a realidade,

mantê-la, aprofundá-la, construí-la. Nesse movimento dialético de “afetar” e “ser afetado” pela palavra escrita podemos encontrar um ponto de encontro entre os escritos do nosso professor e os dos “rapazes do povo” mencionados linhas atrás. Se para alguns desses era de fundamental importância o uso da palavra escrita como mecanismo de superação do analfabetismo, por exemplo, tal objetivo também o era importante e muito caro ao nosso professor - assim como o era a superação das concepções negativas em torno dos sujeitos negros.

Outra questão que surgiu a partir da leitura do referido texto se refere ao público leitor de tais mensagens escritas. Já discorremos algumas linhas atrás sobre as formas de leitura existentes nesse momento de “efervescência literária”, desde as formas individuais até as coletivas e ouvidas. Assim sendo, podemos admitir a hipótese de que tanto os textos produzidos e publicados pelos “amadores das letras” quanto por “homens das letras”, como o professor Hemetério, chegassem a um considerável público leitor. É possível, como pontua Maciel (2012, p.72), constatar nos materiais publicados por trabalhadores urbanos uma “intensa militância” e propaganda das “ideias de liberdade, direitos e cidadania”, além de “diferentes projetos políticos e sociais”. Destarte, encontramos também em muitos dos textos escritos por nosso professor os ideais de liberdade, direitos e cidadania para as populações negras, em grande parte marginalizadas, social e simbolicamente, no período do pós-abolição.

I.1 - Negras paisagens I: o pós-abolição e a (re) construção da vida para além da escravidão

Nesta seção discutiremos alguns aspectos da história das populações negras no período imediato do pós-abolição no Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito às condições materiais de vida que enfrentaram[17]. Antes, porém, de darmos andamento às discussões sobre as condições materiais de vida da população negra na cidade do Rio de Janeiro do pós-abolição precisamos elucidar alguns pontos. Ao longo do texto e das reflexões construídas para apresentação em congressos ou trabalhos finais de disciplinas cursadas, utilizo diversas formas de nomeação dos sujeitos sobre os quais lanço meus olhares: *negros*, *pretos*, *afrodescendentes*, *homens de cor*. Cada uma destas formas de nomear e se referir ao que entendemos de forma genérica como “negro” tem sua contextualização histórica. Como por vez ou outra nos mostra o professor Hemetério e sua filologia, as palavras têm seus sentidos e histórias.

A utilização dos mesmos traduz também as concepções e entendimentos que venho construindo por meio do contato com autores e bibliografias diversas, aliados à utilização dos termos “negro”, “preto”, feitas por Hemetério e alguns dos seus contemporâneos. Para uma

[17] Nesta seção resgato parte considerável das discussões que construí na pesquisa e trabalho monográfico de conclusão de curso da graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no ano de 2011, intitulado “*CORTIÇOS, QUIOSQUES E TRABALHO: Mapeando moradias, sociabilidades e ofícios exercidos por homens e mulheres de cor na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República”,* sob a orientação da Profª Drª. Laura Antunes Maciel.

definição inicial lanço mão da valiosa *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana* (Lopes, 2004). Em suas palavras:

> *"Negro: Denominação genérica do indivíduo de pele escura e cabelo encarapinhado e em especial dos habitantes da África Subsaariana e seus descendentes; descendente de africano, em qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada fenotipicamente." (p.473)*
> *"Preto: Denominação que recebe no Brasil o negro de pele mais fortemente pigmentada que o mulato. À época da escravidão, o vocábulo era sinônimo de 'escravo'." (p.542)*
> *"Afrodescendente: Termo modernamente utilizado no Brasil para designar o indivíduo descendente de africanos, em qualquer grau de mestiçagem." (p.38)*

Mais que vocábulos, os termos acima traduzem um conjunto de elementos que incluem história, memória, agência política, noções de pertencimento e exclusão, bem como os lugares sociais ocupados por tais sujeitos. O reconhecimento de quem se enquadra ou não em tais categorias passa fortemente, no caso brasileiro, pelas características fenotípicas: cor da pele, cabelo, formato do nariz e dos lábios. Passa, também, pelo duplo movimento de reconhecer-se e ser reconhecido como tal.

Historicamente o pertencimento étnico-racial e suas denominações englobam questões que incluem aspectos como a mestiçagem, a condição jurídica nos tempos da escravidão, políticas oficiais de embranquecimento cultural e fenotípico da população brasileira e as hierarquias construídas com base nas características fenotípicas dos sujeitos[18]. Múltiplos eram os entendimentos sobre ser negro, conforme discutimos ao longo do trabalho, múltiplas também eram e ainda são as desigualdades construídas a partir e através dessas percepções. Encontramos importantes contribuições para essa discussão em "A mulher negra que vi de perto" (Gomes, 1995) e em "Das cores do silêncio" (Mattos, 2013). Gomes problematiza a questão tendo por fio condutor o processo histórico-social de embranquecimento da população brasileira, através da chamada "mestiçagem". A existência de uma ampla gama de "cores" para identificar os sujeitos tem vinculação direta com os ideais de brancura construídos a partir da colonização portuguesa, o processo de escravização dos africanos e de seus descendentes, bem como de diferentes formas de violência que incluíam os abusos impingidos às mulheres negras escravizadas.

Outro ponto importante, e que é discutido por Mattos (2013), se refere ao fato de que a noção de "cor" estava vinculada não apenas aos aspectos fenotípicos das pessoas. Em "Das cores do silêncio", Mattos (2013) argumenta que essas identidades também estavam relacionadas a uma percepção dos tempos escravistas em que "negro" designava a condição cativa, ao passo que livres e libertos poderiam ser identificados (e se auto identificarem) enquanto "pardos", "mulatos", "pessoas de cor" ou, o que ela aponta como principal chave de leitura em suas reflexões, a estratégia do silenciamento:

[18] A colonização portuguesa no Brasil nos legou o que podemos denominar de "cartela de cores" como resultado de diferentes processos de miscigenação. A existência de diferentes denominações para as "cores", tais como "mulato", "moreno", "pardo", têm vinculação direta com os ideais de embranquecimento da população brasileira. Esta discussão está presente nas obras "Rediscutindo a mestiçagem no Brasil" (Munanga, 1999), e "A mulher negra que vi de perto" (Gomes, 1995, p.71-85).

> *"Perder o estigma do cativeiro era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como 'preto' ou 'negro', até então sinônimos de escravo ou ex- escravo e, portanto, referentes ao seu caráter de não-cidadãos".*[19]

Portanto, as variações em termos de "cores" e pertencimento étnico-racial não estão apenas relacionadas às relações de poder opressivas por parte das classes senhoriais brancas. Estavam também, segundo Mattos, relacionadas às muitas formas buscadas pelos libertos e seus descendentes para reconstruírem suas vidas no mundo da liberdade oficialmente instituído a partir de 13 de maio de 1888. E esse processo de reconstrução envolveu por parte dessas pessoas a luta incansável pelo direito à cidadania, negada a eles ao longo de três tortuosos e escravocratas séculos. Deste modo, estamos tratando de um complexo processo social e cultural em que tanto as percepções de pertencimento quanto as condições materiais de vida de mulheres e homens negros estavam atreladas diretamente às disputas em torno das relações de poder.

Socialmente reconhecidos como negros, pretos e suas derivações ("pardos" e "mulatos" ou "homens de cor") e distribuídos pelos espaços da cidade do Rio de Janeiro tais sujeitos enfrentaram o desafio de (re) construírem suas vidas após o término oficial do regime escravista. Questões relacionadas ao mundo do trabalho, noções de liberdade e cidadania, participação política e hierarquias raciais são pontos - chave nesse contexto, afetando não somente as vidas dos libertos pela lei, como as dos demais negros e negras. E não podemos deixar de levar em conta que tais questões afetaram também as vidas das elites senhoriais e dos seus aliados. Ou seja, estamos falando de um contexto histórico que envolveu a sociedade como um todo, embora os interesses em jogo não tenham sido os mesmos para cada grupo.

A instituição escravocrata, também segundo Hebe Mattos, no prefácio à obra "Além da escravidão", estava pautada na violência política e na exclusão dos cativos da condição de pertencimento à sociedade na qual eram mantidos escravos. O desenvolvimento do pensamento liberal, contudo, lança novas perspectivas e questões tanto no campo político quanto econômico, afetando as perspectivas de cidadania e liberdade e a questão da emancipação[20]. Novas perspectivas e problemas de um mundo conectado, que interligava Europa, Américas e África desde o momento da expansão comercial do "velho mundo" a partir do século XVI. Debates em torno da emancipação que se fortalecem e se ampliam tanto "lá" quanto "cá". Lá, especialmente na Inglaterra os princípios liberais que se reforçam muitas das vezes se coadunam aos interesses das antigas elites coloniais de "cá". Ideologias liberais que não deixam de influenciar fortemente e mesmo pautar as reinvindicações e demandas por liberdade e cidadania dos escravizados no chamado "novo mundo".

---

[19] MATTOS, Hebe. "Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista", 3ª ed.rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

[20] MATTOS, Hebe. Prefácio, página 15. *In*: COOPER, Frederic, HOLT, Thomas e SCOTT, Rebeca. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Todo esse conflituoso processo, que culminou com o fim paulatino dos regimes escravistas nas Américas, trouxe à tona muitas questões e talvez a mais importante delas tenha sido o que Holt, Scott e Cooper colocam na introdução de "Além da escravidão": o que começou a partir da emancipação dos escravizados? Sob que bases essas novas sociedades se forjaram?[21] E como foi para tais sociedades lidar com a nova condição jurídica daqueles que outrora estavam legalmente abaixo de todos na hierarquia social? E mais: pensar que, no caso brasileiro, essa mudança jurídica possa ter alterado muito as percepções dos lugares de cada grupo na complexa hierarquia social, fazendo com que os critérios de cor/raça tenham se fortalecido nas demarcações dos lugares de pertencimento.

A partir da emancipação já não havia mais nenhuma lei que, explicitamente, permitisse a escravização e a consequente delimitação dos lugares sociais a serem ocupados pelos sujeitos negros. Antes mesmo da oficialização do fim do sistema escravista já existiam práticas sociais como a aquisição da liberdade por meio da compra ou doação da chamada alforria, que em tese permitia aos negros a ocupação de outros espaços. Entretanto, existem alguns pontos que precisam ser levados em conta ao discutirmos sobre as condições materiais de vida da população negra no imediato pós-abolição, entre elas a de não ter havido nenhuma política pública de reparação aos anos de cativeiro. De outro lado, mesmo os homens e mulheres negros e seus descendentes que já de muito haviam conquistado a própria liberdade não foram alvo de ações governamentais no que diz respeito à moradia, educação e saúde. Isso nos leva a considerar que as situações de penúria e dificuldades materiais se reproduziram ao longo das gerações. Estamos tratando de uma complexa teia que envolve tanto a discriminação explícita, que preteria e recusava a presença negra em alguns espaços, por exemplo, quanto das formas implícitas e indiretas de negligência. Neste último caso podemos localizar, por exemplo, as precárias condições de moradia experimentada por parte considerável dessa população.

A Abolição e instauração de um novo regime político, a República, engendram mudanças significativas para a vida da população negra. Porém, as mudanças significaram muitas das vezes a *manutenção* de elementos anteriores, entre eles o preconceito racial e das desigualdades sociais. O tempo do novo regime político, da República, é o tempo também da chamada "Belle Époque" na cidade do Rio de Janeiro; é o tempo das grandes demolições e dos "bota - abaixo" empreendidos pela administração do prefeito Pereira Passos[22].

Com uma população de quase um milhão de habitantes[23], o Rio de Janeiro de fins do século XIX e início da República sentia as mudanças em sua composição social: chegada massiva de imigrantes europeus, algo que vinha ocorrendo desde a década de 1870, mas que

[21] COOPER, Frederic et.al, Op cit., 2005, página 45.
[22] Discussão feita em meu trabalho monográfico, já citado anteriormente, a partir de apontamentos desenvolvidos nas obras *Trabalho, Lar e Botequim* e *Quase cidadãos*, pelos autores Sidney Challoub e Flávio Gomes respectivamente.
[23] MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p. 63.

foi se intensificando nos anos posteriores, e as relações diretas travadas por esses e a população negra da cidade[24]. Isso significa dizer que a cidade estava pontilhada de diversidade étnico-racial, envolvendo disputas e conflitos. Disputas também de caráter simbólico, em meio às demarcações sociais implícitas que entendiam o negro como pertencente ao lugar da subalternidade. Nos anos da chamada *Bélle Époque*, em que a cidade do Rio de Janeiro viveu um processo de europeização dos costumes visíveis até mesmo na própria arquitetura da cidade[25], lá está o professor Hemetério a polemizar e rebater críticas e injúrias raciais. A sociedade que viveu a libertação oficial dos negros escravizados não conseguia associar a condição social de negro ao *status* de "bem sucedido". Nesse contexto estavam também inseridas as pessoas negras que não ocupavam o mesmo lugar conseguido por Hemetério. O que havia em comum a eles era o preconceito racial que sofriam, entretanto econômica e socialmente ocupavam diferentes posições.

Para essas pessoas negras as condições de vida e de moradia, aspecto que agora passamos a discutir melhor, eram muito difíceis. Era bastante comum, no Rio de Janeiro de fins do século XIX e início do XX, que as pessoas pobres habitassem moradias coletivas, espalhadas pela cidade conhecidas como as "casas de cômodos", estalagens ou cortiços. É desse mesmo período a proibição da construção dos chamados cortiços no perímetro da cidade, conforme mostra o primeiro artigo do Código de Posturas da cidade do Rio de Janeiro de 02 de abril de 1892:

> *"Não serão mais permitidas, no perímetro da cidade, entre as praças D. Pedro II e Onze de Junho, inclusivamente todo o espaço da cidade entre as ruas Riachuelo e Livramento, compreendida toda área da freguesia de Santo Antonio, as construções de cortiços, quer tenham a denominação de casinhas, quer outra equivalente."*[26]

Para além desses havia também outro espaço de moradia que as pessoas pobres, sofrendo as agruras da vida e os altos preços dos aluguéis, eram obrigadas a recorrer: os morros. Em "O Rio de Janeiro do meu tempo"[27], o intelectual Luiz Edmundo discorre sobre as condições de moradia da população pobre:

> *"Os morros de Santo Antônio e do Castelo, no coração da cidade, são dois arraiais de aflição e de miséria. No Rio de Janeiro, os que descem na escala da*

[24] ARANTES, Erika Bastos. *Negros do porto – Trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910. In:* Trabalhadores da cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Elciene Azevedo et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

[25] DANTAS, Carolina Vianna. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República*. Revista Tempo*, Niterói, (v. 13, nº 26): 56-79 jan 2009.

[26] Código de Posturas: leis, decretos, editais e resoluções da Intendência Municipal do Distrito Federal. Compilado pela prefeitura do Rio de Janeiro em 1894, esse material reúne a legislação municipal desde meados do século XIX. O mesmo encontra-se arquivado na Biblioteca do Senado Federal, Seção de Obras Raras, e pode ser consultado em: <http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/colecoes/raras_especiais.asp>.

[27] Escrita e publicada por volta de 1938, essa obra traz as memórias de Luiz Edmundo, nascido na cidade em 1878. Edmundo iniciou a carreira jornalística em fins do XIX, no periódico "*Cidade do Rio"*, sob a direção de José do Patrocínio. Foi membro atuante das chamadas "rodas de intelectuais", discutidas por muitos historiadores que se voltam para as questões dos círculos literários de fins do XIX e início do XX. Dedicou-se à poesia e teve por "padrinhos" figuras proeminentes de sua época, como Artur Azevedo e Coelho Neto, conforme o próprio Edmundo relata em suas memórias. Vide: EDMUNDO, Luiz. Op.cit., 2003.

> *vida, vão morar para o alto, instalando-se na livre assomada das montanhas, pelos chãos elevados e distantes, de difícil acesso".*[28]

Falando de um Rio de Janeiro de início do século XX, Luiz Edmundo lança seus olhares de intelectual afeito aos círculos dos "homens das letras", avesso ao "atraso" da cidade do Rio de Janeiro, louvador da implantação do "progresso" e de uma *belle époque* abrasileirada.[29]. Ao rememorar esse Rio de Janeiro, Luiz Edmundo faz a todo o momento referências a um passado colonial, enaltecido por ele. Nesse passado, entretanto, o Morro do Castelo, um dos espaços contemplados em seu livro, era lugar de "pessoas ilustres" e moradias luxuosas: "Foi o Castelo, até bem tarde, até mesmo ao albor do século XIX, *morada nobre*, *pouso de abastados* dominando a mais linda paisagem do mundo"[30] (grifos meus).

Contudo, deixou de ser "morada nobre" e "pouso de abastados", representando no século seguinte vaga lembrança do que fora, para ser ocupado por aqueles que "desciam na escala da vida". Lugar de pessoas pobres, sem grandes recursos para viver e morar num Rio que se "civilizava", que crescia e se "modernizava", pondo abaixo pequenas habitações e os modos de viver dessas pessoas. Em suas memórias esse e outros morros, como o do Santo Antonio, nos quais morava considerável parcela de pessoas pobres, é lembrado também pelas práticas culturais e a religiosidade de tradições africanas, cultuando-se deuses e praticando rituais:

> *"Há uma casa de pretos na Travessa do Castelo onde se pratica a liturgia jeje-nagô, culto fetichista, cerimônia cheia de complicações e de mistérios, onde se evocam almas do outro mundo e são manipulados "despachos", feitiços (...)."* [31]

Conforme discutimos no trabalho monográfico "*Cortiços, quiosques e trabalho: mapeando moradias, sociabilidades e ofícios exercidos por homens e mulheres de cor na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República"* (Silva e Maciel, 2011), a cidade do Rio de Janeiro de princípios do século XX era pontilhada de inúmeros cortiços, casas de cômodo e algumas favelas em processo de constituição. As reformas e a remodelação desse espaço, levadas a cabo pelo poder público carioca, conhecidas na literatura como o "bota-abaixo"[32], significaram para as populações pobres e negras o aumento das dificuldades em manter-se, até mesmo nas pequenas casas de cômodos. Isso fez com que muitas famílias pobres se afastassem, ocupando cada vez mais espaços como do Morro do Castelo ou da Favela, por exemplo. Assim, tais reformas impactaram profundamente a vida dessas populações, adensando ainda mais as habitações coletivas que sobreviveram em alguns bairros centrais, de um lado e, de outro, forçando as famílias, que não conseguiam vagas aí, a subirem morros.

---

[28] EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. (Edições do Senado Federal; v. 1) p. 121.
[29] Sobre a Belle Epoque no Brasil temos discussões muito ricas em CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da "Belle Époque", São Paulo: Brasiliense, 1986; e em VELLOSO, Mônica. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro, Funarte, 1988.
[30] EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, Op. Cit., p. 123.
[31] EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo,* Op. Cit., P. 135.
[32] Um dos maiores símbolos desse período de demolições foi a construção da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, e seus edifícios luxuosos e inspirados na arquitetura parisiense.

Ao descrever modos de vida, situações e cenas do cotidiano dos morros do Castelo e de Santo Antônio, Luiz Edmundo evidencia sempre um tom marcadamente de crítica, silenciando sobre o fato de que as reformas ocorridas da cidade, tão positivadas por ele, tiveram papel importante na constituição desse quadro. Ainda que não se possa afirmar que a pobreza e a dureza nas condições de vida de tais pessoas tenha se constituído a partir do quadro das reformas urbanas é possível, contudo, concluir que esse processo foi sim um agravante de peso. Sobre esse quadro quem nos fornece um importante testemunho é o intelectual Lima Barreto, homem negro e aguçado crítico das condições de vida da população pobre da cidade. As crônicas que ele publicou em alguns dos periódicos da cidade combatiam de modo contundente a política adotada pela prefeitura carioca. Segundo ele, as medidas adotadas pelo governo em relação às reformas urbanas fizeram com que diminuíssem as possibilidades de moradia e um brutal aumento no preço dos aluguéis. Barreto nos fornece relatos sobre as dificuldades e estratégias de sobrevivência adotadas por aqueles que dispunham de poucos recursos. Vejamos o que ele nos diz em *Variações:*

> *"Não sei se os senhores leram que a policia, graças à denúncia de populares, foi encontrar num matagal de Fábrica das Chitas, um indivíduo de cor preta, que aí armara tenda, comia e fazia outras necessidades naturais. Não diz a notícia dos jornais que o homem se alimentasse de caça e pesca, acabando assim o quadro de uma vida humana perfeitamente selvagem, desenvolvendo-se bem perto da Avenida Central que se intitula civilizada. Seria um modelo que deveríamos todos imitar; pelo estado em que as coisas estão, com ameaça de ficarem piores, é bem de crer que tenhamos que fazer o que o tal Rolim estava fazendo nas matas do Trapicheiro; entretanto, conquanto o sistema de vida que havia adotado ultimamente o tal solitário, seja digno de sugerir milhares de adeptos, a sua em si mesmo não era lá grande coisa, capaz de ser copiada. O homem já havia tido negócios com a polícia e com a justiça, contando dezoito entradas no Corpo de Segurança e uma condenação por se ter apropriado de coisa alheia; além disto, tinha consigo uma mala com cartas, etc., que parecia não ser dele. É, como vêem, um sujeito ultracivilizado e não um apóstolo convencido da nossa volta à natureza para... fugir aos pasmosos aluguéis de casa. Atualmente, nada mais mete medo a um pobre-diabo que a tal história de aluguel de casa: Não há quem não esteja pagando, por trapeiras, exorbitantes locações dignas da bolsa de ricaços e altos escrocs internacionais. (...)*
>
> *Para melhorar um tão doloroso estado de coisas, a prefeitura põe abaixo o Castelo e adjacências, demolindo alguns milhares de prédios, cujos moradores vão aumentar a procura e encarecer, portanto, ainda mais, as rendas das habitações mercenárias. A municipalidade desta cidade tem dessas medidas paradoxais, para as quais chamo a atenção dos governos das grandes cidades do mundo. Fala-se, por exemplo, na vergonha que é a Favela, ali, numa das portas de entrada da cidade - o que faz a nossa edilidade? Nada mais, nada menos do que isto: gasta cinco mil contos para construir uma avenida nas areias de Copacabana".*[33]

Ao discutir a situação narrada em *Variações* o literato, também ele negro e que experimentou na pele a dureza da sobrevivência na cidade, mostra que não se trata de algo distante ou impossível de acontecer num Rio de Janeiro que abria as portas para ideais

[33] BARRETO, Lima. *Variações*. Crônica publicada em 14-01-1922, reunida na obra *Marginália.* Disponível em: <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/LimaBarreto/cronicas/indice.htm>. Acesso em: 09 mai. 2015.

civilizatórios eurocentrados. Confrontando as ações do poder público e a difícil situação em que grande parcela da população estava inserida, Lima Barreto tece críticas acerca da disparidade de investimentos em relação às áreas que vinham se configurando enquanto espaços dos grupos sociais mais favorecidos. Além dos relatos escritos, imagens como as que seguem testemunham as difíceis condições de vida da população pobre na cidade do Rio de Janeiro. Testemunham também que esse contingente era significativamente composto por sujeitos negros[34].

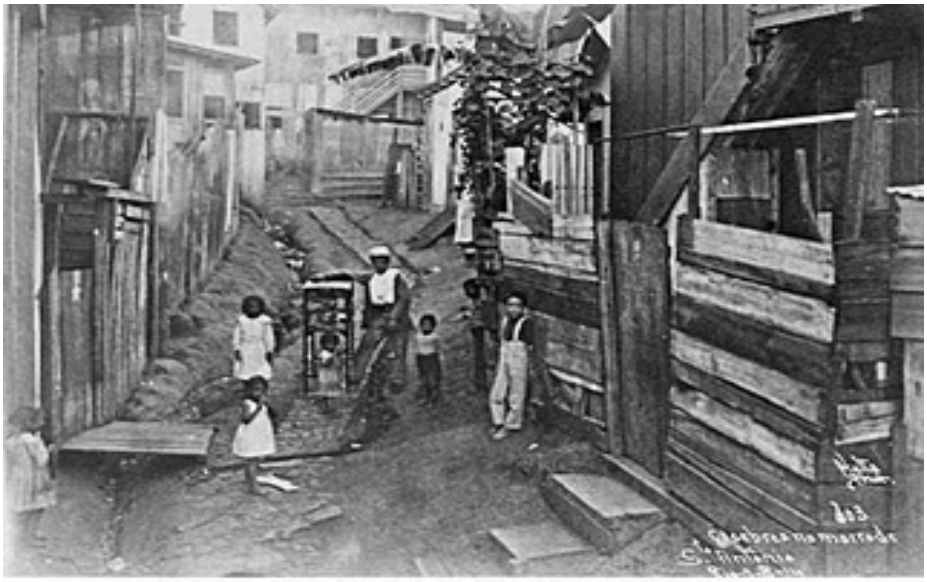


Figura I.1: Morro de Santo Antônio. Fotógrafo Augusto Malta, 1914.



Figura I.2: Moradores do morro da Babilônia. Fotografia publicada em *A Noite*, fotógrafo não identificado, s.d. [35]

[34] Essas imagens foram originalmente utilizadas e discutidas no trabalho monográfico "*Cortiços, quiosques e trabalho: mapeando moradias, sociabilidades e ofícios exercidos por homens e mulheres de cor na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República"* (Silva e Maciel, 2011).
[35] MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Op. Cit., p. 96.



Figura I.3: Moradores na Favela Morro do Pinto, Rio de Janeiro, 1912. Fotógrafo Augusto Malta.



Figura I.4: Morro do Castelo. Fotógrafo Augusto Malta, 1920.



Figura I.5: Escadaria do morro de São Carlos. Fotógrafo Augusto Malta, 1930.

As imagens anteriores nos ajudam a perceber um pouco do cotidiano e as precárias condições de moradia nos morros do Castelo, de Santo Antônio, Morro do Pinto, Morro São Carlos, contemplando um período entre 1905 e 1930, demonstrando muitas continuidades ao longo das décadas[36]. Não como meras ilustrações, mas como uma das possibilidades de acessar o passado, tais imagens, aliadas aos testemunhos escritos de Lima Barreto e Luiz Edmundo, são importantes registros acerca dos caminhos disponíveis aos muitos sujeitos negros recém-saídos da escravidão e seus descendentes diretos. Ou seja, para muitos homens e mulheres, libertos ao treze de maio ou donos da própria liberdade antes mesmo disso, as possibilidades de sobrevivência material passaram por construírem suas moradias e vidas à margem de todo requinte encontrados em alguns dos espaços remodelados da cidade.

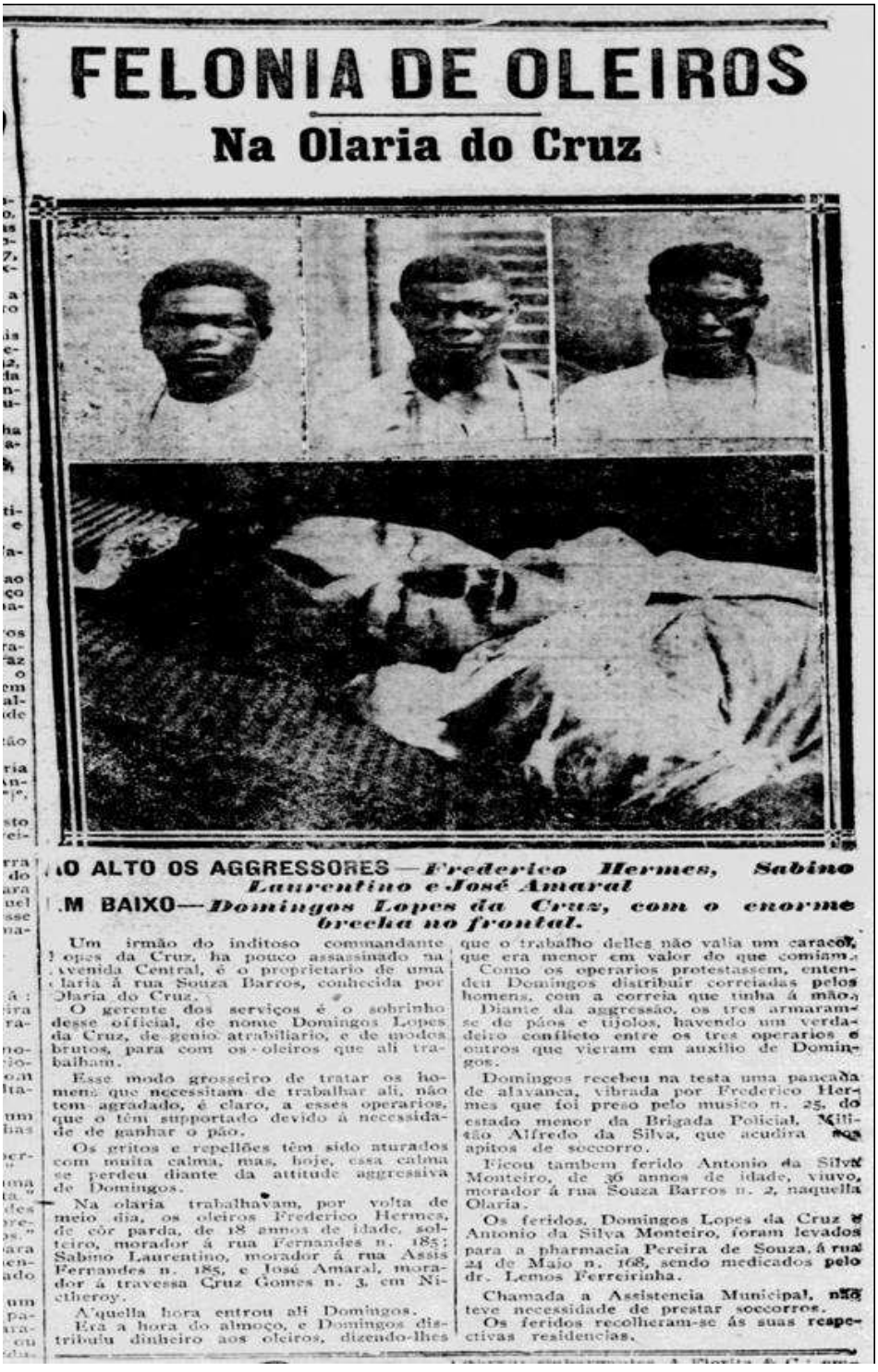
Pensar as condições materiais das populações negras no período do pós-abolição é também discutir, conforme propõe a historiadora Wlamyra Albuquerque, os impactos que o fim do direito de propriedade sobre terceiros acarretou na sociedade brasileira, com destaque ao papel central que a ideia de raça adquire e a construção de novos termos nas quais as relações sociais passaram a se dar. Nem como "aquisição de liberdade irrestrita", nem como "completa fraude", a abolição é entendida por esta autora como momento de "tensão e disputa em torno dos sentidos de cidadania e liberdade"[37]. Esta é uma discussão crucial visto que tais perspectivas variavam bastante podendo ter sentidos distintos para antigos senhores, antigos escravizados ou homens negros livres como o professor Hemetério. As definições do que seria liberdade, trabalho, cidadania tanto para ex-escravizados quanto para seus antigos senhores, assim como as relações de negociação e conflito são importantes chaves de compreensão das sociedades que vivenciaram o pós-abolição. Brasil, Jamaica, Haiti, Cuba, Estados Unidos vivenciaram ao seu modo e com suas especificidades esse processo. Homens e mulheres que vivam nas áreas de fazenda no sul estadunidense ou na Jamaica, por exemplo, muitas das vezes se recusavam ao trabalho assalariado. Conforme pontua Eric Foner, para tais sujeitos "liberdade" e "emancipação" tinham o sentido de possuir a própria terra, trabalhar para si próprios e de acordo com as suas necessidades. Diz o autor:

> *"O desejo de terra, por vezes considerado 'irracional' quando examinado sob uma perspectiva estritamente monetária, refletia o reconhecimento de que, quaisquer que fossem as suas limitações, a propriedade da terra assegurava ao liberto um grau de controle sobre o tempo e o trabalho seu e de sua família[38]".*

O fim da escravidão, ainda de acordo com Wlamyra Albuquerque, "favoreceu, desestabilizou e reestruturou a arquitetura social brasileira" [39] sendo interpretado e experienciado das mais diversas maneiras. O "respeitado pedagogo", como era mencionado por muitos dos textos de jornais publicados entre os anos de 1900 a 1920, Hemetério José dos

[36] Disponíveis em: <http://www.forumfoto.org.br/wp-content/uploads/2010/08/Augusto-Malta-Favela-Morro-do-Pinto-Rio-de-Janeiro-1912.jpg>. Acesso em: 30 mar. 2015.
[37] ALBUQUERQUE, Wlamyra. O jogo da dissimulação. São Paulo. Cia das Letras, 2009. pág. 97.
[38] FONNER, Eric. Nada além da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, página 80.
[39] ALBUQUERQUE, Wlamyra. Op.cit., pág. 98.

Santos e sua família tiveram acesso a lugares de certo prestígio, a uma boa educação formal e a cargos no funcionalismo público. Frequentando as colunas jornalísticas dos eventos sociais como “pessoas que se puderam notar”, escaparam até certo ponto das estruturas sociais racistas de seu tempo. Entendiam-se e eram entendidos de modo certamente bastante diverso do que muitos homens de cor como os operários oleiros Frederico Hermes, Sabino Laurentino e José Amaral que em 23 de novembro de 1911 estamparam a quarta página jornal *A Imprensa:*



FELONIA DE OLEIROS

Na Olaria do Cruz

...O ALTO OS AGGRESSORES — *Frederico Hermes, Sabino Laurentino e José Amaral*

...M BAIXO — *Domingos Lopes da Cruz, com o enorme brecha no frontal.*

Um irmão do inditoso commandante Lopes da Cruz, ha pouco assassinado na Avenida Central, é o proprietario de uma olaria á rua Souza Barros, conhecida por Olaria do Cruz.

O gerente dos serviços é o sobrinho desse official, de nome Domingos Lopes da Cruz, de genio atrabiliario, e de modos brutos, para com os oleiros que ali trabalham.

Esse modo grosseiro de tratar os homens que necessitam de trabalhar ali, não tem agradado, é claro, a esses operarios, que o têm supportado devido á necessidade de ganhar o pão.

Os gritos e repellões têm sido aturados com muita calma, mas, hoje, essa calma se perdeu diante da attitude aggressiva de Domingos.

Na olaria trabalhavam, por volta de meio dia, os oleiros Frederico Hermes, de côr parda, de 18 annos de idade, solteiro, morador á rua Fernandes n. 185; Sabino Laurentino, morador á rua Assis Fernandes n. 185, e José Amaral, morador á travessa Cruz Gomes n. 3, em Nictheroy.

A'quella hora entrou ali Domingos.

Era a hora do almoço, e Domingos distribuiu dinheiro aos oleiros, dizendo-lhes que o trabalho delles não valia um caracol, que era menor em valor do que comiam.

Como os operarios protestassem, entendeu Domingos distribuir correiadas pelos homens, com a correia que tinha á mão.

Diante da aggressão, os tres armaram-se de páos e tijolos, havendo um verdadeiro conflicto entre os tres operarios e outros que vieram em auxilio de Domingos.

Domingos recebeu na testa uma pancada de alavanca, vibrada por Frederico Hermes que foi preso pelo musico n. 25, do estado menor da Brigada Policial, Militão Alfredo da Silva, que acudira aos apitos de soccorro.

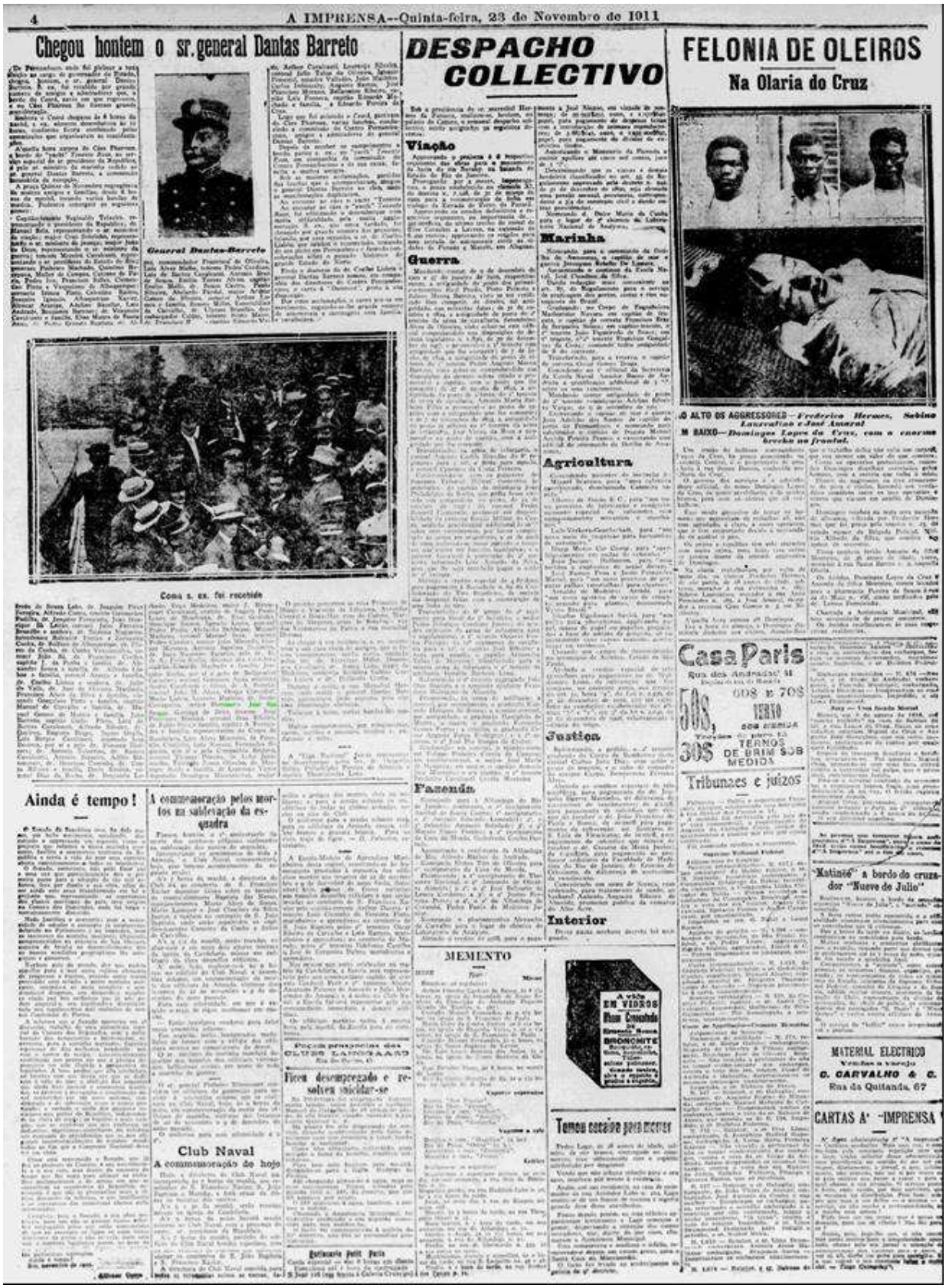
Ficou tambem ferido Antonio da Silva Monteiro, de 36 annos de idade, viuvo, morador á rua Souza Barros n. 2, naquella Olaria.

Os feridos, Domingos Lopes da Cruz e Antonio da Silva Monteiro, foram levados para a pharmacia Pereira de Souza, á rua 24 de Maio n. 168, sendo medicados pelo dr. Lemos Ferreirinha.

Chamada a Assistencia Municipal, não teve necessidade de prestar soccorros.

Os feridos recolheram-se ás suas respectivas residencias.

Figura I.6: Jornal O Imparcial, 23/11/1911, p.04.



4 A IMPRENSA--Quinta-feira, 23 de Novembro de 1911

Chegou hontem o sr. general Dantas Barreto

General Dantas Barreto

Coma s. ex. foi recebido

DESPACHO COLLECTIVO

Viação

Guerra

Marinha

Agricultura

Justiça

Fazenda

Interior

FELONIA DE OLEIROS

Na Olaria do Cruz

Ainda é tempo!

A commemoração pelos mortos na salvação da esquadra

Club Naval

A commemoração de hoje

Ficou desempregado e resolveu suicidar-se

MEMENTO

Casa Paris

Tribunaes e juizos

"Matinée" a bordo do cruzador "Nueve de Julio"

Tomou cocaine para morrer

MATERIAL ELECTRICO

CARTAS A' IMPRENSA

Figura I.7: Jornal O Imparcial, 23/11/1911, p.04.

Diz o texto jornalístico:

> *"Um irmão do inditoso comandante Lopes da Cruz, há pouco assassinado na Avenida Central, é o proprietário de uma olaria à rua Souza Barros, conhecida por Olaria do Cruz.*

> *O gerente dos serviços é o sobrinho desse oficial, de nome Domingos Lopes da Cruz, de gênio atrabiliário e de modos brutos para com os oleiros que ali trabalham.*
> *Esse modo grosseiro de tratar os homens que necessitam trabalhar ali não tem agradado, é claro, a esses operários que o têm suportado devido à necessidade de ganhar o pão.*
> *Os gritos e repelões têm sido aturados com muita calma, mas hoje, essa calma se perdeu diante da atitude agressiva de Domingos.*
> *Na olaria trabalhavam, por volta do meio dia, os oleiros Frederico Hermes, de cor parda, de 18 anos de idade, solteiro, morador à rua Fernandes, n. 185, e José Amaral, morador à travessa Cruz Gomes, n. 03, em Niterói.*
> *Àquela hora entrou ali Domingos. Era a hora do almoço e Domingos distribuiu dinheiro aos oleiros, dizendo-lhes que o trabalho deles não valia um caracol, que era menor em valor do que comiam.*
> *Como os operários protestassem, entendeu Domingos distribuir correiadas pelos homens, com a correia que tinha à mão.*
> *Diante da agressão, os três [Frederico Hermes, Sabino Laurentino e José Amaral] armaram-se de paus, pedras e tijolos, havendo um verdadeiro conflito entre os três operários e outros que vieram em auxílio de Domingos.*
> *Domingos recebeu na testa uma pancada de alavanca, vibrada por Frederico Hermes que foi preso pelo músico n.25 do estado menor da Brigada Policial, Militão Alfredo da Silva, que acudia aos apitos de socorro. [...]"*

A tentativa de controle sobre o trabalho e sobre os corpos dos operários, levando o gerente Domingos Lopes da Cruz a agredi-los fisicamente por não aceitar seus protestos, vinte e três anos após o fim da escravidão, nos fornece alguns elementos para pensar a respeito da "reestruturação da arquitetura social" conforme pontua a historiadora Wlamyra Albuquerque. Frederico Hermes, Sabino Laurentino e José do Amaral podem não ter tido a experiência de viver numa sociedade escravista (Frederico, por exemplo nasceu em 1892 ou 1893). Viveram, contudo, experiências de (re) definição das relações de trabalho e de poder, de racialização e disputa constante em torno das mudanças nos códigos hierárquicos em relação ao pertencimento racial. Estamos diante de uma situação em que três operários negros estão, em tempos de liberdade, sendo agredidos fisicamente - tal qual ocorria aos sujeitos negros escravizados algumas décadas anteriores. O texto jornalístico não levanta essa questão e também não fornece meios para que façamos uma associação direta entre preconceito racial e a agressão física, porém isso não nos impede de problematizar acerca das relações de poder e as formas de seu exercício experimentadas por negros e não negros no contexto do pós-abolição.

Ainda de acordo com Wlamyra, nos momentos iniciais do pós-abolição havia uma dubiedade entre a ruptura das relações escravistas e o empenho pela continuidade das hierarquias[40]. Essa dubiedade não se desfez nas décadas posteriores à abolição, mas, ao contrário, se fez presente das mais variadas formas, ora de modo implícito, ora explícito. As situações debatidas linhas acima evidenciam a tensão entre a "continuidade das hierarquias" e a ruptura de um mundo pautado pelo escravismo. Tensões, conflitos, consensos e dissensos que nos descortinam um cenário onde as "permanências" e "rupturas", "transformações" e

[40] ALBUQUERQUE, Wlamyra, *op.cit*., pág. 125.

"continuidades" pautam as relações sociais no pós-abolição. Frederico, Sabino, José, Hemetério e família, dentre tantas mulheres e homens negros, experienciaram esse processo de permanências e rupturas bem distantes do paradigma do "negro passivo". Foram sujeitos que, a despeito de toda complexa estrutura social excludente na qual estavam inseridos, construíram suas agências e buscaram meios de escapar a tais estruturas. Atrelados a elas, porém não imobilizados por elas.

I.2 – Negras paisagens II: sujeitos negros na história do pós-abolição

Nesta seção discutiremos algumas das consolidadas chaves de leitura para a compreensão do período do pós-abolição no Brasil, articulando as áreas de conhecimento das Ciências Sociais e da História[41]. Se na seção anterior a proposta foi a de articular fontes e problematizações sobre as condições materiais de vida das populações negras no pós-abolição, aqui discutiremos propriamente a construção dos conhecimentos sobre tal período. Os campos da História Social e das Relações Raciais são imprescindíveis para as discussões que ora se constroem. O intuito aqui é de tecer um debate entre tais perspectivas, construindo um panorama dos estudos historiográficos sobre o pós-abolição e situar minha filiação às construções teórico-metodológicas que se propõem a descortinar a agência negra na história.

Na obra "Memórias do Cativeiro", as historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos discutem o chamado período do pós-abolição, tendo por fontes principais os depoimentos orais dos descendentes diretos dos negros libertos em fins do século XIX. Na introdução desta obra, ambas discutem a construção desse período como problema histórico. Ou seja, tecem um panorama dos estudos sobre a situação da população negra ao final do período escravocrata, colocando em diálogo as perspectivas construídas pelos cientistas sociais e o chamado campo das "relações raciais" e as da chamada História Social. Para alguns estudiosos do campo das relações raciais, entre eles Florestan Fernandes, as situações de exclusão social, a violência material e simbólica seriam "heranças da escravidão" [42], algo que determinou os rumos da vida de grande parte da população negra ao longo das décadas posteriores ao término da escravidão.

As visões do escravo sendo pura e simplesmente uma "mercadoria", "sem desejos e nem vontades", "sem família" e "deformado pela escravidão" consolidaram-se a partir das perspectivas de Fernandes. Produção intelectual de valor inestimável, tais postulados construídos a partir dos estudos integrantes do chamado "Projeto UNESCO"[43], foram ao seu

[41] As problematizações construídas nesta seção articulam bibliografia e discussões com as quais entrei em contato ao longo da disciplina "Pós- emancipação em Perspectiva Comparada: Cidadania, Trabalho e Raça nos Estados Unidos, Caribe e Brasil", ministrada ao longo do segundo semestre de 2014 pelos professores Monica Grin e Flávio Gomes, no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

[42] MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. *Memórias do Cativeiro – família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

[43] Um conjunto de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil, o Projeto Unesco contou com as pesquisas e discussões de diferentes estudiosos brasileiros e estrangeiros, tais como Florestan Fernandes, Costa Pinto, Thales de Azevedo, Roger Bastide, Donald Pierson, Oracy Nogueira. O objetivo maior da pesquisa era o de entender os fatores econômicos, sociais, políticos,

tempo e posteriormente um forte golpe contra o chamado “mito da democracia racial”. Existem discussões em larga escala na literatura acadêmica sobre a força desse mito na construção da sociedade brasileira. Como nos diz Gomes em “A mulher negra que vi de perto” (1995, p.97-104), enquanto “mito” e “realidade” tal pressuposto se relaciona diretamente com as bandeiras de luta por igualdade e democracia. Ou seja, não se trata apenas de uma ideologia vaga e abstrata, mas de uma perspectiva que se coadunava aos desejos de muitos que lutavam contra as desigualdades desde os anos de 1930. Em “Casa Grande e Senzala”[44], ainda de acordo com Gomes (1995, p.104-105), constrói-se a crença num Brasil positivamente mestiço - ao contrário do que boa parte dos teóricos do início do século XX defendia:

> *“Gilberto Freyre, com sua obra ‘Casa Grande e Senzala’, vem atenuar as preocupações de parte da intelectualidade da sua geração, que esteve muito preocupada com a mistura racial e seus desdobramentos em relação ao progresso burguês. Desde o término da escravatura, as classes dominantes brasileiras se preocupavam com a europeização e o branqueamento da sociedade brasileira. Como o próprio movimento da sociedade provou que não há chances de se vislumbrar uma sociedade brasileira branca, a preocupação recaiu, ideologicamente, sobre o aspecto positivo da mistura racial. E foi essa corrente ideológica que deu suporte teórico e legitimidade científica à miscigenação (...)*
> *Por outro lado não podemos ignorar que a questão da igualdade social, econômica e cultural e inclusive a igualdade de direitos aos pertencentes às diferentes raças, estava posta e vinha avançando desde a década de 1920. Pensar a democracia racial social, cultural e racial não foi um mero momento ideológico do pensamento burguês. A democracia era uma bandeira dos movimentos sociais.”*

Denunciando e atuando na desconstrução de postulados como os de “harmonia”, “ausência de conflitos e de preconceito racial”, fortalecidos, especialmente, através da produção intelectual Freyreana[45], enfatizadora de um suposto “caráter paternalista e de acomodação de conflitos da escravidão brasileira”, intelectuais como Fernandes, Roger Bastide, Oracy Nogueira e Costa Pinto, nos legaram importantes contribuições. Conforme apontam Rios e Mattos (2005), ao seu tempo tais estudos abalaram os paradigmas acadêmicos de interpretação da escravidão e relações raciais no pós-abolição construídos e consolidados durante décadas sob as perspectivas de Freyre.

Detendo-se no ambiente urbano de São Paulo, Fernandes construiu algumas chaves analíticas de interpretação para a situação de exclusão vivenciada por grande parte da população negra naquela região. Ainda segundo Lugão e Mattos (2005, p.20-21):

> *“Para Fernandes, a herança deformadora da escravidão seria apenas um dos fatores a explicar a desorganização social que ele percebia como característica*

---

psicológicos e culturais que permeavam as relações raciais brasileiras. São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro foram os principais “laboratórios” para tais pesquisas. Em “Racismo e Antirracismo no Brasil”, Rio de Janeiro (2009), o autor Antonio Sergio Alfredo Guimarães debate as perspectivas, argumentos e diferentes conclusões a que chegaram tais autores.

[44] FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio deJaneiro: Global Editora, 1933.

[45] O sociólogo Gilberto Freyre é uma das importantes referências intelectuais no que diz respeito à temática das relações raciais no Brasil. Sua importância reside em dois aspectos principais: de um lado ele abre as portas para a construção de outros olhares sobre a mestiçagem no Brasil, propondo uma análise peculiar em que a ideia de “harmonia” nas relações entre os senhores brancos e os negros escravizados ganha papel de destaque. Por outro lado e como desdobramento destas perspectivas, suas formulações serão decisivas para a construção daquilo que pode ser entendido como um dos pilares centrais das relações raciais no Brasil: o “mito da democracia racial”. Essas proposições estão fortemente presentes na obra “Casa Grande & Senzala”, publicada originalmente nos anos de 1930.

> *das populações negras. Essa desorganização social se traduziria na ausência de ligações familiares sólidas, de iniciativa e disciplina do trabalho, de solidariedade de raça e de classe, levando a um tipo de comportamento por vezes patológico (desregramento sexual, alcoolismo, inclinação para o crime, prostituição etc.). Para a explicação dessa situação de patologia social, teriam contribuído elementos conjunturais e psicológicos, e não apenas a herança da escravidão. assim, as expectativas frustradas dos libertos com a liberdade, o rápido desenvolvimento da cidade em moldes capitalistas e competitivos e a introdução dos imigrantes europeus em larga escala teriam contribuído também para a desorganização social do negro".*

Para estas historiadoras e demais que se debruçam sobre o pós-abolição, é de fundamental importância a construção de leituras e interpretações críticas a esse paradigma. É importante, pois, ampliar as investigações e descobrir os sujeitos para além do "escravo coisa", o negro para além da "anomia". Assim sendo, libertos e seus descendentes passam, pois, a ser encarados como agentes. Não se trata, pois, de inverter os polos e negligenciar as hierarquias e estruturas sociais, construídas ao longo de três séculos com base no pertencimento étnico-racial dos sujeitos. Mas, de discutir os modos pelos quais tais sujeitos experienciaram essas estruturas. A partir dessas perspectivas, outras como as "possibilidades de negociação", "resistência e revolta", "formação e reconstituição familiar", "produção de cultura", vêm sendo construídas. Rios e Mattos (op. Cit., p.26) assinalam que:

> *"Esta mudança de perspectiva [a partir da segunda metade dos anos de 1970] implicou uma abordagem das sociedades pós-emancipação mais centrada na experiência dos libertos, no estudo de suas aspirações e de suas atitudes em face do processo emancipacionista e dos novos contextos sociais por ele produzidos. Afinal, o escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e comunitária, negociava e muitas vezes atuava no mercado produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria. Desta perspectiva, também as atitudes dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que responderiam a projetos próprios, que necessariamente teriam interferido nos processos de reconfiguração de relações sociais e de poder que se seguiram à abolição do cativeiro."*

As concepções em torno da agência negra na história, discutidas pelas autoras a que nos referimos ainda pouco, tal qual o fazem historiadores como Sidney Chalhoub e Flavio Gomes, são os elementos norteadores da presente pesquisa. A luta por cidadania e inclusão engendraram diferentes estratégias por parte dos sujeitos negros durante e após o regime escravista. Essa mobilização negra pode ser entendida, sob a ótica da História Social, como de caráter político. Mas, como pensar essa agência enquanto "participação política" num contexto em que uma reduzida parcela da população tinha acesso aos processos eleitorais oficiais?[46] É necessário, pois, ampliar o que se entende por participação política, enxergando, como propõem os historiadores mencionados anteriormente, a importância das ações cotidianas, dos debates e embates, das disputas por perspectivas e diferentes paradigmas. Assim sendo, as

[46] De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho era bastante reduzido o número de eleitores que estavam autorizados a participar da política oficial da Primeira República. A população em geral estava excluída dessa forma de participação política, pois, analfabeta em sua maioria, não tinha o direito de votar. Vide: "Os bestializados", Rio de Janeiro, 1988.

reflexões sobre os sujeitos negros na história do pós-abolição a partir dos pressupostos da História Social incorporam, também, o horizonte de que as ações políticas vão além da chamada “política oficial”, conforme discutiremos no quarto capítulo deste trabalho.

Esse breve panorama sobre os estudos do pós-abolição no Brasil não pretende esgotar as questões, mas, como dito no início desta seção, discutir algumas importantes chaves de leitura sobre as questões raciais no Brasil. O que temos diante de nós são possibilidades interpretativas e de compreensão de uma realidade que não pode ser desvinculada de seu passado. Ou seja, ao tratarmos de questões como “raça", “racismo” e “relações raciais” no Brasil não podemos desvinculá-las do passado escravista. Os longos séculos de cativeiro experimentados pela população negra tiveram e têm um peso muito grande sobre tais sujeitos. Isto não significa, entretanto, encarar os distintos momentos históricos sob a ótica das relações de “causa e consequência”. Ao contrário, podemos pensar em termos de “rupturas”, “permanências” e (re) construções.

O destino das populações negras no pós-abolição tem a ver com todo esse passado escravista, mas não se limita a ele e nem pode ser entendido como uma espécie de “consequência natural”. Trata-se, pois, de voltar os olhos para tal período e enxergar os embates, disputas, conflitos, consensos e dissensos no que tange às hierarquias sociais (re) construídas. A exclusão social não seria uma “consequência direta” da escravidão negra visto que outros projetos estavam em jogo, em disputa. Neste sentido, os artigos do professor Hemetério nos ajudam a compreender essa dimensão da (re) construção, visto que ele estava colocando em pauta outras perspectivas sobre ser negro/preto. A partir das perspectivas dos estudos capitaneados por historiadores filiados à História Social, posso afirmar que o postulado de uma realidade em construção e não relação de causa e consequência define a forma como entendo o período do pós-abolição. Como entendo e também como lancei meus olhares ao longo deste estudo sobre as “negras paisagens” do período em questão.

Capítulo II – Um "ilustre educador" na capital federal

"Tem recebido muitos cumprimentos, por haver completado trinta anos de útil professorado, o ilustre educador major Hemeterio José dos Santos, lente[47] do Colégio Militar e da escola Normal."[48]

O trecho acima, apresentado na primeira página do jornal *O Século* em maio de 1908, informa aos leitores sobre as comemorações em torno das três décadas de magistério do "ilustre professor". Chegado ao Rio em 1875, como já dito, passou por diversas avaliações e exames de "capacidade profissional". Em 1878, conforme nos contam as fontes, já exercia o magistério na função de "repetidor de francês" do Colégio de Pedro II[49]. Também são dessa época suas primeiras publicações de livros didáticos na área da Língua Portuguesa, conforme o anúncio de sua "Gramática Elementar" na revista pedagógica "A Escola". Dentre a lista da "Coleção de Obras Didáticas do Editor Serafim" encontramos diversas obras como o "Curso de História Universal", por Aristides Serpa; "Primeiro Livro da Infância, ou Exercícios de leitura e lições de moral", para uso nas escolas primárias, tradução de Nuno Alvares; "Resumo da Doutrina Christã"; e a "Gramática Elementar da Língua Portuguesa", organizada segundo o programa do Colégio de Pedro II, por Hemetério José dos Santos. O anúncio conta ainda com informações sobre onde adquirir a coleção com tais exemplares: "A Livraria de Serafim José Alves onde se acha a coleção de livros elementares a 'Escola' é na Rua Sete de Setembro, N. 83, os quais vão mencionados em resumo neste quadro.".[50]

Ao longo da pesquisa e seleção de fontes encontramos diversas referências à atuação de Hemetério do magistério, tais como a fundação da escola particular "Froebel", em 1883; a docência no próprio "Colégio de Pedro II"; a atuação como "preparador de alunos" e como docente em outros espaços escolares como o "Externato Gabalza"[51]. A partir do momento em que ele ingressa no Colégio Militar, em 1889, e a sua posterior integração ao corpo docente como professor e não mais adjunto, em 1892, é possível perceber que o professor passa a se dedicar de modo mais intenso ao referido colégio e à formação de professoras na "Escola Normal Livre", deixando de lado as aulas particulares por exemplo.

Neste capítulo vamos tratar mais de perto da carreira docente do nosso intelectual, discutindo os possíveis vínculos entre suas práticas pedagógicas e a questões raciais de seu tempo, os debates travados com outros intelectuais sobre concepções de ensino e formação de professores. Passaremos brevemente pelas discussões em torno da estrutura

[47] Ser "lente" tinha o mesmo sentido que o de "professor catedrático", isto é, era aquele que regia uma cadeira enquanto que o professor ministrava os programas estipulados por ele. Isto significa que o lente desfrutava de certo poder e privilégios dentro da hierarquia dos estabelecimentos de ensino. Sobre o assunto é possível consultar a dissertação "José Veríssimo Dias de Mattos: Um crítico na direção do Gymnasio Nacional (1892-1898)", de Rosana Llopis Alves, p.193. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/alvesd2006.pdf>. Acesso em 05 jul. 2015.
[48] Jornal *O Século*, 1ª página, 08/05/1908.
[49] Jornal *A Noite*, 03 de agosto de 1939, primeira página.
[50] Revista *A Escola*, ano de 1878, página 03.
[51] Tais informações se encontram em periódicos como *O Século*, *Cidade do Rio*, *A Escola.*

organizacional dos sistemas de ensino público municipal e federal, enfatizando nossos olhares sobre as concepções e projetos de escola defendidos por Hemetério. Nosso enfoque são as questões raciais do tempo do professor, entretanto isso não exclui de modo algum a sua atuação enquanto educador. Se, enquanto homem público, Hemetério usava e abusava das páginas dos periódicos para tratar das questões raciais de seu tempo, não encontrei nas fontes selecionadas nenhuma evidência mais concreta a esse respeito no que se refere à sua atuação nos espaços escolares.

Não foram encontrados textos ou programas de ensino do professor em que as relações entre a educação e as questões raciais estivessem explicitamente discutidas. Em seus manuais pedagógicos, voltados à gramática em sua maioria, também não nos foi possível encontrar tais indícios.[52] Ao longo dos três últimos capítulos discutiremos os sentidos sociais de ser negro através de um contexto histórico que também inclui artigos de autoria do professor sobre a questão. Aqui e ali encontramos algumas interseções entre “raça” e “educação”, como por exemplo, todo o embate em torno da recusa sofrida por um de seus filhos como aluno do Colégio de São Vicente, em Petrópolis, “por ser de cor preta”.

A ausência de evidências empíricas mais concretas sobre a interseção de tais temas ao longo da prática docente do intelectual não nos impede de tecermos algumas conjecturas e suspeitas nesse sentido. Sendo um homem negro, reconhecido assim por si próprio e por seus contemporâneos, podemos afirmar que a questão racial esteve presente em sua vida cotidianamente. E as discussões desenvolvidas nos capítulos subsequentes ratificam essa constatação. Assim sendo, não é de se supor que dentro dos limites do espaço escolar todas as tensões se dissipassem e sua “pretidão” fosse silenciada.

Outro ponto muito importante para pensarmos essa interseção se refere a fato de que, enquanto professor da Escola Normal, ele atuava na formação daquelas que poderiam ser as futuras mestras das classes populares. Ou seja, Hemetério formava as professoras que seriam, algumas delas, as mestras das crianças pobres e negras da capital federal, como mostra a imagem a seguir, um registro de alunos e professoras da então 3ª série da Escola Rodrigues Alves (RJ), 1914[53]:

[52] O levantamento inicial de fontes primárias na Biblioteca Nacional Seção de Obras Raras, nos permitiu ter acesso a dois desses manuais pedagógicos: “Da construção vernácula”, Editora Bevilacqua, s/d; e “Grammatica Portuguesa”, Livraria Francisco Alves, de 1913. Esta última contém a informação de que era adotada pela Escola Normal do Distrito Federal. Analisando esses manuais foi possível constatar o enfoque dos mesmos nas questões gramaticais.

[53] MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola – imagens da Primeira República*, p.92. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.



Figura II.1: Alunos e professoras da 3ª série da Escola Rodrigues Alves (RJ), 1914. Autor não identificado.

Em “A cor da escola – imagens da Primeira República” (2008), obra à qual a imagem acima pertence, a autora Maria Lucia Rodrigues Müller discute a presença dos alunos e docentes negros em espaços escolares do Rio de Janeiro, à época capital federal, e também do Mato Grosso. Lançando mão de fontes iconográficas, escritas e bibliográficas ela articula discussões a respeito dessa presença, teorias raciais e branqueamento da população, educação e formação nacional. A imagem, originalmente pertencente ao acervo da UDF (Proedes/UFRJ), de autoria não identificada, ao retratar docentes e seus alunos no espaço escolar público nos permite discutir a ideia de que a população negra esteve totalmente apartada dos espaços escolares até os idos dos anos de 1950 e 1960.

Conforme aponta Müller (2008, p.89), a crença de que o restrito desenvolvimento do ensino público aliado à “imprevidência” das famílias negras tenham sido os responsáveis por esse quase completo afastamento da população negra das escolas nada mais é do que um “mito”. Além de buscar, especialmente através das fontes iconográficas, “a cor da escola”, a autora rediscute essa “ausência” na medida em que ressalta as iniciativas da população negra por acesso à escolarização desde os tempos da escravidão. Segundo ela, através das fotografias expostas é possível enxergarmos “(...) a presença de alunos negros nas escolas do Rio de Janeiro e do Mato Grosso, demonstrando o esforço das famílias negras em prover instrução para seus filhos” (2008, p. 91). Crianças pobres e negras do Rio de Janeiro, pertencentes a essas famílias que lutavam a todo custo para proverem a oportunidade de escolarização aos seus filhos, se encontravam sob os ensinamentos de educadoras formadas, muitas delas, por Hemetério dos Santos. Enquanto mulheres letradas, educadoras que o eram,

certamente tinham acesso aos textos do professor sobre as questões raciais daquele tempo, possivelmente dialogando com os mesmos. Não dispomos de fontes mais concretas a esse respeito, mas podemos, sim, fazer algumas suposições e entrelaçar os sujeitos históricos de que falamos linhas atrás.

De nossa parte, acreditamos na possibilidade de enxergamos as palavras do professor Hemetério como potencialmente capazes de atingir a diversos sujeitos, entre eles tais educadores/as e alunos/as de que estamos falando. Assim sendo, exploraremos a partir de agora as visões e entendimentos do "ilustre educador" acerca das "boas qualidades" às quais os/as docentes deveriam estar atentos e vinculados. Seus textos discutem, também, as condições estruturais dos espaços escolares existentes na cidade e as posturas do poder público vigente a esse respeito. Além disso, suas reflexões defendiam determinados modelos de educação que deveriam ser ofertados aos alunos. Os debates muitas das vezes se transformaram em embates, como o caso de toda querela envolvendo o intelectual José Veríssimo e o fechamento da Escola Normal Noturna, o que será discutido mais adiante.

II.1 – "Pelas Escolas", parte I: um "passeio" pelos republicanos estabelecimentos de ensino

Entre os dias 02 de agosto e 26 de novembro de 1889 encontramos nas páginas da *Cidade do Rio*, periódico dirigido por Patrocínio, o anúncio dos serviços de Hemetério como "preparador de alunos" para ingressarem no Colégio Pedro II. A coluna "Diversidades", localizada na segunda página do periódico, trazia em poucas linhas os mais diversos anúncios: alfaiatarias, chapelarias, escritórios de advocacia, consultórios médicos, empréstimos de dinheiro, dentre outros. De acordo com o pequeno anúncio "Colégio Pedro II: "O professor Hemetério Santos dirige alunos para esse colégio. Rua Argentina, n.1, São Cristóvão.".

As páginas de *A Cidade do Rio* também trouxeram anúncios do "Externato Gabalda", entre julho e outubro de 1893, com as seguintes informações:

> *"Externato Gabalda – Antigo Instituto Comercial Fundado em 1877*
> *Ensino Secundário, Superior e Mercantil*
> *Este estabelecimento em cujas aulas, desde janeiro, se matricularam mais de 300 alunos, participa haver aberto novas matrículas para os exames do fim do corrente ano, porquanto prolongou a sua sede até o n.124, onde funcionaram os externatos Jasper e Hewitt.*
> *Para o curso de preparatórios dispõe o externato de um núcleo de professores de nomeada, constituído por: Zepherino, Ramos, Timótheo Pereira, Jasper Pereira Brandão, Maximino Maciel, Hemeterio dos Santos, Oscar de Souza, Sillig e o diretor E. Gabalda a cuja direção se acham as aulas de francês.*
> *Ao mesmo corpo docente estão confiadas as aulas comerciais; ao provecto professor Narciso Figueiras o curso de caligrafia e o de [ilegível], que jamais teve a frequência atual, ao diretor E. Gabalda que, por convite do seu ilustre predecessor Emilio Gomez, professou por doze anos essa matéria nos extintos externatos Jasper e Hewitt.*
> *Rua do Rosário 124 e 126."*[54] *[grifos meus]*

[54] Jornal Cidade do Rio, 26/09/1893, página 03.

Como dissemos anteriormente, encontramos registros da atuação do professor Hemetério no magistério desde fins dos anos de 1870, a partir de sua chegada ao Rio de Janeiro em 1875. Conforme nos conta o periódico *A Noite*, em 1939, num texto laudatório e espécie de homenagem póstuma devido ao seu falecimento[55], Hemetério esteve vinculado ao ensino desde seus anos iniciais na cidade. Conta o jornal que o jovem maranhense buscou apoio junto ao reitor do Imperial Colégio de Pedro II, o também maranhense, Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito, que o fez "repetidor de francês", uma espécie de monitor de alunos. O jornal também nos conta que ao ser visto pelo próprio imperador Pedro II, demonstrando "tamanha proficiência", recebeu do mesmo alguns alunos e em 1889 foi nomeado "lente de português" do Colégio Militar. Em tempos republicanos, segundo o periódico, Hemetério participou da reforma da Escola Normal do Distrito Federal, dirigiu a Escola Normal Livre, mantendo-se na carreira docente por quarenta e dois anos.

Sua produção intelectual para além dos espaços escolares, como "colaborador" em diversos jornais e revistas da cidade do Rio de Janeiro, autor de livros didáticos e publicações avulsas, também se construiu entre fins dos anos de 1870 e meados da década de 1920. Era prática comum ofertar aos periódicos da cidade essas publicações, sendo possível encontrar referências de publicações do professor já no ano de 1878, conforme encontramos na coluna de anúncios literários do jornal católico *O Apóstolo*, em 27 de março de 1878, página 03:

> *"O senhor Hemeterio José dos Santos obsequiou-nos com os seus 'Homonymos Gramaticaes', que são um atestado eloquente do seu talento e aplicação. Agradecemos a oferta."*

É igualmente nos idos da década de 1870 que Hemetério começa a investir na realização de palestras e conversas públicas a respeito do ensino. Em 26 de maio de 1878 o *Diário do Rio de Janeiro*, jornal "consagrado ao comércio, lavoura e indústria", sediado à Rua do Rosário, número 86 e propriedade de Augusto de Carvalho, remete ao público leitor a informações oficiais direto do Ministério do Império, dentre as quais:

> *"Declarou-se ao reitor interino do internato do Imperial Colégio de Pedro II que não convém conceder a permissão pedida pelo bacharel João Severiano da Fonseca Hermes e por Hemeterio José dos Santos, para, por convite dos pais de alguns alunos, explicarem a estes no mesmo estabelecimento as matérias que têm de estudar."*[56]

Os motivos para tal proibição não sabemos, entretanto este registro nos permite ter conhecimento sobre os passos do então jovem professor, do alto de seus vinte anos, na construção de espaços sociais nos quais pudesse discorrer e dialogar sobre o que foi a função principal de toda a sua vida: o ensino. Inúmeras também foram as suas palestras sobre a língua portuguesa, como a noticiada pelo jornal *Cidade do Rio*, em 28 de dezembro de 1888, primeira página:

---

[55] Jornal A Noite, 03 de agosto de 1939, páginas 01 e 02.
[56] Jornal *O Diário do Rio de Janeiro*, *Secção Official*, 26/05/1878, página 01.

> *"Realizou-se ontem, conforme estava anunciado, a conferência do Sr. Professor Hemeterio dos Santos, sobre o 'Dicionário Gramaticlal' do Sr. João Ribeiro.*
> *Depois de mostrar a excelência da obra do já erudito comprovinciano de Tobias Barreto, o Sr. Hemetério louvou as judiciosas observações do autor sobre os elementos africanos e americanos depois da vulgarização do ensino oficial do vernáculo.*
> *Algumas pequenas divergências entre o orador e o autor suscitaram apartes animados que sobremodo lisonjearam o auditório seleto que felicitou entusiasticamente os operosos professores.*
> *Sobre a 'Sintaxe do Dicionário' fará brevemente o Sr. Hemetério nova conferência."*

Estas e muitas outras ocorrências dão conta da intensa atividade intelectual do educador maranhense ao longo de sua vida pública. Suas falas também recaíam de modo contundente sobre aspectos da gestão pública no que tange à estrutura do ensino e das escolas sediadas na capital federal. Para dar segmento a esta discussão lanço mão de importantes reflexões desenvolvidas por estudiosos que se propõem a pensar a chamada "História da Educação" brasileira. Sendo Hemetério um sujeito histórico que dedicou toda a vida ao magistério, essa discussão mais ampla sobre ensino e sua estrutura no pós-abolição republicano se faz mais que importante. Esclareço, porém, que esta é uma discussão dentro de outra maior – sobre as questões raciais do tempo do professor. Maior não no sentido de importância, mas de enfoque da pesquisa como um todo. Ou seja, o fio condutor dessa pesquisa é o de pensar as questões raciais no pós-abolição a partir da trajetória do professor Hemetério – o que inclui pensar a sua atuação enquanto educador, assim como algumas das questões principais que se faziam presentes nesses espaços. É o que passamos a fazer neste momento.

Dentre os estudos que buscam discutir a história da educação brasileira destaco os empreendidos pela historiadora Alessandra Frota M. de Schueller. No artigo "'Escolas de verdade' para a *República do Brazil*: os grupos escolares na capital federal" (2008) esta pesquisadora dialoga sobre o processo de construção dos chamados "grupos escolares" em fins do século XIX e início do XX, assim como os modelos de educação escolar que estavam na pauta da discussões. Segundo ela a implantação da chamada "escola primária graduada" data de 1893, no estado de São Paulo, reunindo e agrupando escolas próximas geograficamente, porém isoladas. Daí que agrupamentos desta natureza passaram a se chamar "Grupos Escolares" (Schueller, 2008, p.02). Ainda segundo esta autora, tais grupos escolares:

> *"Configurando-se como uma escola urbana, moderna e complexa, os primeiros grupos escolares foram instalados no interior do estado em prédios especialmente construídos para abrigar a instituição, adotando uma arquitetura monumental e edificante que colocava a escola primária à altura de suas finalidades políticas e sociais e servia para propagar a divulgação dos governos republicanos. Além da majestosidade dos edifícios, a organização administrativa e didático-pedagógica desses estabelecimentos era considerada, pelos reformadores, como superior à das escolas unitárias*

> *(escolas isoladas) o que lhes conferia visibilidade pública e prestígio social (...)".*

Essa estrutura se consolidou, assim, de acordo com a autora, como a "representação ideal de escola pública elementar" (Schueller, 2008, p.02), o que lhe conferiu legitimidade e o status de "modelo a ser seguido" por outros estados, como o próprio Rio de Janeiro o fez a partir de 1897. Sob a égide da municipalidade estavam as escolas de ensino primário, que também adotou o modelo dos grupos escolares, ao menos até meados da década de 1910. O ensino primário, ainda segundo Schueller (2008, p.04), compreendia os chamados *Primeiro* e *Segundo Graus,* abrangendo na primeira etapa o ensino de crianças entre sete e doze anos. Já a segunda etapa do ensino primário compreenderia o ensino para jovens entre treze e quinze anos. De acordo com o Código de Posturas da cidade do Rio de Janeiro, publicado em 20 de setembro de 1892, em seu capítulo VIII, artigo 58, os serviços de limpeza da cidade e das praias; assistência à infância; higiene municipal, esgotos da cidade, Corpo de Bombeiros e a instrução primária (incluindo pessoal e material), deixaram de ser encargos do governo federal e passaram à esfera do poder público municipal. Já no ano seguinte são criadas, a partir do decreto número 44 de 05 de agosto de 1893[57], artigo primeiro, quinze repartições, dentre as quais a "Diretoria de Instrução Municipal". Schueller (2008, p.04) nos diz que:

> *"No que tange à constituição dos grupos escolares, com o decreto legislativo nº 38 (9/5/1893), ficou estabelecido que a Municipalidade mandaria construir, em cada circunscrição urbana do Distrito Federal, um ou mais grupos escolares conforme a densidade da população. Em 1897 foi criado o primeiro grupo escolar do Distrito Federal, que, com a designação de Grupo Escolar Benjamin Constant, ocupou o antigo prédio da Escola Municipal de São Sebastião, inaugurada em 1872, onde, reconstruído, passou a funcionar no atendimento da instrução para o sexo feminino, reunindo a 4ª, a 5ª e a 7ª escolas femininas do quarto distrito".*

Outra questão importante discutida por Schueller (2008) está relacionada aos ideais republicanos de "modernidade" também presentes nas concepções de educação veiculadas por intelectuais e o próprio poder público na medida em que paulatinamente encampava as iniciativas de constituição de espaços escolares, investindo na construção de prédios e a proposta de "escola graduada" (seriada) que os chamados grupos escolares aventavam. Tais iniciativas do poder público municipal em relação ao ensino primário, de acordo com esta autora (2008, p.06), tiveram grande peso na construção de uma cultura escolar em que elementos como a seriação, "a representação de profissionais da educação e da sociedade em torno da chamada excelência escolar" e "a classificação dos alunos através de sistemas de avaliação" estiveram fortemente associadas a esses ideais de modernidade no que concerne aos espaços escolares e concepções de ensino. Tais ideais não podem, entretanto, serem vistos como os únicos a circularem pela sociedade brasileira republicana da época; nem tampouco enquanto modelos implantados integralmente, atingindo o propósito de anular todas

[57] Tanto o Código de Posturas, publicado em 1892, quanto o decreto N.44, publicado em 1893, podem ser acessados através da Biblioteca Digital do Senado, na "Seção de Obras Raras". Disponíveis em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224185>. Acesso em 21 fev. 2015.

as outras práticas que estavam em vigor. Ao contrário, como novamente pontua Schueller (2008, p.02), a posição dos grupos escolares enquanto “ideal de escola pública elementar”, bem como o de “escolas de verdade”, caminharam lado a lado às chamadas “casas de escola” - estabelecimentos não oficiais e com infraestrutura de qualidade inferior se comparada aos “palácios de ensino” construídos pelo poder público desde fins do século XIX - e outras iniciativas populares de educação escolar.

Ainda sobre questões estruturais da organização do ensino primário, sob a competência do município, recorro às reflexões construídas por Schueller, Rizzini e Marques (2015) no artigo “*Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906)*”. Os autores discutem os limites e possibilidades de escolarização na cidade do Rio de Janeiro, entre 1888 e 1906, pensando especificamente nas inciativas de sujeitos negros no pós-abolição na luta pelo acesso à educação formal. Lançando mão de censos do período em questão eles argumentam que as ditas “áreas centrais”, compreendidas entre os primeiro e terceiro distrito, conforme mostra a tabela a seguir, concentravam considerável quantitativo de estabelecimentos escolares bem como de alunos matriculados[58]. Sobre o ano de 1892 (2015, p.156), vejamos:

[58] SCHUELLER, RIZZINI e MARQUES. *Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906)*. *Hist. Educ.* [Online] Porto Alegre v. 19 n. 46 Maio/ago., 2015, p. 145-165.

Mappa estatistico das escholas publicas primarias do primeiro grau (Distrito Federal, 1892).

Districtos escholares	Frequezias	N. das escholas			Matriculas		
		Sexo Masc.	Sexo Fem.	Total	Sexo Masc.	Sexo Fem.	Total
Primeiro Districto	Gavea	2	2	4	63	38	101
	Lagoa	3	3	6	358	198	556
	Gloria	4	6	10	328	311	639
Total		9	11	20	749	547	1296
Segundo Districto	S. José	1	3	4	228	307	535
	Candelária		1	1	24	86	110
	Sacramento	3	3	6	260	238	498
	Santa Rita	3	3	6	262	231	493
	St. Antonio		1	1	37	98	135
	Sant´Anna	1		1	100	..	100
Total		8	11	19	911	960	1871
Terceiro Districto	Sant´Anna	4	6	10	466	489	955
	Espirito Santo	3	4	7	376	390	766
	St. Antonio	3	1	4	223	67	290
Total		10	11	21	1065	946	2011
Quarto Districto	Eng. Novo	5	6	11	240	483	723
	S. Christovão	4	5	9	188	325	513
Total		9	11	20	428	808	1236
Quinto Districto	Eng. Novo	3	3	6	341	249	590
	Inhaúma	2	2	4	125	94	219
	Jacarepaguá	4	1	5	168	45	213
Total		9	6	15	634	388	1022
Sexto Districto	Cp° Grande	3	3	6	169	100	269
	Guaratiba	3	3	5	131	71	202
	Santa Cruz	2	2	4	119	83	202
Total		8	7	15	419	254	673
Sétimo Districto	Irajá	2	2	4	57	9	126
	Ilha do Gov^{dor}	3	1	4	130	22	152
	Paquetá	1	1	2	51	62	113
Total		6	4	10	238	153	391
Recapitulação	1° Districto	9	11	20	749	547	1296
	2° Districto	8	11	19	911	960	1871
	3° Districto	10	11	21	1065	946	2011
	4° Districto	9	11	20	428	808	1236
	5° Districto	9	6	15	634	388	1022
	6° Districto	8	7	15	419	254	673
	7° Districto	6	4	10	238	143	391
Total		59	61	120	4.444	4.056	8.500

Fonte: AGCRJ - 11.4.23 - Instrução Pública - Estatística de frequência e matrículas (1874-1897).

Figura II.2: Tabela com o mapa estatístico das escolas primárias do Primeiro Grau do Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro), 1892.

Articulando as informações de 1892 às fornecidas pelo censo de 1906, os autores concluem que:

> "Nestes distritos, nos quais se circunscreviam as antigas freguesias imperiais de Santana e Santa Rita, registrava-se o mais alto índice de matrículas do município. De acordo com a tabela 2, das 8.500 matrículas do ano de 1892, 3.882 atendiam às escolas públicas das freguesias centrais. Das 120 escolas

> públicas do município, 40 delas situavam-se nessa região, incluindo a Escola de São Sebastião, que recebia grande afluxo de estudantes, inclusive no seu curso noturno para trabalhadores. As freguesias de Santana e Santa Rita, juntas, concentravam o maior número de escolas (17) e de alunos (1.548).
> Essas regiões permaneceram, em 1906, com alta densidade populacional (tabela 3). Os índices de alfabetização nesses distritos também foram considerados altos. Dentre os homens, em Santa Rita, 58,09% foram registrados como alfabetizados e, dentre as mulheres, 43,21%. Já em Santana este percentual foi 55,61% de homens e 42,59% de mulheres. Na Gamboa, que até 1890 pertencia à Freguesia de Santana, 51,90% dos homens e 39,36% das mulheres sabiam ler.". (Schueller, Rizzini e Marques, 2015, p.158)

Tais regiões, segundo eles, eram espaços prioritários de "moradia, lazer e trabalho" das classes populares e trabalhadoras, dentre as quais descendentes de escravizados e libertos. Ou seja, é possível vislumbrar através dessa discussão os caminhos percorridos por professores e alunos na construção do contexto educacional brasileiro nos anos iniciais do novo regime político.

Aqui também se faz importante discutir sobre organização e manutenção do chamado ensino secundário, posterior ao primário e que incluíam também o curso de formação de professoras do qual Hemetério fazia parte. A responsabilidade sobre essa etapa do ensino caberia ao governo federal conforme pontuam as autoras Eurize Caldas Pessanha e Silvia Helena Andrade de Brito, no texto "Ensino Secundário ou Educação Secundária? – Controvérsias e singularidades na escrita de sua história" (2014). Remontando ao período imperial, as autoras discorrem sobre a configuração do chamado Ensino Secundário e suas nomenclaturas ao longo da história. Ambas também apontam as transformações sofridas por esse segmento do ensino, assumindo contornos de uma "escola moderna":

> *"As mesmas dificuldades [de terminologia] se fazem presentes na Primeira República, muito embora a organização do trabalho didático do ensino secundário, conforme prescrito pelos textos legais (Vieira, 2008), tenha se transformado progressivamente, em direção à conformação de uma escolarização regular, que assumiria os contornos da escola moderna: seriação definida e disposta de maneira a se estruturarem classes homogêneas, associadas a um determinado rol de disciplinas; a presença de professores especializados em cada campo do conhecimento, responsável seja pela elaboração, seja pela organização de materiais didáticos – em especial, como citado anteriormente, compêndios – para cada disciplina, entre outros."* (Pessanha e Brito, 2014, p.243)

Essa tentativa do poder público de regulamentar e padronizar o ensino nas suas mais diversas modalidades, conforme assinalam as autoras acima, podem ser constatadas quando consultamos os decretos de número 982, de 08 de novembro de 1890 e ao de número 1.194, de 28 de dezembro de 1892, regulamentando o funcionamento da *Escola Normal* da Capital Federal e do *Gymnásio Nacional*, respectivamente. A leitura de ambos nos expõe esse quadro examinado pelas autoras, pois expressam normas tanto para o funcionamento dos estabelecimentos quanto para a organização das disciplinas, divisão das mesmas, formação de corpo docente especializado, duração do ano letivo, exames a serem prestados, encargos de cada membro do corpo escolar, bem como tabelas de vencimentos específicos a cada função

exercida. Sobre as disciplinas que deveriam ser oferecidas na Escola Normal temos, ao longo de suas cinco séries, conforme exposto no terceiro artigo do decreto já mencionado, a seguinte disposição: português, latim, francês, geografia geral e *chorografia*, cartografia do Brasil, história universal e do Brasil, matemática, astronomia, física e química, biologia, moral, sociologia, noções de agronomia (para os alunos do sexo masculino), caligrafia, música, desenho, ginástica (para as alunas do sexo feminino), trabalhos de agulha e manuais. [59]

Já o decreto que versa sobre o *Gymnasio Nacional*, também em seu artigo terceiro, define como suas disciplinas ao longo dos sete anos de formação a que estariam submetidos os alunos: português, latim, grego, francês, inglês, alemão, matemática, astronomia, física, química, historia natural, biologia, sociologia e moral, noções de economia politica e direito pátrio, geografia, historia universal, historia do Brasil, literatura nacional, desenho, música, ginástica, evolução militares e esgrima. E o estabelecimento, de acordo com seu primeiro artigo, tinha por objetivo: "(...) proporcionar á mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental, necessária e suficiente assim para a matrícula nos cursos superiores da Republica, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social.". [60] Nos parece, pois, que o Ginásio oferecia aos alunos o que hoje conhecemos por "formação geral", enquanto que a Escola Normal conferia aos alunos (e principalmente às alunas) uma formação profissional.

O "passeio" pelas escolas nos solicita, ainda, discorrer sobre outros dois elementos desse quadro mais amplo que estamos construindo até o presente momento: o *Colégio Militar* e a *Escola Normal Livre*. Ambos compuseram o quadro de estabelecimentos de ensino na capital republicana e foram também lugares nos quais nosso professor atuou ao longo de sua carreira docente. Comecemos, pois, a tratar da escola em que algumas das professoras cariocas eram formadas: a *Escola Normal Livre*. Em 1896 encontramos algumas informações sobre essa escola no *Almanack Administrativo, Comercial e Industrial*, *Seção Sciencia e Instrucção*, página 1450:

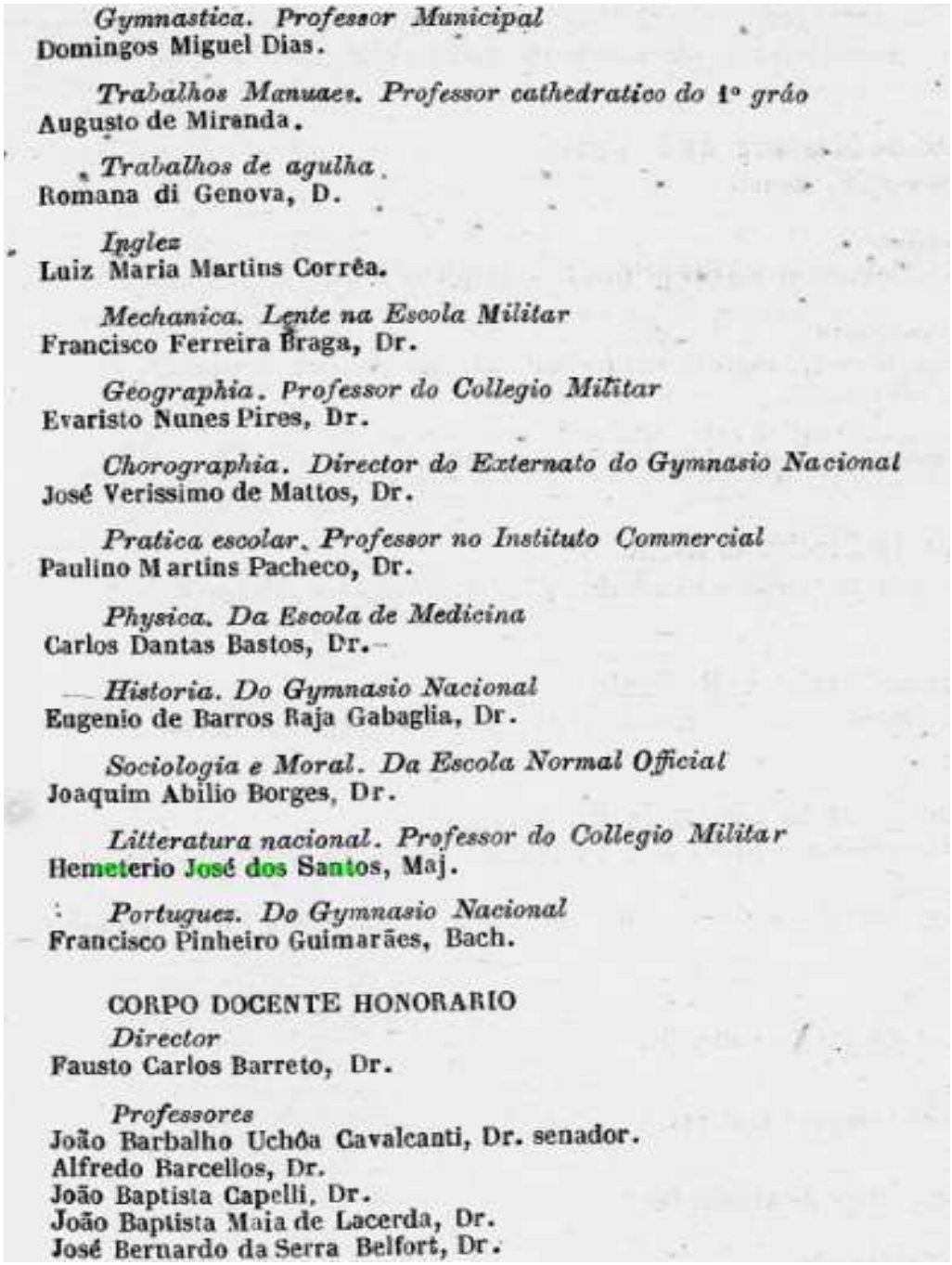
> *"Escola Normal Livre*
> *Rua Sete de Setembro, 58.*
> *Aulas todos os dias uteis, das 5 horas da tarde às 9 horas da noite.*
> *Fundada por uma associação de professores em 18 de maio de 1893. Equiparada à Escola Normal Oficial pelo resolução municipal de 20 de novembro do mesmo ano, promulgada por decreto da Prefeitura, n.103, de 3 de Agosto de 1894.*
> *Administração:*
> *Diretor*
> *Oscar Nerval de Gouvêa, Dr.*
> *Secretário*
> *Hemetério José dos Santos, Maj.*
> *Escriturário*

[59] Decreto de Número Decreto nº 982, de 08 de Novembro de 1890. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-982-8-novembro-1890-515569-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jun. 2015.

[60] Decreto de Número 1.194, de 28 de dezembro de 1892. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=72102>. Acesso em: 22 jun. 2015.

Domingos Magno da Silva
Inspetoras de alunas
Custodia Ramalho, D.
Euphrosina Barbosa, D.
Constança dos Santos, D. (...).”

O periódico também traz informações sobre disciplinas e o corpo docente, como demonstra a imagem a seguir[61]:



Gymnastica. Professor Municipal
Domingos Miguel Dias.

Trabalhos Manuaes. Professor cathedratico do 1º gráo
Augusto de Miranda.

Trabalhos de agulha
Romana di Genova, D.

Inglez
Luiz Maria Martins Corrêa.

Mechanica. Lente na Escola Militar
Francisco Ferreira Braga, Dr.

Geographia. Professor do Collegio Militar
Evaristo Nunes Pires, Dr.

Chorographia. Director do Externato do Gymnasio Nacional
José Verissimo de Mattos, Dr.

Pratica escolar. Professor no Instituto Commercial
Paulino Martins Pacheco, Dr.

Physica. Da Escola de Medicina
Carlos Dantas Bastos, Dr.

Historia. Do Gymnasio Nacional
Eugenio de Barros Raja Gabaglia, Dr.

Sociologia e Moral. Da Escola Normal Official
Joaquim Abilio Borges, Dr.

Litteratura nacional. Professor do Collegio Militar
Hemeterio José dos Santos, Maj.

Portuguez. Do Gymnasio Nacional
Francisco Pinheiro Guimarães, Bach.

CORPO DOCENTE HONORARIO

Director
Fausto Carlos Barreto, Dr.

Professores
João Barbalho Uchôa Cavalcanti, Dr. senador.
Alfredo Barcellos, Dr.
João Baptista Capelli, Dr.
João Baptista Maia de Lacerda, Dr.
José Bernardo da Serra Belfort, Dr.

Figura II.3: Lista do corpo docente e disciplinas da Escola Normal Livre em 1896.

Sobre o funcionamento da instituição o periódico nos conta ainda, na mesma seção e páginas referidas anteriormente:

[61] *Almanack Administrativo, Comercial e Industrial*, 1896, *Seção Sciencia e Instrucção,* páginas 1450 e 1451.

> *"As matrículas, exames e diplomas desta Escola gozam dos mesmos direitos e regalias que os da Escola Normal Official.*
> *Além de candidatos ao Curso Normal, matriculados ou ouvintes, podem se recebidos na Escola, como Avulsos, alunos que se destinem aos exames gerais de preparatórios.*
> *Mensalidade, 15$ por matéria no limite máximo de 30$000.*
> *A Escola tem anexas duas aulas de instrução primária do 1º e 2º graus, tanto para meninos como para meninas, as quais funcionam das 9 horas da manhã às 2 da tarde, sob os seguintes preços mensais: Curso Elementar, 10$; de transição, 15$; e complementar, 20$000.".*

Outras referências sobre a Escola Normal podem ser encontradas no Diário Oficial da União, em 06 de novembro de 1894, dando conta da abertura de matrículas, autorizando o compartilhamento dos laboratórios e gabinetes de química e física do instituto do *Pedagogium*[62]*:*

> *"Autorizou-se o diretor interino do Pedagogium a permitir que a Escola Normal Livre se utilize para o ensino de seus alunos, dos laboratórios e gabinetes de física e química daquele estabelecimento, em horas que não perturbem o seu serviço e que deverão ser previamente combinadas com o mesmo diretor. – Deu-se conhecimento ao diretor da Escola Normal Livre.".*[63]

> *"Decreto N.103 – de 3 de Agosto de 1894 - Concede subvenção ao Liceu Engenho Velho e a outras instituições.*
> *O prefeito do Distrito Federal:*
> *Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu promulgo a seguinte resolução, de conformidade com a decisão do Senado Federal:*
> *Art.1º.É concedida ao Liceu do Engenho Velho, à Escola Normal Livre, à Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e à Escola de Ensino Gratuito, mantida em Botafogo, à Rua Bambina, em edifício próprio, a subvenção anual de 6:000$, cada uma dessas instituições, respectivamente, pagas em prestações mensais.*
> *Art. 2º. Todas estas instituições ficam sujeitas à fiscalização que lhes for imposta pela Prefeitura.*
> *§ 1º. Quanto à Escola Normal Livre, seu plano deverá ser conforme ao da Escola Oficial, à qual fica desde já equiparada para todos os efeitos com a obrigação de admitir anualmente, isentos de qualquer contribuição, doze alunos reconhecidamente pobres.*
> *(...)*
> *§ 3º. Cada uma dessas instituições é obrigada a manter uma biblioteca ou sala de leitura à disposição do público.*
> *Distrito Federal, 3 de agosto de 1894, 6º da República. – Henrique Valladares.".*[64]

A leitura das fontes transcritas acima é também reveladora do contexto de que falam tanto Schueller (2008) quanto Pessanha e Brito (2014) sobre as tentativas do poder público republicano em padronizar a organização escolar do período. Os docentes, entre eles o professor Hemetério, que se organizaram para criar uma Escola Normal, formadora de professores, buscaram seguir à risca os ditames oficiais. Isto não significa dizer que tenham

[62] O chamado *Pedagogium* foi uma instituição criada pelo governo federal republicano em 1890 com o intuito de ser uma espécie de "museu pedagógico". Suas funções eram as de coordenar e controlar as atividades pedagógicas a nível nacional. Tais informações e maiores discussões acerca do instituto podem ser encontradas em PORTUGAL, Francisco Teixeira. *Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim,* Revista de Psicologia da Uerj, 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/html/v10n2a18.html>. Acesso em: 26 jun. 2015.
[63] Acesso em: 26 jun. 2015.
[64] Diário Oficial da União, 04/08/1894, seção *Diretoria de Instrucção*, páginas 05 e 06. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1636871/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-08-1894/pdfView>. Acesso em: 26 jun. 2015.

concordado de modo uníssono às deliberações oficiais, mas que estavam atentos aos mecanismos necessários para que conseguissem a subvenção do governo tão necessária ao seu funcionamento e legitimação social. Ou seja, para que fosse entendida como "escola de verdade", nos moldes discutidos por Schueller (op. Cit.), a *Escola Normal Livre* precisava também ser composta por um corpo docente seleto e especializado, bem como por uma diversificada grade de disciplinas que ia desde a física aos chamados "trabalhos de agulha", além de proporcionar aos seus alunos o acesso a laboratórios e gabinetes científicos como os do *Pedagogium*.

As discussões feitas pela autora Rosane dos Santos Torres, em "Filhos da Pátria, Homens do Progresso: O Conselho Municipal e a Instrução na Capital federal (1892-1902)", 2012, igualmente acrescentam à construção desse panorama do ensino nos primeiros anos republicanos. Examinando os projetos dos primeiros anos republicanos voltados para a construção de uma "educação nacional", Torres trata dos embates e disputas a partir da leitura dos discursos dos chamados Intendentes Municipais[65]. A autora assinala, assim como Schueller (2008), quão diversificada era a "malha escolar" dos primórdios republicanos, agregando instituições públicas, domésticas, particulares, subvencionadas, diurnas e noturnas, além de voltadas a diferentes públicos (Torres, 2012, p. 31). Ponto importante que também é ressaltado por ela se refere ao fato de que esse contexto histórico estava em construção e permeado por diferentes concepções e propostas de educação escolar. Aspecto em comum a esses múltiplos e diversos projetos certamente estava a perspectiva de que a instrução da população caminhava lado a lado aos ideais de "progresso" e "civilização" encampados pelo regime republicano. Assim sendo, a constituição dessa tríade - "educação", "progresso" e "civilização" – fez da instrução pública um mecanismo de "intervenção social", ainda conforme Torres (2012, p.21). Processo que incluiu uma gama bem ampla de sujeitos, indo desde professores, literatos, autoridades públicas, passando pelas páginas dos periódicos da época – como podemos ver no texto publicado na *Gazeta da Tarde* em 03 de junho de 1896,seção *Almanack da Gazeta da Tarde*, página 02:

> *"Escola Normal Livre*
> *Entra hoje no seu quarto aniversário este belíssimo instituto de educação, produto admirável e raro, em nosso país do esforço individual e de verdadeiro patriotismo de um grupo de nosso concidadãos.*
> *À sua direção acha-se o dr. Oscar Nerval de Gouvêa, nome que concretiza às mais belas fulgurações de um talento extraordinário e de uma cultura pouco comum, qualidades as mais distintas dentre as quais sobressai, máscula e viril, a energia aliada ao mais notável devotamento pela causa grandiosa do ensino livre.*
> *Saudando hoje à sua ilustre Congregação, e como era justo, salientando a notável colaboração do digno dr. Oscar Nerval de Gouvêa, não deixaremos também em olvido o nome do ilustre major Hemetério dos Santos, seu digno secretário atual, e o decano de seu atual corpo docente.*

[65] Os Intendentes Municipais eram membros do setor legislativo da administração em âmbito municipal, exercendo funções que atualmente estão a encargo dos vereadores. Discutiremos mais detidamente o papel dos mesmos no contexto republicano inicial no capítulo "Negros na política, política negra".

> *O major Hemetério, no honroso posto que lhe foi em boa hora confiado, tem sabido secundar os hercúleos esforços do dr. Nerval em prol de tão útil instituição."*

A perspectiva da instrução pública enquanto poderoso mecanismo de intervenção social aqui aparece também como campo de atuação marcadamente masculino. As perspectivas expressas pelo periódico, fundado por Ferreira de Menezes em 1880 e propriedade de Luiz Ferreira de Moura Brito à época do texto reproduzido acima, nos dão conta de que dois homens, Dr. Nerval e Major Hemetério, "másculos", " viris" e "ilustres", "concidadãos" e "patriotas", tomaram para si a tarefa de disseminar a instrução popular. O espaço das discussões em torno dos projetos educacionais dos tempos republicanos é um espaço demarcado pela presença e atuação masculina, não fugindo ao que ocorria nos demais espaços sociais daquela época. Uma discussão mais aprofundada sobre as relações de gênero no que concerne ao magistério brasileiro de fins do século XIX e início do XX não cabe nos limites deste trabalho, mas isto não significa que será desconsiderada. O que por hora faremos é lançar algumas questões, indicando possibilidades de leitura e de abordagens.

As professoras formadas pela própria Escola Normal Livre e outras instituições formadoras da época ocupavam funções importantes dentro das escolas primárias, inclusive as de chefia e direção. A família Hemetério dos Santos não ficou de fora desse contexto: Rufina, Coema e Gulnare Hemetério dos Santos, educadoras formadas, também estiveram à frente de tais postos. Conforme publicação oficial do jornal *O Paiz*, seção "Prefeitura do Distrito Federal – Publicação diária dos atos oficiais", de 05 de abril de 1913, página 10, diversos professores e professoras foram nomeados pela "Diretoria de Instrução Pública", como regentes da Escola Normal, para os cursos diurno e noturno. No primeiro caso temos duas mulheres, dentre um grupo de oito educadores, D. Amélia Mendes para aritmética e D. Evangelina Augusta Fontella para geografia do 2º ano. Já para o curso noturno há uma nomeação maior, um total de quinze educadores, sendo sete o total de educadoras mulheres: D. Arminda Augusta Bastos e Coema Hemetério dos Santos Pacheco para português do 1º ano; Luiza Azambuja Ferreira para francês do 1º ano; Maria Emilia Appa dos Santos e Antonieta Gomes de Araújo para ginástica; Celina Padilha para história natural; Maria Luiza Desray para francês do 3º ano. O corpo docente do curso noturno contaria também com a atuação do professor Hemetério para a cadeira de português do 3º ano. Interessante também é a presença do curso de higiene, que seria ministrado pelo professor Dr. Carlos Oscar Lessa aos alunos e alunas do 4º ano.

Coema, a filha mais velha do casal Rufina e Hemetério, antes de atuar como professora da Escola Normal ao lado de seu progenitor frequentou os bancos escolares de tal instituição, estagiando na escola pública Gonçalves Dias em 1908[66] e colando grau em outubro de 1910[67], mesmo ano de seu casamento. Em 01º/04/ 1916 o *Correio da Manhã*, na seção de anúncios,

[66] *Correio da Manhã*, 10/03/1908, página 04.
[67] O Século, 29/08/1910, página 01.

informa aos leitores sobre a abertura do processo seletivo da Escola Normal, sob a direção da "professora diplomada Coema Hemetério Pacheco"[68].

Esposa de Hemetério dos Santos e mãe de Coema e Gulnare, Rufina Vaz de Carvalho dos Santos figura nas páginas do periódico *O Imparcial,* em novembro de 1915, como "professora catedrática" e diretora da 4ª Escola Feminina do 7º Distrito[69]. Dois anos antes, em dezembro de 1913, a "mme. Rufina" ocupava o cargo de diretora da 7ª escola do 3º distrito[70]. Em maio de 1891, seis anos após seu matrimônio com o professor Hemetério, ela era nomeada professora adjunta interina para atuação em escolas primárias, conforme noticia o *Jornal do Brasil*, junto a um grupo de outras quarenta educadoras[71]. Gulnare Hemetério dos Santos, uma das filhas mais nova do casal, também aparece nas publicações oficiais sendo designada estagiária no ano de 1912 para a 1ª escola feminina do 7º distrito, sob a supervisão da professora Francisca de Souza Monteiro[72]; e nomeada professora "adjunta de 3ª classe", em junho de 1916, junto a outras normalistas diplomadas[73].

Em agosto de 1923 a revista quinzenal *Jornal das Moças*[74] conta sobre a Escola Bernardo de Vasconcellos, seus primórdios, educadoras que ocuparam o posto de diretoras, bem como endereços nos quais a mesma funcionou. Funcionando no edifício da escola Benjamin Constant, no turno da manhã e sob a direção da professora catedrática D. Edelvira Rodrigues de Moraes, a escola contava com um corpo docente constituído por vinte e duas "inteligentes e dedicadas adjuntas", dentre as quais se encontrava a professora Gulnare Hemetério dos Santos. Ainda de acordo com o periódico, a "talentosa educadora" [Edelvira Rodrigues de Moraes] há apenas nove meses no posto de diretora deixava mostras do excelente trabalho que vinha realizando, pois era possível verificar:

> *"(...) o asseio, a boa ordem, o bom gosto que se observa em tudo, desde a uniformização dos alunos e professoras, que, ao contrário do que temos verificado nas demais escolas, é rigorosamente observada, até aos mais pequenos (sic) detalhes de estética escolar."*[75]

Aqueles "modelos ideais" de organização escolar, discutidos alguns parágrafos atrás, são também expressos nos anos de 1920, conforme é possível contemplar nos escritos da revista voltada ao público feminino. Ao nos atentarmos aos adjetivos associados à escola, lugar de instrução e também de "asseio", "bom gosto", "ordem", de mestras "delicadas", constatamos que alguns dos ideais dos primórdios republicanos são encontrados três décadas após sua

[68] Correio da Manhã, 01º/04/1916, página 03.
[69] *O Imparcial*, seção "Notas Oficiais", 27/11/1915, página 05.
[70] O Imparcial, seção "Notas Sociais", 09/12/1913, página 03.
[71] Jornal do Brasil, 07/05/1891, página 02.
[72] O Paiz, seção "Diretoria Geral de Instrução Pública", 25/07/1912, página 09.
[73] O Paiz, 08/06/1916, página 05.
[74] A revista ilustrada *Jornal das Moças* foi publicada pela primeira vez na cidade do Rio de Janeiro em 21/05/1914, sendo vendida a 400 réis o número avulso. A princípio a revista era publicada quinzenalmente, em 1923, porém, já chegava às mãos das moças da capital federal semanalmente. Composta de mais de trinta páginas a revista publicava poesias, crônicas, artigos, fotografias, dicas de beleza e comportamento, propagandas etc., tinha por colaboradores tanto mulheres quanto homens. A sede da redação e administração ficava na Rua do Senado, nº28. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/111031/per111031_1914_00001.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.
[75] *Jornal das Moças*, 23/08/1923, seção "Nos domínios da Instrucção", página 19.

gestação. Expressar tais ideais por meio de textos escritos e icnográficos servia para fazer propaganda do estabelecimento de ensino e ao mesmo tempo colocá-lo enquanto no lugar de "padrão de qualidade". As imagens a seguir procuram transmitir às suas leitoras, muitas das quais mães e/ou educadoras, os adjetivos relacionados à Escola Bernardo de Vasconcellos[76]:



Dois grupos de alumnas da Escola Bernardo de Vasconcellos, vendo se ao alto o seu brilhante corpo docente.

Figura II.4: Acima o corpo docente da Escola Bernardo de Vasconcellos. Abaixo, alunos e alunas da mesma instituição. Ano de 1923.

[76] *Jornal das Moças*, 29/05/1924 e 12/06/1924, respectivamente. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>. Acesso: 27 jun. 2015.



Figura II.5: Grupo de alunos do 1º ano da Escola Bernardo de Vasconcellos, 1923.

O movimento pela expansão da escolarização da população não ficou circunscrita aos projetos de alguns dos homens republicanos que participavam das esferas do poder público. Esteve presente nas intervenções de diversos educadores, como o próprio Hemetério, e também de educadoras como a Sra. D. Maria Santos, vice-presidente da "Liga Contra o Analfabetismo", conforme noticia *O Paiz,* em 08 de junho de 1916, página 05. A perspectiva de que a "construção na Nação" e dos seus cidadãos passava, conforme Torres (2012, p.49), pela aquisição da instrução e a ampliação da escolarização e do atendimento às classes populares estava, pois, disseminada entre diferentes espaços e sujeitos sociais.

Sobre a voz feminina em prol da extensão às classes populares da escolarização e da instrução pública temos pouco material dentre as fontes reunidas na presente pesquisa. Os periódicos pesquisados nos trazem a preponderância das vozes masculinas, como já dissemos, a favor ou contra variados projetos de educação. Entretanto, estando à frente da regência de turmas e direções das escolas primárias eram as vozes de mulheres, algumas delas negras como Rufina, Coema e Gulnare[77], que, reproduzindo, refutando, (re) construindo ou, numa mistura de tudo isso, aliando suas visões de educação e formação aos discursos e ideais propagados por homens como o professor Hemetério, atuavam na "construção da nação brasileira".

Essas "construtoras da nação" edificaram, conforme o estudo de Maria Lucia Müller (1999), um lugar de relativa autonomia para si próprias através do exercício do magistério.

[77] Sobre o pertencimento étnico-racial de sua esposa e filhos é o próprio professor Hemetério quem os define em artigo publicado no jornal *O Imparcial* em 20/10/1914, página 05, em resposta a uma provocação feita pelo intelectual Alcindo Guanabara: "(...) ambos casamos com mulher mulata (...) e mulatos saíram nossos filhos (...)". A forma como se construíram as relações raciais no Brasil apontam para uma espécie de graduação fenotípica em que pessoas não brancas, mas de tonalidade mais clara são definidas como "mulatas", "pardas" ou "morenas". Sobre isto discutiremos mais adiante.

Ainda de acordo com esta autora, a contribuição dessas mestras na "construção da nação" foi basicamente a de divulgar e ensinar os mitos e símbolos da nacionalidade, "conformando hábitos e atitudes de seus jovens alunos", através dos programas de ensino e a execução de rituais "que garantiam a afirmação de pertencimento de todos os brasileiros a uma mesma nação" (Müller, 1999, p.02). Tendo por aporte empírico um conjunto de fontes que englobam desde a legislação aos textos escritos e publicados em revistas pedagógicas, no estudo "As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República", Müller também aponta que a voz preponderante nos espaços públicos e legitimada socialmente era de fato a masculina. A autora, entretanto, não deixa de levar em conta as margens e "brechas" que possibilitavam às professoras a conquista de um meio próprio de sobrevivência, prestígio social para si e para sua família, certa autonomia e o direito de "ir e vir" pelos espaços da cidade (Müller, 1999, p. 07).

Se as Escolas Normais e de ensino primário proporcionavam brechas e possibilidade de atuação das mulheres na empreitada da educação nacional o mesmo não se verificava no Colégio Militar. Desde sua fundação em 06 de maio de 1889, ainda em tempos imperiais, aos anos de 1950 o colégio abrigou apenas professores e alunos do sexo masculino. No rico trabalho memorialístico "Breve introdução à História dos Colégios Militares no Brasil", publicado na cidade do Rio de Janeiro em 1958, os professores e militares Antonio Joaquim de Figueiredo e Arivaldo Silveira Fontes, reúnem uma série de documentos oficiais e depoimentos para contarem a história do colégio. De modo linear remontam aos idos da Guerra do Paraguai a fim de apresentarem os antecedentes que levaram à criação do colégio algumas décadas posteriores. Após muitos embates encabeçados por Tomás Coelho, contam-nos os autores que em 09 de março de 1889 foi assinado o decreto imperial de número 10.202, criando o "Imperial Colégio Militar da Corte". Voltado prioritariamente para os filhos e netos de oficiais efetivos, reformados e honorários do Exército e da Armada, o colégio também abria espaço para filhos de civis, ainda que em menor proporção. Deveriam ter entre oito e doze anos, comprovando diante de uma banca de professores que sabiam ler e escrever, além de devidamente vacinados. Após o ciclo de estudos o decreto previa que os alunos, filhos e netos de militares, deveriam seguir a carreira militar, caso contrário teriam que indenizar a instituição de ensino[78].

O corpo administrativo seria composto por: comandante, ajudante, capelão, médico, secretário, bibliotecário, escriturário, quartel-mestre, agente, comandante de companhia, porteiro, roupeiro, enfermeiro, guardas, serventes. O corpo docente seria formado por: seis professores, quatro adjuntos, um capelão, um médico, um mestre de esgrima, um mestre de natação e ginástica, um professor de música e quatro comandantes de companhia para ministrarem a chamada "instrução prática". O decreto previa que os professores, civis ou

[78] FIGUEIREDO, A. Joaquim e FONTES, Arivaldo Silveira. *Breve introdução à História dos Colégios Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: 1958, página 43.

militares, fossem nomeados por decreto e mediante um concurso de provas e títulos, o que não ocorreu. A alegação foi a da "falta de tempo" para organização do certame, sendo a ocupação dos cargos resolvida por uma seleção de professores baseada em seu "notório saber". Os adjuntos, também civis ou militares, seriam nomeados pelo ministro da Guerra[79]. As nomeações dos principais docentes do colégio, os professores, no primeiro momento foram feitas diretamente pelo imperador Pedro II ou sob sua aprovação. Ou seja, o primeiro corpo docente do colégio foi composto por indicações que passaram pelo crivo e aprovação do soberano.

A prática das indicações a cargos na esfera pública se manteve nos anos republicanos e restam poucas dúvidas de que este foi o elemento que norteou as escolhas dos docentes e demais funcionários do Colégio Militar tanto no período imperial quanto nas primeiras décadas republicanas. O que determinava quem era possuidor de um "notório saber"? Ou, quais saberes poderiam ser considerados como "notórios"? Quem os determinava? Como vimos, não eram os concursos, mas as relações de proximidade e políticas que determinava quem ocuparia os lugares. Figueiredo e Fontes (1958) não falam a respeito das formas pelas quais os membros do corpo administrativo foram escolhidos, entretanto tendemos a crer que não tenha sido diferente do processo de escolha dos docentes. Tais mestres, de "notório saber" e que compunham o distinto corpo docente do colégio eram todos homens, conforme mostra a fotografia a seguir[80]:



Figura II.6: Corpo docente do Colégio Militar, s/d. Na primeira cadeira à direita está sentado o professor Hemetério dos Santos. De autor não identificado, a imagem originalmente compõe o acervo do Arquivo do Exército Brasileiro.

[79] FIGUEIREDO, A. Joaquim e FONTES, Arivaldo Silveira. *Op.cit*. Rio de Janeiro: 1958, páginas 48 e 49.
[80] MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola – imagens da Primeira República*, p.62 Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

Em termos salariais o decreto imperial previa uma hierarquia de vencimentos na qual o comandante estava no topo, recebendo anualmente o total de 4:800$000 e mais o soldo da patente; e na base estavam os serventes, recebendo uma diária que não ultrapassasse 2$000. Quanto ao corpo docente havia também esta hierarquia: no topo os professores, recebendo um total anual de 3:600$000 (três contos e seiscentos mil réis); os adjuntos receberiam anualmente 1:800$000 (um conto e oitocentos mil réis) e os professores de música 1:200$000 (um conto e duzentos mil réis). As verbas para manutenção do colégio viriam, pois, tanto da contribuição dos alunos civis quanto da herança proveniente do fundo dos inválidos de guerra, constituído em tempos da Guerra do Paraguai[81].

O decreto de criação do Colégio Militar estipulava ao longo dos seus doze capítulos e oitenta e três artigos além dos vencimentos dos funcionários, formas de admissão de alunos, organização regimental do colégio, tempo letivo e exames, recompensas e penalidades aos alunos, constituição do corpo docente e administrativo, organização curricular. Segundo o quinto capítulo desse documento o curso seria dividido em cinco anos, podendo haver uma "seção preliminar" - uma espécie de adaptação para alunos mais novos ou com pouca base anterior, que poderia durar até dois anos. As disciplinas que compunham o currículo escolar eram as seguintes: gramática nacional, estudo completo da língua vernácula e noções de literatura nacional; gramática, leitura e versão fácil do francês; versão, temas e conversação do francês; inglês, gramática, leitura e tradução; alemão, gramática, leitura e tradução; aritmética, estudo completo; álgebra, geometria; resolução de equações de 3º e 4º graus; história antiga e média; história moderna, contemporânea e pátria; geografia universal; geografia e corografia do Brasil; cosmografia; noções de ciências físicas e naturais (geologia, botânica, química e mineralogia); desenho e geometria prática; topografia.

Todas as disciplinas, exceto desenho/ geometria prática e topografia, seriam ministradas por professores e não por adjuntos, devendo seguir o programa organizado pelo Conselho de Instrução do estabelecimento e aprovado pelo Ministério da Guerra, conforme determina o artigo vinte e quatro do decreto imperial. Além de tais disciplinas o colégio também proporcionava aos seus alunos, conforme Figueiredo e Fontes (1958, p.56), aulas de educação moral e religiosa, direitos e deveres do cidadão e do soldado, noções práticas de disciplina, economia e administração militar, nomenclatura e manejo das armas em uso, natação, ginástica, música, equitação, tiro ao alvo, esgrima, evoluções militares das três armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia).

[81] As informações arroladas nesta passagem estão disponíveis no primeiro (1889-1905) de três volumes do "Material Comemorativo a um Século de Existência do Colégio Militar do Rio de Janeiro". Reunindo ordens de serviço, decretos e atas, contam a história da instituição através de documentos oficiais. Tais materiais encontram-se arquivados na Biblioteca do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) e foram disponibilizados para a minha consulta pela bibliotecária responsável à época, Tenente Íris dos Santos.

É interessante pensar sobre essa proposta de grade curricular tão especializada, assim como seus docentes o deveriam ser, numa instituição dos tempos imperiais. Até aqui discutimos, a partir de Schueller, Torres, Pessanha e Brito, os processos que permearam a construção de uma "cultura escolar" republicana calcada em discursos de "modernidade", "progresso" e "civilidade". Elementos como a seriação e a divisão estrita dos conhecimentos produzidos em disciplinas escolares não foi obra autoral dos homens republicanos. Conforme as duas primeiras autoras citadas ainda a pouco, o trabalho republicano na esfera educacional foi muito mais o de reelaborar discursos e práticas, reforçando um perfil "novo" e "moderno" do regime político instaurado. Segundo Torres (2012, p.50):

> *"Sem apagar o passado, teve início um delicado processo de seleção daquilo que deveria ser eliminado, bem como dos elementos que poderiam ser absorvidos do regime derrubado. Era preciso conquistar o 'novo'. (...) defendia-se a construção de uma nova ordem. No discurso projetava-se a ideologia do progresso: a intenção era agregar a ideia de novo à 'civilização', comparando-a com as atitudes europeias, especialmente as francesas."*

Assim sendo, a adoção pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro de um "modelo francês" de organização, arquitetura e princípios didático-pedagógicos a que se referem Figueiredo e Fontes (1958)[82], ainda em tempos imperiais, mostram concretamente as argumentações transcritas acima. Ou seja, a aspiração pelo "moderno" e "civilizado", entendidos como sinônimos da cultura francesa, também fizeram parte dos horizontes dos membros do governo imperial.

A instituição, diretamente subordinada ao governo imperial e depois republicano, rigidamente organizada em turmas seriadas e pautada na execução de disciplinas que ocupavam a rotina dos meninos entre seis e meia da manhã e oito horas da noite, com espaço para alguns momentos de lazer, formou muitos dos médicos, engenheiros, advogados e militares do país[83]. Tais profissionais passaram pelas aulas do professor Hemetério, nomeado adjunto na cadeira de desenho em 17 de outubro de 1889 e, em 02 de março de 1892, nomeado professor de Literatura Nacional[84]. O professor de literatura nacional, "o preto talentoso, culto e sem complexos"[85], fora lembrado em artigo do General Jaguaribe de Matos para a revista de circulação interna do Colégio Militar, "A Aspiração", publicado em 1939:

> *"Falando de Hemetério, o eminente geógrafo brasileiro, General Jaguaribe, recorda a superioridade espiritual do preto sem complexos que, numa voz bem timbrada, discorria sobre as raças humanas e descrevia o negro, - e ninguém se lembrava de que ali estava um preto, tal a força do ideal educativo que ornava a personalidade firme de Hemetério." (Figueiredo e Fontes, 1958, p.62)*

Nas memórias desse geógrafo uma das qualidades de Hemetério era a de fazer valer acima de tudo a sua "superioridade espiritual" de modo que ao falar sobre as "raças humanas"

---

[82] FIGUEIREDO, A. Joaquim e FONTES, Arivaldo Silveira. *Op. Cit*. Rio de Janeiro: 1958, p. 23.
[83] FIGUEIREDO, A. Joaquim e FONTES, Arivaldo Silveira. *Op. Cit*. Rio de Janeiro: 1958, página 60.
[84] Hemetério foi nomeado adjunto através da portaria de número 12, Ordem do dia nº52, de 17/10/1889. Já a sua nomeação para o cargo de professor de literatura nacional se deu por meio de decreto publicado em 02/03/1892. Vide: FIGUEIREDO, A. Joaquim e FONTES, Arivaldo Silveira. *Op. Cit*. Rio de Janeiro: 1958, página 54.
[85] FIGUEIREDO, A. Joaquim e FONTES, Arivaldo Silveira. *Op. Cit*. Rio de Janeiro: 1958, página 62.

o público que o ouvia, que bem poderiam ser seus alunos do Colégio Militar e das Escolas Normais por onde passou, acabava por se esquecer de que estavam diante de um homem preto, visto que suas qualidades obliteravam tal fato (*sic*). Essa passagem que se pretendeu elogiosa, tanto em 1939 quanto em 1958, expressa uma oposição entre "superioridade" e "pretidão", indo na contramão dos postulados defendidos por Hemetério algumas décadas anteriores. Outro ponto que pode ser discutido a partir da leitura desse trecho é o de que temos aqui um indício mais concreto de que as questões raciais não se fizeram ausentes das práticas pedagógicas desse educador. É ele mesmo quem nos conta sobre o contexto abolicionista dos anos de 1885 e 1886, quando ele era professor dos filhos de Danton Benedicto Valladares, professor da Faculdade de Direito:

> *"Eu era ainda entrado apenas na idade do senso legal, e vós, com outros da vossa esfera, me confiaste os frutos dos vossos amores primeiros [no guiar a infância].*
> *Com esses meninos no convívio escolar, divididos em escravagistas e abolicionistas de princípios, reflexos do pensar honesto de cada uma das suas famílias, estudamos, em 1885 e 1886, em pugnas literárias, amorosamente orientadas pelo educador, em forma e dizeres vernáculos, sem ódios e sem preferências, os grandes serviços prestados pelo negro a toda a civilização antiga e moderna."*[86]

Aqui temos mais um indício de que, como conjecturamos no início deste capítulo, a discussões sobre as questões raciais não estavam apartadas de sua prática docente nos espaços escolares e formativos por onde passou. O fato de não termos encontrado registros mais concretos sobre a discussão das questões raciais nos espaços escolares por onde Hemetério passou não significa que, como já dissemos anteriormente, elas não tenham existido. É preciso pensar numa série de aspectos desta questão, entre eles o de que nem sempre é possível aos sujeitos tomarem decisões pautadas apenas em suas convicções político-ideológicas. Ou seja, aspectos como a necessidade de manter-se num emprego e/ou de manter "boas relações" em determinados espaços podem, por vezes, ser imperativas em determinadas conjunturas. O que estou ponderando aqui é que existem muitas formas de entendermos a diferença de posturas do professor se nós colocarmos em comparação sua atuação nos órgãos de imprensa onde seus artigos foram publicados e os espaços escolares onde lecionou.

Concluindo esta seção, saliento que as questões sobre os ensinos primário e secundário na capital federal de que tratamos até aqui nos ajudam a construir e a discutir o panorama mais amplo do sistema educacional dos primeiros anos republicanos. Além disso, nos permitem pensar, mais uma vez, na interseção entre os diferentes sujeitos históricos materializados na figura do professor Hemetério, das educadoras formadas por ele, das crianças, alunas dos estabelecimentos públicos discutidos até aqui, e dos processos formativos

[86] *O Imparcial*, "Em defesa de uma raça", 11/11/1913, página 07.

que potencialmente poderiam ser colocados em diálogo com as questões raciais daquele tempo.

II.2 – "Pelas Escolas", parte II: concepções de ensino, debates e embates

Feitas as considerações e problematizações necessárias acerca da "malha escolar" republicana, passaremos agora a outro ponto igualmente importante ao nosso estudo: a discussão em torno de diferentes (e muitas vezes divergentes) pontos de vista e projetos de educação. Colocaremos em debate as perspectivas do nosso "ilustre educador", e de outros dois intelectuais do período: Manoel Bomfim, diretor do *Pedagogium* por dezessete anos, José Veríssimo, diretor da Escola Normal e também da Instrução Pública na capital federal. Aqui também será espaço para trazermos algumas falas das alunas normalistas e as discussões empreendidas por diferentes historiadores da educação a respeito dessas vozes tão silenciadas se comparadas aos programas oficiais e pensamentos de educadores do sexo masculino a que temos acesso.

"Homens das letras" como Hemetério, Manoel Bomfim e José Veríssimo estavam atuando ativamente nos debates e rumos da educação nacional, mais concretamente no que tangia à educação conferida na então capital federal. Para nosso "ilustre educador", que atuava diretamente na formação de novas professoras, o magistério deveria ser, antes de tudo, lugar de extrema dedicação, amor, erudição e de "regeneração nacional". No texto intitulado "Carta aos Maranhenses"[87], publicado em 1906 pela *Tipografia do Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, Hemetério tece algumas considerações sobre o que entendia por "bom ensino" e "bom professor". Extremamente indignado coma nomeação de "contratado moço" que, em "comissão de aluguel", fora convocado pelo senador Benedicto Leite para reformar e dirigir a instrução pública no Maranhão. Esse tal moço não encarnava as qualidades necessárias a um mestre, que deveriam ser, na visão do educador maranhense:

> *"Estudando os gerais fenômenos de gramática ordinária, vendo e retendo de memória os vários conceitos significativos que os vocábulos têm atravessado, partindo do momento atual até o século XII; cultivando, joeirando e cirandando, frases e palavras, dentro de toda e qualquer lucubração intelectual, artística e científica, nas aulas de geografia e de história, como nos trabalhos das ciências naturais e correlatas, explicando lexicograficamente o sentido que tinha cada termo da língua, antes do aparecimento e da consagração do nosso idioma, só assim terá o professor zeloso cumprido o objetivo primeiro da instrução, à luz da moderna pedagogia.*
> *Poderá fazê-lo om diretor nóvel, contratado pelo nosso benemérito governador? Creio que não, e infelizmente o creio."*[88]

[87] Este texto foi trabalhado pioneiramente pela professora Maria Lúcia Rodrigues Müller no artigo "Pretidão de amor", publicado na obra "Cor e Magistério" (1999). Vale ressaltar que são também desta autora as primeiras reflexões e discussões sobre o pensamento pedagógico do professor Hemetério. Partindo de suas referências iniciais foi possível buscar e ampliar o conjunto de fontes a esse respeito.
[88] SANTOS, Hemeterio José dos. *Carta aos Maranhenses*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1906, p. 07-08.

Nas páginas seguintes do texto que mais se assemelha a um manifesto, Hemetério continua a defender seus pontos de vista, num tom marcadamente de crítica ao "moço alugado" e o que a sua escolha representa:

> *"(...) a direção desse estabelecimento [Escola Normal do Maranhão] não está só na elaboração de programas espetaculosos, porejando a ciência; num arsenal enciclopédico e meticuloso; num exército de professores e especialistas, e por isso perigosos; numa biblioteca rica de autores para cada disciplina, contradizendo-se e enovelando-se desde as estantes até aos cérebros, mas sim num homem de alta capacidade, e de mentalidade provada na prática da administração e na cadeira de mestre, tendo visto pela sua frente passar mais de uma geração de homens que se tenham feito célebres por saber e por obras valorosas."*
>
> *"Para esta obra de regeneração, não maranhense, mas de regeneração nacional, é preciso um homem, e não um alugado; um espírito, e não um gramático; um cavalheiro fidalgo e enamorado das causas públicas, e não um menino envelhecido pelo ódio, de toscas maneiras e brutezas chatas.*
> *O diretor do Liceu [maranhense], hora a hora, deve fazer de cada professor um artista, que na justa medida posológica, diretamente, imediatamente, sem interferência estranha, transmita o seu saber ao aluno, como o filósofo antigo, e tantas e tantas vezes repita o fato, o fenômeno, que não as palavras, as experiências, que não as fórmulas sacramentais dos compêndios e das sebentas, até que, respeitadas as tendências e vocações de cada um, consiga ter discípulos e não aprovados.*
> *Para isto, o Liceu do Maranhão deve de princípio se destinar aos pobres, porque só nestes um apostolado áspero pode se verificar."*[89] *(grifos meus)*

Do alto de seus quarenta e oito anos de idade e já tendo visto passar "uma geração de homens célebres por saber e por obras valorosas", dentre os quais ele próprio certamente se enxergava, Hemetério dá mostras de que o mestre ideal a ocupar o cargo deveria, pois, ser alguém como ele e não um jovem rapaz. Aqui também podemos perceber que a despeito da defesa de um amplo arsenal pedagógico e de erudição de que um mestre deveria dispor, para o maranhense a posição de chefia e de líder nos espaços escolares deveria estar calcada, acima de tudo, na autoridade moral do mesmo. Posição que serviria, pois, para que fossem construídos "discípulos" e não apenas "aprovados". Sobre este ponto o professor também critica o fato de que os estabelecimentos escolares estavam muito mais preocupados em conferir diplomas aos seus alunos do que uma formação sólida em termos intelectuais e morais.

Além de discorrer sobre os rumos do ensino em sua terra natal, Hemetério também o fez em relação ao ensino na capital federal. Através de um conjunto de cinco artigos publicados entre 05 e 18 de agosto de 1892, na seção "Pelas Escolas", jornal *O Tempo*, o professor teceu suas considerações acerca de aspectos pedagógicos e estruturais das escolas existentes na cidade do Rio de Janeiro, criticando muitos dos seus aspectos, fazendo apelos e sugestões às autoridades locais. No primeiro artigo ele discute a estrutura do ensino público à luz do que era oferecido pelo Colégio Militar, alçado à condição de "modelo" no que se refere aos ensinos primário e secundário. O segundo texto versa sobre a necessidade de formação prático-erudita

[89] SANTOS, Hemeterio José dos. *Carta aos Maranhenses*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1906, p. 13-15.

dos professores de cada disciplina, sendo o foco da crítica a forma como se dava o ensino da "gymnástica". A terceira reflexão trata da necessidade de "bons professores" para a existência de uma "boa educação" a ser ministrada aos alunos da nação. O foco de discussão aqui é a instituição do chamado *Pedagogium.* A penúltima reflexão trata do acesso e condições de permanência dos alunos ao ensino secundário, tendo por foco o *Gymnasio Nacional*. Já no último texto, as discussões e críticas de Hemetério recaem sobre a filosofia positivista e seu caráter doutrinário por "atentar contra a liberdade de consciência da nação".

Os textos lidos em conjunto trazem algumas questões em comum: estrutura física e de pessoal (docentes); postura criticável da administração pública; aspectos político-ideológicos do ensino ministrado em tais estabelecimentos. Hemetério é contundente nas críticas, endereçando-as aos gestores públicos sem grandes incômodos. Problematização presente nos cinco artigos é a de que o foco principal da administração e funcionamento dos estabelecimentos de ensino deveria ser a oferta de instrução gratuita e de qualidade às classes populares, aos pobres.

> *"Num regime democrático, quando ministra e superintende o governo o ensino secundário, é de boa escola filosófica abrir quanto possível as portas dos estabelecimentos aos pobres que também aspiram a direção do país, cujo número maior representam eles.*
> *Tal se não dá com o Gymnasio. Os pobres ali são em maioria desoladora.*
> *Estes mesmos que são os que mais pagam não só politicamente mas também <u>historicamente</u> [grifo do autor/do periódico], em vista da fundação do internato, são aí classificados sob a denominação de 3ª classe, havendo pois uma diferença sem razão, apesar de não a fazerem a administração e o corpo docente.*
> *Assim é que os ricos que por suas apólices recebem do tesouro os 6%, quando os órfãos têm apenas 5%, conseguem educar os filhos com a insignificante quantia de 30$ mensais, terça parte da também pensão mensal das suas [?] em qualquer estábulo, em detrimento dos pobres, que desta forma se veem arredados da luta intelectual por uma oligarquia imoralmente sustentada pelo estado! Que acontece?*
> *Os alunos pobres contribuem desta arte pelo fundo do seu patrimônio a aperceber os seus rivais que se tornam invencíveis na concorrência social.*
> *Lastarria[90], que se não pode tomar por um suspeito, na sua sentida obra política de escola <u>positivista</u> [grifo do autor/do periódico], torna bem clara a posição do estado em tais circunstâncias, que de outra não deve ser que protecionista.*
> *De tempos não próximos, as antigas províncias do norte dão gratuitamente a instrução secundária ao lado da primária.*
> *Além dos cursos regulares mantidos nas suas capitais, elas criaram, e, ainda hoje depois da transformação política, sustentam aulas avulsas de latim e música em diversas localidades importantes do interior.*
> *Deste modo se faz no Maranhão e Piauí; e o estado do Sergipe, há bem poucos anos, levou o seu zelo a ponto de jubilar um professor <u>particular</u> da capital* [grifo do autor/do periódico], que tinha a singular satisfação de ver seus discípulos em quase todas as posições sociais do Rio de Janeiro e de outras capitais ocupando os lugares mais salientes ou mais honrosos!
> *Como podemos explicar o estado <u>negociando</u> com a instrução secundária, e em palpável detrimento do pobre? [grifo do autor/do periódico]*

[90] Aqui o professor Hemetério faz referência ao pensador chileno, José Victorino Lastarria, nascido em 1817 e um dos principais expoentes do pensamento positivista da América Latina do século XIX. Para maiores informações a respeito é possível consultar: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-690.html>. Acesso em: 30 jun. 2015.

Reforme-se, pois, o Gymnasio, de acordo com a moral democrática."[91]

Hemetério critica, aqui e em outras passagens, a falta de políticas voltadas aos pobres no que tange ao acesso ao ensino público secundário. Ao que nos parece a maior crítica dele é em relação ao fato de o poder público não alocar os recursos de modo diferente em relação aos pobres e não pobres. A ênfase de suas considerações recai sobre o *Gymnasio Nacional*, antigo Colégio Imperial de Pedro Segundo[92], mas podemos entender que o professor estava tratando também de um contexto educacional mais amplo. De acordo com primeiro artigo do decreto de número 1.075, de 22 de novembro de 1890[93], que aprova o regulamento desse estabelecimento, o objetivo do mesmo seria o de proporcionar a educação secundária "à mocidade brasileira". De acordo com o Título II, que versa sobre alunos e matrícula, a instituição seria dividida em Internato e Externato, o primeiro recebendo o total de 180 alunos e o segundo quantos comportasse o edifício do estabelecimento. O decreto além de dividir os alunos em "contribuintes" e "gratuitos", determinava que o quantitativo desses últimos fosse inferior ao dos primeiros. Assim sendo, concretamente haveria vaga para apenas 60 alunos gratuitos no internato e 100 no externato, conforme o artigo 8º do documento em questão. Antes, contudo, de integrarem o corpo discente era preciso que esses alunos fossem aprovados nos exames admissionais e classificados "por ordem de merecimento" - conforme o artigo 17 do decreto. Além disso, esse artigo instituía uma ordem para preenchimento das vagas destinadas aos alunos gratuitos: 1-órfãos de pais pobres; 2-filhos de professores públicos há mais de dez anos no cargo; 3- filhos de cidadãos que tivessem prestado "serviços à pátria". Sendo os que mais pagavam política e historicamente, os pobres ao não terem o "protecionismo" da parte do poder público se viam em condições desiguais de competição com os ricos, segundo as reflexões de Hemetério. Estavam os pobres, pois, "arredados da luta intelectual por uma oligarquia imoralmente sustentada pelo estado".

Para nosso "ilustre educador" era também imprescindível e mesmo urgente investir na formação e seleção de bons e competentes mestres. De nada adiantariam as reformas e criação de edifícios suntuosos se os mesmos carecessem do que ele nomeou como "verdadeiros e únicos instrumentos de reformas", os professores. Sendo Hemetério um formador das novas gerações de educadoras e educadores, podemos perceber em sua fala a defesa concreta de maiores investimentos nesse setor, o que passaria, por exemplo, em priorizar as mestras formadas pela Escola Normal na ocupação das escolas primárias da

[91] *O Tempo*, "Pelas Escolas", 15/08/1892, 1ª página.
[92] Uma das ações do novo regime político foi a de tentar apagar as marcas do regime imperial. Assim sendo, o "Imperial Colégio de Pedro Segundo" que evocava diretamente a memória imperial, teve seu nome modificado para "Gymnasio Nacional". Alguns decretos foram publicados posteriormente regulamentando o funcionamento do mesmo, mas de modo geral não houve muitas modificações na instituição em termos estruturais. Para aprofundamento das discussões acerca desta instituição podemos consultar a dissertação *José Veríssimo Dias ade Mattos: Um crítico na direção do Gymnasio Nacional (1892-1898),* de Rosana Llopis Alves. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/alvesd2006.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.
[93] Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=52360&norma=68192>. Acesso em: 01 jul. 2015.

cidade. Consoante o decreto de número 891, de 08/11/1890[94], Título III, artigo 14, os cargos de docentes das escolas primárias só poderiam ser ocupadas por profissionais formados pela Escola Normal ou por aquele que, na condição de adjuntos, estivesse cursando a formação para o magistério. Entretanto, as disposições finais do referido decreto, permitem que:

> *"Art. 73. Enquanto não houver numero suficiente de professores habilitados pela Escola Normal, o provimento de cadeiras em escolas primárias do 1º grau poderá ser dado pelo conselho diretor a quaisquer pessoas que, mediante provas de concurso, se mostrem idôneas para o magistério." (grifos meus)*

Ressalte-se que tal decreto se circunscreve à cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, lócus da "modernidade", a "Paris dos Trópicos". A capital e coração do regime republicano que se pretendeu "novo", o espelho das nações mais "civilizadas" e "avançadas" oficialmente permitia que a formação inicial das crianças fosse ministrada por pessoas que não tivessem a formação necessária, bastava ser reconhecido pelos gestores públicos enquanto "idôneas para o magistério". Não cabe nos limites desse trabalho uma discussão mais ampla sobre processos formativos dos docentes e também não podemos definir quais estariam em melhores condições de ministrar a instrução desejável e necessária aos alunos da educação primária. Para tal seria preciso empreender uma leitura de fontes para dos documentos oficiais de que dispomos aqui. Além disso, como já dito no início desta seção, o objetivo maior é colocar em discussão perspectivas e projetos de educação popular levantados e defendidos por Hemetério e alguns dos seus contemporâneos. Entretanto, há no artigo em questão um ponto a ser pensado que é o do não compromisso do poder público em ampliar e garantir a formação de professores a nível institucional. Quem e quando se determinaria, por exemplo, a data limite para que as Escolas Normais desses contam de prover o pessoal docente necessário a ocupação dos cargos nas escolas de educação primária? O que seria, pois, levado a cabo pelo governo a fim de superar a falta desses educadores? O decreto de 08 de novembro de 1890 não nos fornece as respostas a tais indagações.

A instituição do *Pedagogium,* criada a partir do decreto de número 667, de 16 de agosto de 1890, por Benjamin Constant, também é alvo das críticas de Hemetério no que tange à formação continuada dos docentes formados pelas Escolas Normais. De acordo com o artigo 1º do decreto citado, as principais finalidades da instituição seriam as de:

> *"Constituir-se centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a instrucção nacional, offerecendo aos professores publicos e particulares os meios de instrucção profissional de que possam carecer, a exposição dos melhores methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado.*
> *Conseguirá este fim mediante:*
> *a boa organização e exposição permanente de um Museu Pedagógico;*
> *conferências e cursos científicos adequados ao fim da instituição;*
> *gabinetes e laboratórios de ciências físicas e naturais;*
> *concursos;*
> *exposições escolares anuais;*

[94] Decreto N.981, de 08 de Novembro de 1890, que aprova o regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>. Acesso em: 01 jul. 2015.

> *direção de uma escola primaria modelo;*
> *instituição de uma classe-typo de desenho e de oficinas de trabalhos manuais;*
> *organização de coleções-modelos para o ensino científico concreto nas escolas publicas;*
> *publicação de uma Revista Pedagógica".*[95]

De acordo com Hemetério, porém, o estabelecimento ainda não estava cumprindo com seus propósitos mesmo após dois anos de sua fundação:

> *"Que é o Pedagogium?*
> *No sentido clássico do termo, é uma escola superior que completa a educação profissional de quem se destina ao magistério primário e mesmo superior, e que, por circunstâncias especiais se não acha ainda provida em cadeira alguma; e por extensão, um curso que melhora as condições didáticas de professores que já se acham providos.*
> *Esta é a ideia corrente na arte de ensinar.*
> *O estabelecimento, porém, fundado pelo citado decreto não se pode abalançar a tanto, por isso que lhe faltam professores: apenas tem administração composta de venerado e operoso educacionista brasileiro o Dr. Menezes Vieira, como diretor; do emérito normalista Felisberto de Carvalho, secretário; de um conservador e de um porteiro.*
> *Por otimistas que sejamos, não podemos ver, em quatro distintos empregados, os instrumentos vivos de obra tão ingente – qual a de coroar os conhecimentos de professores diplomados pela Escola Normal da capital, que, deve ser, indubitavelmente, um centro modelo de educação integral."*[96]

A instituição que, segundo Hemetério, estava sendo muito mais "um depósito de aparelhos de ensino" poderia, pois, segundo ele próprio, ter sua verba de manutenção destinada à criação de ao menos mais quatro escolas primárias. Ele justifica esse argumento com o de que é preferível fechar uma "escola ruim" do que mantê-la. Ao longo da reflexão do intelectual não vemos posição contrária à manutenção de um centro de formação continuada aos educadores da cidade, mas uma crítica ao seu "mau uso", ou mais especificamente à sua "falta de uso". Isso porque, conforme outro momento de suas reflexões, o que o impulsionava à escrita de tais críticas não era nada além do objetivo "(...) de ver grande e inimitável a nossa instrução público primária."[97]

Decerto ver a ampliação da educação primária e secundária também movia os anseios de José Veríssimo e Manoel Bomfim, contemporâneos e "correligionários" do professor Hemetério. Os dois primeiros tiveram também uma vida intelectual construída por e para as questões da educação nacional. Passamos a discutir a partir daqui suas ideias e práticas, evidenciando e problematizando o entrelaçamento das trajetórias desses três educadores e "homens das letras". Nascido em Sergipe no ano de 1868, Manoel Bomfim formou-se em medicina no ano de 1890, dois anos após ter chegado à cidade do Rio de Janeiro. Em 1894 abandona a medicina, enveredando-se pelos caminhos da educação, sendo nomeado ao cargo de subdiretor do *Pedagogium* em 1896. Cargo que exerceu conjuntamente ao de redator e

---

[95] Decreto número 667, de 16 de agosto de 1890 – Cria um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de *Pedagogium*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-667-16-agosto-1890-552093-publicacaooriginal-69096-pe.html>. Acesso em: 01 jul. 2015.
[96] O *Tempo*, "Pelas Escolas", 12/08/1892, página 01.
[97] O Tempo, *Pelas Escolas*, 09/08/1892, página 01.

secretário do periódico *A República*. Entre os anos de 1894 e de 1920, Bomfim ocupou os cargos de docente e diretor interino na Escola Normal, diretor geral da Instrução Pública, deputado federal, membro da Liga Brasileira de Higiene Mental. Além disso, tem uma série de publicações voltadas para as áreas da Pedagogia e Psicologia, sendo uma espécie de "cientista da educação", segundo a autora Rebeca Gontijo[98].

Alguns dos textos publicados por Bomfim versam sobre seus entendimentos e posicionamentos acerca da educação, da psicologia, da instrução pública e do papel do Estado nesse contexto. Ele também expressa sua percepção em torno da infância e a educação das crianças brasileiras. Na obra "Manoel Bomfim", publicada em 2010 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), são reproduzidos textos escritos pelo autor entre 1897 e 1930, versando sobre as questões de que falamos linhas acima[99]. É interessante perceber que em tais escritos, Bomfim ressalta a todo momento a perspectiva de que competia ao poder público ofertar uma instrução primária e de qualidade às crianças do país. Para ele, o caminho para a construção da nação brasileira seria, indubitavelmente, o da educação. Este seria tanto o caminho para construir cidadãos brasileiros quanto para superar as "mazelas" da "jovem nação". Suas considerações sobre educação e instrução popular integram o contexto social discutido por Gontijo (2010, p.16 e 23-24, respectivamente):

> *"Paralelamente, constituiu-se a cultura escolar, fundada, como já foi dito, na construção de um espaço apropriado ao processo educativo e, além disso, alimentada pela "mitificação da infância", elemento central do discurso pedagógico especializado, fundamental para a unidade da pedagogia enquanto campo de saber específico; pela definição de um léxico pedagógico, dotado de certo rigor conceitual; e pela progressiva definição e valorização da profissão docente." (...)*
>
> *"(...) a ciência e a instrução eram vistas como os melhores instrumentos para a solução dos problemas sociais, sendo que o ponto de partida para um futuro "moderno" – por oposição ao passado e ao presente comumente associados ao "atraso" – era a criança, alvo de projetos por parte da medicina e da educação, dois campos em construção no Brasil do fim do século XIX. Identificando a escola como um campo de ação da higiene e, posteriormente, do sanitarismo, justificava-se o empenho na aferição de potencialidades cognitivas e deficiências orgânicas, capazes de justificar progressos e atrasos.".*

Para Bomfim era crucial, assim como para Hemetério, que o Estado republicano não se furtasse à tarefa de atuar na construção do "povo brasileiro" através da instrução pública primária, conforme nos mostram os trechos destacados a seguir[100]:

> *"Recebendo este legado – uma massa popular inculta e incaracterizada – cumpria e cumpre, à República, educá-la, para continuar definitivamente a alma brasileira, dando-lhe a feição republicana, criando a homogeneidade dos interesses nacionais, unificando, desenvolvendo e caracterizando os*

[98] As informações e textos arrolados até aqui sobre e de autoria do intelectual Manoel Bomfim podem ser acessados na obra "Manoel Bomfim", em coautoria com Rebeca Gontijo, integrante da "Coleção Educadores", publicado em 2010 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Disponível em: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2012/05/manoel-bomfim.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.
[99] BOMFIM, Manoel. *Op. Cit.*, 2010, p.39-148.
[100] Tais trechos compõem artigos produzidos por Manoel Bomfim e publicados em 1897 no periódico *A República*, podendo ser acessados na coletânea do MEC. Disponível em: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2012/05/manoel-bomfim.pdf>.

> *sentimentos de patriotismo e os altos motivos políticos, elementos indispensáveis à integridade e ao progresso do país, principalmente quando a descentralização veio quebrar os únicos laços que, na ausência desses de ordem moral e intelectual, podiam conservar unida esta grande nação."*[101]
>
> *"É forçoso criar fortes correntes internas de sentimentos e de ideias que liguem nossos destinos; e a base de tudo isso é escola primária.*
> *O Império não o fez e por isso nos legou o Brasil que hoje temos, atrasado, sem compreensão dos seus destinos, sem vontades e sem entusiasmos. Se não sentimos mais forte a necessidade de remediar tamanho mal é porque a tudo nos habituamos.*
> *Somos um povo sem tradições, sem correntes de opiniões, sem correntes sociais fortemente constituídas. A par disso estamos organizados em República federativa, sob a forma a mais lata possível. Que nos resta fazer, se nos queremos conservar como uma nacionalidade única? Criar, o mais cedo possível, um espírito público, levar a todos os ânimos o sentimento de uma pátria única; afinar, de um extremo ao outro do país, o amor do Brasil comum."*[102]

Bomfim também entende que aspectos sociais nada teriam a ver com a Biologia e as teorias raciais – estas últimas consideradas por ele como "ciência barata" e "sofismas abjetos"[103]. Aqui temos uma importante confluência de ideias entre este intelectual e o nosso professor no que tange "objeto" principal dessa pesquisa – que é o das questões raciais do tempo de Hemetério. Ambos refutam as interpretações biologizantes acerca das desigualdades sociais e do dito "atraso brasileiro", creditado por muitos intelectuais do período como consequência da miscigenação entre brancos, negros e indígenas. Conforme discutiremos mais adiante, Hemetério dos Santos construiu críticas mordazes e contundentes ao racismo de sua época, assim como Bomfim:

> *"Vale discutir (...) a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? Como nasceu ela? A resposta a estas questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado pela ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes".*[104]

E tais perspectivas antirracistas norteavam o seu modo de enxergar os processos educacionais expostos nos textos que publicou ou proferiu sob a forma de discursos, muitos dos quais direcionados às normalistas formadas pela Escola Normal (Gontijo, *op.cit*., 2010, p.17-19). É constante em ambos os intelectuais o ponto de vista histórico no que concerne à formação da sociedade brasileira, suas mazelas e pontos positivos. A tarefa de construir a nação republicana estava em pauta, exigindo esforços de intelectuais engajados como Hemetério e Bomfim, assim como da sociedade como um todo. O "coração" dessa construção seria, do ponto de vista de Hemetério e Bomfim, a formação das novas gerações através da

---

[101] BOMFIM, Manoel. *Instrução Popular. In: Manoel Bomfim - Coleção Educadores*, MEC, 2010, p.64.
[102] BOMFIM, Manoel. *Op. Cit*, p.65.
[103] GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim – Coleção Educadores*, MEC, 2010, p.20-21.
[104] BOMFIM, Manoel, "A América Latina, males de origem", Topbooks, Rio de Janeiro, 4ª edição, 1993. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2527:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 05 jul. 2015.

educação. Uma educação que desse à população pobre as mesmas condições de formação e desenvolvimento que os dados aos filhos das elites econômicas e intelectuais do Brasil.

Uma educação nacional, que formasse os espíritos patrióticos e orgulhosos de si era um horizonte a ser conquistado de acordo com José Veríssimo, outro intelectual do tempo do professor Hemetério. Nascido no Pará, mas tendo sido na cidade o Rio de Janeiro que esse intelectual construiu sua carreira e vida pública, Veríssimo passou por diversos postos administrativos na área da educação pública da cidade, além de também exercer o magistério na Escola Normal. Em 1892 foi nomeado pelo governo republicano reitor do então *Gymnasio Nacional*.[105], cargo que ocupou até o ano de 1898. Já a direção da Escola Normal foi ocupada por ele entre os anos de 1910 e 1913[106]. Dentre os livros e artigos que publicou se encontra "A educação nacional": em suas duas edições, 1890 e 1906, evidenciam as esperanças iniciais de Veríssimo com o novo regime político e, no segundo momento, descrença e profundo descontentamento[107].

A leitura da segunda edição da obra (1906) nos permite entrar em contato com esse olhar pessimista e descrente em relação ao novo regime, e também com as reflexões desse intelectual sobre educação e instrução popular. Suas críticas recaem sobre os seguintes pontos: autonomia dada aos estados para criar, organizar e administrar estabelecimentos de ensino e avaliar os alunos; o término dos exames preparatórios para ingressar no ensino ginasial; a liberdade dada às escolas particulares de avaliar os ingressantes; o que ele chama de "clientelismo" na escolha do professorado; o "excesso de escolas" e a "qualidade duvidosa" das mesmas; a permissão para que colégios particulares formassem professores[108]. Sua preocupação com a formação nacional e de um "povo" propriamente dito são constantes ao longo da obra, como a passagem a seguir o demonstra:

> *"A História é feita com um elemento, o povo, isto é, pois, o povo, e não o governo, que em definitivo pode radicalmente mudar as condições de uma nação, cujos vícios e defeitos – cumpre insistir – são antes seus do que dos que administram a dirigem. Sobrou por isso razão a quem disse: cada povo tem o governo que merece. (...)*
> *Para reformar e restaurar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, é a educação, no mais largo sentido, na mais alevantada acepção dessa palavra."*[109]

E a "construção desse povo", como defende Veríssimo, passava por uma educação que fomentasse o "amor à pátria", o "sentimento nacional" e de pertencimento à nação brasileira. Isto é, forjar esse quadro em que o povo representasse esse "orgulho nacional" teria vínculo

---

[105] ALVES, Rosana Llopis. *José Veríssimo Dias de Mattos: Um crítico na direção do Gymnasio Nacional (1892-1898)*, Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/alvesd2006.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.
[106] FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *A educação escolar brasileira republicana: o olhar de José Veríssimo Dias de Mattos.* Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Maria%20do%20Perpetuo%20Socorro%20Gomes%20de%20Souza%20Avelino%20de%20Franca%20-.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.
[107] FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de., *op. Cit*., p.06.
[108] VERÍSSIMO, José. *A educação nacional.* Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1906, p.20-24. Esta obra se encontra na Biblioteca Nacional, Seção Obras Raras. Pode, porém, ser consultada em acervo digital no seguinte endereço: <https://archive.org/stream/aeducaonacional00vergoog#page/n9/mode/2up>. Acesso em: 06 jul. 2015.
[109] VERÍSSIMO, José. *Op.cit*. p.42-43.

direto com a educação escolar. Por isso, ele também defende calorosamente a intervenção direta e norteadora do governo federal nas questões da estrutura do ensino público. Mas, como isto seria possível se de acordo com o intelectual a escola brasileira estava "pessimamente organizada" e não tinha a menor influência "na integração do espírito nacional"?[110] Para ele:

> *"Não basta, porém, conhecer a pátria no seu solo, nos seus acidentes naturais, na sua natureza, no seu clima, nas suas produções, na sua atividade e na sua riqueza; não é suficiente saber-lhes as origens, como se povoou e se desenvolveu, qual o seu contingente à civilização ou os seus elementos de progresso, as lutas que teve de sustentar , os triunfos que obteve ou os revezes que sofreu: é necessário mais, é indispensável, em um país livre principalmente, em especial numa república, conhecer as suas instituições, em si e nas suas origens, saber-lhes as leis com as obrigações que impõem e os deveres que garantem, estudar as leis gerais de moral, de economia, e de política que presidem as sociedades e estabelecem e dirigem as relações entre seus membros; aprender a solidariedade nacional na solidariedade escolar, e a noção de dever cívico, do dever humanitário e do dever em geral, no dever e na disciplina na escola. (...)*
> *Bem compreendida, a educação cívica deve ser a generalização de toda a instrução dada na escola para fazê-la servir ao seu fim verdadeiro, que é, com a cultura moral e intelectual do indivíduo, a educação nacional."*[111]

Os trechos das reflexões de Veríssimo, Bomfim e Hemetério que reproduzimos até aqui mostram, no que concerne às críticas e à crença no potencial cívico da educação pública, uma confluência de pontos de vista. Entretanto, encontramos também algumas divergências e a maior delas se refere a dois pontos: concepções sobre estrutura e oferta de ensino, de um lado, e, de outro, concepções a respeito da questão racial na formação do povo brasileiro. Se para Bomfim e Hemetério as desigualdades tinham cunho histórico e social, podendo ser superadas através da educação; para Veríssimo o problema era racial em seu sentido mais próximo da Biologia da época e das teorias raciais:

> *"Somos o produto de três raças perfeitamente distintas. Duas selvagens e, portanto, descuidosas e indiferentes, como soem ser nesse estádio da vida e uma em rápido declínio, depois de uma gloriosa e fugaz ilustração. (...)*
> *Essa sociedade achou logo com um elemento terrivelmente deletério em seu seio, a escravidão.*
> *Não é possível exagerar os males que nos trouxe a escravidão. Durante trezentos anos refestelamo-nos no trabalho, primeiro do índio e depois do negro." (Veríssimo, 1906, p.106)*

> *"Extinta a escravidão índia, o africano alegre, descuidoso, afetivo, meteu-se com a sua moralidade primitiva de selvagem, seus rancores de perseguido, suas ideias e crenças fetichistas, na família, na sociedade, no lar. Invadiu tudo e imiscuiu-se em tudo." (Veríssimo, 1906, p.109)*

> *"Nunca se notou bastante a depravada influência deste peculiar tipo brasileiro, a mulata, no amolecimento do nosso caráter. 'Esse fermento afrodisíaco pátrio', como lhe chama o dr. Sylvio Romero, foi um dissolvente da nossa virilidade física e moral. (...)*
> *Graças principalmente a ela, aos catorze anos o amor físico não tem segredos para o brasileiro, iniciado desde idade mais tenra na atmosfera excitante, dando-lhe banho, vestindo-o, deitando-o. (...)*

[110] VERÍSSIMO, José. *Idem*. p. 45-46.
[111] VERÍSSIMO, José. *Ibidem*. p. 83-84.

> *Mole pelo clima, mole pela raça, mole por essa precocidade das funções genésicas, mole por toda falta de trabalho, de qualquer atividade, o sangue pobre, o caráter nulo ou irritadiço e por isso mesmo inconsequente, os sentimentos deflorados e pervertidos, amimado, indisciplinado, mal criado em todo o rigor da palavra - eis como de regra começa o jovem brasileiro a vida." (Veríssimo, 1906, p.111), (grifos meus)*

> *"A falta de educação pública e de educação política que acaso poderiam ter modificado a índole dos antepassados herdadas e, por condições geográficas, sociológicas e mesológicas desenvolvida, há que juntar a ausência de estímulos exteriores, como fossem por um lado as guerras e a concorrência estrangeira às indústrias e ao comércio nacionais (...)" (Veríssimo, 1906, p.115).*

Para Veríssimo todo esse conjunto de características consideradas por ele como sendo negativas só poderiam ser superadas por meio da "educação nacional" – definida por ele como de responsabilidade "de todo brasileiro" e não apenas das esferas governamentais. Essa dita "educação nacional" seria, pois, uma "educação do caráter" – movimento que deveria ser realizado principalmente fora da escola, no seio das famílias (Veríssimo, 1906, p.121).

As concepções de "povo brasileiro", extremamente racializadas e hierarquizadas neste sentido encontraram, certamente, oposição cerrada da parte do professor Hemetério e de Manoel Bomfim. Digo "certamente" porque esta é uma conclusão a partir do diálogo tecido aqui entre as perspectivas dos três intelectuais, figuras proeminentes do cenário educacional brasileiro de início dos anos republicanos. Em relação aos embates Hemetério- Veríssimo, temos situações mais concretas e que passamos a discutir de modo mais detido a partir de agora. As percepções sobre a formação do povo brasileiro, bem como sobre a mulher negra ("mulata") são completamente divergentes em ambos. Enquanto o educador paraense reforça estereótipos e visões sexualizadas e coisificadas das mulheres negras, Hemetério caminha em sentido totalmente oposto ao valorizar em muitos dos seus artigos as "boas qualidade" dessas que, segundo ele, tiveram papel fundamental na formação nacional.[112]. Os pareceres extremamente racistas de Veríssimo certamente não passaram despercebidos dos olhos e ouvidos atentos do educador maranhense. É possível supor, pois, que os embates ocorridos entre ambos posteriormente à publicação desses apontamentos estiveram também embebidos dessa oposição a que representavam.

Ressalte-se que ambos estiverem lugares de docentes na Escola Normal, formando professoras – algumas das quais eram negras. Portanto, essas futuras educadoras foram orientadas a partir das crenças e posicionamentos antirracistas, de um lado, mas, de outro, por aqueles extremamente racistas. Mais uma vez temos a possibilidade de enxergar historicamente o embate entre diferentes concepções de mundo e de educação a que esses diferentes sujeitos históricos de que estamos tratando aqui estavam filiados. Vozes em diálogo, em disputa e, principalmente, atuando na construção de realidades concretas. Realidades

[112] Como já dito noutras passagens até aqui, as concepções do professor Hemetério em torno dos sujeitos negros serão discutidas nos capítulos subsequentes. Por ora estamos apenas levantando as questões, para mais a frente discutirmos tais concepções a partir de fontes empíricas e de modo mais concreto.

estas traduzidas em salas de aula, programas de ensino e ideais professados. Veríssimo, Hemetério e Bomfim não se despiam de suas perspectivas ideológicas quando adentravam os espaços de formação de que eram porta-vozes. Ao contrário, explícita ou implicitamente estavam formando novas educadoras, aquelas que seriam as responsáveis pela formação das crianças em idade escolar primária, sob as perspectivas que professavam. As "construtoras da nação" poderiam, pois, lançar mão de uma ou outra perspectiva defendida por esses "homens das letras", refutá-las por completo, ressignificá-las ou talvez estivessem completamente alheias a elas. O que mais uma vez ponderamos aqui é que não podemos deixar de considerar que tais perspectivas e olhares sobre as questões raciais estavam em circulação tanto nos debates dos chamados "homens das letras", quanto nos espaços de formação das futuras mestras da educação primária e mesmo nas salas de aulas de instituições como os grupos de escolares de educação primária tratados linhas atrás.

Essas vozes dissonantes não se circunscreviam aos círculos dos acalourados debates intelectuais realizados através dos periódicos e publicações de livros. Em 1910 os embates entre Veríssimo e Hemetério foram acirrados por conta da proposta de fechamento do curso noturno da Escola Normal, lançada pelo educador paraense, então subdiretor da escola. No dia 14 de janeiro daquele ano *O Paiz* publicou uma carta de Hemetério, onde o intelectual expunha e justificava a sua oposição frontal a tal proposta. Utilizando-se de dados estatísticos, Hemetério tomava por argumento para o não fechamento do curso noturno exatamente a carência de docentes nas escolas públicas primárias. Sob o título de "Escola Normal" e tomando uma coluna inteira na página 06 do periódico, o artigo chama à responsabilidade as autoridades republicanas no dever de garantir uma formação docente àqueles que ministrariam a instrução primária às crianças da capital federal. Vejamos:

> *"Escola Normal*
> *Do professor Hemetério José dos Santos recebemos a seguinte carta:*
> *'Sr. redator do Paiz – Eu não sei como hei de principiar para vos dizer que o Dr. José Veríssimo acaba de propor ao diretor da escola Normal, o Dr. Silva Gomes, a supressão do curso noturno de professores.*
> *Ainda nos Estados mais miseravelmente trabalhados pela política de campanário, ninguém pensou em fechar escolas normais, porque as comarcas de eleitores meio analfabetos, mais curtos de ideias e os mais imoralmente consagrados à obra da corrupção sabem que vai sempre em uma progressão geométrica a necessidade de abertura de escolas públicas primárias, que só poderão cabalmente preencher os seus fins sociais, quando rigorosamente forem providas por pessoal idoneamente instruído e experimentado.*
> *O caso é este. No governo ditatorial de 1903, o Dr. Passos, vendo que, para vergonha nossa e para o doloroso descrédito do regime republicano, eram péssimas as condições higiênicas e pedagógicas do velho pardieiro em que funcionava a Escola Normal, mandou cumprir o disposto no decreto n.378 de 28 de janeiro, que fez correr, declarando suspensa a admissão de novas alunas na 1ª série do referido curso noturno.*
> *Mas, em breve tempo reconheceu que esse seu modo de ver profundamente contrariava as aspirações da cidade, cujas escolas dia a dia eram mais procuradas, e que as necessidades do ensino reclamavam insistentemente o dobro e o tresdobro de professores públicos que a escola normal não conseguia preparar e, desde logo, revogou por aviso o seu decreto pessoal.*

> *Dos 365 professores adjuntos efetivos, penúltimo grau na hierarquia pedagógica primária e, talvez, o último, em face do encargos cada vez mais pesados da municipalidade, 100, pelo menos, são indivíduos que não passaram pela Escola Normal, e que não tiveram aprendizagem regular e que, justiça lhes seja, disso se não gabam, foram nomeados professores para gaudio [contentamento, satisfação] próprio, para que políticos pagassem dívidas eleitores, usando assim de rigor tão fero contra os inocentes que lhes iam ser discípulos.*
> *As 152 adjuntas estagiárias de 1ª classe são todas idôneas e as 126 de 2ª classe têm, em geral, conhecimento completo das matérias básicas do ensino primário.*
> *As 196 professoras catedráticas, verdadeiramente notáveis as normalistas, e cumprindo satisfatoriamente algumas das não diplomadas as exigências do ensino moderno, mal podem dirigir e fazer a disciplina geral das escolas mais afastadas dos centros populosos, sem mobília escolar suficiente, nem os auxiliares necessários.*
> *Há professoras que do minguado vencimento, contratam normalistas, para assim evitar o descrédito do seu magistério.*
> *Como então, o subdiretor [José Veríssimo] da Escola Normal propõe o cumprimento do decreto ditatorial n. 378, já relaxado pelo seu próprio autor. O Dr. Passos, que lhe reconheceu a imoralidade política? (...)*
> *Se para aulas de 60 alunos, desde 1881 até hoje, a Escola Normal não tem conseguido dar ao Distrito professores necessários às exigências da matrícula, a ponto de se nomearem analfabetos para os cargos do magistério primário, como fechar a Escola Normal noturna, para satisfazer a um capricho doentio do Sr. subdiretor da Escola Normal?"* [113]

A carta de Hemetério discorre sobre a conjuntura do ensino primário na capital, da grande quantidade de matrículas e da falta de docentes diplomadas pelas Escolas Normais. Descreve, pois, uma situação caótica e calamitosa, enfatizando a necessidade da manutenção das aulas do curso para a formação de novas docentes. Vemos de sua parte a ratificação do conhecimento escolar e acadêmico enquanto legítimos para que os docentes sejam capazes de instruir adequadamente às crianças das escolas primárias da capital. O reforço contundente dessa necessidade evidencia, mais uma vez, o que Torres (2012) e Schueller (2008) discutem sobre a construção da "malha escolar" republicana: a coexistência de variados espaços de ensino, de um lado e, de outro, as intervenções dos intelectuais através do próprio Estado na tentativa de referendar a instrução pública e oficial como cultural e socialmente legítima.

As disputas entre Hemetério e Veríssimo sobre quem teria autoridade na questão do curso normal noturno se desenrolaram mais à frente, tornando-se tema de conferência pública e com a presença das autoridades competentes e membros da gestão pública. Em 06 de abril de 1910 o jornal *A Imprensa* conta aos seus leitores sobre o evento ocorrido no salão nobre da prefeitura do Rio em que se reuniu o "Conselho Superior de Instrução Municipal" para tratara de assuntos diversos e também da proposta de fechamento dos cursos noturnos da Escola Normal. Após a reunião houve, conforme o periódico, uma conferência de um dos lentes de português da referida instituição, dr. Eugenio de Guimarães Rabelo. Discorrendo sobre a "urgência em reformar o ensino", o docente apoiou a iniciativa de José Veríssimo e foi inquirido por Hemetério imediatamente. Nosso professor, ainda de acordo com *A Imprensa*, queria

[113] O Paiz, *Escola Normal*, 14/01/1910, página 06.

responder pessoalmente e não pelos jornais ao que julgava ter sido dirigido a ele. Tendo seu pedido negado, mas a promessa de que seria aberto um espaço para que discorresse em prol da defesa dos cursos noturnos, Hemetério e os presentes ouviram das autoridades que as decisões do Conselho eram soberanas e que não visavam nada além do que "o bem e o interesse públicos"[114].

Não tivemos notícia sobre a resolução da questão, entretanto alguns indícios nos levam a crer que o curso noturno de fato teve suas portas fechadas. De um lado, temos no próprio artigo de *A imprensa* a nota de que o docente Eugenio Rabelo, na conferência realizada, "(...) sobre o ato do diretor da Escola Normal, mandando fechar o curso noturno, aplaudindo-o." [115]. Temos, de outro, a publicação satírica da revista ilustrada *Careta* dando nota de que "Com o parecer aprovado pelo Conselho Superior da Instrução, favorável à supressão [do curso noturno], o Hemetério ficou branco... de raiva."[116]

Os debates e embates entre os educadores sobre quais discorremos até aqui vão além, como já dissemos antes, de meras discussões ou demonstrações públicas de erudição e força junto às autoridades governamentais. Mais que isso, são mecanismos de interferência no contexto social e rumos da educação na capital federal. As percepções sobre raça, gênero, currículos, instituições escolares, docência estavam intrinsecamente associadas em discursos e práticas pedagógicas, conforme também já pontuamos.

Nesse "passeio" que fizemos pelos debates e embates em torno da instrução pública nos deparamos com os escritos e ações de homens a decidirem sobre os rumos de uma carreira que paulatinamente se tornava quase exclusivamente âmbito feminino. De acordo com os estudos de Hahner (2010)[117] e de Accácio (1995)[118], "o processo de feminização" da carreira docente na educação primária se construiu especialmente a partir de meados do século XIX, consolidando-se nas primeiras décadas do século XX. De acordo com ambas as autoras, entre os anos de 1901 e 1907 as matrículas na Escola Normal foram vedadas aos candidatos do sexo masculino, reforçando esse processo. Sobre essa proibição o periódico satírico *Tagarela* escreveu em março de 1903 um interessante texto, intitulado "A escola feminista", no qual ironiza a deliberação de 1897 do então diretor geral do ensino municipal, Medeiros e Albuquerque, proibindo o ingresso dos "representantes do sexo masculino" na Escola Normal. O texto foi escrito como se de autoria do próprio Medeiros e Albuquerque, mas se tratava de uma ironia direcionada às ações do mesmo. A despeito de muitas oposições, diz o texto irônico, estava implantado na administração do distrito federal "o feminismo", com o apoio de

[114] A imprensa, *A questão dos cursos nocturnos*, 06/04/1910, página 08.
[115] A imprensa, *Op.cit*., 06/04/1910, página 08.
[116] Careta, 10 de maio de 1910, página 15.
[117] HANNER, June E. *A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX*, Revista Gênero, Niterói, 2010, p.313-332. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/29>. Acesso em: 08 jul. 2015.
[118] ACCÁCIO, Liete Oliveira. *Formando o professor primário: a Escola Normal e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_055.html>. Acesso em: 08 jul. 2015.

alguns correligionários do diretor de ensino, entre eles o professor Hemetério, mencionado sob a alcunha de “M.Ehtereo”.[119].

Mas, e as futuras professoras? O que pensavam concretamente a respeito de tudo que discutimos até aqui? Sobre as normalistas e suas visões de ensino e aprendizagem trazemos à discussão o trabalho monográfico de Cristiane Kozlowsky (2014), onde a autora coloca em pauta as visões de alunas da Escola Normal de Niterói, entre fins do século XIX e XX. Analisando as avaliações da disciplina “Metodologia”, que versava sobre o ensino da chamada “História Pátria”, a autora evidencia os modos pelos quais as jovens normalistas entendiam o ensino de História. Além disso, Kozlowsky traz para o campo da discussão historiográfica a ausência dessas vozes femininas em grande parte das pesquisas em História da Educação[120]. Este estudo contribui ricamente para problematizações em torno dessas vozes femininas nos debates intelectuais das primeiras décadas republicanas no que tange ao campo da educação. Para algumas das jovens normalistas investigadas por Neves, seu papel iria muito além de “meras reprodutoras” dos compêndios e manuais produzidos pelos educadores do sexo masculino:

> *“(...) embora o projeto de construção do Estado- nação desse o tom sobre os conhecimentos que deviam ser aprendidos e os métodos que seriam utilizados na escola, quando olhamos para a resposta das alunas, vimos que elas contribuíram com as suas ações, seus posicionamentos e sua cultura. A normalista Ricarda Maigre Restier Gonçalves, com seus questionamentos em relação ao tempo para aprendizagem, suas reclamações – em tom de denúncia – referentes ao método praticado, e sua oposição em relação ao ensino de deveres do cidadão às crianças, pareceu-nos um bom exemplo de reprovação ao que estava sendo praticado na escola nos primórdios da República.”*[121]

Sobre as nossas normalistas, as que frequentavam os bancos escolares do outro lado da Baía de Guanabara, trazemos para discussão dois episódios com os quais nos deparamos ao longo da investigação e reunião das fontes primárias. Neles encontramos as narrativas dos periódicos sobre duas situações em que as futuras professoras manifestam seus pontos de vista para além do que era veiculado pelos “pensadores da educação” sobre os quais vimos discutindo ao longo desta seção. O primeiro deles, ocorrido no ano de 1902, foi publicado pelo *Correio da Manhã,* sob o título de “Moleque Malcriado”, em 25 de agosto de 1902. No texto, sem autoria especificada, o periódico conta de “alunas queixosas” que foram à redação do mesmo expressar seu descontentamento em relação às posturas do professor Hemetério ao ministrar suas aulas no “mais descabelado vocabulário”:

> *“Moças, que para aquele estabelecimento vão em procura do cultivo do espírito e que dali esperam sair professoras, surpreendem-se deveras quando, o professor Hemetério começa a sua aula de insolências.*
> *De nada servem os protestos; o professor Hemetério tem amor irrefreável à sua criação. Há de ser ouvido, custe o que custar e, para que convictas fiquem todas as discípulas, do seu grande poderio e inexcedível influência, grita em*

[119] Tagarela, *Lições de Mythologia*, 12/03/1903, página 05.
[120] KOZLOWSKY, Cristiane. *O ensino de História na Escola Normal de Niterói nos anos iniciais da república: as alunas e a ‘História Pátria’*, Niterói, 2014.
[121] KOZLOWSKY, Cristiane. *Op.cit*., Niterói, 2014, p.72.

> *voz alta e estridente: -'Queixem-se a quem quiser. Deste lugar ninguém me tira. Sou vitalício.'*
> *E, numa linguagem rebarbativa, de olhos esgazeados, deixa escapar pelas beiçolas o mais descabelado vocabulário. [grifos meus]*
> *Algumas alunas, que não querem em absoluto aceitar este ensino, de que não cogita o regulamento, vieram a esta redação trazer o seu protesto. [grifos meus]*
> *Acham as queixosas, e com muita razão, que para ser professora não necessitam fazer o sacrifício de aprender semelhante linguagem."*[122]

A tal "linguagem rebarbativa" a que se referiram as moças, segundo o periódico, é explicada numa carta de autoria de Medeiros e Albuquerque, então diretor da "Instrução Municipal". Segundo ele:

> *"Fostes iludido por alguma informação falsa. Em maio deste ano o professor Hemetério José dos Santos, queixando-se em aula de que não tivesse nenhuma aluna de mérito excepcional e extraordinário, disse que a turma de 1901 fora toda ela ordinária, mas que a atual ainda lhe era inferior. O uso dessa palavra deu lugar a um mal-entendido, de que tratou a 'Gazeta de Notícias', queixando-se. Julgaram algumas alunas que o professor pensara em chamá-las, no mau sentido da palavra: ordinárias. Tudo, porém, se esclareceu na lição seguinte e daí até hoje, nunca mais, a nenhum propósito houve o menor atrito entre aquele lente e as respectivas discípulas. [grifos do autor/periódico] (...)*
> *É aliás preciso conhecer muito pouco o professor Hemetério para atribuir-lhe habitual grosseria. Pelo contrário, se algum defeito ele tem, é o excesso de tolerância e complacência. O fato de maio nunca mais se repetiu. "*[123] *[grifos do autor/periódico]*

Aqui o periódico nos dá conta de toda uma discussão que chegou a envolver o próprio diretor de Instrução Pública, o que equivale a um secretário de educação, na polêmica do mal uso da palavra "ordinária". A despeito de ter havido ou não um "mal entendido" sobre o sentido de tal palavra, nenhuma das partes nega seu uso e a indignação das moças perante o ocorrido. A voz preponderante é a masculina, a voz de quem escreve para o jornal e a de Medeiros e Albuquerque, e, defesa de Hemetério. Entretanto, a indignação e oposição frontal parte das vozes femininas sobre as quais estamos discutindo aqui.

Indignação que também transparece no outro episódio, narrado e apreciado nas páginas do periódico sul-rio-grandense *A Federação*, em junho de 1915. Sob o título "Tristes Scenas", o jornal conta sobre a ocorrência de um "motim" na Escola Normal, estendendo-se das 18hrs às 21hrs. As aulas noturnas que costumavam se dar num "ambiente de paz e de calma" foram acometidas pelas "cenas tristes", levando o estabelecimento à "desordem" e à "agitação". Ainda que aparentemente o periódico, reproduzindo os escritos de outro periódico – *O Paiz*, só estivesse tentando noticiar o episódio, fica visível o juízo de valor contrário à mobilização das alunas quando nos atentamos aos adjetivos utilizados. Não fica claro se essa confusão ocorreu na escola Normal Oficial ou no Instituto Normal, de fundação e direção do professor Hemetério. Como o jornal relaciona a localização da escola ao bairro de São

[122] Correio da Manhã, *Moleque malcriado*, 25/08/1902, página 02.
[123] Correio da Manhã, *Moleque malcriado*, 26/08/1902, página 02.

Cristóvão, mesmo lugar onde estava localizado este último estabelecimento de ensino, suspeitamos que essa situação de fato tenha se dado no Instituto Normal[124].

Mas, independentemente de qual instituição tenha sido palco da revolta das normalistas, temos concretamente um momento em que as alunas de um curso noturno, matriculadas nesse horário muito provavelmente por já estarem atuando enquanto adjuntas ou regentes oficiais de turmas primárias, jovens e sob a tutela oficial de seus pais ou maridos, elevam suas vozes e posicionamentos. Insistem em serem ouvidas e atendidas, se opõem às ordens hierarquicamente impostas por professores e uma direção do sexo masculino. Não é possível fazer maiores afirmações e conclusões sobre as posturas das alunas em seus espaços de regência docente, entretanto o episódio que transcrevemos a seguir muito acrescenta ao que temos discutido até aqui sobre essa relação entre os "homens das letras" (e seus postulados) e as professoras formadas por eles:

> *"Relata 'O Paiz':*
> *'Ao contrário de outras que são sempre passadas na Escola Normal, num ambiente de paz e de calma, a noite de ontem foi, para aquele estabelecimento de ensino, agitadíssima, desordenada, sendo toda ela ocupada por um motim que se estendeu das 18 horas até às 21 horas.*
> *Àquela hora, um grupo numeroso de alunas do 1º ano, que não tinham dado aula [entende-se aqui: não tiveram aula] de português por haver faltado o respectivo professor, dr. Hemetério dos Santos, estava reunido numa sala do pavimento térreo, quando entre uma aluna e a inspetora surgiu uma discussão sobre um motivo qualquer.*
> *Quase ao mesmo tempo, no 1º andar do edifício do largo do Estácio, a aluna Lucinda Ramos altercava, por outro motivo, coma inspetora Marcolina; esta saiu indignada da aula e foi pedir providências ao diretor, dr. Hans Heinborn.*
> *A verdade é que os ânimos das alunas estavam exaltados por haver ontem aula, apesar de ser dia de festa nacional, e foi, mesmo, esse motivo, inutilíssimo, ao que parece, a causa única de um grande escândalo.*
> *O diretor da escola, assim que recebeu a queixa da inspetora, partiu para a aula e ali repreendeu, asperamente, a aluna Lucinda Ramos e, em seguida, desceu ao 1º andar, onde fez retirar da aula uma aluna.*
> *A aluna Lucinda Ramos, vendo-se tratada daquela forma, ficou muito nervosa e acabou por ter um grande ataque! Logo em seguida, duas outras meninas, de nomes Verina Caldas e Rosa de Jesus Teixeira, por contágio, foram vitimadas por idêntico mal.*
> *Toda a escola, então, entrou em franca desordem. Não mais foi possível conter as moças, que, no auge da indignação, protestavam em altas vozes contra a direção do estabelecimento.*
> *Neste momento chegava na casa o dr. Bricio Filho[125], que ia dar a sua aula de física, o qual, na qualidade de médico, foi chamado a socorrer as alunas que estavam mais nervosas, recolhidas estas, já então, na sala destinada aos estudos de física e aí medicadas.*
> *O motim no interior da escola produziu grande aglomeração na rua e logo se propalou o boato de que o diretor tinha agredido fisicamente a uma aluna. Os populares se exaltaram, não faltaram gritos sediciosos aconselhando o assalto ao edifício.*

[124] Sobre este estabelecimento de ensino temos algumas referência esparsas nos periódicos da época, dentre as quais uma publicação de 22/04/1915, saída em *O Paiz* , página 04, em que é feito um anúncio sobre o "Instituto Normal, localizado à rua Barão de Ubá [São Cristóvão], número 89" e sob a direção do professor Hemetério dos Santos – também responsável pelas aulas de português.

[125] Além de médico e professor, o Dr. Jaime Pombo Bricio Filho foi também proprietário do jornal *O Século*, fundado por ele em 1906.

> *O barulho da rua fez aumentar a agitação no interior da escola e, por sua vez, os gritos que partiam do edifício alarmavam os populares que, ao certo, não sabiam o que se passava.*
> *Foi nesse momento que da escola, temendo um assalto, pediram garantias à polícia, chegando ao local um auto-transporte com força. À chegada dos soldados, as alunas ainda mais se agitaram por pensarem que iam ser presas, não houve outro remédio senão mandar retira à força, porque novas alunas foram acometidas de ataques, principalmente a de nome Albertina Guimarães, do 4º ano.*
> *A rua de São Cristóvão tinha, então, um aspecto de tal modo assustador que as autoridades do 5º distrito comunicaram o caso ao 2º delegado auxiliar dr. Osório de Almeida, o qual prontamente compareceu ao local. Foi com a chegada desta autoridade, logo seguido do dr. Rivadávia Corrêa, prefeito municipal, que a ordem principiou a se restabelecer, embora lentamente.*
> *A primeira medida tomada foi a de mandar retirar o contínuo Abílio, que pretendia dominar as moças, insultando-as, o que deu motivo a que um irmão de uma aluna sacasse contra ele um revólver.*
> *Conjunto com alguns professores foi conseguindo pouco a pouco dominar a exaltação das meninas, mandando-as para a casa de seus pais.*
> *Às 10 horas da noite tudo estava serenado, tendo-se retirado as últimas alunas. (...)".*[126] *[grifos meus]*

As "tristes cenas", ocorridas há um século, nos descortinam brevemente um pouco do cotidiano escolar das moças normalistas. Além disso, nos movem a reforçar as nossas convicções de que tanto as alunas do Curso Normal quanto as professoras primárias eram parte ativa desse contexto educacional da Primeira República. através de um "motim", parafraseando o jornal, as meninas expuseram sua insatisfação e os modos pelos quais entendiam que deveriam ou não ser tratadas. Expõem um episódio, ao que parece incomum àquele ambiente de ensino, em que a voz feminina se faz ouvir de forma contundente e impositiva – ainda que ao final de todo o episódio prevaleçam as deliberações de homens que estavam na chefia. O que se desenrolou a partir daqui não sabemos, se as cenas seguintes foram novamente de "desordem" e de "motim", ou ao contrário, de mansidão e quietude.

Por ora encerramos a discussão sobre os espaços escolares constituídos nas primeiras décadas republicanas. O esforço aqui foi o de costurar diálogos, debates e embates entre diferentes sujeitos históricos e instituições, tentando não negligenciar o fato de que por caminhos diversos professores e professoras atuaram e buscaram interferir nos rumos da construção de uma "educação nacional".

[126] A Federação, *Tristes Scenas – Na Escola Normal do Rio*, 25/07/1915, página 07.

Capítulo III – Negando para afirmar: Hemetério dos Santos e a construção de uma identidade negra positivada

A partir deste capítulo iremos discutir os caminhos percorridos por Hemetério dos Santos em sua constituição enquanto intelectual negro e "homens das letras", dando continuidade às problematizações em torno dos sentidos simbólicos e concretos de ser negro numa sociedade recém-saída da escravidão, que vivia grandes transformações e se propunha a ser a "Paris dos Trópicos". É nesse momento, também, em que ele atua de modo mais incisivo e direto através das páginas dos jornais, discutindo, polemizando, dialogando, se fazendo sujeito ativo entre os intelectuais da época, se fazendo reconhecer também enquanto igual a despeito daqueles que se recusavam a tal. Neste e nos capítulos subsequentes colocaremos em pauta as "etimologias" de ser negro, bem como as formas sob as quais se materializaram as relações raciais construídas na sociedade daquele período.

Entre os homens de sobrecasaca e cartola, brancos em sua maioria, havia um intelectual negro. Em meio aos batuques e carnavais marcadamente negros e a força da presença e atuação afrodescendente na cidade, havia um intelectual negro. Não se trata de polarizar, opondo de um lado brancos e, de outro, negros. A cidade estava pontilhada pela diversidade, pela disputa dos espaços, numa convivência próxima fisicamente, porém extremamente verticalizada. Nas palavras de Luiz Edmundo, intelectual contemporâneo do professor Hemetério, em seus escritos memorialísticos:

> *"Anda-se mais um pouco e cai-se na Rua Gonçalves Dias, das mais elegantes das ruas pelo tempo, mostrando em cada esquina (os que a viram que informem) uma venda, autêntico armazém de secos e molhados, aliás com mais molhados do que secos, a ostentar reles balcões de madeira e soalhos enegrecidos pela falta de asseio, cuspinhados pelos bêbados que aí fazem ponto. (...)*
> *O quadro ofende, de qualquer forma o cenário da praça. Não raro, aos sábados, senhoras elegantíssimas, homens de sobrecasaca e de cartola, fazem mescla, com essa gentalha alvoroçada e suja (sic). Conta, ainda, aumentando o labéu do vasto logradouro, com os imundos quiosques (sic) (nove ao todo!) que vendem café-caneca, cachaça e broas de milho, reunindo ranchos espetaculosos de bêbados e vagabundos em torno". [127].*

O autor não se refere explicitamente à condição racial de quem ele está nomeando por "gentalha alvoroçada e suja", não define se está a se referir a brancos ou negros, ou a brancos e negros pobres. Entretanto, existem diversos estudos sobre o período que demonstram o quanto a população negra esteve, em grande parte, distante de compor o grupo das "senhoras elegantíssimas" e dos "homens de sobrecasaca e de cartola". Ou seja, que pessoas negras compunham à época do professor a maior parte do contingente dos setores mais pobres da população da cidade do Rio de Janeiro[128].

---

[127] EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Op. Cit., p. 83. Grifos nossos.
[128] Reflexões a respeito podem ser encontradas em autores e obras como MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração,

O próprio Hemetério, em poema intitulado “O cão e o burro – fábula de todos os tempos”, publicado no jornal A Gazeta de Notícias, página 02, em 02 de outubro de 1910, trata desse assunto. A partir de uma fábula em que um “cão madraço” e um “burro forte” são os personagens principais, trata da diferença de tratamento entre ambos: o primeiro, sempre “amimado”, possuidor de “boas cobertas”; enquanto que para o segundo somente sobravam “o chicote e a cangalha”. Por ser “levado a pau”, o nome do burro acabara por “levar conceito mau”. Ou seja, a expressão “burro” nada teria a ver com falta de inteligência ou de valor, ao contrário. Entretanto, a dureza do trabalho exercido, aliada à falta de reconhecimento por parte de seu dono teria ajudado na construção desses sentidos. Conclui sua fábula, conforme a regra estilística, com uma preciosa moral:

“O prêmio nunca foi de quem trabalha;
O negro que o suor transforma em rica messe,
Em rutilo brilhante
Sem lucro e sem interesse;
O triste proletário, o servo e o lavrador,
O fado imperioso a todos ralha,
E do festim da vida só lhes cabe a dor.
Pouco o mineiro audaz merece.
Não logra o garimpeiro o rico diamante.”

“Não logra o garimpeiro o diamante” assim como o suor do negro também não teve e não tinha suas devidas recompensas por seus esforços na construção da nação brasileira. A condição de expropriado foi a principal marca da população negra e, como afirma o professor, porque “o prêmio nunca foi de quem trabalha”.

Em meio às condições concretas de vida da maioria da população negra no período a que nos detemos e os sentidos simbólicos de carregar na pele a marca da escravidão, importa, pois, tentar entender essas relações e quais as possibilidades de se fazer sujeito e respeitado numa sociedade em que a brancura se fez norma, enxergando as contradições e ambiguidades desse movimento e entendendo-o à luz de seu contexto histórico.

III.1 – Entre textos e contextos: os sentidos de ser negro/preto

“Aqui há quatro anos passados, um estudioso gramatico brasileiro supôs enxergar na palavra ‘preto’ o vocábulo latino - ‘spetrum’, de ‘sperno’, desprezar. Assim o pensou, por imaginar também que o trabalho, por servidão, havia lançado o negro no mais baixo estado de vida e trato nas relações sociais. Não lhe cabia razão nenhuma, nem histórica, nem literária e nem socialmente visto o caso que se vai examinar.
Na alta e média antiguidade, o cativeiro não foi opróbio só do negro: todas as raças foram submetidas ao estado servil, e o branco o precedeu nessa dura provação de bravia e encarniçada luta, de povo contra povo.”

O trecho acima integra o artigo publicado pelo professor Hemetério José dos Santos, no periódico carioca *Almanaque Garnier*, em 1907, intitulado *Etymologias – preto*[129]*.* Nas três

1995. Pag. 63; GOMES, Flávio dos Santos e CUNHA, Olívia Maria Gomes da (org). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
[129] Almanaque do Garnier, *Etymologias-preto,* 1907, pp.237-239.

páginas que se seguem, seu autor se utiliza de conhecimentos históricos, etimológicos e literários para afirmar categoricamente que a palavra "preto" nada tem de sentido pejorativo. De acordo com as suas reflexões nem a palavra nem o ser preto poderiam ser entendidos enquanto sinônimos de coisas ruins ou desprezíveis. Sua linha argumentativa é a escravidão e ele entende que o sentido negativo dado à palavra estava diretamente associado à condição cativa sob a qual seus patrícios negros estiveram durante três séculos. Percorrendo a história da humanidade, Hemetério demonstra que a condição escrava era muito mais antiga que a conhecida em terras brasileiras, tendo sido experimentada não somente pelo negro, mas também pelo branco. Nesse trajeto pela história, o intelectual negro analisa também as origens de palavras como "cativo", "escravo", "servo", "ethiope", sempre reforçando o caráter não pejorativo e não associado exclusiva e diretamente aos negros. Em suas palavras, o termo "escravo" passa a ser utilizado com sentido de servo a partir do século XII, "sem distinção de cor e nacionalidade" [130].

Lançando mão de produções literárias portuguesas, como a de Luiz de Camões, Hemetério reforça seus argumentos contrários aos sentidos negativos conferidos à palavra "preto":

> *"O que é certo é que, como vimos, esta palavra era já corrente nas composições genuinamente populares, no século de quinhentos, e que o contemplativo Luiz de Camões não a excomungou do seu épico e lírico vocabulário (...)"* [131]

Discute também o uso da palavra preto como sinônimo de "luto", pois de acordo com ele, "nossos mais altos e afastados avós se serviam do amarelo, do azul e até do branco para o mesmo fim". E "preto" e "negro" são sinônimos, de acordo com os estudos do professor, de "beleza" e "galanteios":

> *"Na Fragoa D'Amor*[132]*, um negro, na boa e lavada companhia de Vênus, Júpiter, Saturno, Sol, Cupido, a Justiça, frade etc., entra amando e é requestado docemente, não só na plebeia linguagem portuguesa – na língua de sua terra, mas também na luzida e fidalga eloquência de Castella, e aí emprega 'preto', no sentido da cor do carvão, da cor do ébano (...)*
> *Claramente se vê por esses longínquos tempos, não havia sequer ressaibo de desprezível e vil na palavra 'preto', que por um negro mesmo era empregada em galanteios, para pintar o vulcão que ia nos olhos da deusa, que o empolga. Vênus não se agasta, na comédia (...)".* [133]

Em relação aos usos populares da palavra 'preto', Hemetério aventa que a mesma "representa um colorido mais forte do que 'negro', de uso mais geral para designar a raça simplesmente". Conclui, assim, que:

> *"Por estas expedidas razões, de origem popular e de comparações etimológicas, vulgarizadas pela cultura, é que eu não aceitei, aqui há quatro*

---

[130] Idem. Página 237.
[131] Ibidem. Página 238.
[132] Obra produzida por Gil Vicente (1466-1536), poeta e dramaturgo português, em 1525. Devido à sua importância para a dramaturgia lusitana ele é considerado o "pai" do teatro português. Disponível em: <http://educacao.globo.com/literatura/assunto/autores/gil-vicente.html>. Acesso em: 25 jul. 2014.
[133] Op.cit. página 238.

> *anos passados, a derivação de 'sperno', desprezar, aventada pelo sr. Dr. Alfredo Gomes, e agora discordo também do nosso mestre, o filólogo João Ribeiro(...)."*

Em outubro de 1913 o jornal *O Imparcial* publica um artigo de autoria de Hemetério, em resposta ao intelectual Alcindo Guanabara, proprietário do periódico *A Imprensa*. Este último, ferozmente ataca o fato de o professor ter recorrido ao influente político Pinheiro Machado[134] em carta particular, buscando tratar de questões relativas às dificuldades enfrentadas por homens negros em ocupar determinados espaços sociais e políticos. De acordo com Alcindo, "preconceito de raça", "má vontade contra o negro, ódio ao negro, repulsão ao negro", não se verificavam na sociedade brasileira. A questão se explicaria, então, pelo simples fato de que em seu tempo eram "raros os negros de inteligência, energia e 'saber querer'". Ou seja, a questão não seria racial, mas de cunho individual. Recorrendo ao pensamento científico da época, fortemente influenciado pelas teorias raciais em voga na época, Alcindo defende que:

> *"(...) a raça definha, absorvidos os seus melhores elementos pela raça branca, mais numerosa e possuidora das melhores qualidades para a luta (...)*
> *A raça depauperada já não produz tipos dessa grandeza [dos que se mostravam fortes o bastante para defenderem publicamente sua negritude]. Há o que dizem como o professor Hemetério: 'nós os negros... ' Mas, a esses é uma lástima ouvi-los: a confissão é sempre um grito de angústia e fraqueza – um brado de impotência clamando misericórdia aos homens de pele branca."*[135] *(grifos meus)*

Fazendo uso de seus conhecimentos em literatura e história, mais uma vez, Heméterio se utiliza de textos de Camões e outros pensadores para reforçar seus argumentos contrários aos discursos que negativam a negritude. Tanto o escritor português, quanto o jurisconsulto português Gil e o tenente P. Roeckel, da infantaria colonial francesa, em tempos históricos distintos, registram boas observações dos povos africanos e negros com os quais tiveram contato[136]. O artigo, intitulado "Resposta ao Sr. Alcindo Guanabara", ocupou três das cinco colunas do jornal e ainda contava com uma fotografia de seu autor. Em seu desenvolvimento, o intelectual defende seu posicionamento em favor das boas qualidades do negro e sua importância para a formação da nação brasileira. De acordo com ele:

> *"(...) o negro nunca foi estúpido, fraco, imoral ou ladrão. (...)*
> *Todos sabem como o negro, em pouco tempo, vinculando-se ao solo, perdendo o hábito de nomada, adquiriu a rudimentar ciência conhecida de seus dominadores, e se tornou o único lavrador nosso, a quem, na mingua e na má qualidade dos alimentos, o inclemente sol respeitava, desenvolvendo-lhe, sem*

[134] José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), natural do Rio Grande do Sul, foi um dos mais ativos e influentes políticos nos anos iniciais da Primeira República. No posto de senador da república teve papel importante na condução dos negócios políticos, apoiando os governos de Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena. Além disso, foi um dos principais articuladores e apoiadores da campanha e eleição presidencial de Hermes da Fonseca em 1910. No governo do mesmo, Pinheiro Machado se tornou vice-presidente do senado. Estas e outras informações estão disponíveis em: <http://pt-br.senpinheiromachado.wikia.com/wiki/SENADOR_PINHEIRO_MACHADO_-_Resumo_hist%C3%B3rico> e <http://pt-br.senpinheiromachado.wikia.com/wiki/SENADOR_PINHEIRO_MACHADO_-_Bibliografia>. Acesso em: 16 jul. 2015.

[135] Jornal *A Imprensa*, 29/09/1913, 1ª página. Rio de Janeiro.

[136] Hemetério destaca alguns versos de Camões em que o poeta luso, ao narrar sua viagem pela África, reforça as virtudes dos negros de "bons vizinhos" e respeitadores das leis. Já em relação ao jurisconsulto Gil, ele destaca a fala deste em relação à ausência de "expostos" e de "prostituição". Quanto ao tenente francês, ele destaca a "admiração" do militar em relação à "moralidade da família negra". Todas essas observações positivas em relação ao negro expostas por Hemetério foram escritas e publicadas por seus autores, ou seja, de conhecimento público nos meios letrados e que o intelectual negro toma como tarefa divulgá-las e, como consequência, torná-las de amplo conhecimento entre os círculos letrados brasileiros.

> *letras e sem livros, a inteligência portentosa pelo calor que lhe derramava no cérebro, dando-lhe admiráveis qualidades assimiladoras, tornando-o de cedo o só operário nosso da cidade, o abridor de roteiros, o prático de estradas de ferro, o artesão, o artista, nos vários aspectos da estética, cantor em desafios, repentista e troveiro, tudo isto no estado de incultura, empiricamente (...)*
> *Nunca a honra nacional teve defensor mais esforçado, mais dedicado e de mais épicas varonilidades. (...)*
> *(...) e foi também o defensor da honra e da dignidade nacional nas cruentas e barbaramente trágicas campanhas do norte e do sul, ahi pela auroreal e fecunda regência de D. João VI, e pelo enamorado governo de Pedro I, e pelo luminoso e redentor reinado de Pedro II, o imperador letrado.*
> *Do eito saíam, repousavam as enxadas e as foices, empunhavam as armas, e libertos pelo dinheiro que eles próprios haviam ganho lá iam, completamente esquecidos dos maus tratos recebidos, caminho da vitória, fazendo triunfador o seu torrão querido(...)". [grifos meus]*

No desenrolar do artigo são mencionados diversos outros exemplos de personalidades negras, como Gonçalves Dias, Alexandre Dumas, Tobias Barreto, assim como o movimento insurgente da Balaiada, para reafirmar seus argumentos. Ao utilizar como fontes as produções literárias de intelectuais notáveis e respeitados socialmente, entendidos como referências de "bom gosto" e daquilo que era "melhor" em termos culturais, o intelectual negro movimenta-se no sentido legitimar seus posicionamentos. Ou seja, não era apenas ele quem defendia as "boas qualidades" dos negros, mas também homens europeus, símbolos da cultura e da "evolução". Nesse "palco de disputas" em que se converte o uso da linguagem, conforme aponta Bagno (2011), Hemetério optou por utilizar-se das mesmas ferramentas legitimadoras de uma dita, e socialmente vivenciada, "supremacia branca" na construção de outros discursos e olhares em relação ao ser negro. O tom de seu artigo é extremamente áspero e o mesmo não mede palavras ao criticar os argumentos de seu opositor, pois, de acordo com ele, "causa nojo ler" o que Alcindo havia escrito e o que este deveria "ler de novo" o que escrevera e perceber o "quão injusto e mau fora para nossa gente". A postura veemente na defesa das qualidades do negro é uma característica destacada por alguns de seus contemporâneos, assim como alvo das pilhérias e ironias publicadas nas revistas satíricas que serão analisadas mais adiante. Nas palavras do intelectual Luiz Edmundo, Hemetério era "um tanto discutidor" e isso acabava por "lhe criar algumas antipatias" [137].

Ao longo de sua trajetória o professor Hemetério dos Santos esteve diretamente engajado ao movimento de ressignificar os sentidos sociais de ser negro em seu tempo. E essa tentativa de ressignificação pode ser enxergada tanto em seus escritos e discursos, quanto por meio de sua própria figura. Invocando a ajuda de "quem quer que fosse", o professor incluía também em suas pautas uma "condenação severa" ao preconceito racial. Enquanto homem assumidamente negro, ele participou enfaticamente dos "debates intelectuais", conforme analisa a autora Carolina Viana Dantas na obra "Brasil café-com-leite: mestiçagem e identidade nacional" (2010). É, pois, importante salientar que esse movimento de ressignificação do

[137] O Rio de Janeiro do meu tempo. Artigo publicado no Jornal *Correio da Manhã*, em 04/08/1935.

sentido de ser negro esteve diretamente associado às disputas em torno de questões raciais na formação brasileira. O negro era um elemento formador da nação e disso nenhum dos pares de Hemetério tinha dúvida, entretanto os sentidos dessa constatação eram divergentes entre si: de um lado os que acreditavam ser o "elemento negro" e a mestiçagem os grandes entraves à formação racial brasileira. De outro, e com os quais ele se associava diretamente, a crença de que mestiçagem e o negro não eram aspectos negativos da formação nacional, mas ao contrário, algo que poderia ser encarado positivamente[138].

O período do pós-Abolição e Primeira República é o momento em que pude verificar uma atuação mais intensa por parte do professor na vida intelectual da cidade. Através das páginas dos periódicos arquivados na Biblioteca Nacional encontramos muitas ocorrências em relação à vida pública do professor: esteve presente em diversos eventos sociais e políticos, desde festas em comemoração ao dia da bandeira, inaugurações de escolas, aniversário do prefeito da cidade ou mesmo em eventos próximos a alguns dos presidentes da nação. As diversas ocorrências encontradas entre os anos de 1875 e início da década de 1920 demonstram a movimentação desse homem negro na incessante busca de construir para si um lugar social respeitado e valorizado. Esse investimento passou pela construção de uma ampla rede social, advindas de sua intensa circulação por diferentes espaços, e que permitiu a ele escapar, até certo ponto, das estruturas racistas de seu tempo.

Sua atuação enquanto professor em diferentes espaços escolares, tais como o Colégio Militar do Rio de Janeiro e a Escola Normal Livre, ia além do fazer em sala de aula, pois o mesmo se utilizava desses e de outros espaços a fim de ministrar palestras e conferências a respeito do ensino. Como mostram as páginas de alguns dos periódicos da capital republicana, esses encontros eram bastante concorridos, muito divulgados prévia e posteriormente:

> *"Realizou-se ontem na Escola Normal a primeira conferencia da serie que pretende realizar o professor do colégio militar, major Hemetério José dos Santos.*
> *Assistiram a ela o marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da republica, Dr. Porciúncula, governador do estado do Rio, inspetor geral de instrução pública, inspetores escolares, professores públicos e particulares e municipais, grande número de alunos da escola normal e pessoas gradas.*
> *O orador, que dissertou com critério por espaço de 2 horas, sobre a organização do ensino publico em nosso país, foi entusiasticamente aplaudido ao descer da tribuna".*[139]

Outra de suas conferências foi a que ele próprio nomeou de "Pretidão de amor", realizada em novembro de 1905 no Grêmio das Senhoras do Rio de Janeiro. De acordo com *O Paiz*, tal conferência teve por tema e ponto de partida a expressão cunhada pelo poeta luso Luís de Camões, e se ateve ao movimento principal de "panegíryco e a defesa da raça negra no Brazil". O autor da conferência teceu reflexões e loas à mulher negra, "mestiça" nas

[138] Na obra "O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional", Carolina Vianna Dantas analisa os debates e tomadas de posição de diferentes intelectuais no pós-Abolição em torno da formação nacional. Através de evidências encontradas nas páginas dos periódicos entre 1903 e 1914, a autora traz à tona a multiplicidade de vozes em torno da questão racial brasileira.
[139] Jornal *O Tempo*, 24 de julho de 1892.

palavras do jornal, como principal artífice da organização nacional brasileira. O periódico é bastante elogioso e ressalta que o conferencista, "acentuado mestiço que timbra de o ser", termina sua fala apelando às senhoras presentes que não consentissem que a escola fosse "fechada ao filho de quem formou esse bello Brazil, moral e hospitaleiro, amorosamente vos criando com o branco leite do seu amor". É interessante notar que o tom elogioso do jornal não se restringe aos talentos intelectuais do conferencista, mas extrapola-o ao associar as "qualidades" da mulher mestiça, "de dedicação e ternura", exaltada por ele em páginas "finamente literárias", à condição do autor de "acentuado mestiço". Em seu livro de memórias, Agripino Grieco, descreve-o como "preto retinto" [140]; ao passo que Emilio de Menezes, outro contemporâneo, usa expressões como "neto de Obá/príncipe africano", "Herbert Spencer de ébano e guano", "Pestalozzi genial, pintado a pixe" [141]. A leitura desse tom elogioso do jornal em torno da pretensa condição de Hemetério enquanto "acentuado mestiço" nos lança questões sobre quais valores estavam em jogo naquele momento, ou seja, quais os sentidos de "preto", "branco", "mestiço".

Bem diferente do tom elogioso do artigo de *O Paiz,* mencionado linhas acima, é um artigo enviado ao *Correio da Manhã*, também em janeiro de 1906, intitulado "Bibliografia" e assinado por "J.I". O tom do texto é o de crítica e certa ironia, deixado à mostra quando o autor da crítica evidencia que as senhoras presentes precisaram cobrir seus rostos com leques devido ao rubor "que lhes coloria a palidez carioca..." Falando do amor em geral e mais especificamente de um "amor negro", Hemetério, ao que tudo indica, busca enfatizar junto às senhoras outra construção discursiva em torno dos sujeitos negros. Ele procura, como nos relata o crítico J.I, associar "beleza", "amor", "branco", "negro", especialmente quando constrói a metáfora do "beijo de amor" dado por "Portugal, senhor nobre e cavalheiresco" à face da "portentosa África" Mas, para o autor da crítica tal assunto deveria ser tratado não como uma questão de ordem filosófica e, sim, enquanto objeto de um estudo "physiologico". O fato, porém, é que naquela noite o discurso hegemônico não fora o do crítico J.I, mas do intelectual Hemetério, especialista em Língua Portuguesa, que apoiava suas falas também em uma narrativa histórica e literária. Termina o discurso, condenando um "preconceito entranhado", o da "velha e cruel questão de raça".

Através dessa tentativa de ressignificação, Hemetério busca atuar também em questões concretas de ordem social, como destacado por *A Notícia*, em artigo publicado em 26 de janeiro de 1906 e assinado por "J. dos Santos":

> *"No fundo, sob a graça e a ironia dessa conferência há a ideia de um protesto serio: o protesto contra a exclusão das crianças de cor de certos estabelecimentos de ensino.*
> *O conferente quis lembrar que os indivíduos de cor preta foram dos que mais colaboraram para a constituição da nacionalidade brasileira, chamando de*

[140] GRIECO, Agripino. *Memórias*, volume 2. Rio de Janeiro: 1972.
[141] TIGRE, Bastos. *Instantâneos do Rio antigo, p. 85 e 86*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Cecult; São Paulo: Fapesp, 2003; Coleção Letras em série.

> *passagem a atenção para o facto de homens do mais alto valor intelectual terem apreciado e até mesmo amado mulheres de cor preta".* [142]

Busca, assim, nas raízes históricas da Língua Portuguesa e também na história da humanidade, argumentos para defender que o preconceito racial e de cor não tinha fundamento. A escolha do poema "Pretidão de amor", feito por Camões no século XVI para homenagear Bárbara, preta e escrava, são também elementos que ajudam a reforçar as afirmativas de Hemetério de que *preto* e *negro* eram sinônimos de tudo o que fosse positivo e bonito. Ainda no mesmo texto de J. dos Santos temos outra passagem em que uma parte da história da humanidade é realçada para mais uma vez corroborar as formulações do intelectual negro:

> *"A Sulamita, que Salomão cantou era preta. O texto latino da Vulgata diz: 'Nigra. [ilegível]. sed. formosa...' Ledrain que fez a tradução direto para o francês, escreve: 'je suis NOIRE, mais de bonne grace.' Em traduções portuguesas, com o desejo de se atenuar a 'pretidão' da Sulamita, foi que se disse, em vez de negra, morena... Salomão não tinha essas prevenções".*[143]

Venho pensando a questão racial a partir da trajetória do intelectual negro Hemetério José dos Santos sob diferentes dimensões, entre elas a da construção discursiva e cultural. De acordo com a autora Rogéria Costa de Paula (2003, p.182) nosso mundo histórico-social-cultural é construído por meio do discurso e é também por ele que se reforçam, legitimam e se concretizam as hierarquias sociais e raciais, marcando as trajetórias de homens e mulheres negros como o professor Hemetério. Assim, a pesquisadora compreende que o racismo é socialmente construído por meio de práticas discursivas. Essa perspectiva, aliada às reflexões produzidas por Marcos Bagno em "Gramática Pedagógica do Português Brasileiro" (2011) nos ajudam a refletir em torno do que este autor também destaca: a língua enquanto palco de conflitos, disputas, lugar de negociação e de relações de poder. E é também nesse palco de conflitos e disputas que o intelectual negro Hemetério trava suas batalhas, buscando interlocutores e aliados na tarefa de desconstruir discursos e práticas racistas que sistematicamente excluíam os negros de muitos espaços, entre eles o dos bancos escolares.

Na contramão dos investimentos do intelectual Hemetério caminhavam as revistas satíricas *Tagarela (1902-1910)* [144], *Fon-Fon (1907-1915)* [145] e *Careta (1909-1919)* [146]. Suas "impiedosas" páginas não deixavam escapar das críticas contumazes, e por vezes ácidas, nenhuma das personalidades importantes do cenário republicano. Dentre diferentes artigos, notinhas, notícias sobre eventos, se encontram referências ao professor Hemetério e seu

[142] Jornal A Notícia, 26 de janeiro de 1906.
[143] Idem.
[144] A revista Tagarela iniciou suas publicações em março de 1902 e tinha por objetivo ser um "Semanário crítico, ilustrado e de propaganda comercial". Sob a direção de Peres Junior, tinha colaboradores "variados e escolhidos". Seu escritório localizava-se na Rua Gonçalves Dias, Centro do Rio de Janeiro.
[145] A revista Fon-Fon iniciou suas publicações em 1907 e intitulava-se "Semanário alegre, político, crítico e esfuziante". Sua redação e oficinas localizavam-se na Rua da Assembleia, Centro do Rio de Janeiro. Foi dirigida até o ano de 1914 por Raul Pederneiras.
[146] De acordo com o historiador Nelson Werneck Sodré, a revista Careta começou a circular em 1908, sendo fundada por Jorge Schmidt.

"patrício", Monteiro Lopes. São sátiras e críticas políticas, tais como as endereçadas aos demais "figurões" da época, entretanto o que mais se destaca é um conteúdo racial explicitamente preconceituoso. Silvia Almeida e Rogério Silva em estudo sobre as formas de representação caricatural do negro na Primeira República reúnem reflexões importantes sobre esse contexto histórico[147]. Ambos apontam ser esse contexto o de tensões em torno na presença do negro na sociedade brasileira, especialmente em espaços de ascensão social. Outro aspecto importante destacado se refere à relação entre a construção de uma cultura letrada e de massas e o periodismo. Tais autores apontam que as revistas em questão:

> *"Estabeleciam um diálogo profundo com a sociedade e com a modernidade carioca, inaugurando novas formas de leitura (ler e ver imagens; incorporar sons do cotidiano) e captando as mudanças políticas e de costumes, os novos ritmos sociais, as inovações tecnológicas e gráficas, as correntes artísticas recentes (...)"*[148]

Para alguns dos seus contemporâneos, como é evidenciado nas páginas das revistas "para fazer rir", o posto de intelectual e "homem das letras" ocupado por Hemetério estava em xeque. Isto é, para muitos dos seus pares o fato de um homem negro dialogar horizontalmente com todo aquele universo letrado era sinônimo de muitas "suspeitas" e "indagações", traduzidas em pilhérias, ironias e ofensas públicas. Entretanto, não se pode perder a dimensão dialética e conflituosa desse processo, pois o intelectual negro não somente sofria as consequências do racismo, mas buscava interferir sobre as mesmas. De acordo com Bagno (2011, p.64), os sujeitos não vivem esmagados sob ideologias e estruturas sociais, facetas do universo social, mas, ao contrário, possuem uma agência e muitas das vezes são capazes de se utilizar das brechas existentes para burlá-las. É fundamental pensar a construção e a manutenção das hierarquias raciais na sociedade brasileira do pós-abolição através das manifestações e dos discursos racistas. Porém, é também de suma importância evidenciar a agência negra no movimento de superação desse quadro, mesmo que tais estruturas não tenham sido desconstruídas por completo.

Muito acrescenta a esse debate a perspectiva analítica de Almeida e Silva (2013, p.340) que enxerga a existência, nas caricaturas dessas revistas ilustradas e satíricas, de uma "polifonia quanto ao lugar do negro". Nas páginas dos jornais estava presente essa polifonia de discursos e mesmo entre os intelectuais do Rio de Janeiro desse período. E é neste contexto em que se situam as iniciativas do professor Hemetério. A sociedade que, de um lado, convivia e até aceitava que alguns homens negros ascendessem socialmente e ocupassem posições de prestígio era e mesma que, de outro, sustentava longevos preconceitos e práticas discriminatórias. Essa mesma sociedade, a do "Brasil café com leite" (Dantas, 2010), estava, assim, pontilhada de vozes, entendimentos, consensos e dissensos em torno da questão racial. Estava marcada, também, por assimetrias que guardavam em sua gênese a ordem hierárquica

[147] ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. *Do (in) visível ao risível: o negro e a "raça nacional" na criação caricatural da Primeira República. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 26, nº 52, p. 316-345, julho-dezembro de 2013.*
[148] ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. *Op.cit.,* p. 319.

escravocrata e que, de acordo com Guimarães (2009, p.256), não foi superada com a Abolição e nem com a República.

Pensar a manutenção do racismo é pensar também na continuidade dessa ordem hierárquica escravocrata por meio de estruturas sociais que barravam, por exemplo, o acesso da população negra à posse da terra, bem como nas desigualdades de condições no ingresso ao mercado de trabalho e à educação formal. Esta reflexão necessita, como já ressaltado, incorporar o papel da linguagem e dos discursos engendrados por meia dela na consolidação de visões estereotipadas do negro e que se materializam em práticas racistas. De acordo com os autores Roberto Borges e Maria Cristina Giorgi, no artigo "Discurso, propaganda e estereótipos raciais: uma questão de segurança" (2014, p.167), "a linguagem é fundamental na construção dos modos de ser e pensar de sujeitos e culturas". Ou seja, um contexto histórico-social estruturado por meio do racismo é construído através de diversos recursos ideológicos e discursivos, legitimadores das hierarquias. No caso da sociedade brasileira, esses recursos se mesclam ao forte discurso da não existência do racismo em nosso seio. Ainda de acordo com Borges e Giorgi (2014, p.175), a naturalização de hierarquias construídas a partir das noções de raça e cor foram perpetuadas no imaginário social ao longo dos anos.

As páginas das revistas "para fazer rir" se inserem dentro desse contexto histórico em que "natural" era encontrar o negro nos lugares da subalternidade e não o da erudição, da polidez, da intelectualidade e do domínio da cultura letrada. "Natural", para muitos que certamente riam bastante com as páginas desses periódicos, eram os usos de palavras como "macaco" e "símio" para se referirem ao professor Hemetério e os demais negros notáveis como ele. A seguir destaco algumas das passagens encontradas entre as mais de cem ocorrências relacionadas ao professor e algumas ao deputado Monteiro Lopes[149]. Tais revistas por vezes se utilizavam de pseudônimos como "M. Ethereo" "M. Terio", "Cemitério", "Meterio", ao se referirem ao professor ou mesmo atribuírem-lhe a autoria de artigos ou frases como esta publicada por *Careta*: "A prova mais evidente de que o homem descende do macaco, é que quando se sente perdido se agarra a todos os ramos" [150]. Outra publicação satírica, em 1909, caminha na mesma direção:

> *"O programa da Careta é a careta do próximo. No entanto, não podemos publicar o retrato de muita gente. (...).*
> *Deixou de sair o retrato do sr. Professor Meterio por uma circunstância especialíssima. O nosso fotógrafo não conhecia o sr. Meterio. Em vez de procura-lo à porta da Escola Normal, tocou-se para o Jardim Zoológico e assentou a máquina para a gaiola de um símio bem simpático é verdade, mas que em todo caso não é precisamente a respeitável veronica do respeitável pedagogo brasileiro".*

[149] As ferramentas disponibilizadas pelos acervos digitais nos permitem encontrar ocorrências em tempos, periódicos e espaços diversos através do uso de palavras-chave. Com isso, foi possível encontrar diferentes referências ao professor Hemetério e ao deputado Monteiro Lopes.
[150] Revista Careta, s/d. Assinado sob o pseudônimo "M. Ethereo".

Menções à cor e a outros traços fenotípicos do intelectual, assim como aos do deputado Monteiro Lopes, eram constantes e sempre em tom satírico. A *Careta* noticia, também em 1909, ter recebido carta de leitor se opondo às caricaturas e troças feitas com a figura do político, ao que responde estar "na massa do sangue" da publicação ironizar figuras públicas. Associações à África, também em tom satírico, estavam presentes nas páginas desse periódico. Em 1909 a revista noticia que "o Sr. M.Ethereo dos S. iria requer sua nomeação como embaixador no Congo"; alguns anos depois, em 1913, a mesma reporta que o "simpático matutino carioca" e "vigoroso defensor das virtudes etíopes", se candidataria a "qualquer cousa" e contaria com a "solidariedade morena da sua raça". Mais adiante, em setembro 1919, ao noticiar um evento no Palácio do Catete em presença do presidente da república Epitácio Pessoa, o periódico nomeia os presentes e dentre esses o "simbólico africano Hemetério". O mesmo recurso era utilizado em relação ao deputado Monteiro Lopes, associado à Libéria pela *Careta* em abril de 1909[151]. Outra publicação da revista, em outubro de 1910, em seu calendário satírico associa São Benedito, santo católico negro, como padroeiro de ambos. Note-se que as associações e ironias, explícita ou implicitamente, expressam um conteúdo racial e o lugar do negro como o do "risível", tal como apontam Almeida e Silva (2013).

Em abril de 1909, Careta publica pequeno texto assinado sob o pseudônimo "Zagloba" e que evidencia o grande desconforto em relação à possibilidade de uma inversão de hierarquias por parte dos negros:

> *"E por falar em macacos os pretos agora entenderam de fundar em nosso país uma cousa que não existia: o preconceito da cor. (...)*
> *Está aí no que deu toda intrigalhada feita em torno do caso Monteiro Lopes! Agora os brancos vão ver o que é perseguição (...)*
> *Porque os pretos perderam a paciência e querem enfim tomar o lugar que lhes compete: vão dar a nota. Isto quer dizer muitas cousas entre as quais que o que hoje nós chamamos 'cabelo ruim' vai agora ser chamado 'cabelo bom'."*

As mesmas comparações e ironias, associando tanto Hemetério quanto Monteiro Lopes a símios e primatas se verificam durante o período abordado neste texto nas revistas *Tagarela* e *Fon-fon*. Em 1903, *Tagarela* passa a publicar uma coluna intitulada "Lições de Mythologia", contendo artigos satíricos e com o intuito de ironizar o intelectual Medeiros e Albuquerque[152]. No artigo intitulado "A creação do homem", de 16 de abril de 1903, o autor, sob o pseudônimo de "Dr. Medeiros", discorre sobre a criação do homem, lançando mão de perspectivas criacionistas e darwinistas. Em relação a esta última, colocada em patamar diferenciado da primeira, por ser comprovadamente científica, o autor do texto conclui:

> *"Assim é que se entre mim e um gorila há aparentemente grande dessemelhança, essa mesma dessemelhança já é bem pequena entre ele e o*

[151] De acordo com Lopes (2004, p.387) a Libéria, ou "país dos libertos" foi uma nação formada por ex- escravos estadunidenses que imigraram para o continente a partir da primeira metade do século XIX, tendo por auxílio principal a atuação das sociedades filantrópicas emancipadoras.

[152] José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque foi professor, jornalista, poeta, político, romancista e fundador da cadeira de número 22 na Academia Brasileira de Letras. Foi uma figura bastante atuante no cenário intelectual e político carioca. Foi também diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal (Rio de Janeiro). Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=526&sid=235>. Acesso em: 16 jul. 2014.

> *ilustre conselheiro V. Anna, tornando-se ainda quase nula se tomar-se para termo de comparação o meu distinto amigo M. Ethereo, que é quem entre nós representa com mais perfeição esse nosso primata".*

Em março de 1908 a revista Fon-Fon publica em sua "folhinha" (calendário) a seguinte nota:

> *"No dia 3 o S. Hemetério ou Hemetério dos Santos. Continuam as loucuras do carnaval.*
> *Grande sucesso dos Cucumbis[153] municipais que vão dançar no pedagogium em homenagem ao dedicado educador natural da Libéria".*

Outra publicação da mesma revista, fevereiro de 1909, intitulada "Os três filhos de Rozendo", contam uma historieta satírica de um casal que tem um filho "tão escuro e tão carapinha" como o professor Hemetério. Ao se justificar, a esposa diz ao personagem que o fato ocorrera devido a ela ter assistido aos discursos do deputado Monteiro Lopes e de ter pensado e mesmo sonhado com ele por diversas vezes. Em seus sonhos, a mulher via o político por vezes como um "monarca coberto de riquezas", por outras o via como um "macacão desabusado, tal qual um gorila".

Em "Preconceito racial – modo, temas e tempo", Antonio Sergio Guimarães (2008; p. 11-34) discute a construção sociocultural das noções de cor e raça ao longo da história, especialmente a partir dos contatos entre brancos e não brancos. Ele ressalta que o "simbolismo das cores" esteve diretamente atrelado ao relativismo dos povos, pois, se para os europeus a cor preta tinha sentido pejorativo e a branca, positivo; para alguns povos africanos, segundo relatos de viajantes ingleses no século XVII, ocorria o inverso, sendo o "demônio" representado como branco. Ainda de acordo com este autor, as relações entre os povos incluíam a construção de hierarquias que paulatinamente vão se atrelando à cor, opondo brancos e não brancos. A dicotomia "branco/preto", construída e reforçada por gregos e cristãos, se casa às práticas de dominação de europeus sobre os outros povos, servindo mesmo de justificativa ideológica para tal fim. Ou seja, essa construção discursiva e simbólica, atrelada às práticas dominadoras dos europeus, se corporifica ao longo dos séculos e justifica as hierarquias raciais entre os povos.

A construção e a consolidação das teorias raciais, que buscavam explicar as diferenças físicas e culturais entre os povos com base na Biologia, transformaram em "verdades científicas" noções hierárquicas em torno dessas diferenças. No Brasil, de modo geral, as percepções em torno da categoria "negro" estavam também associadas a essa mesma noção hierarquizada e racista[154]. Em "Das cores do silêncio", conforme já pontuamos, Mattos (2013,

[153] Em "Carnavais da Abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888)", o autor Eric Brasil Nepomuceno (2011, p.201-225) propõe reflexões em torno desses grupos carnavalescos compostos por homens e mulheres negros que saíam ruas vestidos como africanos e cantavam as belezas da África. Disponível em: <http://emancipacoeseposabolicao.files.wordpress.com/2014/02/pronex-carnavais-da-abolic3a7c3a3o-eric-brasil-nepomuceno.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

[154] A autora Lilian Scwarcz, na obra *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, expõe todo o debate entre os intelectuais brasileiros do século XIX em torno da formação racial brasileira. Outra referência importante nesse sentido é a obra O Brasil café com leite: mestiçagem e identidade nacional, da autora Carolina Vianna Dantas.

pp.297-310) conclui que no período imediato ao fim da escravidão a designação “negro” remetia a esse passado escravista.

Deste modo, tanto o termo quanto os sujeitos negros eram associados diretamente ao passado cativo. Ainda que “negro” e “preto” não tenham tido sentidos sociais exatamente iguais ao longo dos três séculos de escravidão e mesmo no pós- Abolição, não se pode negar que, de modo geral, o sentido pejorativo teve papel preponderante nas relações raciais brasileiras. Isto fica bastante evidente nos trechos analisados acima, em que a figura do negro é estereotipada e satirizada publicamente. Tais visões, contudo, não podem ser entendidas enquanto supremas ou incontestáveis, amplamente aceitas pelos intelectuais do período. Ao contrário, eram objetos de disputas e contestações tal qual verificamos nos textos escritos por Hemetério.

III.2 – Autoafirmação e a experiência de uma identidade negra positivada

Nascido no Maranhão, Hemetério dos Santos frequentou a “boa educação” desde a sua mais tenra infância, se apropriando dos conhecimentos legitimados socialmente e que permitiram a ele tornar-se professor posteriormente. Nosso recorte de pesquisa se concentrou em pensar as questões raciais a partir da trajetória do professor na cidade do Rio de Janeiro, portanto temos poucos indícios acerca de sua infância maranhense. Além de alguns fragmentos memorialísticos que ele registra no texto “Carta aos Maranhenses”, tivemos contato com o breve artigo “Hemetério José dos Santos: educador, homem de letras e sua obra”, onde Tadeu Rodrigues analisa seus textos poéticos e nos fornece algumas informações sobre os primeiros anos de Hemetério. A partir de informações que constam em livro de batismo, depositado no Arquivo Público do Maranhão, ele era filho do Major Frederico dos Santos Marques Baptisei, proprietário da fazenda Sam Raymundo e de sua escrava Maria, sendo registrado aos cinco anos de idade.[155] Através dos escritos do professor sabemos pouco sobre sua filiação e laços maranhenses, mas sobre sua vida escolar primária temos alguns fragmentos a partir de sua própria narrativa:

> *“Nascido às margens do Itapicuru e companheiro de infância do honrado e abnegado estadista [Benedicto Severo Leite], excepcional chefe político, no Colégio da Immaculada, sob o magistério carinhoso e severo dos padres Castro, Fonseca e Purificação (...)*
>
> *O trato da língua, como instrumento político e como órgão das artes da palavra, primava sobre todas as disciplinas de humanidade, e de todas era como base e fundamento único.*
>
> *(...) os escritores portugueses e brasileiros eram lidos, comentado e decorados nos seus melhores trechos conceituosos e, como de tudo se encontra na lição*

[155] O artigo em questão está disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/HEMETERIO%20JOSE%20DOS%20SANTOS-%20EDUCADOR%20HOMEM%20DE%20LETRAS.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2015.

> *escrita dos autores, o menino aprendia, catando e somando os fenômenos de igual categoria, a fazer a justa e necessária diferenciação (...)"* [156]

Ao voltarmos nossos olhos para a trajetória de Hemetério no Rio de Janeiro percebemos que a construção de uma identidade negra positivada se fez em diferentes âmbitos da vida desse intelectual: a constituição de uma família; os investimentos em adquirir capital simbólico; a construção de nome e sobrenome respeitáveis; a participação ativa nos enredos políticos da capital federal; a participação em associações e sociedades de auxílio mútuo[157]; as boas relações construídas com figuras importantes e poderosas da cidade; a construção de laços e redes de apoio mútuo junto a outros homens negros, como José do Patrocínio e Monteiro Lopes. Todos esses investimentos não podem ser encarados de modo linear, necessitando serem entendidos num contexto amplo, permeado por conflitos, alianças, consensos e dissensos. É preciso também ser entendido de modo articulado às transformações sociais e políticas pelas quais passava a então capital republicana. Como bem aponta Brasil (no prelo, p. 01-03) em *Áfricas, macacos e flores: os carnavais cariocas e o ensino de história e culturas afro-brasileiras*[158]*,* é de suma importância problematizar a visão de que a *europeização* da cidade e o *embranquecimento* dos costumes se fez de modo totalizante. Não se fez e é o próprio autor quem nos leva a pensar nas ambiguidades desse processo ao afirmar e evidenciar o quanto a cidade estava permeada por disputas materiais e simbólicas.

Quais seriam, então, as possibilidades de inserção social para homens e mulheres negros numa sociedade em que, como dito anteriormente, a brancura era normatizada e altamente valorizada? Quais seriam os caminhos para ser a "antítese do negro preguiçoso, bêbado e violento, que ameaçava a ordem e a sociedade", imagens correntes à época (Brasil, p.11)? Dominar a cultura letrada e possuir uma boa rede de relações foram elementos fundamentais na conquista de espaço, legitimidade e melhora nas condições materiais de vida nesse período. Entretanto, conforme evidenciado em linhas anteriores, estar em posição de prestígio social não impedia a explicitação de atitudes racistas contra tais sujeitos. Assim, nesse movimento de pensar os caminhos percorridos por Hemetério não podemos perder de vista a existência de uma relação dialética entre sujeito e estruturas sociais. Por isso, é também muito importante resgatar as experiências de sujeitos negros, intelectuais e detentores

---

[156] Texto de autoria de Hemetério José dos Santos, intitulado "Carta aos maranhenses" e publicado em 1906. Nesse texto ele expõe muitas de suas ideias e se posiciona contrariamente à escolha do novo diretor de instrução pública do Maranhão. Rememorando sua infância e o ensino recebido num colégio de padres, provavelmente o melhor da região, ele expõe o que entende por "bom ensino". Esta obra se encontra arquivada na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional/RJ.

[157] Ao longo da pesquisa e seleção de fontes primárias na Seção de Periódicos Raros da Biblioteca Nacional encontrei algumas referências à participação de Hemetério em três associações: a "Companhia Polygrafica", em 1891, que se propunha a reunir, publicar e distribuir manuais e compêndios pedagógicos; o "Club dos Repórteres", em 1896, que se propunha a reunir todos os professores e atiradores da capital, promovendo encontros literários, festas e seções na "sala de armas"; e a "Egualdade", em 1910, que reunia em seu corpo diretivo deputados, senadores e doutores como Hemetério. Esta última associação tinha por objetivo reunir recursos materiais e "dar um pecúlio de trinta contos de réis" aos herdeiros ou beneficiários dos sócios que porventura viessem a falecer. As informações sobre a "Companhia Polygrafica" foram consultadas no jornal "Diário do Commercio", de 28/02/1891, p.04; sobre o "Club dos Repórteres, "Jornal do Brasil", de 31/10/1896, p.01; sobre "Egualdade", "Revista O Malho", 10/04/1910, p.20.

[158] No prelo.

de certo prestígio socialmente, tal qual nosso professor. A agência negra na história do Brasil se deu das mais diversas formas e nos mais variados espaços; se construiu por meio da tessitura de projetos de vida e de cidadania.

III.2.1 – Família Hemetério dos Santos

Em 30 de dezembro de 1885 o jornal *O Apóstolo* enumerava os "proclamas" realizados em 25 do mesmo mês, na Capela Imperial. Dentre esses casamentos estava o de Hemetério José dos Santos, à época com vinte e sete anos, e de Rufina Vaz de Carvalho. Companheiros de toda vida, construíram uma família que fez do magistério e do serviço público seus principais locais de atuação. Atuando como professora da escola pública primária desde 1891, conforme diversos editais e convocações publicados nas páginas do *Jornal do Brasil*, Rufina teve participação importante na produção intelectual de Hemetério, conforme alguns indícios como o que reproduzimos a seguir. Em seu prefácio à primeira edição da obra "Gramática Portuguesa[159]", diz o professor:

> *"Devo, terminando, dar os meus agradecimentos a Exma. Sra. Professora normalista D. Elvira Pilar da Silva Guimarães do magistério municipal do 6º Distrito, que muito devotadamente me auxiliou na parte material d'este trabalho e em quem encontrei uma colaboradora tão inteligente quanto desinteressada. À reputada professora, assim como à sua colega D. Rufina Vaz Carvalho dos Santos, por haver conservado as notas por mim compostas quando lhes professei o programa da Normal, notas aproveitadas, depois de conveniente e criteriosamente expurgadas das lições latinas não assimiladas então, mas benedictamente decoradas e reproduzidas".*

No já discutido artigo escrito por Hemetério em resposta às acusações de Alcindo Guanabara, aquele nos fornece algumas informações sobre sua família. Rebatendo as afirmações pejorativas sobre os negros, Hemetério coloca em debate o seu pertencimento étnico-racial, assim como o de sua esposa e filhos. Segundo ele:

> *"(...) ambos [incluindo também Alcindo Guanabara] casamos com mulher mulata, quando pela lei fatal do contraste, brancas não nos faltariam, como a v. excelência não tem faltado, na doçura do amor pluralizadamente conjugado, e porque, graças ao bom Deus, mulatos saíram nossos filhos, deixando de aproveitar a insidiosa e boa lei do mimetismo social, por não se alistarem nas fileiras dos avós paternos, cujos retratos lhes acompanharam a gestação, noite e dia, a toda hora, diretamente pela forte visão materna, guiada pela estética do mais claro, mais na moda e mais do gosto, não seguida, porém, para dar entrada franca às qualidades intelectuais, que foram felizmente adquiridas... Ainda bem, porque o negro nunca foi fraco, imoral ou ladrão." (grifos meus)*

É bem interessante a releitura feita pelo professor em torno das variações fenotípicas, incluindo aí a cor da pele, entendendo o que ele chama de "estética do mais claro" enquanto algo que estava "mais na moda e mais do gosto", nada tendo a ver, porém, com as qualidades intelectuais. Tais qualidades, "felizmente adquiridas", tinham na perspectiva do professor estreita relação com uma ascendência negra e não com uma proximidade ao "mais claro".

[159] Gramática Portuguesa, 3ª edição. Rio de Janeiro, 1913. Arquivada na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional/RJ.

Falando sobre a escolha por uma mulher "mulata" enquanto não lhes faltariam mulheres brancas, Hemetério coloca em xeque os ideais de europeização e embranquecimento fenotípico e cultural defendidos por Guanabara e outros intelectuais de seu tempo.

Mulher "mulata", de acordo com o próprio "sr. professor Hemetério dos Santos" a distinta professora, "madame Rufina", conforme o jornal *O Imparcial* em 09 de janeiro de 1913 em menção ao seu aniversário, à essa época diretora da 7ª escola do 5º distrito da Capital Federal, teve seis filhos: Coema, Octávio, Gulnare, Clóvis, Aristides e Luiz. A família Hemetério dos Santos se amplia com o nascimento da primeira filha, Coema, em outubro de 1888. No ano seguinte o jornal *A Cidade do Rio*, de propriedade de José do Patrocínio, publica em sua segunda página a seguinte notinha:

> *"É amanhã o primeiro aniversário natalício da gentil Coema, filha do nosso amigo o professor Hemetério dos José dos Santos.*
> *Coema é nome da flor de beleza, luz de amor – do imortal poeta maranhense."*

A partir do nascimento de Coema, o professor transforma seu nome em sobrenome para todos os membros da família. Num contexto recém-saído da escravidão é importante pensar no valor simbólico expresso nessa ação, pois escravizados eram obrigados a adotar por sobrenome os de seus senhores. Ainda que ele, esposa e filhos não tenham experienciado a escravidão, enquanto sujeitos negros, "mulatos", afrodescendentes, estavam todos marcados socialmente e rodeados por concepções pejorativas em torno desse pertencimento étnico-racial. Em outro contexto espacial, porém no mesmo período, o ex-cativo Vicente Machado, conforme aponta Mattos (2013, *Op.cit*., p.341), também transformou seu nome em sobrenome para toda a família. Tais experiências, ainda que tendo sido vividas em contextos diferentes, podem ser pensadas de modo articulado. Para os "Hemetério dos Santos", assim como para os "Vicente Machado", fazia todo sentido e importância demarcar um lugar, construindo uma identidade própria para suas famílias. Distante de toda e qualquer imagem ou postura negativa, a família Hemetério dos Santos investia na formação intelectual de seus membros e na conquista de espaços socialmente valorizados. E conseguiram, pois na imprensa da época eram fartas as menções de modo respeitoso e de bom tom aos membros desta família. A seguir, reproduzo alguns trechos de pequenas notinhas publicadas na imprensa em menção aos Hemetério dos Santos[160]:

- Jornal *Gazeta da Tarde,* 17 de setembro de 1901*:*

> *"Fazem anos hoje as senhoritas:*
> *Argentina Marcenal, filha do sr. Francisco Marcenal;*
> *Amélia Fernandes de Almeida, filha do coronel dr, Julio Fernandes de Almeida;*
> *A interessante Gulnare, filha do professor Hemetério José dos Santos".*

- Jornal *O Século*, página 02, seção *Festas*, 21 de outubro de 1908:

[160] Quando se tratava de publicações de caráter mais oficial como nomeações para cargos públicos, por exemplo, os membros da família eram devidamente mencionados com o sobrenome Hemetério dos Santos. Já as publicações mais informais e que noticiam eventos sociais mencionavam, na maioria das vezes, apenas o sobrenome Santos.

> *"Esteve ontem em festa o lar do professor Hemetério dos Santos. Sua filha, a adjunta senhorita Coema dos Santos completou mais um aniversário e isso foi motivo bastante para que os amigos e companheiros do major Hemetério dos Santos se reunissem em sua residência, à rua Barão de Ubá, em agradável reunião.*
> *A festa toda de caráter familiar terminou tarde da noite, deixando em todos grata recordação."* (grifos meus)

- Jornal *Diário Ilustrado*, página 04, seção *Esponsaes*, 20 de outubro de 1910:

> *"Amanhã, terá lugar na residência do professor Hemetério José dos Santos, o consórcio da sua primogênita Coema dos Santos com o sr. Octávio Ferreira Pacheco, funcionário do Ministério da Agricultura.*
> *Testemunharão os actos civil e religioso, o sr. General Pinheiro Machado, o sr. Carlos Gomes Xavier e ex. senhoras".*

- Revista *A Ilustração Brasileira*, página 148, seção *Casamentos*, 01º de novembro de 1910:

> *"Realizou-se a 21 de outubro o auspicioso enlace matrimonial da senhorita Coema dos Santos com o Sr. Otávio Ferreira Pacheco.*
> *A senhorita Coema dos Santos é filha do provecto educador major Hemetério dos Santos, cujos numerosos amigos foram levar à sua residência os mais fervorosos votos de felicidade ao jovem par.*
> *Foram paraninfos dos noivos os Srs. General Pinheiro Machado e Exma. esposa e o Sr. Carlos Gomes Xavier e sua digna consorte."* (grifos meus)

- Jornal *O Paiz*, página 05, seção *Felicitações*, 04 de novembro de 1908:

> *"Fazem anos hoje:*
> *A senhorita Graziela, filha do arquiteto Luiz Rey;*
> *O senador Oliveira Figueiredo;*
> *O Dr. Carlos Veiga, conhecido médico operador;*
> *O Sr. Octávio Hemetério dos Santos, filho do professor Hemetério dos Santos."*

- Jornal *O Paiz,* página 04, coluna *Vida Social*, seção *Aniversários*, 22 de agosto de 1914:

> *"Completa hoje o seu primeiro aniversário a menina Zélia, filha do Sr. Octávio Hemetério dos Santos, funcionário municipal."*

- Jornal *O Paiz,* página 05, coluna *Vida Social*, seção *Batizados*, 08 de abril de 1915:

> *"Realizou-se domingo último, na matriz de Inhaúma, o batizado da menina Zara, filha do Sr. Octávio Hemetério dos Santos e de D. Geraldina Hemetério dos Santos e neta do distinto professor Hemetério dos Santos.*
> *Foram padrinhos a professora D. Arminda Bastos e o Sr. Tancredo Burlamaqui."*

- Jornal *O Paiz,* página 02, seção *Pelas Escolas,* 13 de fevereiro de 1910:

> *"Resultado dos exames prestados no Colégio Militar, na primeira época do ano letivo de 1909, pelos alunos do curso secundário:*
> *Latim – aprovados com distinção: Clóvis Hemetério dos Santos".* [em meio a uma extensa lista de alunos aprovados com distinção]

Outras notinhas saíram na imprensa informando sobre resultados de provas escolares, informações da vida profissional de Gulnare e Clóvis Hemetério dos Santos, tais como transferências de escolas ou concessão de licenças, além de outras tantas sobre a vida social, como a que reproduzo a seguir:

- Jornal *Gazeta de Notícias*, página 05, seção *Carnaval*, 06 de fevereiro de 1915:

> *"Realiza-se amanhã, à rua Barão de Ubá, às 7 horas, uma batalha de 'confetti', abrilhantada por um majestoso coreto que será erguido na mesma rua, no qual tocará uma banda de música militar.*
> *A comissão oferecerá três pomposos prêmios, assim distribuídos:*
> *1º prêmio: ao automóvel que se apresentar melhor ornamentado.*
> *2º prêmio: ao carro ou automóvel que conduzir o bloco mais 'chic'.*
> *3º prêmio: ao bloco de senhoritas (a pé) que mais ricamente trajadas se apresentar.*
> *Esse custoso prêmio é oferecido pelo 'Jornal das Moças'.*
> *Comissão promotora: Coema e Gulnare Hemetério dos Santos. [dentre outras treze moças]*
> *Comissão organizadora: Dr. Hemetério dos Santos [dentre outros sete homens]*
> *Comissão julgadora: presidente, Dr. Júlio Furtado e a imprensa".*

Nem só de alegrias e eventos sociais vivia a família Hemetério dos Santos: em novembro de 1919 Aristides, um dos filhos do casal Hemetério e Rufina, perde a vida de modo trágico. Noticiado nas páginas dos periódicos *A Razão*, *O Combate*, *O Imparcial, Última Hora*, o ocorrido gerou dor e pesar entre familiares e colegas de trabalho no funcionalismo público municipal. O jornal *A Razão* publicou, em 01º de dezembro de 1919, página 04, notícia sobre o ocorrido no dia anterior, ilustrando o relato com a imagem reproduzida mais adiante. De acordo com o periódico:

> "*Pela manhã o senhor Aristides Hemetério dos Santos convidou seus cunhados e uma irmã para passarem o dia em Guaratiba. Seriam algumas horas que passariam alegres.*
> *O convite foi logo aceito. (...)*
> *(...) o sr. Arisitides propôs um passeio de bote. Iriam todos fazer uma pescaria.*
> *Os seus cunhados aceitaram muito contentes a ideia. Só sua irmã, d. Coima Santos (sic) recusou. Ficaria na praia à espera deles. (...)*
> *A uns cem metros da praia, a pequena embarcação adernou , caindo todos ao mar. (...)*
> *O morto contava 25 anos de idade, era solteiro e funcionário da prefeitura.*
> *Era filho do professor Hemetério dos Santos."*


Na praia de Guaratiba

Morre afogado um filho do professor Hemeterio dos Santos

O sr. Aristides Hemeterio dos Santos

Figura III.1: Aristides Hemetério dos Santos. Jornal A Razão, 01º/12/1919, p.04.

Em 29 de dezembro do mesmo ano o jornal *O Imparcial* publica na seção *Missas,* página 05, informa:

> *"O professor Hemetério dos Santos e família, de novo agradecem a todos os que lhes deram piedoso conforto, em pessoa, por cartas, telegramas e cartões, pelo brutal passamento do Aristides e lhes participam que a missa de 30º dia será celebrada amanhã (...)".*

Tal ocorrido gerou comoção dentre os familiares, conforme evidenciam as páginas dos jornais, e também da parte de seus companheiros de trabalho no serviço público, conforme noticia o jornal *A Razão*, em 03 de dezembro de 1919, página 05:

> *"Começaram ontem os trabalhos da sessão extraordinária do Conselho Municipal.*
> *Após a provação da ata da seção preparatória e leitura do expediente, prestou compromisso e tomou posse o intendente Antonio Teixeira.*
> *Pedindo a palavra logo em seguida o sr. Alberico de Moraes, s.ex. pronunciou as seguintes palavras:*
> *- Sem a outorga do funcionalismo municipal e, principalmente, do grande corpo do magistério público municipal, venho à tribuna interpretando os sentimentos de dor e de saudade de todos os professores e funcionários, pedir a inserção em ata, de um voto de profundo pesar pelo desaparecimento trágico da figura bondosa de Aristides Hemetério dos Santos, vítima, domingo último, de lamentável acidente. A homenagem que requeiro ao Conselho é, ouso dizê-lo, bem merecida, pois aquele à cuja memória vai ser prestada, era um funcionário dedicado ao serviço, excepcionalmente, sem qualquer ofensa aos demais funcionários, cumpridor dos deveres inerentes ao seu cargo, sendo sempre o primeiro a chegar à sua repartição e o último a dela sair. Na preocupação única de prestar à Prefeitura todo o esforço de sua bela e inteligente atividade.*

> *Conclui pedindo que o Conselho o acompanhe nesta manifestação de pesar à memória de quem soube em vida captar a estima e a consideração de todos. Foi aprovada pelo Conselho, unanimemente, essa homenagem à memória do desditoso funcionário". (grifos meus)*

Fossem eventos familiares, sociais, profissionais, lá estavam mencionados os membros da família Hemetério dos Santos nas mais diversas páginas dos periódicos da então capital federal. Embora não fosse privilégio dessa família estar em evidência, tal fato demonstra que a despeito de todas as representações pejorativas em relação aos negros, sujeitos como Hemetério, Rufina, Coema, Gulnare e demais membros da família, lograram certo êxito na construção de um lugar de respeito para si próprios. Além disso, enquanto ocupantes de cargos no funcionalismo público, especialmente exercendo a função de professores, foram capazes de construir e acumular certo capital simbólico e mesmo material.

Os limites da aquisição desse capital, simbólico e material, precisam ser indagados sobre até que ponto podem ou não ser entendidos enquanto marcas de uma "ascensão social" dessa família. Não temos maiores indícios de uma possível relação entre Hemetério e seu pai, fazendeiro maranhense, assim como não temos maiores informações sobre a família da professora Rufina. Desse modo, não nos é possível afirmar que a família Hemetério dos Santos tenha percorrido um caminho de mobilidade social ascendente. O que podemos colocar em discussão é todo esse processo de legitimação social da família e a constituição de capital material e simbólico feita por eles através do exercício do magistério. Por isso, é muito relevante nos determos em alguns aspectos dessas condições materiais de vida da família como, por exemplo, as questões de moradia.

O núcleo familiar, composto pelo casal Hemetério dos Santos e filhos solteiros residiram à Rua Barão de Ubá, região entre os atuais bairros da Tijuca e São Cristóvão. O casal de professores tinha por fonte de renda os salários recebidos por Hemetério, enquanto professor do Colégio Militar, da Escola Normal Livre e da Escola Normal Oficial. Rufina atuou ao longo de toda a vida profissional como professora do ensino municipal, ocupando o posto de catedrática e exercendo a função de diretora de algumas das escolas pelas quais passou. Em 07 de novembro de 1915, o jornal *O Imparcial* informa os resultados dos exames prestados pelas alunas da 4ª escola feminina do 7º distrito, "sob a direção da professora catedrática d. Rufina Vaz Carvalho dos Santos". Além disso, o professor atuava como colaborador em alguns dos jornais arrolados nesta pesquisa, o que gerava também alguma fonte de renda como aponta Sodré (1999; p.292):

> *"Os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível. O Jornal do Comércio pagava as colaborações entre 30 e 60 mil réis; o Correio da Manhã, a 50".*

Quando de sua admissão no Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1889, o professor Hemetério ocupou o cargo de "adjunto" e em 1892 o de "professor". À época de sua

inauguração em 1889, a instituição de ensino pagava aos adjuntos o valor anual de 1:800$000 (1 conto e 800 mil réis), o que significava um valor mensal de aproximadamente 150$000 (150 mil réis). Já um professor recebia o dobro do valor: 3:600$000 (3 contos e 600 mil réis) anuais e 300$000 mensais[161]. Outra fonte de renda da família muito provavelmente advinha dos valores recebidos pela atuação de Hemetério na Escola Normal Livre, como professor e secretário. A mesma fora fundada por uma associação de professores e cobrava mensalidades dos seus alunos. De acordo com o catálogo imprenso "Sciencia e Instrucção" do ano de 1896, as mensalidades giravam em torno de 15$ (15 réis) por matéria.

Em relação aos anos posteriores, encontrei algumas evidências a respeito das condições materiais de vida de professores e funcionários públicos tais quais os membros da família Hemetério. Os jornais da época publicam informações corriqueiras como a data de efetuação dos pagamentos, bem como de reajustes feitos. Em 03 de junho de 1910 o jornal *Gazeta de Notícias* informa a concessão de um aumento de vinte por cento aos vencimentos do professor; em abril de 1915 mais um aumento, como informa *O Paiz*, de trinta e três por cento; e em maio de 1920, também de acordo com *O Paiz,* um aumento de quarenta por cento.

Esse aspecto das condições materiais de vida na cidade do Rio de Janeiro é discutido por Brasil (2013, p.08-09) que, enfocando os primeiros anos da década de 1910, destaca os custos com moradia, alimentação, lazer, bem como valores de salários recebidos por algumas profissionais. De acordo com os seus apontamentos, entre anos de 1909 e 1913 o custo de vida individual mensal girava em torno do valor de 110$000 (cento e dez mil réis); ao passo que o custo de vida de uma família de quatro pessoas significava um custo de aproximadamente 210$000 (duzentos e dez mil réis). Não encontrei evidências de valores concretos em relação aos vencimentos mensais recebidos pela família Hemetério dos Santos, o que não nos impede, entretanto, de tecermos algumas conclusões a respeito.

Levando em conta os vencimentos iniciais do Colégio Militar e os posteriores aumentos que o professor obteve, possíveis ganhos com as colaborações nos periódicos da época, valores recebidos como professor na Escola Normal, além do próprio salário recebido pela professora e diretora escolar Rufina, é possível concluir que essa renda girava em torno de 400$000 a 500$000 réis mensais. Isso certamente permitia com que eles vivessem uma vida razoavelmente estável economicamente, ainda que nos primeiros anos republicanos tenham ocorrido algumas situações de atraso de pagamentos por parte do governo federal[162]. Assim, pode-se também chegar à conclusão de que a família não vivia em condições de penúria ou extrema pobreza, o que não pode ser entendido como mostras de pertencimento aos estratos mais altos daquela sociedade. Isto se evidencia quando encontramos nas páginas dos jornais

[161] Tais informações se encontram no livro comemorativo ao centenário de existência do CMRJ, publicado em 1988. Reunindo documentos tais como ordens do dia, ata de inauguração da instituição e o decreto de instauração da mesma, esse livro registra e agrupa alguns dos episódios ocorridos entre os anos de 1889 e 1895. O mesmo se encontra na biblioteca do CMRJ e foi gentilmente disponibilizado para minha consulta pela bibliotecária Tenente Íris dos Santos.

[162] Encontramos algumas publicações do Diário Oficial, referentes aos cinco primeiros anos republicanos, em que Hemetério deu entrada em processos administrativos cobrando vencimentos não recebidos.

notícias sobre a mobilização dos colegas de funcionalismo público de Aristides Hemetério dos Santos para a aquisição de uma casa para sua viúva:

- Jornal *A Rua*, 17 de maio de 1920, p.02:

> *"UMA OBRA MERITÓRIA*
> *A subscrição em favor da viúva do Sr. A. Hemetério dos Santos alcança êxito*
> *Tem alcançado o maior êxito a subscrição aberta nas diversas escolas públicas a fim de ser adquirido um prédio destinado à viúva do malogrado funcionário da Instrução, Aristides Hemetério dos Santos.*
> *As listas distribuídas já estão sendo recebidas pelos Srs. Rocha Barros e Maria Castro".*

- Jornal *O Imparcial*, junho de 1920, p.10:

> *"Aristides Hemetério dos Santos*
> *A comissão encarregada de recolher donativos para a compra de um prédio para a viúva do pranteado funcionário municipal Aristides Hemetério dos Santos, pede a todas as pessoas que tenham em seu poder listas o obséquio de as devolver á comissão , até o dia 30 do corrente, estando incumbido de recebimento de listas e importâncias apuradas o Sr. Antonio de Moura Castro Junior, encontrado de dez e meia às três e meia na Diretoria Geral de Instrução Pública."*

- Jornal *O Imparcial*, agosto de 1920, p. 18.

> *"Aristides Hemetério dos Santos*
> *Reúne-se hoje, 13 do corrente, às três horas da tarde, na Diretoria Geral de Instrução Pública, ala dos inspetores, a comissão encarregada da subscrição para a compra de uma casa para a família do saudoso Aristides Hemetério dos Santos.*
> *Pede-se comparecimento de todos, pois é para a prestação de contas".*

Todo esse movimento para a compra de uma casa para a viúva de Aristides Hemetério nos mostra que certamente o casal não possuía imóvel próprio, mas alugado, que a esposa dependia financeiramente do marido e que a família Hemetério dos Santos, demais irmãos e os próprios pais, não possuíam um patrimônio considerável como poderia se verificar no caso de famílias abastadas. Ou seja, essa construção de capital material e simbólico foi um processo contínuo, que gerou mudanças significativas na vida dessa família sim, mas que não significou uma mobilidade vertical tão profunda. Por outro lado, nesse "mundo dos brancos", racialmente hierarquizado, mulheres e homens negros tiveram papel extremamente ativo na (re) construção de suas aspirações e projetos de vida, bem como na escrita de uma nova trajetória para além das marcas da escravidão. Tais empreendimentos, individuais ou coletivos, familiares ou de classe, não podem ser perdidos nos horizontes da história, pois como já discutido anteriormente, existe uma relação dialética entre os indivíduos e as estruturas sociais. Silenciar essa relação significa tirar desses sujeitos sua agência e protagonismo, significa negar a validade das ações no movimento de tentar romper com tais estruturas.

III.3 – De fraque e charuto: um "novo negro" na capital federal

> *"Há vinte anos atrás, como lá disse o Hemetério, só tinha importância quem usasse fraque e fumasse charuto".*
> *[Careta, 01/08/1925]*

Neste capítulo estamos discutindo a respeito dos investimentos empreendidos por Hemetério a fim de construir um lugar para si e para os seus numa sociedade pós- escravista e fortemente marcada por visões estereotipadas em torno dos sujeitos negros. Cabe aqui um duplo movimento de reflexão, partindo do que Bastide (2008, p.198-200) qualificou como “novo negro” no estudo sobre os “Efeitos do preconceito de cor”: de um lado pensar quem foi esse “novo negro” e de que forma o professor Hemetério esteve ou não em diálogo com esse paradigma de modernidade e masculinidade. De outro lado, se faz fundamental discutir esse “novo negro” à luz das hierarquias raciais e da brancura normatizada que as sustentou e sustenta até os dias atuais. Cabem também algumas problematizações acerca dos modos pelos quais essa modernidade foi construída e reforçada através dos textos escritos e imagéticos nas páginas dos principais periódicos da capital federal.

A pesquisa de fontes primárias nos principais periódicos da cidade do Rio de Janeiro nos descortina ruas e edifícios remodelados, homens e mulheres aspirando os “novos ares” da cidade, bem como um forte apelo aos mais novos bens de consumo como automóveis e a moderna “Semana da Aviação”, ocorrida em 1912. Destaca-se que a tais periódicos se mostraram ativos na construção desses “ares de modernidade” transmitidos aos seus leitores, conforme as imagens abaixo enunciam:



O novo governo. — A passagem do Marechal Hermes pela Avenida Central depois de sua posse.

Figura III.2: Revista Careta, novembro de 1910, p.12.



Figura III.3: Revista Careta, 27 de janeiro de 1912, p.15.



Figura III.4: Semana de Aviação no Jckey Club, Revista Careta, janeiro de 1912, p.15.

São também as páginas da revista *Careta,* e sua profusão de imagens, que nos fornecem os elementos para discutirmos a construção de valores sociais tendo a brancura como norma, padrão, modelo. Conforme assinalamos, é muito importante pensarmos a construção das identidades raciais incluindo os modos pelos quais sujeitos negros e brancos eram formados em perspectivas racializadas e hierarquizadas. A hierarquização era concreta e material, se refletindo nas condições materiais de vida das populações negras, mas também o era em termos simbólicos, isto é, incluía percepções estereotipadas sobre aspectos

fenotípicos, históricos e sociais lançados sobre mulheres e homens negros na sociedade do pós-abolição. Além das muitas ocorrências nas páginas da revista satírica em que o negro era lido e localizado no lugar do “risível”, temos, por outro lado, inúmeras ocorrências de anúncios em que mulheres e homens brancos são retratados elegantemente e como sinônimo de “beleza” e de “boas qualidades”.

É preciso, pois, pensarmos no duplo movimento dessa revista, e de muitos dos periódicos de então, em que sujeitos negros figuram de modo negativo, ao passo que sujeitos não negros são apresentados ao público leitor de maneira oposta. A revista *Careta*, entre 1910 e 1915, estava recheada de anúncios dos mais variados tipos de produtos: automóveis, máquinas de escrever, discos, produtos de beleza voltados ao público feminino. Em todos os anúncios quem figura nas representações são pessoas brancas, associadas à “elegância” e à “beleza”.



Figura III.5: Revista Careta, 10 de janeiro de 1912, p.20.

Em alguns deles, como no caso dos anúncios de produtos de voltados à beleza e à estética femininas, explicitamente se faziam menções às qualidades positivas da brancura:



Figura III.6: Revista Careta, janeiro de 1910, p.21.



Figura III.7: Revista Careta, agosto de 1912, p.17.



Figura III.8: Revista Careta, dezembro de 1915, p.18.

Fazendo propaganda de produtos que "embranquecem e acetinam a cútis", deixando-a "alva", "bela", "jovial", as páginas da revista não estão apenas representando o mundo social da época e seus modelos de beleza. Mais que isso, *Careta* está também construindo esses modelos brancos e alvos de beleza, neste caso a feminina. As formas como muitos sujeitos negros e brancos, homens e mulheres, construíam suas identidades passavam pelos modelos expressos em revistas como esta a que estamos nos remetendo. A normatização da brancura, processo que se constituiu desde os tempos coloniais através da hierarquização entre brancos (senhores) e negros (escravizados), continuava a ser alimentada e reforçada nos tempos da "modernidade carioca".

Para retomar alguns dos principais apontamentos de Bastide (2008) trazemos ao debate seus estudos e conclusões a que chegou. Investigando o contexto das relações raciais na cidade de São Paulo, relações de classe e de raça, o autor discute os modos pelos quais alguns negros que conseguiram ascender socialmente se inseriram no que ele chama de "mundo dos brancos". Para Bastide, entre outras coisas, o negro que ascende à classe média investe seus esforços em se distanciar da classe baixa, criando para si uma aura de "respeitabilidade" e "honorabilidade". A criação de clubes, federações e de uma imprensa negra em São Paulo após a Primeira Guerra Mundial seriam, pois, o momento em que os negros "tomaram consciência de sua condição" e de sua "negrura".

É nesse momento que se constrói, de acordo com Bastide, uma "ideologia de cor" em que o combate ao racismo e a "defesa do preto" se unem. Essa ideologia, expressa por meio das páginas de periódicos como "A Voz da Raça", se manifestaria como a negação de traços africanos e recusa de tradições como as congadas e batuques e na *imitação* dos costumes e

manifestações culturais brancas. O autor chega a definir que tais sujeitos aceitavam como "verdade" os estereótipos construídos pelos brancos sobre os pretos e que os investimentos em prol da instrução, da "boa postura", da não vadiagem e do abandono da bebida poderiam ser resumidos na seguinte assertiva: "Sempre a imagem do 'novo negro' que é preciso substituir à antiga". Dialeticamente o autor vai propor que esse "mundo branco" é construído de modo em que o próprio negro se torna imerso nesses valores através dos processos de socialização empreendidos pela educação. Assim, "mostrar-se bem vestido" e agir "como um *gentlemen*" sintetizariam o processo de incorporação de uma "moral dos brancos". Por isso [e somente por isso], "(...) suas associações improvisam cursos de alfabetização ou de costura, e os seus jornais dão conselhos sobre conduta e insistem tanto na necessidade da educação".

Algumas seriam as críticas possíveis a essa leitura, especialmente no que diz respeito à redução de todos os esforços de sujeitos negros, inseridos em contextos altamente racistas, em adquirirem para si lugares socialmente valorizados como pura e simples "imitação" ou "aceitação passiva" desse "mundo branco". Não podemos negar que de fato as teias ideológicas que deram sustentação a esse mundo do pós-abolição estiveram embebidas em valores brancos e contribuíram para a legitimação da brancura como norma. Não podemos, entretanto, excluir desse processo as leituras próprias que sujeitos negros fizeram desse mundo, seus projetos alternativos, seus anseios e expectativas de (re) construção dos lugares que ocupavam na sociedade.

E esse mundo que se modernizava, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, guardadas as suas especificidades históricas, era também lido por esses sujeitos negros e não simplesmente "copiado". Essa (re) leitura poderia significar o reposicionamento de discursos e compreensões sobre o negro, tais como se propunha o intelectual Hemetério dos Santos. Essa crítica ao "afastamento" do negro de suas raízes africanas traz certa dose de essencialização no sentido de que procura localizar os sujeitos dentro de uma forma determinada de identidade negra, talvez a única possível e desejável aos olhos de intelectuais como Bastide. Suas reflexões vão além, é claro, de propor "enquadramentos" e são muito importantes para pensar a respeito das construções ideológicas que se materializavam na exclusão do grande contingente de negros dos espaços de cidadania e valorizados socialmente.

Extremamente importante para esse debate é a autora Maria Aparecida Bento e seus estudos sobre "Branqueamento e branquitude no Brasil" (2014)[163]. Ela propõe acrescentar às discussões sobre esse processo de "branqueamento" o papel dos sujeitos brancos, pois:

> *"Na verdade, quando se estuda o branqueamento constata-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira, embora apontado por essa mesma elite como um problema do negro brasileiro. Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a*

[163] BENTO, Maria Aparecida. *Branqueamento e branquitude no Brasil*. Revista da Associação dos Pesquisadores Negros (ABPN), V.6, n.13, março-junho de 2014. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/novo/index.php/site/noticias/106-lancamento-revista-da-abpn-vol-6-no-13-2014-dossie-branquitude>. Acesso em: 21 jul. 2015.

> *autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais."* (Bento, 2014, p.01)

Então, mesmo que se evidenciem por parte de muitos sujeitos negros a aceitação dessa normatização da brancura, não podemos perder de vista que esse foi um processo construído, reforçado e mantido pelas elites brancas. Acessando as páginas de revistas como *Careta*, lendo seus textos e imagens, sendo socializados nos espaços escolares, negros e brancos, "quase brancos" ou "quase negros" se considerarmos a variedade de "cores" em que se desdobram o pertencimento étnico-racial no Brasil, tais sujeitos formavam suas percepções do que era norma, "natural" e "universal" (branco) em contraposição ao que estava situado no terreno do "outro" (não-branco). Porém, como já dissemos, não estamos tratando de um processo unilateral e totalmente bem-sucedido; temos aí algumas brechas nessas estruturas racialmente hierarquizadas que permitiram aos sujeitos construírem outras leituras e caminhos de construção identitária.

É em meio a todo esse movimento que se constrói de modo mais incisivo o Hemetério enquanto intelectual negro. Isto deve ser entendido não como um movimento linear de trajetória, mas como algo atrelado ao momento histórico vivido pelos habitantes da então capital republicana em interlocução mais ampla e abrangente com o mundo europeu: forte investimento numa cultura letrada e erudita, transformações e processos de modernização ocorridos na organização espacial, além dos embates sociais, políticos e culturais travados a partir desses movimentos. Um movimento em direção à "modernidade", rumo ao "progresso", ao "erudito". O movimento de aproximação a estes valores fez parte também do horizonte de homens e mulheres negras nas sociedades do pós-Abolição[164].

Para Guimarães (2002, p.01-03) a chamada "modernidade negra" tem o sentido de inclusão dos negros à sociedade ocidental, em termos culturais e simbólicos e se inicia a partir dos processos de abolição da escravidão ocorridos nas colônias ao longo do século XIX. Envolve, ainda de acordo com as perspectivas do autor, a representação europeia de si própria de modo mais inclusivo de um lado e, por outro, a aquisição dos códigos culturais europeus por parte dos africanos, bem como a aquisição do estatuto formal de liberdade e igualdade. Para além deste estatuto formal foi necessário aos sujeitos negros como Hemetério comprovar a todo o momento sua filiação à "modernidade", a essa civilidade moderna com ares europeus, mas fruto da relação constante entre texto e contexto brasileiros.

Importa, pois, como propõe a historiadora Giovana Xavier em "Brancas de almas negras?: beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-

[164] A autora Giovana Xavier Cortes, em sua tese a respeito do desenvolvimento de um "capitalismo negro" no pós-Emancipação estadunidense, discute a respeito da atuação das mulheres negras no sentido de construírem para si uma, ataravés da indústria coméstica e da manipulação de suas aparências, "feminilidade respeitável". A tese completa encontra-se disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000856177>. Acesso em 22 jul. 2015.

1930)" ir além das interpretações que situam sujeitos negros em seus movimentos de inclusão ao mundo moderno como fruto simplesmente do desejo de "embranquecimento". Ao descortinar os modos pelos quais as mulheres afro-americanas atuaram na (re) constituição de suas feminilidades, a autora nos ajuda a entender que esses movimentos estavam atrelados à uma luta mais ampla por direitos e à superação da condição de "quase-cidadãs" experienciada pela população negra nos tempos de liberdade. Assim, "boa aparência" e desconstrução de estereótipos a respeito do negro, tão cristalizados nos tempos de escravidão, faziam todo sentido num mundo urbanizado, industrializado, "moderno".

Em nosso caso também podemos optar por essa perspectiva de compreensão ao percebermos que também fazia muito sentido para sujeitos como Hemetério, Monteiro Lopes, Coema, Gulnare e Rufina ocuparem novos lugares em tempos de pós-abolição. Todos tiveram acesso à educação formal, ocuparam posições de certo prestígio e honorabilidade e mesmo não tendo vivenciado a experiência direta da escravidão estavam marcados por ela e imersos num universo social em que estereótipos eram a todo o momento atrelados ao seu pertencimento étnico-racial. Diante dos lugares sociais a que pertenciam tais sujeitos podiam querer e viver esse mundo que se modernizava e que se abria ao cosmopolitismo. Frente aos debates feitos até aqui, leituras de fontes primárias e bibliográficas, entendo que a escolha de querer fazer parte dos "negócios da modernidade" não pode ser pura e simplesmente entendida enquanto "querer ser branco". Se para alguns intelectuais negros em sociedades do pós-abolição, como Marcus Garvey, a luta contra as opressões racistas significaram lançar mão de discursos que valorizavam as heranças africanas e a própria África[165]; para outros essa pode não ter sido a escolha e via para se fazer sujeito.

Em se tratando dos investimentos do professor Hemetério é ainda mais interessante percebermos que sua opção por ser um "negro moderno" trajado de fraque e charuto não excluía a presença da África. Em muitos de seus textos ele reforça as "boas qualidades" do negro, em solo brasileiro ou africano, como elementos reais e de importância para a sociedade brasileira. Como homem repulicano, brasileiro, residente em uma capital que se abria para o "mundo moderno", ele não negava as raízes africanas que faziam parte de sua própria trajetória assim como da nação. Mas, não precisava ser africano e certamente não fazia parte dos seus horizontes "retornar" à África. No artigo endereçado ao seu correligionário Alcindo Guanabara, já mencionado anteriormente, Hemetério chega mesmo a propor uma inversão no que se refere aos discursos e entendimentos sobre o continente negro: *"As suas grandes qualidades de amor, de ordem e de progresso é que compeliram as nações modernas a escraviza-lo, de preferência às outras raças(...)"* [grifos meus].[166] Os europeus que pela África

[165] O movimento em prol de um "Nacionalismo Negro" e de um "Pan-africanismo", liderado por Marcus Garvey, se construiu no início da década de 1910 em território jamaicano, mas expandiu-se também para os EUA. O "Garveyism" enquanto filosofia e bandeira de ação política inspirou *blacks* ao redor do mundo na luta contra ideologias racistas opressões pautadas nas mesmas. Disponível em: <http://www.international.ucla.edu/africa/mgpp/introduction>. Acesso em: 24 set. 2014.
[166] Jornal O Imparcial, página 05, 20 de outubro de 1913.

passaram (Angola, Guiné, Cabo Verde) muito se admiraram e registraram que a única diferença entre ambos era a cor da pele. Destaca como uma das provas de seus argumentos a fala do padre Antônio Vieira a respeito dos habitantes da Ilha de Santiago, em Cabo Verde:

> *"São todos pretos, mas somente neste acidente se distinguem dos europeus. Têm grande juízo e habilidade e toda política que cabe em gente sem fé e sem muitas riquezas, que vem a ser o que ensina a natureza.*
> *Há aqui clérigos e cônegos tão negros como azeviche, mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer inveja aos que lá vemos nas nossas catedrais. (...)" (grifos meus)*

E, como "*Foi desta gente que se povoaram os campos de... Portugal e os do Brasil..."*, é extremamente incorreto, sob a perspectiva do professor, negar as qualidades dos negros de lá e também dos de cá. Essa África cheia de homens e mulheres de qualidade, tal como apontam depoimentos de europeus ao longo da história, assim o é porque em pouco se diferencia do padrão e modelo europeu. A negrura da pele era a única distinção entre africanos e europeus. Por isto é que chegando ao Brasil sob as piores condições, esses sujeitos africanos foram capazes de lidar com as muitas adversidades e se tornaram:

> *"(...) o operário nosso da cidade, o abridor de roteiros, o prático de estradas de ferro, o artesão, o artista, nos vários aspectos da estética, cantor em desafios, repentista e troveiro, tudo isto no estado de incultura, empiricamente..." (grifos meus)*

A referência principal para ele era a civilização portuguesa. Essa nação era douta, detentora do saber relevante e as qualidades dos negros residiam, assim, na capacidade de incorporarem essa cultura a despeito das agruras da vida escrava:

> *"A sua língua [portuguesa], por isso mesmo a mais rica do universo, a mais plástica, foi a primeira que o Oriente ouviu, e que chamou o africano para ajuda-lo na grande empresa de integrar e confraternizar a humanidade, pelo sentimento, na sua mais alta compreensão." (grifos meus)*

Vimos algumas linhas atrás que o professor reconhecia e se opunha de modo veemente aos lugares sociais ocupados por seus contemporâneos negros, bem como aos discursos pejorativos e estereótipos associados aos seus semelhantes. Poderíamos supor, então, que o professor desconhecia a associação direta entre escravidão negra e hierarquias raciais? Poderíamos entender que ele não fazia uma leitura "correta" dos processos históricos ao engrandecer a colonização portuguesa? Creio que talvez a leitura mais fidedigna dos textos do professor não passe por esse caminho, visto que em muitas passagens de seus artigos ele não silencia sobre a longínqua exploração vivida pelas populações negras no mundo. Conforme o capítulo mostrou em seu desenrolar, a batalha pela (re) configurações dos lugares a serem ocupados pelos negros na sociedade da república e do trabalho livre situava-se também (e talvez principalmente) no campo ideológico. Ela se localizava na disputa por outros olhares, outras falas, outras perspectivas a respeito do negro e que possivelmente se traduziriam em formas concretas de superação das muitas barreiras encontradas pelos negros.

Convencer um leitor e correligionário, que frequentava os mesmos cafés da elegante Rua do Ouvidor, que também falava francês e viajava para a Europa, de que aqueles negros que há bem pouco tempo atrás pertenciam ao mundo da escravidão, portavam tantas qualidades quanto os homens brancos, requeria lançar mão de recursos discursivos muito convincentes e atraentes. Requeria habilidade com as palavras, apesar da firmeza; requeria tecer comparações ao modelo português e mesmo reforçar as virtudes deste como a que repreender os brasileiros por não o estarem seguindo no que se referia às questões étnico-raciais. Era mesmo bastante ousado, pois chegava a questionar os lugares que seus pares ocupavam enquanto intelectuais e detentores de conhecimento: *"V. ex. parece desconhecer o papel português na civilização mundial"*. Uma advertência ao seu interlocutor Alcindo Guanabara que bem poderia ser endereçada aos demais leitores que também manifestassem uma postura de desprezo e de inferiorização dos negros, se afastando dos ensinamentos portugueses em relação à questão racial. Este recurso discursivo pode também ser entendido como uma forma de sensibilizar os leitores e fazer frente às teorias raciais da época, calcadas na Biologia, e defensoras da crença numa inferioridade inata dos africanos e seus descendentes. Era, pois, uma forma incisiva e contundente de disputar outros olhares e concepções do negro na história do mundo e do Brasil.

Essa disputa por novas concepções não se propõe a distinguir "novos" e "velhos" negros, tal como ocorre nas experiências vivenciadas pelos afro-americanos, em especial as mulheres, conforme as discussões levantadas por Cortes (2012). Esses recursos discursivos empreendidos por Hemetério se propõem a convencer os leitores de que o negro continuava sendo portador de todas as qualidades aventadas por ele nesses "passeios" ao passado. Qualidades que os colocavam no mesmo patamar de importância que os portugueses colonizadores do passado e, por conseguinte, aos homens brancos do seu presente.

> *"Sejamos brasileiros, [ilegível] e aumentando a herança que, orgulhosamente, nos deixaram os nossos maiores [portugueses], e não a afeiemos por imitações descabidas...*
> *Disso é que devemos nos envergonhar, e não de termos sangue de negro e de africano... (...)*
> *O que nós brasileiros, filhos de portugueses e dos negros, por sangue, por linha ou pelo destino, queremos é uma civilização republicana, democrática, dirigida pela virtude, pelos talentos e pela bondade (...)". (grifos meus)*

Na defesa contundente de "uma raça", a negra, Hemetério lograva convencer seus leitores e correligionários e liquidar o opositor Alcindo Guanabara reforçando as qualidades dos africanos e dos afro-brasileiros, lançando mão de reflexões em torno das relações raciais em diferentes lugares do mundo. Vejamos:

> *"Quando até nos Estados Unidos do Norte Roosevelt e os da sua numerosa legião querem pelo amor unir todas as raças, quando é iminente a vitória futura do Japão, acabando com as castas, causa nojo ler o que ditou v.ex., à face dos seus patrícios, que desta sorte, foram castigados por haverem rebaixado o senado da república, contaminando-o de asquerosa lepra cerebral, pondo ali*

> *um inimigo da Pátria, escravagista impenitente, exemplo repugnante de mau chefe de família, mau marido e mau pai."*

Em 04 de novembro de 1913 *O Imparcial* publica na íntegra uma carta assinada por Danton Benedito Valladares, professor da Faculdade Livre de Direito, sob o título "Em defesa de uma raça". Nessa carta o professor de Direito apoia Hemetério:

> *"Assim, sem compartilhar da aspereza dos seus conceitos, em relação ao aludido senador [Alcindo Guanabara], não conhecendo sequer de 'inde irae', venho apenas felicita-lo pela erudição histórica e sociológica que revelou em sua carta em sua carta que li hoje n' O Imparcial.*
> *Não somente por isso, como pela justiça (e a justiça edifica sempre), que distribuiu à raça negra, em tese, e quanto ao seu papel em nossa história, venho aplaudir e corroborar o seu trabalho. Ai se construiu um padrão de glória, ao negro, pela sua energia, pelo seu trabalho frutuoso, e pelo predicado de bondade de coração, quiçá o que mais eleva o homem e serve à civilização democrático-cristã."*

Muito agradecido, Hemetério responde à carta de apoio recebida, em 11 de novembro de 1913, ocupando também duas colunas de *O Imparcial.* Mais uma vez expõe seus conhecimentos históricos ao falar da condição do negro e das relações raciais no mundo. Vejamos, pois, sua defesa em prol dos valores "modernos" e "civilizados" que ingleses, franceses e mesmo portugueses carregavam consigo:

> *"É como dizeis vós, meu Dr. Valladares: a América do Sul, bem como o mundo inteiro, grande dívida tem para com essa gente [africanos e seus descendentes] e é chegado o tempo de pagamento.*
> *A França, como cérebro do mundo, já começou o seu resgate. Os seus maiores pensadores esperam restaurar as forças nacionais, apelando para as suas colônias africanas: a África Ocidental e a África Equatorial serão em breve a resistência na produção pelo caldeamento e darão inteligentemente, como já o dão empiricamente, contingentes para o Exército, Marinha, para as indústrias do campo e da cidade.*
> *A Algéria [Argélia] é já a França para além do Mediterrâneo. (...)*
> *(...) o coronel Mangin traça num volume de perto de quatrocentas páginas, a organização do Exército continental e colonial por contingentes negros, e entoa agradecido em nome da humanidade, os epinícios das antigas e medievais vitórias etiópicas. (...)*
> *Sigamos o exemplo da França, e não nos inquietem os conceitos de visitantes que não vêm explorar, e das peruas, como esta Irma Hudsperth que aqui julgou encontrar etíopes, famintos faunos que lhe convertessem a fealdade envelhecida em louras libras esterlinas.*
> *E acresce que nós que, singularmente trouxemos o negro a formar a família brasileira, temos a mais nobre missão entre as nações modernas, a de sermos a Canaã de todos os povos, sem distinção dessa coisa que se chama raça (...).*
> *Preparemo-nos, para receber e aumentar, sob a boa orientação latina, os contingentes crematísticos que nos hão de vir, proximamente, dos Estados Unidos do Norte, após a futura lição de humanidade que lhe dará o Japão portentoso. (...)". (grifos meus)*

A "modernidade" das nações europeias como a França e mesmo o Japão, que daria uma "futura lição de humanidade" aos Estados Unidos já haviam iniciado direta ou indiretamente a "nobre missão" de extinguir as distinções baseadas no pertencimento racial. Notemos que sua fala se dá no intuito de defender a convivência entre todas as raças, numa "Canaã de todos os povos".

Esse projeto de "modernidade" não explicitava, ao menos de acordo com os textos encontrados, o intuito de "reformulação" ou "reconstrução" do negro. O que se vê são estratégias discursivas em que a valorização e positivação da figura do negro, africano, afrodescendente ou afro-brasileiro, apresentam o claro intuito de convencer aos seus pares de que era sim possível aos negros participarem dos negócios da modernidade, no Brasil e no mundo. Sendo detentor da capacidade em assimilar as qualidades intelectuais e de organização social europeias, os negros estavam mais que gabaritados a tomarem assentos nos lugares sociais de prestígio, poder e de intervenção política. E isto era uma dívida a ser resgatada devido aos longos anos de exploração e espoliação sofridas pelos negros ao redor do mundo. A história de quatro mil anos antes de Cristo era mais um dos argumentos a corroborar sua tese de que tais sujeitos, detentores de "épicas varonilidades" em tempos longínquos, mantinham sua importância e qualidades para ocupar um lugar no presente que lhes pertencia há muito:

> *"(...) o sempre legendário Nilo nos mostrou a mais antiga civilização egipcíaca – fomentada por exércitos regulares de negros, leoninamente ínclitos nos combates, fundando, com essa coragem indomada, a primeira civilização no Mediterrâneo, fonte da civilização grega, gérmen de todas as civilizações latinas, consolo, tranquilidade e regalo do planeta – indústria, arte na sua concepção mais elevada, e conforto de todo homem digno da criação.*
> *Tudo isto sem contestação porque esses exércitos de negros do Alto Nilo, os semeadores dessa cultura, colonizando a Núbia e a Etiópia, e levando-os até ao Eufrates.*
> *Nessa península, onde a terra se acaba e o mar começa, desde o século VIII da nossa era, encontram-se, na Espanha, exércitos negros de quarenta a cem mil homens. Marius Ary-Leblond, pela 'Sociedade de Antropologia de Berlim', diz que o 'grosso do exército árabe se compunha de escravos negros, chamados 'fetawies'.*
> *Westein, o mais erudito e o mais conhecedor profundo dos árabes, fez notar que nas suas mais importantes guerras e conquistas, as funções principais são confiadas a escravos negros e de força atlética, a couraceiros pretos. Estes, nascidos quase sempre nas suas tribos, educados para o combate, como gladiadores romanos, são verdadeiros heróis de campanhas." [167] (grifos meus)*

A África e os negros definitivamente eram, para o professor Hemetério, os verdadeiros "civilizadores" da humanidade, detentores de conhecimento e isso quem comprovava eram os "grandes intelectuais" europeus mencionados por ele ao longo do texto. Passado e presente se misturavam nessas narrativas e as leituras do professor em relação aos processos de dominação europeia e colonização, tanto na América dos séculos XV ao XVIII quanto na África dos séculos XIX e início do XX, se coadunavam no sentido de reforçar as "altas qualidades africanas". Ou seja, tais processos tiveram na figura do negro/ da África o elemento central não por conta dos discursos em prol da "necessidade" de intervenção europeia contra o "barbarismo" e a "não civilidade" desses povos. Mas, ao contrário, tais intervenções seriam uma forma de incorporação e reconhecimento do elemento negro como colaborador da "obra civilizatória".

[167] O Imparcial, "Em defesa de uma raça. Resposta ao sr. Danton Benedicto Valadares, professor da Faculdade Livre de Direito", 11/11/1913, p.07.

Concluindo as reflexões desenvolvidas neste capítulo retomo algumas das ideias colocadas nas linhas iniciais em torno da construção de uma “identidade negra positivada” por parte do professor Hemetério e de outros sujeitos no período do pós-abolição. Uma delas é a da agência negra no movimento de ocupação de outros lugares sociais para além dos da marginalização social. Negros que “podiam”, “queriam” e tomavam parte nos assuntos intelectuais, modernos, políticos, estéticos. Outro ponto importante e que tomo de empréstimo das reflexões desenvolvidas por Giovana Xavier é o do distanciamento de qualquer leitura que “enquadre” os sujeitos históricos investigados. Estamos tratando de homens e mulheres, ainda que o foco esteja na figura do professor Hemetério, que faziam parte de um universo social e que dialogavam com seus signos, valores e regras a todo o momento. Fazendo escolhas, se filiando ou não a determinadas visões ideológicas, tomando ou não partidos. Atravessados por algumas questões em comum, como a experiência da discriminação racial, tais sujeitos viviam e (re) construíam suas identidades negras das mais variadas formas e trazer à tona essa complexa teia ajuda a ampliar o debate histórico sobre a questão racial no Brasil.

Capítulo IV – Política negra e negros na política: O 'vigoroso defensor das virtudes etíopes'

Neste capítulo passamos a debater mais de perto algumas questões referentes à participação negra nos arranjos da política republicana em suas primeiras décadas. Através da trajetória desse sujeito histórico nos propomos a discutir e a problematizar os alcances e limites da agência negra em meio a um mundo construído sob a regência dos homens brancos e membros da elite. É importante também problematizar e definir os entendimentos a respeito do que seja participação política.

O autor Flávio Gomes, em *Negros e Política (2005)* reúne algumas das experiências vividas por sujeitos negros em meio a contextos históricos diversos. Traz à tona as experiências da criação da Guarda Negra em 1888, logo após a promulgação da Lei Áurea; caminha no tempo, avançando e discutindo o uso e a construção de jornais e associações como meio para se defender ideias e posicionamentos políticos contrários aos preconceitos e dificuldades enfrentadas pela população negra no início do século XX. As contribuições deste autor nos ajudam a perceber que a luta por emancipação teve os sujeitos negros como protagonistas, refutando as concepções que tendem a interpretar o negro como desmobilizado politicamente. Outro viés de suas interpretações é de o que este autor classifica enquanto ações políticas aquelas que se deram também para além dos muros da política oficial e elitista. Ratifica que fazer política não se resumiu ao círculo das elites, nos permitindo ampliar as concepções do que isso signifique, encarando o fazer político também em situações cotidianas. Ou seja, o fazer político pode ser enxergado para além do lugar da política oficial, estando nas próprias disputas travadas pelo professor Hemetério em torno dos sentidos da negritude, bem como na construção de redes de solidariedade.

Mais uma vez se coloca em pauta a importância de refletirmos sobre as experiências de sujeitos negros no contexto do pós-abolição, que investiram seus esforços na construção de espaços sociais, de capital simbólico e material, bem como nas múltiplas e possíveis identidades negras vivenciadas. Participar dos arranjos políticos republicanos significou, para homens como Hemetério e Monteiro Lopes[168], caminhos na construção dessa "identidade negra positivada. Assim, a participação ativa na *rés pública* foi um dos horizontes profissionais e de vida pública de ambos, a despeito do incômodo que isso gerava em muitos dos seus pares. As páginas dos periódicos "para fazer rir" estavam recheadas, conforme já discutido algumas linhas atrás, de notinhas irônicas, sátiras e charges racistas, endereçadas tanto a um quanto ao outro. Em relação ao Monteiro Lopes o que mais reforçavam era o questionamento quanto à composição de seu eleitorado e a possível ilegitimidade da eleição do mesmo.

[168] Manoel da Motta Monteiro Lopes foi o primeiro deputado negro eleito no Brasil, em 1909. Advogado, abolicionista, republicano, membro ativo da Irmandade de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, manteve estreitas relações com o Centro Internacional Operário. Esteve vinculado aos trabalhadores, especialmente aos "trabalhadores de cor". Sobre ele a historiadora Carolina Viana Dantas desenvolveu a pesquisa, intitulada "*Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República",* em que problematiza a participação negra na política repubublicana.

Falando “sério” a revista *Careta* publicou em fevereiro de 1909 o texto “As eleições”, sem a identificação de seu autor, defendendo veementemente o coronel Tibúrcio da Annunciação, candidato derrotado nas urnas por Monteiro:

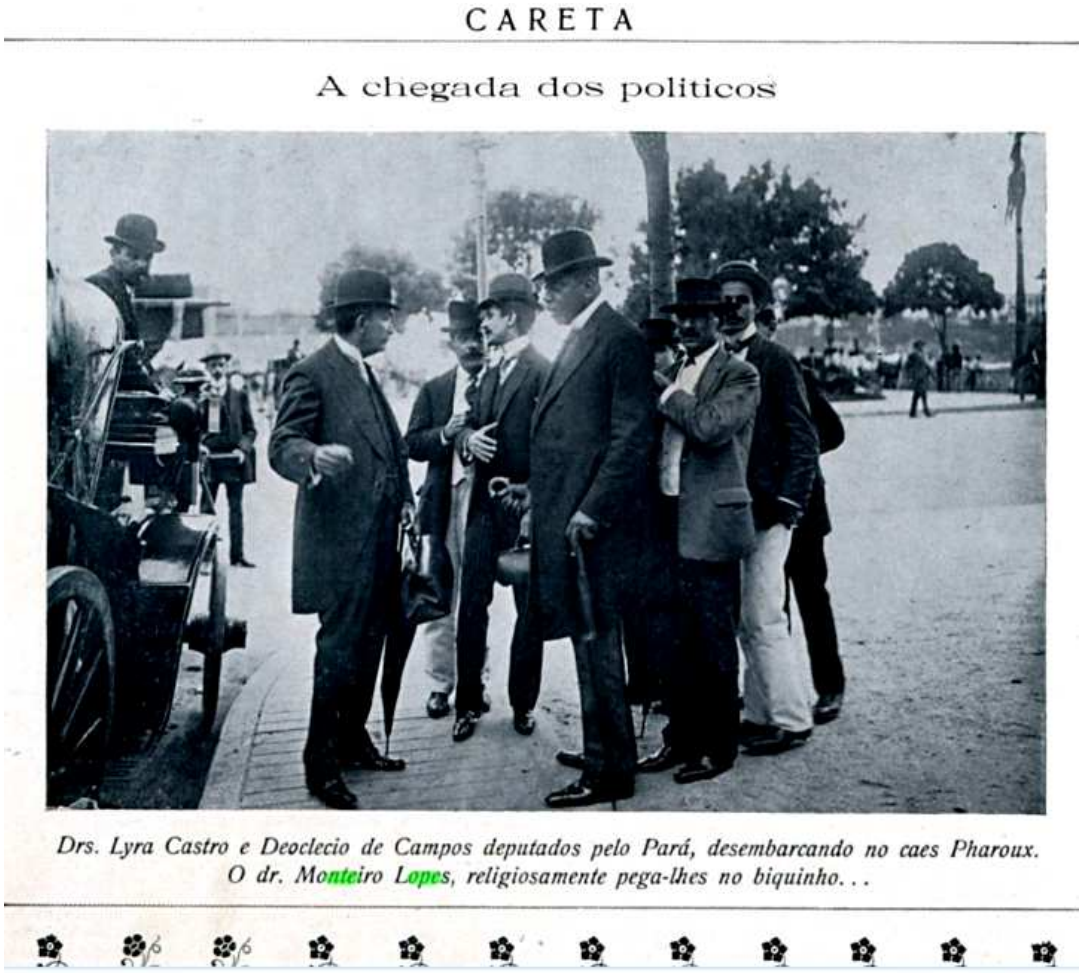
> *“Embora abatido e profundamente desgostoso em virtude dos reprováveis processos fraudulentos empregados contra a sua brilhante candidatura , o grande homem das letras e nosso popular colaborador coronel Tibúrcio da Annunciação, contestará , como dissemos, perante a comissão dos cinco, a legitimidade do diploma conferido, com escandaloso e espanto do eleitorado ao sr. Monteiro Lopes. (...)*
> *Venham, quebrando as lousas de Campo Grande, os finados eleitores do sr. Augusto de Vasconcelos, avancem, com esporões metálicos nas patas, os belicosos galos de rinha do sr. general Pinheiro Machado; corram, desfraldando as insígnias reais do defunto Príncipe Ubá, os nigérrimos asseclas do sr. Monteiro Lopes (...)*
> *Venham, havemos de vencê-los!” (grifos meus)*

A grande polêmica em torno da eleição do deputado esteve associada ao fato de que para seus pares o resultado não passava de uma fraude eleitoral. Sem adentrar o mérito da questão, o que se torna bastante contundente são os contornos raciais que podem ser lidos nessa situação. Passaram-se alguns meses e muitos embates até que o candidato apoiado pelos “*clubs* carnavalescos” e por Hemetério, conforme indicam as linhas escritas na revista *Careta* entre fevereiro e maio de 1909, reproduzidas abaixo, pudesse assumir seu posto. Vejamos:

> - 12 de fevereiro de 1909, p.12:
> *“O dr. Monteiro Lopes irá a Buenos Aires mandar colocar sobre a face, como as grandes belezas portenhas, uma máscara de porcelana. Assim, com o frontispício melhorado como o das belezas portenhas, o dr. Monteiro Lopes, se cometerem a injustiça de o reconhecer como deputado, não fará má figura na Câmara.” (grifos meus),*
>
> - 15 de março de 1909, p.20:
> *“Nestes últimos dias têm clareado algum tanto os horizontes para o dr. Monteiro Lopes.*
> *Sua ex. se for reconhecido deve propor uma subvenção aos clubs carnavalescos, que mais fizeram pela sua cadeira que mesmo os mais devotados eleitores.” (grifos meus)*
>
> - 22 de maio de 1909, p.23:
> *“O professor M. Ethereo tem sido visto em constantes confabulações com vários eleitores na freguesia da Glória.*
> *A princípio supusemos ser s. s. candidato a intendente municipal.*
> *Mas depois viemos a saber que o eminente pedagogo está cabalando em favor da candidatura do dr. Monteiro Lopes.”*

Frequentemente tais revistas associavam ambos, reforçando os traços fenotípicos, associando-os à África ou a outros elementos relativos ao universo negro; situando-os no lugar do “risível”. Logo, seria bem difícil a aceitação de ambos nos círculos da política, em lugares de poder e de prestígio social e financeiro que historicamente eram ocupados pelos homens brancos e de elite. A revista *Careta* se posicionava de modo incisivo contra diversos outros candidatos e figuras públicas da época, mas o que se percebe com bastante nitidez é a explicitação de um conteúdo racial fortíssimo ao se referirem a esses homens negros que

adentraram ou tentaram adentrar os salões da política oficial. Mostrava-se bastante incômodo a muitos desses homens dos círculos letrados que os “pretos retintos” se aventurassem a “vestir as casacas”, conforme mostra a foto legenda de retratando Monteiro Lopes e outros políticos, publicada também por *Careta* em abril de 1909:


CARETA

A chegada dos politicos

Drs. Lyra Castro e Deoclecio de Campos deputados pelo Pará, desembarcando no caes Pharoux. O dr. Monteiro Lopes, religiosamente pega-lhes no biquinho...

Figura IV.1: Ao centro, deputado Monteiro Lopes. Revista Careta, abril/1909, p.12.

O movimento de caricaturar e estereotipar sujeitos negros estava muito presente nesses periódicos de tom satírico. Protegidos sob a bandeira do “fazer rir” eles nos contam muito a respeito das disputas e dos entendimentos sobre ser negro naquela sociedade. Para a família Monteiro Lopes, assim como para os Hemetério dos Santos, ao contrário, os investimentos se deram na direção construir e de se viver outras identidades negras, bem distante dos estereótipos reforçados cotidianamente nas páginas de tais periódicos. O lugar da formalidade, do bem vestir e de uma “boa apresentação” também poderiam ser acessados por homens como Hemetério, Monteiro e seu sobrinho, Estácio Lopes, conforme a publicação que reproduzimos a seguir, da própria revista *Careta,* em janeiro de 1910[169]:

[169] Revista Careta, 17/01/1910, p.19.



Figura IV.2: Estácio Lopes, sobrinho do deputado Monteiro Lopes. Revista Careta, 17/01/1910, p.19.

Voltando à polêmica em torno da posse do deputado Monteiro Lopes, ressaltamos que a mesma não ficou circunscrita às páginas da revista *Careta*. Outros sujeitos se envolveram nos debates e expuseram seus posicionamentos em torno do caso. De acordo com o texto transcrito a seguir, o político buscou apoio e fortalecimento junto a outros "patrícios negros", além do professor Hemetério. O texto, intitulado "Exploração política", foi publicado na primeira página do jornal operário "A Voz do Trabalhador" em 17 de maio de 1909[170] e assinado sob as iniciais "P.R". Vejamos:

> *"Exploração politica*
>
> *Como operário militante e como negro, protesto energicamente contra a exploração que o sr. Monteiro Lopes está fazendo com os homens da sua raça e com o operariado do Brasil.*
> *O sr. Monteiro Lopes ambicionou, e conseguiu afinal, uma poltrona na ex-Cadeia Velha, hoje cálido ninho do parasitismo oficial desta abençoada terra de Vera Cruz, lugar este que, como ninguém ignora, rende gorda maquia de*

[170] Encontrei este artigo no jornal operário "A Voz do Trabalhador", arquivado na seção de periódicos da Biblioteca Nacional, quando eu era bolsista do projeto "Imprensa Popular e Memória, 1870-1920", na Universidade Federal Fluminense, 2009-2010, sob a orientação da Profª. Drª. Laura Antunes Maciel. A pesquisadora Carolina Vianna Dantas, entretanto, em sua pesquisa sobre o político Monteiro Lopes, trabalha com essa mesma fonte no ano de 2008. No texto "*Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República.",* a autora reconstitui a biografia do político negro, sua trajetória política e levanta algumas questões em torno de raça, representação e participação política, cidadania e república. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/carollina_dantas.pdf>. Acesso em: 24 out. 2014.

> *75$000 diários, que não é nada desprezível na presente organização social. Até aí vai tudo muito bem.*
> *O sr. Monteiro tem tanto direito à rendosa e cômoda poltrona como os demais indivíduos que usufruem esta vantagem - sejam eles vermelhos, amarelos, brancos, incolores até - como nos assiste o incontestável direito de despejá-los pelas janelas do velho edifício no dia em que julgarmos conveniente empregar esta medida extraordinária.*
> *Mas o injustificável é que o referido senhor, receando que o queijo se lhe escapasse das mãos, procurou levantar um preconceito quase extinto, chamando em seu auxilio os homens pretos deste país e afirmando que ia ser esbulhado do cargo para que tinha sido eleito, porque os seus colegas brancos não o queriam admitir junto às suas invioláveis pessoas.*
> *A este apelo acudiram algumas pessoas que se julgaram melindradas com o facto. Porém os negros conscientes não ligaram a menor importância ao brado de socorro do político burguês, porque entenderam muito bem, que lhes é indiferente que este ou aquele deputado, branco ou preto, entre a gozar o delicioso pudim legislativo, pois o que lhes interessa é o extermínio total das arapucas governamentais, inclusive o parlamento com todos os parasitas ali aninhados.*
> *[ilegível] Monteiro Lopes, não [ilegível] com esta esperteza, abusando da credulidade dos ignorantes, pretende imiscuir-se nos centros operários, oferecendo-lhes como remédio eficaz uma panaceia de que fazem largo uso os politiqueiros da sua espécie: - o auxílio do Estado. E como alguns operários tendem a acreditar em semelhante mixórdia, passo a expor um facto que por si só demonstra as intenções do ilustre espertalhão politico.*
> *O sr. Monteiro Lopes tem um filho que ele, naturalmente, muito estima. Como amigo dos operários, o que deveria fazer o sagaz deputado? Fazer com que seu filho estudasse uma ciência ou arte que poderia resultar algum beneficio para a humanidade. Puro engano. O sr. Monteiro Lopes meteu o rapaz no Colégio Militar, onde aprende a forma mais aperfeiçoada de assassinar os seus semelhantes, principalmente os operários quando vierem para a rua reclamar os seus direitos. Em compensação, devido à habilidade política de seu progenitor, é de esperar que em breve tenha o Brasil um general negro.*
> *Muito lucrará com isto o operariado..."* (grifos meus)

Não nos é possível investigar se de fato o autor deste texto era um operário e negro, bem como se teve algum diálogo direto com o político Monteiro Lopes ou se chegou a ter alguma influência sobre seus companheiros de trabalho. Entretanto, esta não é uma questão fundamental e pouco acrescenta às discussões desenvolvidas aqui. Através dessas linhas podemos acessar algumas informações valiosas: o político recorreu aos trabalhadores negros no intuito de buscar apoio à sua causa, utilizando a identidade racial como elemento de aproximação entre eles; seu filho pôde ser aluno do renomado Colégio Militar e, certamente, teve por um dos mestres seu "patrício" Hemetério; a mobilização de alguns dos operários em prol do deputado; o discurso de que a questão de classe estava acima da racial. A tentativa do político negro de construir uma rede de solidariedade tendo por elemento principal a identidade racial é condenada e mesmo menosprezada pelo autor deste texto, por se tratar de "um preconceito quase extinto" e por defender o extermínio do parlamento e de seus políticos. Por estas linhas "P.R", o "militante e operário negro", se opõe energicamente ao movimento empreendido por Monteiro Lopes, colocando-o na posição daquele que buscava individualmente sua própria ascensão e com pouca ou nenhuma preocupação em relação aos demais "patrícios negros".

Esse artigo também nos permite pensar no que o historiador Flávio Gomes aponta como “clivagens internas”, isto é, de segmentações dentro de um grupo que apesar de compartilhar algumas questões em comum, não é homogêneo como muitos esperariam. Pensar os sujeitos negros no pós-abolição torna necessária a inclusão desta perspectiva. O pertencimento étnico-racial em comum, bem como as bandeiras antirracistas levantadas, não pode ser entendido enquanto fator de homogeneização e de apagamento de tensões no interior da própria comunidade negra do período. As estratégias de inclusão social e de luta pela cidadania foram múltiplas, do mesmo modo como os sujeitos negros o foram.

Se para o “operário negro” o preconceito era algo “quase extinto” no país, não devendo ser mobilizado nessa contenda, para Monteiro Lopes fazia todo sentido entender e se utilizar do conteúdo racial que estava contido no movimento de rejeição da legitimidade de sua vitória nas urnas. E para alguns dos trabalhadores mobilizados por ele, ao contrário do “militante negro” que escreve ao periódico operário, a discriminação era sim um elemento a ser considerado, tal qual a articulação de um movimento de apoio ao político tendo por suporte uma solidariedade étnico-racial. Importante também é perceber a hierarquização proposta pelo autor do texto entre as questões raciais e de classe, argumentando em prol da extinção das “arapucas governamentais”, bem como do parlamento e dos “parasitas ali aninhados”. Ele não nega a existência do preconceito racial, mas ao minimizar sua importância no caso está pleiteando a prevalência de uma solidariedade de classe em detrimento de uma de conteúdo étnico-racial, expressando visões marcadamente anarquistas.

O “advogado de irmandades”, conforme definição da revista *Careta* em 1909, “defensor dos operários” e “líder dos pretos”, segundo salienta Dantas (2008, p. 11), buscou diálogo junto aos operários e mesmo ser seu representante, algo que foi também condenado pelo autor do texto reproduzido acima. Entretanto, a despeito do “operário negro e militante” e dos seus “colegas brancos”, que não queriam reconhecê-lo como deputado eleito, Monteiro Lopes conseguiu tomar posse em maio de 1909, segundo nos informa *Careta* em seu habitual tom satírico:

> *“O dr. Monteiro Lopes foi reconhecido deputado debaixo de grande ovação das galerias pejadas[cheias] de seus eleitores.*
> *Flores foram atiradas ao recinto e bandos de pombos, todos negros afirmou-nos o sr. Mello Franco esvoaçaram por sobre as cabeças dos representantes da Nação.*
> *E o dr. Monteiro Lopes comovido, dizem as folhas apanhou as flores e com paciência e habilidade confeccionou logo dois buquês que ofereceu ao presidente e ao ‘leader’.*
> *O dr. Monteiro Lopes é um homem de muito espírito”.*

O “preconceito quase extinto” (*sic*) era um dos principais fios condutores das relações raciais da sociedade republicana da então capital federal. Manifestava-se direta ou indiretamente, fosse sobre os políticos negros de casaca, fosse sobre a população negra de modo geral. E ter homens negros na política poderia representar uma brecha nesse sentido,

tanto no que diz respeito aos indivíduos quanto em relação a um grupo mais amplo de sujeitos negros. Poderia, pois, significar uma articulação coletiva em torno dos interesses dos sujeitos negros, o que geraria a possibilidade de reversão de alguns quadros de exclusão, fortemente criticados por Hemetério. É neste sentido que as investidas de Monteiro e Hemetério na política oficial são entendidas aqui.

Dando prosseguimento às considerações em torno do "vigoroso defensor das virtudes etíopes", Hemetério José dos Santos, passamos agora a discutir, de um lado, os seus investimentos nas fileiras da política oficial e, de outro, as suas intervenções públicas e contundentes no que tange às questões raciais. A alcunha relacionando o intelectual negro às qualidades negras, "etíopes" nas palavras da revista *Careta*, aparece nas páginas deste periódico em novembro de 1913, quando da candidatura do professor ao cargo de deputado federal. Vejamos:

> *"Segundo se depreende de uma nota d'O Imparcial, o simpático matutino carioca, professor Hemetério dos Santos, vigoroso defensor das virtudes ethíopes, vai se candidatar a qualquer coisa e confia, para sua vitória, na solidariedade morena da sua raça.*
> *Parabéns". (grifos meus)*

Mais do que "gracejo" e ironia, tal alcunha dada pelo periódico nos mostra que o discurso contrário às injúrias raciais e em defesa da "raça negra" foram elementos marcantes na trajetória desse intelectual. Entendo tal postura enquanto eminentemente política, pois os embates cotidianos, através das páginas dos jornais ou não, travados em torno da defesa não apenas de si próprio, mas dos negros em geral significaram um posicionamento político bem definido.

Em 05 de junho de 1915 a revista *O Malho* publica a charge e o texto reproduzidos abaixo, onde satiriza o que denomina de "longos, cintilantes e pitorescos telegramas" enviado por Hemetério o ministro da Marinha, "em defesa dos direitos da sua raça".



CAMPANHA TELEGRAPHICA

"A proposito de uma pretendida exclusão de gente preta na Armada, o professor Hemeterio dos Santos passou longos, scintillantes e pitorescos telegrammas ao Sr. ministro da Marinha, em defesa dos direitos da sua raça. O ministro respondeu, desfazendo a balela e achando muita razão na defesa". — (*Das nossas notas*)

Hemeterio: — Commigo é nove! Branco seja eu se admittir a desvalorisação dos pretos! Não admitto! E se puxarem muito por mim, sou capaz de provar que dos nove presidentes da nossa Republica, seis, pelo menos, não eram brancos legitimos...

Uma da raça: — Muito que bem e apoiado! E antonce, agora, que nois andamo neste chiquismo, é intolerave essa tintativa di minosprezo!...

Zé: — Bravos! E viva o *seu* Hemeterio que, com o seu preto no branco, poz os ministros em calças pardas!...

Figura IV.3: Revista O Malho, 05/06/1915, p. 15.

Diz o texto:

> *"Campanha Telegráfica*
> *'A propósito de uma pretendida exclusão de gente preta da Armada, o professor passou longos, cintilantes e pitorescos telegramas ao Sr. Ministro da Marinha, em defesa dos direitos de sua raça. O ministro respondeu, desfazendo a balela e achando muita razão na defesa'. - (Das nossas notas)*

> *Hemetério: - Comigo é nove! Branco seja eu se admitir a desvalorização dos pretos! Não admito! E se puxarem por mim, sou capaz de provar que dos nove presidentes da nossa República, seis, pelo menos, não eram brancos legítimos...*
> *Uma da raça: - Muito que bem e apoiado! E antonce, agora, que nois andamo neste chiquismo, é intolerave essa tentativa di menosprezo!...*
> *Zé: - Bravos! E viva seu Hemetério que, com o seu preto no branco, pôs os ministros em calças pardas!...”*[171] *[grifos meus]*

O texto, produzido pelo periódico, além de ironizar a postura de Hemetério, faz um contraste bem definido entre os três personagens que protagonizam a cena da charge, evidenciando uma interlocução entre brancos e negros a respeito do assunto. Carregando de um lado a “Gramática Portuguesa” e, de outro, uma pena com os dizeres “Pela raça negra”, o professor dialoga com “uma da raça” e “Zé” e recebe apoio de ambos. A fala acionada pelos três é a da condenação à desvalorização da raça negra e a da autoafirmação por parte dos dois personagens negros em destaque. A personagem que não é nomeada senão pela alcunha de “uma da raça”, em trajes finos e bem vestida, carrega em sua fala as marcas de um português bem diferente do pronunciado pelo professor. Já o personagem “Zé”, visto num plano mais afastado, pronuncia considerações que trazem à cena as categorias sociais de cor “branco”, “preto” e “pardo”, num jogo de palavras que de certa forma corrobora a fala inicial atribuída ao professor de que a maioria dos presidentes da república não eram “brancos legítimos”. Mais uma vez podemos perceber, na fala atribuída ao professor, um questionamento aos ideais de embranquecimento e a ratificação da importância negra na sociedade brasileira.

Questionar a exclusão dos de “sua raça” também foi algo feito por Hemetério em 1915 quando se dirigiu novamente ao ministro da Marinha, sobre o abandono de “crianças de cor”. O texto, publicado em maio de 1915, pelo jornal *A Noite*, na página 03, e intitulado “A defesa dos homens de cor” traz um apelo para que as crianças negras, abandonadas pelo poder público e impedidas de ingressar nas fileiras da Marinha por serem “de cor”. Vale a leitura na íntegra do texto:

> *“Um telegrama do professor Hemetério ao Ministro da Marinha*
> *O Sr. professor Hemetério passou ao ministro da Marinha o seguinte telegrama:*
> *‘Exmo. Sr. Almirante Alexandrino de Alencar, muito digno ministro da Marinha. – Saudações. Ontem, dia em que a nação comemorava os feitos dos negros que, deixando por momento a lavoura, foram erguer bem alto o nome brasileiro em Tuyuty, o Dr. Carlos Maximiano foi dolorosamente ferido em visita ao Depósito de Menores Abandonados, por ver que – ‘Na seção masculina crescido é o número de excedentes, devido ao fato de não encontrarem colocação fora, principalmente por não aceitar a Marinha menores de cor, que constituem a maioria dos que ali se acham’.*
> *Assim acaba de informar à Nação o ‘O Paiz’, na sua segunda local de hoje.*
> *Para onde irão esses milhares de crianças de cor, que souberam os antepassados sugados no duro e vilipendiado trabalho da lavoura para alimentar ainda hoje alguns imbecis que ocupam cargos de responsabilidade na administração?*

[171] O Malho, 05/06/1915, p. 15.

> *Não temos que apelar senão para o culto e generoso coração de V. Ex.*
> *Eu sei que há aí desnaturados filhos que, por mal entendido processo de defesa, negam os seus antepassados, - negros e portugueses, almas de santos e corações de heróis, que lhes deixaram esta Pátria, digna de melhor governo e de melhor carinho.*
> *Se V. Ex. não ponderar, com a mais alta envergadura de político, bebendo e imitando a lição francesa e a inglesa, como se acha na moralizadora e justa obra do tenente-coronel Mangin – 'la force noire', a Nação será compelida a ter saudade dos passados tempos, em que os incompetentes se prendiam dentro da sua própria ignorância, e não forçavam, com insidiosas gazuas, as portas das academias e as áreas do Tesouro Público, e os governantes não convertiam os cargos técnicos em moeda sonante para remuneração de baixas lubricidades olímpicas.*
> *Queria V. Ex. desculpar-me este desabafo que tão magoadamente derramo em seu nobre e desinteressado coração que, não se esquecendo do passado, quando a nossa Marinha tinha por chatas e canhoneiras os fortes peitos apenas dos pais desses de hoje perseguidos por sua própria Mãe-Pátria, levanta bem alto o nome da Marinha presente.*
> *Queira desculpar-me, porque a dor não tem juízo"*[172]*. [grifos meus]*

Utilizando-se de expressões como "culto e generoso coração de V. Ex.", "negros e portugueses, almas de santos, corações de heróis", "a dor não tem juízo", nosso autor buscava sensibilizar o chefe militar em prol daqueles meninos e meninas "que souberam os antepassados sugados no duro e vilipendiado trabalho da lavoura para alimentar ainda hoje alguns imbecis que ainda hoje ocupam cargos de responsabilidade na administração". Ao pensar as questões raciais do tempo presente comumente nos remetemos ao passado e uma das questões que se colocam, tanto em estudos acadêmicos quanto nas falas cotidianas, é a das barreiras que impediram a ocupação de determinados postos por sujeitos negros mesmo após a abolição da escravidão. Impedimentos que significaram a permanência da maioria da população negra nos extratos mais baixos em termos econômico-sociais. Nesta situação relatada e contestada pelo professor podemos enxergar concretamente como tudo isto se deu na prática. Ele também se remetia ao passado escravista para defender outras posturas do Estado em prol dos que tiveram por antepassados as pessoas na condição de escravos. O trabalho "sugado" a esses homens e mulheres escravizados ainda em meados da década de 1910 servia a alimentar os que ocupavam cargos da administração pública. Ou seja, os lugares de poder ocupados por aqueles que estavam na esfera pública eram, de acordo com o professor, herança direta da exploração feita sobre os negros.

Outro recurso argumentativo utilizado por Hemetério relaciona-se à Guerra do Paraguai, mais especificamente à "Batalha do Tuiuti" ocorrida em 24 de maio de 1866 e uma das mais sangrentas, de acordo com os estudos do período. Em *Abolição – uma história da escravidão e do antiescravismo* (2011, p. 498-531), o historiador Seymour Drescher discute o processo abolicionista no chamado "Novo Mundo", salientando as disputas entre as elites escravistas, poder central, as pressões internas e externas antiescravistas. Em relação à Guerra do Paraguai, o autor salienta os conflitos entre senhores e Estado no que tange ao recrutamento

[172] *A Noite*, 2?/05/1915, p.03.

dos escravos para as fileiras de batalha. Deste modo, o poder Imperial recorreu, preferencialmente, aos escravos que pertenciam ao Estado e à Igreja. O desenrolar da sangrenta guerra contou, então, com a participação maciça de soldados negros e, de acordo com nosso professor, deve também a eles "grandes feitos".

Usando palavras duras contra a possível exclusão dos "meninos de cor", nosso autor tem o cuidado de não ferir os brios do almirante Alexandrino de Alencar, ocupante de alto posto da esfera pública e pessoa capaz de interferir diretamente na situação exposta. Desculpando-se pelo desabafo "magoadamente derramado" e justificando-se por a "dor não ter juízo", Hemetério encerra sua fala reforçando as estratégias de sensibilização e ao mesmo tempo mantém sua denúncia.

Aqui temos a ausência de informações mais precisas e concretas sobre esse possível afastamento dos meninos negros das fileiras da Marinha, visto que contamos apenas com os relatos do professor Hemetério transcrito nas páginas de *O Paiz* e *A Noite*. É possível, contudo, estabelecermos um vínculo entre o que o professor relata em 1915 e a Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, liderada por marinheiros negros e de baixa patente, contra os castigos corporais que sofriam. Para essa discussão faz-se de muita valia a leitura do capítulo "Da rua ao convés", integrante da tese "Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910", de autoria do historiador Álvaro Pereira do Nascimento. No capítulo em questão ele discorre sobre as formas de recrutamento e os pertencimentos étnico-raciais dos marinheiros que compunham a Armada à época. Lançando mão de fontes diversas, tais como registros na imprensa, textos memorialísticos e os Relatórios do Ministério da Marinha, entre os anos de 1910 e de 1913, o autor evidencia as tensões que constituíam esse processo de recrutamento e formação da força militar da Marinha. Por meio dos relatos memorialísticos do oficial José Eduardo de Macedo Soares[173], Nascimento chega à conclusão de que à época da Revolta da Chibata o contingente de marinheiros era esmagadoramente formado por homens negros. Os olhares lançados por Macedo, também encontrados nos relatórios da Marinha, denotam a preocupação e descontentamento em relação a essa composição étnico-racial esmagadoramente negra. Dentre as muitas críticas tecidas pelo oficial à organização estrutural da instituição havia também a que recaía sobre a "formação racial e moral das guarnições da Marinha de Guerra" (2002, p.60), pois:

> *"Era este sistema que José Eduardo de Macedo Soares condenava, por incorporar grande quantidade de homens de cor, que ele julgava culpados por uma grande parcela dos males que aniquilavam a Marinha de Guerra em 1910. Para ele e boa parte dos que foram influenciados pelas ideias raciais do final do século XIX, a 'preguiça', a 'incapacidade de progredir', os vícios do jogo, do alcoolismo, das brigas, das violências sexuais, dos sambas, do desperdício sem a previdência e tantos outros costumes reprovados pelo jovem oficial*

[173] Segundo Álvaro Nascimento (2002, "Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910", 2002, p.58) o oficial José Eduardo de Macedo Soares teve participação ativa no movimento tenentista da década de 1920, ocupou os cargos de deputado e senador federal pelo Rio de Janeiro, além de ter fundado e dirigido os jornais "O Imparcial" (1912) e o "Diário Carioca" (1928). Entre os anos de 1902 e 1912, porém, o jovem exerceu as funções de "guarda-marinha", segundo e primeiro tenente da Armada.

> *branco, eram males inatos (ou ' contingentes') aos negros, que influenciavam os marinheiros de outras raças – mulatos, caboclos, brancos e quase brancos."*[174]

Esse olhar depreciativo lançado por Macedo aos oficiais negros, "imprevidentes e preguiçosos" e que traziam "da raça a tara da incapacidade de progredir" (sic), estava carregado, segundo Nascimento, dos estereótipos e conceitos senhoriais de tempos escravistas. Tanto Macedo quanto o ministro da Marinha, Joaquim Marques Baptista de Leão, concordavam que se fazia necessário escolher marinheiros "mais capacitados" e distantes das vicissitudes atribuídas aos negros e pobres. Em relatório apresentado ao presidente da república em maio de 1911, o ministro descreve todo esse cenário de "falta de estrutura" da Armada e o aprofundamento da mesma a partir da insurreição ocorrida no ano anterior. Salientando que tais visões expressavam os olhares carregados de estereótipos de ambos, Nascimento salienta que nem todos os recrutados pertenciam às fileiras do crime, conforme enfatizam Macedo e Leão. Ao contrário disso, muitos desses que eram recrutados enxergavam na Marinha uma possibilidade de melhoria de suas condições de vida. O recrutamento de menores, voluntário ou forçado, também era prática comum desde os tempos imperiais[175]. A discussão sobre recrutamento e a composição do corpo de marinheiros é ampla e inclui outros aspectos sobre os quais não nos deteremos aqui, visto não ser este o foco deste trabalho. Assim sendo, vale reforçar a ligação entre revolta da chibata e seus desdobramentos, a crença na necessidade de um "melhoramento" da composição da força de trabalho da Marinha e o possível preterimento de meninos de cor na Armada de que nos fala Hemetério nos primeiros anos pós- revolta, visto que ainda em 1923 se verificavam alguns movimentos de contenção da admissão desses meninos na Escola de Aprendizes Marinheiros[176].

Três anos antes do contundente texto de Hemetério se opondo à possível exclusão dos meninos negros das fileiras da Marinha, a mesma passou pela posse do então novo ministro, o contra-almirante Manuel Ignácio Belfort Vieira, como noticia o jornal *A Imprensa*, em 13 de janeiro de 1912. O jornal noticia o evento da posse, os festejos e pessoas que haviam comparecido à solenidade. Ao tomar a palavra o então novo ministro agradece aos presentes, afirmando estar "certo e convicto da responsabilidade" que teria "sobre os ombros". Mas, não teria somente responsabilidades no sentido grave da palavra; teria também espaço para escolhas na tomada de decisões, no cuidado que dispensaria a uma questão em detrimentos de outras. Muito provavelmente aqueles que estiveram presentes ao gabinete do ministro, à sua residência ou lhe enviaram telegramas de felicitações estavam muito atentos a essas brechas. As cerca de trinta pessoas que o enviaram tais mensagens, dentre os quais Coelho Neto, Juvenal Raposo, presidente da União dos Foguistas, Barão de Teffé, o próprio professor Hemetério, investiam na construção de boas relações junto ao ocupante de um posto político

[174] NASCIMENTO, Álvaro Pereira. "Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910", 2002, p.62.
[175] NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Op, cit., 2002, p.61-72.
[176] NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Op.cit., 2002, p.04.

tão importante. A política cotidiana das boas relações com chefes republicanos e da administração de modo geral era um dos caminhos possíveis e disponíveis para os homens daquele tempo. Fosse para conseguir benefícios para si próprios individualmente, para os membros de seu grupo ou mesmo para rogar em prol de causas públicas como a das "crianças de cor".

As situações em que Hemetério se põe a pleitear publicamente junto às autoridades em prol dos sujeitos negros, ação entendida aqui enquanto eminentemente política, nos mostra que reconhecidamente o professor era parte importante desse círculo de notáveis envoltos nas articulações políticas do cotidiano da capital republicana. Assim sendo, a alcunha de "vigoroso defensor das virtudes etíopes" tinha sua concretude nos seus diversos investimentos em defesa da "raça negra". Esse lugar também fez com que a ele fossem endereçadas algumas solicitações de apoio e solidariedade. Logo após seu enfático apelo ao então ministro da Marinha, em favor dos "meninos de", o jornal *Gazeta de Notícias* publica o seguinte texto:

> *"Pelo velho abolicionista Albertino*
> *Uma carta ao professor Hemetério*
> *A propósito do estado de miséria o velho abolicionista, cego, Pedro Albertino, foi dirigida ao professor Hemetério José dos Santos a seguinte carta:*
> *'Ilustre professor – Não há muito li nos jornais a notícia de uma representação feita pelo acatado educador ao Sr. Ministro da Marinha, representação que visava o enaltecimento da vossa raça.*
> *Foi meditando neste gesto honroso do professor Hemetério, que resolvi a remessa desta carta em a qual venho solicitar o vosso auxílio em favor de Pedro Albertino, o abolicionista cego, que anda esmolando nas ruas da cidade.*
> *A Gazeta não há muito fez um apelo neste sentido e eu, membro efetivo da Associação Brasileira de Imprensa, requeri e obtive um pequeno auxílio para o velho batalhador.*
> *V. S. é lente de vários colégios e goza de vasto círculo de amizade, podendo pôr vosso prestígio ao serviço desse a quem se deve a liberdade dos pretos no Brasil.*
> *Sem necessidade demonstrações custosas, todavia, em movimento mais eficaz. V. S. bem pode auxiliar a campanha daqueles que se interessam pelo amargurado velho.*
> *Acredito que V.S. se compadecerá da miséria do cego libertador da raça negra, em cuja defesa V. S tem saltado na vanguarda. Branco, embora, v. adr [admirador]. – Orestes Barbosa."*[177] (grifos meus)

Pedro Albertino fora companheiro de José do Patrocínio e de tantos outros na luta pública contra a escravidão e teve destaque na campanha abolicionista em Campos, situado na região norte da província do Rio de Janeiro. Conta uma carta enviada ao jornal *Cidade do Rio* em janeiro de 1899[178], endereçada à José do Patrocínio, que o abolicionista dedicara-se totalmente à causa, chegando mesmo a libertar mais de trinta escravos recebidos por herança. Estivera nas tribunas e comícios, propugnara em prol da abolição total da escravidão. Entretanto, seu destino se resumiu à pobreza, cegueira e a se tornar dependente dos auxílios vindos de terceiros, sensibilizados por sua situação de penúria. Entre os anos de 1899 e 1919 são diversas as ocorrências nos periódicos da capital republicana e adjacências a noticiarem

[177] Gazeta de Notícias, "Pelo velho abolicionista – uma carta ao professor Hemetério", 23/07/1916, p.03.
[178] Cidade do Rio, "Pedro Albertino", 04/01/1899, p.02

eventos beneficentes em sua causa: almoços, recitais de poesia, eventos musicais. Em 13 de maio de 1920 o periódico *A Noite* publicou em sua primeira página a matéria "O dia da Lei Áurea – Glória àqueles que, há trinta e dois anos, redimiram uma raça desventurada!". A matéria, ocupando metade da página do jornal, se dedicava a destacar os "vultos" da campanha abolicionista e dar um panorama geral de todo movimento. Dentre os notáveis do movimento pela libertação dos escravos se destaca a figura de Albertino, conforme a imagem que integrava o texto[179]:



Alguns dos vultos da campanha pela abolição, em torno da veneranda princeza imperial Izabel, a Redemptora (Retrato de S. A. em 1919): Castro Alves, Luiz Gama, José do Patrocinio, João Alfredo, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa, Ramiz Galvão, Pedro Albertino, Raul Pompéa, Theodoro Sampaio, Angelo Agostini, Barão de Suassuna e Medeiros e Albuquerque

Figura IV.4: Ícones da Abolição. Jornal A Noite, 13/05/1920, p.01.

O velho abolicionista, um dos "vultos" do movimento que libertou a "raça desventurada", sobreviveu ao longo de aproximadamente vinte anos das ações caridosas dos que se compadeciam de sua triste sorte. As campanhas recorrentes de periódicos como *Gazeta da Tarde*, *O Paiz*, *A Noite* e outros, por meio de seus textos comoventes envidaram muitos esforços nesse sentido. Em 07 de maio de 1924, poucos dias antes de mais um aniversário da Lei Áurea, o jornal *A Noite* informa seu falecimento, ressaltando que o mesmo libertou seus escravos assim que se engajou na campanha abolicionista, "ficando reduzido à pobreza" por conta disto. A imagem abaixo compõe a matéria, intitulada "Vultos antigos"[180]:

[179] A Noite, "O dia da Lei Áurea – Glória àqueles que há 32 anos redimiram uma raça desventurada!", 13/05/1920, p.01.
[180] A Noite, "Vultos antigos – Morreu o velho abolicionista Pedro Albertino", 07/05/1924, p.01.

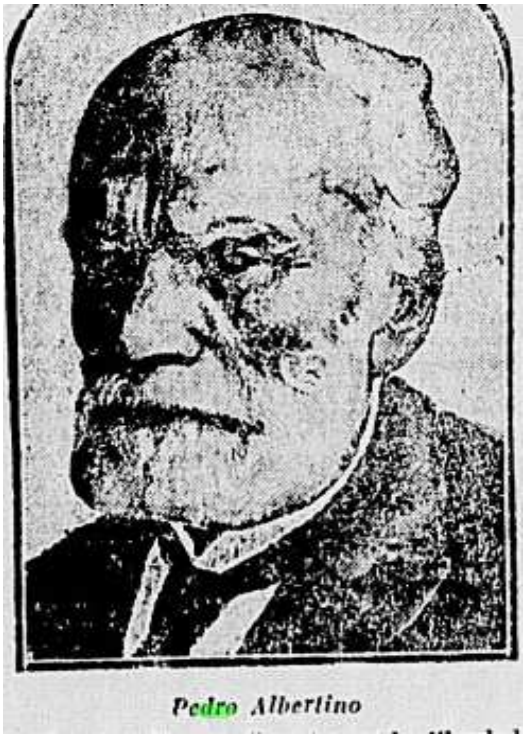


Figura IV.5: Pedro Albertino, abolicionista. Jornal A Noite, 07/05/1924, p.01.

As palavras usadas pelo jornalista Orestes Barbosa na carta endereçada a Hemetério dos Santos expressam alguns artifícios a fim de atraí-lo o para a causa do velho abolicionista Pedro Albertino. Lisonjeiras, chamam a atenção do interlocutor para o fato de que ao abolicionista de outrora é a quem se deve a libertação dos pretos escravizados tempos atrás. Entretanto, a "vanguarda" na defesa da raça negra pertence, nas palavras de Barbosa, ao inquirido professor. Ambos, Albertino e Hemetério teriam em comum, então, a luta por uma mesma causa e isto seria o suficiente para que este último movesse esforços em prol daquele. Interessante é notar que as palavras do jornalista evidenciam e corroboram, de certa forma, nossas constatações em torno do prestígio do intelectual junto aos círculos letrados da capital federal. Demonstram também o quanto sua rede de contatos era vasta e eficaz na obtenção de apoio e solidariedade.

No debate sobre a participação negra política, oficial e do cotidiano, é preciso incluir algumas discussões sobre historiografia. Uma das referências teóricas muito importantes a respeito da política na Primeira República é o estudo do autor José Murilo de Carvalho ("Os bestializados", 2000) para o qual este período pode ser entendido como o da "república que não foi". Especialmente no que diz respeito ao exercício da cidadania pela população em geral, ou sob a perspectiva do autor, o não exercício da mesma. A não cidadania seria, então, a principal marca do período, visto que a maioria da população não participava do sistema eleitoral oficial e não tinha suas demandas atendidas pelas autoridades políticas, exceto sob a forma do "clientelismo". O autor também defende a perspectiva de que o governo republicano representou não os interesses do povo, mas os das principais oligarquias do país. Tendo por aporte teórico as produções de historiadores como Flávio Gomes e Sidney Chalhoub, conforme

já salientamos, reitero a necessidade de outros olhares no que tange à participação política na Primeira República, indo além da visão que nega essa participação.

Quem também nos fornece importantes e valiosas considerações é a historiadora Hebe Mattos, no capítulo "A vida política" (2012, p.84-129), discorrendo sobre os arranjos da Primeira República[181]. O principal fio condutor de sua análise se filia igualmente às perspectivas que propõem um alargamento das concepções sobre participação política, entendendo a mesma para além do voto. Alguns conceitos-chave, cristalizados pelas análises historiográficas do período, como "clientelismo, "oligarquias", "política dos estados", "política do café-com-leite", são igualmente questionados pela autora. Sem refutá-los, mas, ao contrário, buscando outras ferramentas interpretativas, Mattos traz à cena a perspectiva de que esse contexto oligárquico esteve repleto de disputas coronelísticas e de cunho ideológico, colocando em xeque a pretensa unidade de objetivos entre as principais oligarquias do período, Rio e São Paulo. Isto é, o cenário político da Primeira República envolveu muito mais uma gama de conflitos e disputas do que efetiva unidade entre os "mandantes do poder". Propostas de reforma eleitoral, que incluíam o voto secreto e o de analfabetos, por exemplo, estiveram em pauta a despeito de terem sido derrotadas. Sobre os processos eleitorais, Mattos considera que:

> *"Num contexto em que a guerra civil nunca deixou de estar no horizonte, as eleições ocupavam um papel sem dúvida central como possibilidade de regulação das disputas entre os coronéis. Mas elas eram ainda mais que isso. Os votos que disputavam não eram, na maioria dos casos, o dos camponeses analfabetos e despidos de vontade própria imaginados por Vitor Nunes Leal, como pioneiramente ressaltou a historiadora Ana Lugão Rios. Por um lado, porque estes simplesmente não votavam e, por outro, porque estavam muito longe de ser os atores políticos despidos de vontade imaginados pelo autor. Ao contrário, o coronel republicano, enfraquecido com a perda da autoridade senhorial após a Abolição, precisava agora do poder de administrar as benesses e o poder repressivo do Estado, não apenas para atrair eleitores, mas também para conseguir trabalhadores e garantir a fidelidade daqueles que ficavam à margem do direito ao voto e da cidadania política."*[182] *(grifo da autora)*

Para além dos canais oficiais e mesmo através deles podemos pensar em termos de disputas: por projetos, inserção social, melhoria das condições de vida, por reconstruções materiais e simbólicas. Os sujeitos comuns, ou a "massa do povo", buscaram participar ativamente desta política que se pretendia de cima para baixo. E dentro desses círculos, o dos "cidadãos", com plenos direitos ao voto, havia os que se propunham a levantar as bandeiras do operariado e dos "homens de cor" como Monteiro e Hemetério. Este último, chamado pelas revistas satíricas de "o *vigoroso defensor das virtudes etíopes" frequentemente se envolvia em querelas em torno da questão racial, usando com larga frequência do espaço que conquistara junto aos periódicos da cidade. A charge a seguir, publicada em 14 de abril de 1917, também publicada pela revista* O Malho, se remete à situação de exclusão vivida pelo filho do professor

[181] Este capítulo integra o volume "História do Brasil Nação- Abertura para o mundo (1889-1930)", terceiro volume da coletânea "História do Brasil Nação: 1808-2010", 2012, oganizado por Lilia Moritz Schwarcz.
[182] MATTOS, Hebe. "A vida política". In: SCWARCZ, Lilia Moritz. "História do Brasil Nação - Abertura para o mundo (1889-2010)", São Paulo: Fundación Mapre e Editora Objetiva, 2012.

ao ter matrícula negada no Colégio São Vicente de Paulo, localizado em Petrópolis, por ser neg ro. Interessante é também atentar ao título da charge, “Abaixo a nova pirataria”, fazendo uma associação direta entre exclusão do espaço escolar e escravidão (“pirataria”). Vejamos:



Figura IV.6: Revista O Malho, 14/04/1917, p.10.

Diz o texto:

> *“O diretor de um colégio, em Petrópolis, enviou ao professor Hemetério dos Santos uma carta em que lhe comunicava a exclusão do corpo discente daquele estabelecimento do filho do referido professor, devido a ele ser de “cor”. Num gesto de indignação, o professor Hemetério representou contra esse ato aos Srs. presidente da República e ministro do Interior e enviou àquele diretor um eloquente protesto. (Dos jornais)”*
> *“Hemetério: não me conformo com a expulsão do meu filho ‘por ser de cor’! Nunca se viu tão infâmia no Brasil! Sou professor do Colégio Militar e da Escola Normal, onde, como em todos os estabelecimentos oficiais, há alunos de todas as cores! Pretos, mulatos e caboclos sempre fizeram causa comum com os brancos, e desde os tempos coloniais trabalharam pela fundação, pela consolidação da nacionalidade brasileira, por sua honra e por sua liberdade! Somos um povo culto, não somos primitivos! Vivemos à luz daquele sol e não podemos admitir se o afronte com a mancha de um preconceito odioso! Temos uma Constituição, perante cujo texto não há seleção de cores! Não admitimos que se pretenda enxovalhar esse texto, fazendo do preto, branco! Repito: não me conformo... com essa nova pirataria nas casas de ensino, que funcionam no Brasil sob leis brasileiras. Protesto contra essa negra audácia e apelo para*

> *os supremos magistrados da nação, nesta hora em que a pátria precisa da defesa de seus filhos de todas as cores!*
> *O diretor: - !?! ..."*[183] *[grifos meus]*

Aparentemente o periódico misturou em seu texto trechos veiculados por outros órgãos de imprensa, parte da fala do professor Hemetério, acrescido de sua própria leitura satirizada - o que se completa com a charge. Mesmo que não saibamos quem de fato é o autor do texto acima, *O Malho* ou o próprio professor Hemetério, podemos afirmar, com base em outras passagens de diferentes periódicos, que a situação ocorreu e que teve grande repercussão. Mesclando partes do discurso e posicionamento político do professor em relação à valorização da contribuição negra para a formação do país e apelando para o não primitivismo da nação, o texto evidencia outros elementos que estavam em jogo na disputa travada contra a instituição de ensino de Petrópolis. Tratava-se da exclusão de um aluno, mas ao mesmo tempo esse fato poderia ser entendido enquanto algo relativo aos demais negros da nação, assim como aos não negros. Ou seja, a nação fora construída por todos, brancos, pretos, mulatos, caboclos, e regida por uma Constituição que não os diferenciava, jamais poderia admitir qualquer exclusão em ambientes de ensino. Foram estas ou não as palavras de Hemetério não sabemos ao certo, mas suas ações o foram. O periódico de Juiz de Fora, *O Pharol*, em 25 de julho de 1917, informa aos seus leitores:

> *"O sr. Hemetério José dos Santos representou ao sr. ministro do Interior e contra o fato do Colégio de São Vicente de Paula, de Petrópolis, negar matrícula a um seu filho como aluno, por ser de cor preta.*
> *O sr. ministro remeteu a representação ao Conselho Superior de Ensino, para ser tomada na consideração que merecer."* [184]

A indignação foi tamanha e não ficou restrita ao professor e sua família, ecoando entre os "homens de cor" em São Paulo, conforme expressa o periódico *O Imparcial,* em 10 de abril de 1917, página 05:

> *"A Federação dos Homens de Cor, de São Paulo, vai protestar contra o ato do diretor do Colégio de Petrópolis:*
> *S. Paulo, 9 (A.A.) – A diretoria da Federação dos Homens de Cor convocou uma assembleia para protestar contra o fato do sacerdote diretor do Colégio de Petrópolis, por haver expulsado o filho do professor Hemetério dos Santos, por ser preto."*[185]

Em 07 de agosto de 1917 o jornal Gazeta de Notícias expõe o caso em sua primeira página, explicitando os contornos que tal situação tomara. Vejamos:

> *"Revive o caso Hemetério.*
> *O caso Hemetério todo mundo sabe qual seja. Um filho deste professor não pode ser matriculado no Colégio de São Vicente de Paula, por ser, dizia-se, de cor preta. O sr. Hemetério fez em torno disso um barulho dos diabos. É que a 'pretidão de amor', de que já falara Camões, é um fato muito sério...*
> *Mas, afinal o conhecido pedagogo estava no seu papel. Era o pai da criança...*

[183] O Malho, "Abaixo a nova pirataria", 14/04/1917, p.15.
[184] O Pharol, "Notas&Novas", 25/07/1917, p.01.
[185] O Imparcial, "A Federação dos Homens de Cor, de São Paulo, vai protestar contra o ato do diretor do Colégio de Petrópolis", 10/04/1917, p.05.

> *O Conselho Superior de Ensino, no entanto, tomou muito ao pé da letra o incidente, dando excessivo crédito ao que o sr. Hemetério, na sua justificável revolta paterna contara na carta aos jornais.*
> *Daí o haver negado o Conselho concessão de bancas examinadoras ao Colégio de S. Vicente de Paulo.*
> *Houve, depois disto, uma representação de muitas pessoas gradas e de pais de alunos daquele instituto, recorrendo da decisão do Conselho para ele próprio e declarando que o ato que o motivara já não existia mais.*
> *Explicara-o o diretor do Colégio. Fora recusada a matrícula muito delicadamente, porque, o filho do sr. Hemetério poderia sentir-se constrangido em meio de alunos todos brancos.*
> *O motivo, valha a verdade, é meio esquisito.*
> *Diante disto, o professou danou-se. O diretor interino do Colégio, então, reconsiderou o seu ato e pediu desculpas ao pedagogo enfurecido. Que considerasse como não recebida a carta que lhe enviara. O dito por não dito.*
> *Mas, já era tarde. O sr. Hemetério não cedeu e multiplicou-se em artigos veementes na imprensa carioca.*
> *Tudo isto é muito pitoresco. Mas, o que é estranhável é o Conselho tomasse para si o desagravo, com um rigor desmedido, do professor de Português.*
> *Em vista da reconsideração do ato do diretor, não é justo que se persista em negar bancas examinadoras ao Colégio S. Vicente de Paulo.*
> *A teimosia do Conselho é perfeitamente extemporânea..."*[186] [grifos meus]

Para o periódico, através das linhas escritas e não assinadas, a postura de Hemetério era perfeitamente compreensível se enxergada sob as lentes das relações afetivas e de parentesco, pois nada mais natural a sua reação em sendo o pai da criança. Mas, espantosa era, para a *Gazeta*, o fato de o Conselho Superior de Ensino ter "tomado tão ao pé da letra" o ocorrido e ter punido o colégio com a suspensão de suas bancas examinadoras. Além de a recusa ter sido feita "delicadamente" o diretor da instituição já tinha voltado atrás de sua decisão e se desculpado junto ao pedagogo carioca. O jornal relativiza, assim, a reação do professor, situando-a ao campo das relações pessoais, mas se opõe quando o corrido é tratado pelas autoridades públicas de modo tão veemente. A recusa do pedagogo em situar o episódio explícito de discriminação racial contra seu filho na esfera do "dito por não dito", mas ao contrário disso, escrever diversos artigos na imprensa carioca expondo sua indignação com o caso, pode perfeitamente ser lida e compreendida articuladamente aos demais investimentos contrários à exclusão política e social de sujeitos negros como ele e sua família. O "protesto sério" contra a exclusão das "crianças de cor" de determinados estabelecimentos de ensino, do qual falou o artigo de J. dos Santos no jornal *A Notícia* em 1906, mencionado linhas atrás, encontrou eco na vida de seu próprio autor. É importante salientar que Hemetério não apenas foi ouvido pelo Conselho Superior de Ensino, como também atendido. Isso demonstra tanto a força e legitimidade possuída pelo professor, quanto o fato de que nem todas as esferas de poder público eram completamente surdas aos apelos antirracistas.

Escolher não voltar atrás em relação à denúncia e às críticas pode ser entendido, também, enquanto um firme e decidido posicionamento político. Além disso, o menino "de cor preta" não era um menino qualquer, era filho de um "preto retinto" com certo prestígio e escuta

[186] Gazeta de Notícias, "Revive o caso Hemeterio", 07/08/1917, p.01.

junto àqueles que ocupavam altos cargos e postos dentro das esferas de poder da então capital republicana. A capital que se pretendia "civilizada" e não "primitiva", a "Paris dos Trópicos", era a mesma que convivia lado a lado com a persistente exclusão de homens e mulheres e crianças "de cor" dos mais variados espaços. Não estamos falando aqui de uma exclusão física ou geográfica, mas de uma exclusão social principalmente e que atingia a maioria esmagadora da população negra da capital. De acordo com Moura (1995, p.94):

> *"Bem cedo, muitos negrinhos eram expostos a uma autonomia precoce e injusta, chamados à necessidade de prover ou pelo menos de ajudar no sustento, no melhor das vezes achando uma oportunidade de se engajar como ajudantes das empresas artesanais, distantes das possibilidades da educação sistemática nas escolas, a vida os tornando escolados, mas os mantendo analfabetos".*

A "modernidade" que alcançava a passos largos a cidade capital, botando abaixo cortiços, não poderia jamais admitir a persistência desse passado incômodo, herdeiro direto da escravidão, que era a exclusão dos negros. Ao menos era este o recurso discursivo fartamente utilizado por muitos daqueles que, como nosso intelectual negro, esmeravam-se em conquistar espaço e respeitabilidade. Não estamos falando de ações milimetricamente arquitetadas nesse sentido, mas de estratégias, ações e reações ao cotidiano vivido por tais sujeitos, como por exemplo, a situação publicada pela *Gazeta de Notícias* em 26 de maio de 1907, em sua seção de esportes, página 03:

> *"A propósito da exclusão dos homens de cor, recebemos a seguinte carta:*
> *'Caro Sr. redator. – A Liga Metropolitana, por seu secretário Sr. Gomes, baixou uma circular excluindo da mesma Liga os homens de cor!*
> *Neste país, neste século e num centro como o Rio de Janeiro, fatos desses são irrisórios... Que procure a Liga gente que não a desabone é justíssimo , mas exclusivamente a cor do homem não deve a Liga julgar-lhe a qualidade. O Sr. Gomes não deve também ignorar que apesar da 'Lei áurea', que arrancou dos ferros malsinantes do cativeiro a raça de cor, ainda assim é ela o elemento de melhor prosperidade do nosso Brasil...*
> *Sou despeitado (?) nem por isso deixa de ser uma realidade o que vos exponho'."*[187]

Mas, as transformações vividas pela capital federal e a sociedade brasileira de modo geral, conforme discutido no primeiro capítulo, guardavam em si muitas permanências. Uma delas era a exclusão sistemática dos sujeitos negros por meio de mecanismos implícitos ou nem tão disfarçados assim. A "nova" política instaurada pelo regime republicano demandava uma complexa teia de relações de compadrio e amizade e, sobretudo, de boas relações com aqueles que ocupavam os cargos de poder. Portanto, era de fundamental importância tecer e manter bons contatos se a pretensão era a de ampliar as chances de ter atendidas as suas demandas. A despeito da existência de uma Constituição, conforme salienta o texto de *O Malho*, o seu cumprimento e efetivação concreta dependiam e muito de quem a estava mobilizando. Aqui temos também, contrariamente à perspectiva do não exercício da cidadania, o investimento público de um grupo de sujeitos (Hemetério e membros da Federação dos

[187] Gazeta de Notícias, 26/05/1907, Seção de esportes, página 03, autor desconhecido.

Homens de Cor) exatamente no sentido de exercer seus direitos de cidadão, acessando a educação formal conferida pelos espaços escolares.

Fez parte desse contexto político o constante investimento na "construção de boas relações". Neste movimento de construção de "boas relações" com os homens de poder da época republicana, encontramos diversos sujeitos apostando suas fichas. As estratégias passavam por diversos caminhos: telegramas de felicitações por eventos de importância, visitas às residências, organização de livros, publicação de artigos em jornais, solicitação de encontros e reuniões. Tanto Hemetério quanto outros homens de seu tempo que buscavam participar de modo mais atuante e decisivo nos assuntos da cidade, percorriam esse caminho. Tais ações, entendidas nesse contexto, significavam exatamente a apropriação dos códigos e regras de convivência e participação política naquele momento.

Enquanto homem republicano o professor Hemetério se utilizava dessas estratégias também por acreditar nelas, por entender ser este um dos caminhos possíveis no estabelecimento de redes de contato e apoio em suas causas pessoais e coletivas. São muitas as passagens encontradas nas páginas dos periódicos dando conta da participação em eventos sociais, encontros com presidentes e outros políticos influentes, cerimônias patrióticas nas escolas da capital, dentre outros eventos que estampavam as páginas dos periódicos da época, conforme as que transcrevemos a seguir:

- Jornal *A Imprensa*, página 02, 16 de novembro de 1911:

> *"Homenagem ao Marechal Hermes da Fonseca*
> *Comemorando a passagem do primeiro ano do governo do sr. Marechal Hermes, foi organizado um excelente retrospecto de sua administração, ao qual se deu o nome de s. excelência, formando um volume de quase duzentas páginas nas quais são encontrados os seguintes trabalhos:*
> *'Ruy Barbosa: - palavras de referência ao marechal Hermes, quando capitão; (...) Cruz Sobrinho: - Biografia do marechal Hermes; (...) Hemetério dos Santos: - O ensino; (...) Pinheiro Machado: - excerto de um discurso no senado." [grifos meus]*

- Jornal *A Imprensa*, página 05, 04 de setembro de 1910:

> *"Ecos do banquete do General Pinheiro Machado*
> *No dia do banquete que ao eminente chefe do partido Republicano foi oferecido, no Teatro Municipal, chegaram os seguintes telegramas:*
> *(...)*
> *Central 1. – Saudações: com o entusiasmo dos dias tormentosos, hoje, o no sempre, associo-me de coração às justas homenagens que, em culto externo de civismo, amigos e correligionários prestam a V.Exa. –Hemetério dos Santos. (...)".*

- Jornal *Gazeta de Notícias*, página 05, 21 de setembro de 1911:

> *"Festas íntimas*
> *Passou ontem a data natalícia do ilustre general Bento Ribeiro, prefeito do Distrito Federal.*
> *Por este motivo S. Ex. recebeu inúmeros cumprimentos e ofertas de seus numerosos admiradores.*
> *Desde cedo S. Ex. começou a receber manifestações de apreço de funcionários da prefeitura, normalistas, professores e de representantes dos exército, onde S. Ex. conta com grande número de amigos. (...)*

> *Em nome do funcionalismo falou o Sr. Dr. Raphael Pinheiro, bibliotecário da prefeitura, que pronunciou um belo discurso . terminando, ofereceu a S. Ex., em nome dos funcionários da prefeitura, um rico bronze, representando a gratidão, sobre uma linda coluna de finíssimo mármore.*
> *O Sr. prefeito agradeceu a saudação feita e a valiosa oferta do funcionalismo.*
> *Em seguida foi oferecida champanhe a todos os presentes.*
> *Momentos depois, chegava à residência do ilustre prefeito uma grande comissão de alunos do curso noturno da Escola Normal, que para ali se dirigira em 'bonds' especiais, acompanhada do professor Hemetério José dos Santos e uma banda de música da Força Policial.*
> *Falou em nome de suas colegas uma das alunas, que terminou oferecendo ao Sr. prefeito uma 'corbeile' de flores naturais.*
> *O Sr. prefeito agradeceu a saudação , oferecendo a todas as alunas uma taça de champanhe".*

- Jornal *Gazeta de Notícias*, página 03, 20 de novembro de 1911:

> *"A festa da bandeira*
> *Na prefeitura*
> *No palácio da prefeitura realizou-se ontem a mais imponente festa do corrente ano.*
> *O belo palácio do Campo de Sant' Anna apresentava um aspecto deslumbrante, caprichosamente ornamentado como flores naturais, festões, bandeiras e escudos, por entre os quais se amontoavam milhares de crianças alunas das nossas escolas, que, com patrióticos cantos, saudavam o pavilhão nacional, quando foi hasteado no grande mastro pelo Sr. presidente da república.*
> *Ao meio dia em ponto chegou ao palácio da prefeitura o Exmo. Sr. presidente da república, acompanhado de seus ajudantes de ordens.*
> *No salão principal, aguardavam a chegada de S. Ex. o Sr. General Bento Ribeiro, (...) professor Hemetério dos Santos (...)".*

- Jornal *A Imprensa*, 1ª página, 09 de novembro de 1900:

> *"Começamos hoje a publicar os telegramas, cartas e cartões, por meio dos que foi felicitado, no dia do seu aniversário natalício, o nosso eminente chefe conselheiro Ruy Barbosa.*
> *A Imprensa, que desvanecida, compartilha dessas sinceras e calorosas manifestações, expressa a todos os signatários o quinhão de profundo agradecimento que lhe toca. (...)*
> *Petrópolis, 5 – Dr. Ruy Barbosa, Rio. – Felicitações. – Alberto Torres. (...)*
> *Ilustríssimo Sr. Dr. Ruy Barbosa. – Meus bons cumprimentos. – De v. ex. admirador, att. Hemetério José dos Santos. (...)"*

- Jornal *A Imprensa*, página 02, s/d:

> *"Pessoas presentes*
> *Foi enorme o número de pessoas que foram ontem à residência do sr. marechal Hermes, à Guanabara, indagar do estado da preciosa saúde da distinta senhora.*
> *Os membros das casas civil e militar foram incansáveis no atender a tantas pessoas, entre as quais vimos as seguintes: (...) dr. Ramiz Galvão, professor Hemetério dos Santos (...)".*

- Jornal *A Época*, 1ª página, 03 de agosto de 1919:

> *"O Sr. presidente da república recebeu ontem, em audiência previamente marcada, os srs. Coronel Altino Nedor, Newton de Campos e o professor Hemetério dos Santos".*

Sobre as formas de participação política de muitos dos sujeitos negros, acrescentamos ainda as reflexões tecidas no artigo intitulado *Ascensão social, participação política e*

abolicionismo popular na segunda metade do século XIX[188]. Nele, a historiadora Andrea Marzano (2007, p. 372- 394) problematiza, a partir da trajetória de Francisco Correa Vasquez, as ações engendradas por ele e outros no intuito de alcançarem lugares de protagonismo nos concertos políticos de seu tempo. Ela propõe, assim, um alargamento das concepções de política e participação, "estendendo sua definição às atitudes e comportamentos afastados, à primeira vista, do terreno da política". (2007, p. 375). Podemos encarar essas investidas cotidianas do professor Hemetério neste terreno da construção de um "protagonismo político" e a tessitura dessas "boas relações" entendidas para além da simples definição de "clientelismo" que marca as compreensões de definições em torno da Primeira República. Não pretendo aqui negar que a política das "amizades", "compadrios" e dos "favores" teve bastante força nesse período, mas debater o peso que essas práticas tiveram dentro das mobilizações de sujeitos negros nos arranjos da política oficial.

Sobre a participação direta na política oficial, enquanto eleitores e candidatos, José Murilo de Carvalho (2000, p.85) faz alguns apontamentos importantes, entre eles o percentual de eleitores ativos, que em 1890 não passava de vinte por cento do total da população capital federal. Menor ainda, segundo Mattos (2012, p.100) era o percentual dos que se aventuravam a exercer seu voto aberto: em 1894 esse número girou em torno de 7.857, num universo de 110 mil eleitores em potencial. Estavam excluídos do voto os menores de vinte e um anos, mulheres, militares e analfabetos. Parte considerável do pequeno eleitorado do Rio de Janeiro era composta por funcionários públicos. Além das exclusões legais, havia ainda o que Carvalho chama de "auto exclusão", ou seja, a parcela dos eleitores em potencial que se omitia e não participava do processo. Como fatores para tal, o autor aponta tanto a fraude quanto os perigos que participar do processo eleitoral ensejavam:

> *"Desde o Império, as eleições na capital eram marcadas pela presença dos capoeiras, contratados pelos candidatos para garantir os resultados. A República combateu os capoeiras, mas o uso de capangas para influenciar o processo eleitoral só fez crescer."*[189]

Sem se opor à tese da baixa participação nos processos eleitorais oficiais, Mattos (2012, p.100) reforça, entretanto, que a politização nas ruas da cidade do Rio de Janeiro "foi parte integrante do contexto da primeira década republicana". E havia ainda os que, como o professor Hemetério e o advogado Evaristo de Moraes, buscassem meios de ampliar essa participação popular na política oficial por meio da escolarização e consequente direito ao voto. Em 22 de janeiro de 1890 o Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil publicava os expedientes do Ministério do Interior, dentre os quais encontramos o seguinte:

> *"Declarou-se:*
> *Ao diretor da Escola Politécnica que o Ministério do Interior, atendendo ao que requereram os professores Evaristo de Moraes, João Ribeiro e Hemetério dos*

[188] Este artigo integra a obra coletiva *Cultura Política e usos do passado: historiografia e ensino de história*, organizado por Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo.
[189] CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.* Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000, p.87.

> *Santos, resolveu permitir que funcione no edifício daquela escola um curso noturno gratuito para o ensino primário, destinado aos cidadãos analfabetos que desejarem votar nas próximas eleições".*[190] *[grifos meus]*

Este texto evidencia os investimentos em prol da ampliação de um eleitorado, oferecendo aos pobres da capital que o desejassem o acesso ao ensino de forma gratuita. Os "cidadãos analfabetos" poderiam, pois, através da aquisição de uma escolarização tornarem-se ativos no processo eleitoral da cidade. Outro aspecto revelado por este fragmento é o da articulação entre Hemetério e Evaristo de Moraes, conhecido advogado das causas operárias[191]. Esta aproximação rendeu tanto a permissão e instalação de outro curso noturno para ensino de adultos, em São Cristóvão, quanto à candidatura de Hemetério pela Chapa Operária nas eleições daquele ano. Sobre a instalação da escola noturna em São Cristóvão, o periódico *Diário de Notícias*, em 03 de maio de 1890, página 02:

> *"Hoje a noite inaugurar-se-á a escola noturna da Associação Humanitária de S. Cristóvão, à rua Bella de S. João, n. 42.*
> *Presidirá o ato o general Benjamin Constant, ministro da Instrução Pública e o Inspetor Geral da mesma.*
> *É orador oficial o professor Hemetério José dos Santos.*
> *A festa é pública e não há convite oficial".*

A Chapa Operária para as eleições daquele ano foi composta, conforme publicado no jornal *Gazeta da Tarde* em 09 de setembro de 1890, por Hemetério, Alfredo Alberto Leal da Cunha, Angelo Maigre Restier, Luiz da França e Silva, José Augusto Vinhaes. Entretanto, não fora desta vez que os candidatos representantes dos operários conseguiram ocupar lugares na política oficial da cidade. Em agosto do mesmo ano *A Gazeta de Notícias* informa sobre a reunião de operários na Primeira Escola Pública de São Cristóvão, onde estiveram também presentes nosso professor e França e Silva. De acordo com o periódico, houve um "prolongado debate" entre estes. Os líderes operários estavam bastante mobilizados em interferir nos rumos da política oficial e desse movimento também fazia parte o nosso intelectual negro. Toda essa mobilização é explicitada nas páginas do jornal *O Tempo*, em 19 de outubro de 1892 através de o texto a seguir, assinado por operários:

> *"Eleição municipal*
> *Às classes operária e proletária*
> *No momento em que se preparam todos os grupos políticos para disputarem os cargos de intendentes municipais, nós, os operários independentes, que não temos ligações nem compromissos senão os da consciência e de honra – julgamos que é momento azado de interferirmos no pleito, que é incontestavelmente a primeira manifestação do voto popular depois da proclamação da República.*
> *Na presente eleição vão-se debater todos os princípios mais vitais do município, e é de supor que o eleitorado compenetrando-se do seu direito – que é também um dever – o do voto - não se abstenha como nas últimas*

[190] Tal publicação oficial se encontra arquivada junto a outras tantas no acervo eletrônico *JusBrasil*, que pode ser consultado no endereço: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>. É possível consultar os Diários Oficiais da União, estados e municípios de diferentes períodos da história. Agradeço ao amigo Eric Brasil Nepomuceno pela indicação de tal acervo.

[191] Evaristo de Moraes (1871-1939) foi além de advogado, jornalista e professor. Ao longo da Primeira República atuou como advogado junto a diversos sindicatos e partido operários e socialistas. Para maiores informações, vide: <http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/index.php?option=com_content&view=article&id=126&Itemid=90>. Acesso em: 20 jul. 2015.

> *eleições e faça sua escolha livre e soberanamente, colocando à frente da municipalidade homens capazes de fazer mudar a triste ideia de terem sido as passadas câmaras municipais, simulacros de parlamentos ociosos, que deixaram esta cidade entregue à fome e à peste, pouco diferindo do que foi nos tempos coloniais.*
> *Cônscios das necessidades mais urgentes desse município, e especialmente das classes operária e proletária, resolvemos, em reunião política realizada ultimamente, apresentar à consideração dos nossos companheiros as candidaturas dos seguintes cidadãos, que todos exprimem o trabalho, a inteireza de caráter e as aptidões especiais que tanto os honram como aos eleitores que se sufragam:*
> *Arthur Bernardino da Silveira, operário*
> *Manoel de Magalhães Viegas, operário*
> *Hemetério José dos Santos, professor*
> *Gaspar Ferreira de Souza, operário*
> *José Simeão Bastos Lopes, industrial*
> *Antonio Lustosa Pereira Braga, engenheiro*
> *Júlio César de Oliveira, negociante*
> *Bernardo Pedro Monteiro de Souza, industrial*
> *Para que não haja confusão e não se aproveitem dela os falazes amigos dos operários, sempre prontos a iludir suas pretensões, declaramos que esta chapa é de terço, sendo a votação uninominal, segundo as simpatias de cada eleitor".*[192] *[grifos meus]*

A parceria entre os candidatos operários e o professor aparentemente não seguiu em frente, ao menos é que o que indicam os caminhos trilhados por este em termos de candidaturas políticas. Talvez a nomeação como professor efetivo do Colégio Militar, em 1892, tenha sido preponderante na mudança de rumos em suas opções político-partidárias. Ou as querelas e "debates acalorados" tenham sido incisivas para o provável afastamento. Não temos elementos para concluir qual ou quais as motivações a afastarem o professor do operariado, mas podemos, sim, afirmar que ele segue novos rumos. De acordo com *O Paiz,* em 08 de maio de 1896, p.02:

> *"O Partido Republicano Nacional elegeu seu diretório distrital na paróquia de S. Cristóvão, que ficou composto dos seguintes cidadãos: presidente, coronel Dr. Francisco de Siqueira Queiroz; vice presidente, capitão José de França Ferreira Neto; secretário, Agenor de Noronha Santos; tesoureiro, Gastão Duarte Pereira da Silva; consultor, major Hemetério José dos Santos".*

A campanha eleitoral para Intendente Municipal de 1892 aparece a todo o momento nas páginas de alguns dos periódicos da capital republicana, cada grupo promovendo seus candidatos das mais variadas formas: apelos dos próprios candidatos ao "patriotismo" e "amor à cidade", oposições veementes aos outros candidatos, abaixo-assinados. Os discursos se mostravam muito enfáticos ao enaltecerem ou depreciarem os candidatos, ressaltando suas virtudes ou defeitos, além de apelarem mesmo para o eleitorado não se furte a participar do processo político. O jornal *O Tempo* publica, em 21 de outubro de 1892,p.03, um abaixo-assinado de autoria de professores dos mais variados estabelecimentos de ensino, apoiando a candidatura de Hemetério a uma das seis vagas no posto de Intendente Municipal. De acordo como seus colegas de profissão:

[192] O Tempo, "Eleição Municipal", 19/10/182, p.02.

> *"O moço que ora apresentamos é bastante conhecido pelo muito que tem lutado em prol da instrução popular; é de esperar que, sendo eleito, as questões de ensino tomarão a face digna de um povo democrata, pois, o nome do nosso candidato é, por si só, um programa".*

A lei N. 85 de 20 de setembro de 1892[193] que estabelece a organização municipal do Distrito Federal define, dentre outras tantas deliberações, a composição e as competências do poder legislativo municipal. O Conselho Municipal, com funções deliberativas, seria composto pelos intendentes eleitos por meio do voto e de acordo com a quantidade de distritos. Em relação ao processo eleitoral, a lei define normas que vão desde os locais de votação, seções nas freguesias; mínimo e máximo de eleitores por seção; formas de recrutamento de mesários; duração da votação, entre 10 horas e 19 horas, além do tempo necessário para apuração dos votos e confecção da ata – que não seriam interrompidos, podendo prolongar-se até a conclusão dos trabalhos. O processo eleitoral de 1892, primeiro desde a proclamação do regime republicano, permitiria, além da eleição dos 21 intendentes, que os seis cidadãos mais votados em todos os distritos fossem também membros do conselho municipal. Com duração de três anos, o conselho teria suas sessões públicas e só poderiam funcionar com a presença de mais da metade dos seus membros. Tais sessões se dariam duas vezes por ano, exceto por convocação extraordinária do prefeito ou de seu presidente, não excedendo o período de sessenta dias em reuniões e tinham por finalidade máxima "deliberar sobre os negócios municipais". A lei adverte a proibição de tomarem assento no conselho municipal os parentes e sócios de mesma firma.

As incumbências do conselho são definidas através do artigo 15 e de seus 37 parágrafos e do artigo 16: organização e fiscalização do orçamento municipal; regular a administração dos bens móveis e imóveis do município; determinar desapropriações; estabelecer e regular os serviços de assistência pública; estabelecer e regular a instrução, primária, profissional e artística; regular o serviço de higiene municipal; regular serviço de abastecimento de água à população; desenvolver a indústria no município; organizar estatísticas demográficas, escolares e higiênicas dentre outros. Para a dedicação a tantas funções os intendentes seriam, pois, recompensados com o vencimento de seis contos de réis anuais ou oito no caso do presidente. Assim, ser intendente significava um bom incremento na renda daqueles fossem eleitos para tal cargo.

A percepção de tais valores significaria ao professor Hemetério e família a ampliação de sua renda que era composta basicamente do que recebiam enquanto professores. Poderia significar, também, uma forma de manter as contas em dia em meio à situação de não recebimento de pagamento como a que encontramos no Diário Oficial da União em novembro e dezembro de 1893. Em 29 de dezembro de tal ano o Diário publica a solicitação do professor para que receba o valor de 218$278 réis, referentes ao exercício do magistério no Colégio

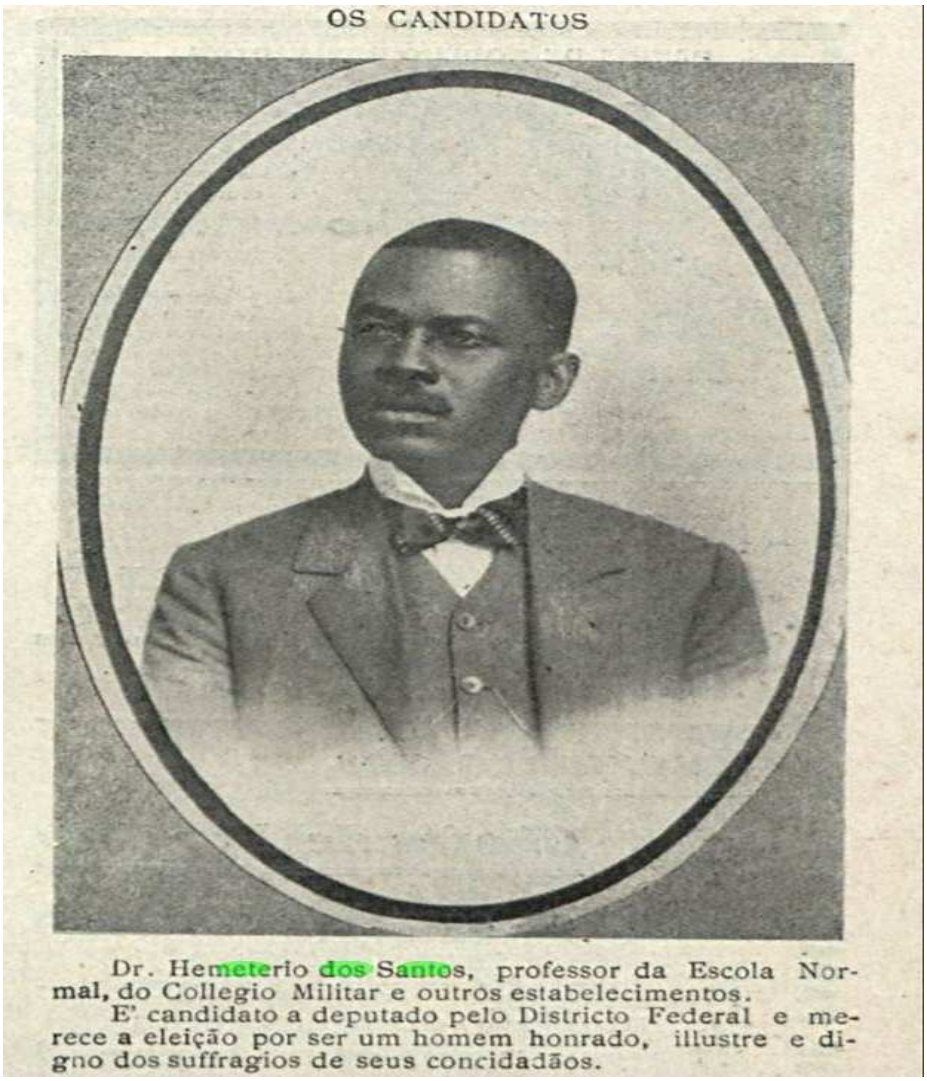
[193] Material disponível na Biblioteca Digital do Senado Brasileiro, seção de Obras Raras, que pode ser acessada no seguinte endereço: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4>. Acesso em: 24 out. 2014.

Militar nas cadeiras de história e geografia, entre 03 e 31 de dezembro. No mês anterior o Diário publica a "solicitação de providências ao ministro da Fazenda", a fim de que o Tesouro Federal pagasse a mesma quantia citada acima ao professor visto que o mesmo "teve direito, mas não recebeu".

Além das vantagens econômicas que o cargo de intendente poderia oferecer havia também a possibilidade de construir as "boas relações" a que nos referimos linhas atrás, ampliando as redes sociais e construindo alianças políticas. Estar nesse lugar poderia significar a concretização de projetos, reformas, transformações, manutenções, interferências nos negócios da política republicana. Ou seja, definitivamente ocupar esse cargo era ocupar um lugar de poder. Algo que o professor Hemetério não conseguiu alcançar, mas que não o fez desistir e mesmo de se fazer presente e atuante nos espaços da política oficial. Nas pesquisas realizadas no acervo de periódicos da Biblioteca Nacional encontramos ocorrências evidenciando sua atuação como mesário em processos eleitorais, na chamada "Quinta Seção", entre os anos de 1908 e 1915. Estar neste lugar também tinha certo peso, pois se voltarmos à lei de 1892 veremos, entre dos artigos 60 e 80, que a função implicava muito trabalho e responsabilidade – o que poderia contribuir para a construção de prestígio junto às autoridades e líderes políticos.

Em 1912, porém, nosso professor se lança em voos mais altos e se candidata ao cargo de deputado federal. Encontramos na revista ilustrada *O Malho* uma foto e legenda com a propaganda da candidatura de Hemetério, ressaltando suas qualidades de "homem honrado, ilustre e digno"[194]:

[194] *O Malho*, 13/01/1912, p. 14.


OS CANDIDATOS

Dr. Hemeterio dos Santos, professor da Escola Normal, do Collegio Militar e outros estabelecimentos.
E' candidato a deputado pelo Districto Federal e merece a eleição por ser um homem honrado, illustre e digno dos suffragios de seus concidadãos.

Figura IV.7: Revista O Malho, 13/01/1912, p. 14.

Já o jornal *O Paiz* publica, nos dias 19 e 22 de janeiro do mesmo ano, referências à sua candidatura pelo 2º distrito. No mesmo jornal, página 08, em 29 de janeiro e véspera das eleições, publica-se uma nota de apoio ao mesmo:

> *"Tendo os abaixo assinados e os seus amigos encontrado da parte dos chefes políticos paroquiais e dos seus companheiros, bem como dos eleitores independentes, o mais franco e carinhoso apoio à candidatura do Sr. Hemetério dos Santos, vêm de público agradecer o significativo acolhimento dado ao honrado e ilustre professor, glória da sua pátria e penhor seguro dos seus numerosos discípulos.*
> *Os abaixo assinados esperam que todos continuem a envidar esforços para que a eleição de amanhã corra franca, ordeira e plena de honestidade, como o requer a cultura desta grande capital, vencendo quem, de verdade, tenha os votos espontâneos do eleitorado.*
> *Este procedimento está na altura do caráter e da honra de todos os atuais mesários das diversas seções eleitorais do 2º distrito, em cujas mãos, confiantes, depositamos a nossa causa: - a eleição do ilustrado e digno professor – Hemetério José dos Santos.*
> *Rio, 29 de janeiro de 1912.*
> *A comissão*
> *Professor L. Mendes de Aguiar, Venerando da Graça e Nicolau Teixeira". [grifos meus]*

As prevenções quanto ao caráter “ordeiro” que deveria imperar nas eleições que ocorreriam no dia seguinte dão uma mostra de que de fato ir às urnas era um movimento envolvido em muita tensão, disputas e conflitos – conforme salientou Carvalho (2000). No dia seguinte ao abaixo assinado, o periódico *A Imprensa* publica em sua primeira página matéria sobre o evento político, sob o título “Realizam-se hoje em todo Brasil, as eleições para senadores e deputados” o texto evidencia toda a movimentação e a atmosfera de tensão que pairava naquele dia, decretado feriado e de fechamento das repartições públicas. Informa também sobre o “policiamento extraordinário” mobilizado a fim de “manter a ordem nos locais onde forem instaladas as mesas apuradoras”: 708 praças da Brigada Policial, 80 agentes do Corpo de Segurança Pública para policiamento nas seções e 200 homens da Guarda Civil. Toda esta força policial seria distribuída entre os pontos centrais e mais distantes da cidade. Os candidatos a deputado, alguns pelo Partido Republicano Conservador e outros com candidaturas avulsas, como Hemetério, teriam um dia bastante turbulento de muita expectativa - tanto em relação ao resultado quanto aos eleitores que arriscariam a participar do pleito.

O dia seguinte, 31 de janeiro de 1912, trazia boas notícias para uns e nem tão boas para outros no que tange às eleições. Excelentes para Alcindo Guanabara, proprietário do periódico *A Imprensa*, eleito senador com um total de 6.438 conforme informa o próprio jornal em tabela publicada em sua 2ª página. É possível também visualizar o quão tumultuado fora o processo: pretorias inteiras ou parte de suas seções sem a realização das votações por dificuldades em organizar as mesas ou mesmo por conta de “desordeiros” que tentavam interferir nos resultados:

> *“Os abaixo assinados, presidente e secretário da mesa eleitoral da 4ª seção, da 1ª pretoria, declaram que, no momento de ser começada a eleição de hoje, procedida no edifício do Corpo de Bombeiros, à rua do Mercado n. 46, local designado para tal fim, um grupo de desordeiros assaltou a referida seção, tentando arrebentar ou arrebatar a urna, livros, cédulas e mais papeis concernentes à eleição, ocasionando pânico e tumulto, pelo que foram os abaixo assinados, obrigados a recolher a urna, entregando esta à guarda do sargento comandante do Corpo de Bombeiros, onde funcionava a seção. E porque nenhum resultado tenha sido verificado, nem mais possa ser feito, pelo desaparecimento dos demais mesários antes de ser lavrada a ata respectiva, nada foi e nem pode ser apurado, sendo falso qualquer resultado que sobre isso apareça. (...) Capitão Antonio Pereira Vallada”.*

Sem se conformar com a derrota e seus 240 votos, Hemetério recorre do resultado junto às instâncias competentes. Em meio a todo redemoinho que caracterizou a processo eleitoral de 30 de janeiro, havia espaço para ele e outros candidatos insatisfeitos com os resultados tentarem, ao menos, a reversão do quadro. Bem distante de uma postura resignada ou subordinada a algum “cacique” político, o professor aposta suas fichas na possibilidade de anulação dos resultados obtidos. Informam a respeito de tal investida tanto o jornal de São Paulo *Correio Paulistano* em 23 de abril de 1912, página 03, quanto o próprio *Diário Oficial da União* da mesma época. Ambos informam aos (e) leitores que Hemetério solicitou a anulação

dos diplomas conferidos aos candidatos do 2º distrito, pedido negado pela Terceira Comissão de Inquérito. Composta pelos cidadãos Lourenço Sá, Coelho Neto, Augusto Leopoldo, Celso Bayma e Anthero Botelho, a comissão julgou tal protesto "inoportuno" de acordo com a regulamentação vigente. Além de "inoportuno", não considerado e nem concretizado foi o requerimento do professor. Estava feito e os eleitos se prepariam para tomar posse em seus assentos nas galerias políticas da Câmara dos deputados e senado do Distrito Federal.

A despeito de toda turbulência, fraudes e exclusões no que tange aos espaços da política oficial, nossos olhares não podem perder de vista o peso e importância dos investimentos desses homens negros tentando interferir nessa ordem, formada por homens brancos e de elite, e conquistar espaços de participação. Sendo sujeitos, "cidadãos ativos" e os legítimos representantes da classe trabalhadora e negra. Retomando as considerações de Hebe Mattos sobre a política republicana, fecho este capítulo reforçando as considerações sobre o exercício político para além dos muros oficiais, pois:

> *"Com ou sem direito ao voto, os cidadãos brasileiros faziam política e se constituíram como atores políticos na Primeira República, em articulação com as elites oligárquicas, às vezes as combatendo, outras lhes dando sustentação. Padre Cícero fazia política mobilizando eleitores e não eleitores no Nordeste; Eduardo das Neves fazia política fazendo música; Monteiro Lopes fazia política no Parlamento e no cemitério à beira do túmulo de Patrocínio, comemorando a Abolição; Matilde [preta liberta] fazia política ao se aproveitar das rixas entre mandões locais. (...)*
> *A consolidação de uma cidadania restritiva e autoritária, em uma sociedade agrária e desigual, não impediu, entretanto, a presença de lutas por sua ampliação."*[195]

A agência politica no contexto republicano se fazia, pois, nas ruas, no Parlamento, nos gabinetes oficiais, nos espaços escolares, nas páginas dos jornais. Por todos os sujeitos aludidos por Hebe Mattos, também pelo professor Hemetério na constituição na família Hemetério dos Santos, iniciada a partir dele e da professora Rufina; através de sua prática docente e da defesa dos ideais educacionais que carregava. Através das parcerias com José do Patrocínio, Monteiro Lopes e Manuel Bomfim, endossando uma postura antirracista, afirmando positivamente, através de seus textos, a importância dos negros nos processos civilizatórios do Brasil e do mundo.

[195] MATTOS, Hebe. Op.cit., 2012, p.128-129.

Conclusões

Chegamos ao fim dessa caminhada pela trajetória do professor Hemetério e das questões raciais de seu tempo e precisamos tecer algumas considerações que deem conta de articular todo o debate construído ao longo dos quatro capítulos deste trabalho. O fio condutor de nossas reflexões foi o caminhar desse homem negro em meio às muitas transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, então capital republicana. Seus passos também nos permitiram discutir o quanto essas transformações não excluíam algumas permanências, além de nos atentarmos ao fato de que as mudanças históricas nem sempre caminham de mãos dadas com a equidade e a justiça. Os passos apressados do homem de sobrecasaca e de charuto, que se dividiam entre as aulas do Colégio Militar e as das Escolas Normais (Oficial e Livre), com um tempinho dedicado para a escrita de manuais pedagógicos e de artigos endereçados aos periódicos da cidade, nos permitiram problematizar as relações entre estruturas sociais e agências individuais e coletivas.

O término legal do sistema escravista e a consequente eliminação de barreiras jurídicas ao exercício da cidadania por aqueles que estiveram excluídos ao longo dos três séculos de escravização teve um grande impacto na sociedade brasileira, desestabilizando não apenas as economias de senhores escravistas como as próprias relações senhoriais. Escravos não mais havia e nem tampouco deveria haver senhores, “sinhôs” e “sinhás”. A lei foi muito clara e direta em seus dois únicos artigos. Não deveria existir espaço para qualquer sombra de dúvida quanto aos direitos de liberdade e de igualdade adquiridos pelos homens e mulheres libertos ao treze de maio de 1888.

Entretanto, as relações sociais se constroem muito além dos dispositivos legais e das determinações oficiais, incluindo aí as disputas materiais e simbólicas em prol de manutenções e/ou transformações. Por isso, é tão importante pensar nos modos pelos quais se construíram as relações raciais nas décadas iniciais do pós-abolição. Barreiras concretas e explícitas ao exercício da cidadania, como a proibição de voto aos analfabetos e as dificuldades em acessar a educação formal oferecida por um incipiente sistema de ensino público, atingiram em cheio as populações negras do período. Juntem-se a esse panorama as condições precárias de moradia a que estavam submetidas essas populações na capital republicana, expulsas de algumas regiões para cederem lugar ao avassalador movimento das transformações materializadas através das reformas urbanas. O “banho de modernidade” que a cidade do Rio de Janeiro vivenciou em suas primeiras décadas republicanas incluiu ideais de “progresso”, de “novo” e de superação do “atraso”. Paralelamente a esses valores caminhavam a desigualdade e a exclusão.

As relações sociais a partir da abolição não mais deveriam estar assentadas nas figuras de “senhores” e “escravizados”, mas em relações de igualdade, de direitos e deveres entre

cidadãos e o Estado. Contudo, as hierarquias sociais com base nos pertencimentos étnico-raciais não se desfizeram com a abolição. Ao contrário, foram reatualizadas e ressignificadas cotidianamente nas vidas de sujeitos negros e não-negros, por meio de práticas que situavam e ratificavam na subalternidade o lugar daqueles. Os sentidos sociais de ser “negro” e “preto” veiculados pelos periódicos da capital têm um peso importante na configuração desse cenário. Igualmente importantes são os investimentos de Hemetério na contramão das imagens pejorativas, risíveis e racistas estampadas em textos escritos e imagéticos, publicados por revistas satíricas como a *Careta*. Sua estratégia antirracista não era a do silenciamento da cor, mas ao contrário, a da positivação dos aspectos fenotípicos assim como da importância crucial dos africanos e de seus descendentes na construção do Brasil.

Negando para afirmar, nosso professor fazia contínuas referências às boas qualidades dos negros, lançando mão de conhecimentos históricos, apelando a um passado de grandes feitos e de “épicas varonilidades” negras. Se as teorias raciais localizavam no pertencimento étnico-racial negro a origem dos males e das desigualdades, “homens das letras“ como Hemetério e Bomfim seguiam em sentido oposto, reafirmando o peso dos aspectos históricos na construção e consolidação das hierarquias sociais. Nosso professor salientava, inclusive, que as populações negras haviam sido extremamente exploradas ao longo da história da humanidade e que “era chegada a hora do pagamento”.

As discussões e embates travados entre Hemetério, Veríssimo e Guanabara por meio das páginas dos jornais e dos livros publicados não eram meras querelas ou “debates surdos” em que esses homens simplesmente expunham grande bagagem de conhecimentos e extremada erudição. Esta até pode ser uma das chaves de leitura e de interpretação, porém não é a única e nem a opção escolhida neste trabalho. Ao contrário, penso que esse potencial criador da palavra escrita é um caminho para entendermos os investimentos de tais sujeitos numa cultura letrada e engajada. Isto é, o investimento na difusão de suas ideias e posicionamentos políticos se configurava enquanto estratégia na arena social. A imprensa, conforme discutimos ao longo do trabalho, não se limita a “representar” o mundo social, mas faz parte dele e o constrói. Se o racismo do tempo do professor Hemetério exposto nas páginas dos periódicos era um retrato do mundo social, a construção e a contínua legitimação das hierarquias com base no pertencimento étnico-racial também eram gestadas por essa imprensa.

O outro lado também se fazia como caminho possível: construir novos olhares e entendimentos sobre o negro, no Brasil e no mundo, por meio desses veículos impressos. “Em defesa de uma raça” Hemetério dos Santos, é um dos expoentes dessa mobilização negra por meio da imprensa carioca dos primeiros anos pós-abolição. Esse espaço dos periódicos pode também ser entendido como o da intervenção pedagógica, pois conforme Torres (2012, p.19), a educação não se restringe às práticas escolares e tampouco se limita às salas de aula. O

professor que ministrava suas aulas na Escola Normal e no Colégio Militar também estava intervindo pedagogicamente, por meio das páginas dos periódicos, na maneira como estavam construídas as percepções sobre os negros e as relações raciais na sociedade brasileira. Mesmo que não nos seja possível ter a dimensão do alcance dessa intervenção, podemos sim entendê-la como uma importante forma de mobilização política.

Os passos do professor nos levam também a pensar sobre os movimentos individuais e familiares na construção de capitais simbólicos e materiais e nos investimentos para a constituição de uma vida distante dos estereótipos e das duras condições materiais de sobrevivência. Através do magistério a família Hemetério dos Santos conquistou para si um lugar de respeito, legitimidade e de condições materiais de vida consideravelmente mais confortáveis que grande parte da população negra do período. Também por meio de seu fazer pedagógico atuaram na formação de outros educadores e de muitas crianças que, a despeito da incipiente malha escolar republicana, conseguiam assento nas escolas primárias. A família de educadores negros, formada sob a perspectiva antirracista do professor Hemetério, era potencialmente capaz de transmitir aos seus alunos outras perspectivas e outras histórias sobre o povo negro.

A existência de famílias negras como a do professor Hemetério é elemento importante para discutirmos os modos pelos quais os sujeitos negros conseguiram em certa medida escapar das hierarquias raciais que se materializavam nas trajetórias das populações negras mesmo após a abolição da escravidão. Permite-nos também discutir a importância da questão racial nas relações sociais, visto que a despeito de toda erudição e/ou posição social de certo prestígio alcançadas por alguns sujeitos e grupos, como os Hemetério dos Santos e os Monteiro Lopes, estes continuaram a experimentar o peso das visões estereotipadas sobre seu pertencimento étnico-racial.

Por fim, precisamos considerar que os diferentes sujeitos e grupos sociais, bem como as múltiplas vozes que enunciam, estiveram em disputa no que tange aos lugares ocupados pelos negros na “sociedade da liberdade”. Não estamos, pois, tratando de um “problema do negro” como alguns já defenderam. Ao contrário, ao pensarmos as relações raciais no tempo do professor Hemetério, precisamos não perder a dimensão de que estavam em jogo disputas simbólicas e materiais num momento em que os lugares sociais dos brancos e negros já não estavam mais tão demarcados assim. E era nesse “lugar da incerteza” em que atuavam intelectuais como Alcindo Guanabara, Manoel Bomfim, José Veríssimo e o próprio Hemetério.

Referências Bibliográficas

ABREU, Martha. *O "crioulo Dudu": participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920)*. Topoi, v. 11, n. 20, jan.-jun. 2010, p. 92-113. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi20/topoi20_07artigo7.pdf>.

ACCÁCIO, Liete Oliveira. *Formando o professor primário: a Escola Normal e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_055.html>. Acesso em: 08 jul. 2015.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Quando eu era vivo.* Rio de Janeiro: Leite & Maurillo, 1942.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação.* São Paulo. Cia das Letras, 2009.

ALMEIDA, Silvia Capanema e SILVA, Rogério Sousa. Do (in) visível ao risível: o negro e a "raça nacional" na criação caricatural da Primeira República. *Estudos Históricos,* vol. 26, nº 52. Rio de Janeiro: CPDOC, julho-dezembro de 2013, p. 316-345.

ALVES, Rosana Llopis. *José Veríssimo Dias de Mattos: Um crítico na direção do Gymnasio Nacional (1892-1898).* Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/alvesd2006.pdf>.

ARANTES, Erika Bastos. *Negros do porto – Trabalho, cultura e repressão policial no Rio de Janeiro, 1900-1910.* In: AZEVEDO, Elciene *et al*. *Trabalhadores da cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BARRETO, Lima. *Marginália. Contos e Crônicas*. (publicado em 1953) Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000154.pdf>

_____. *Vida urbana. Crônicas*. (publicado em 1953) Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000161.pdf>

BASTIDE, Roger. *Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*/ Roger Bastide, Florestan Fernandes. – 4. Ed. rev. – São Paulo: Global, 2008. Pág. 190-223.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. *Revista da Associação dos Pesquisadores Negros (ABPN)*, V.6, n.13, março-junho de 2014. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/novo/index.php/site/noticias/106-lancamento-revista-da-abpn-vol-6-no-13-2014-dossie-branquitude>.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina, males de origem.* 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; GIORGI, Maria Cristina. Discurso, propaganda e estereótipos raciais: uma questão de segurança. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía (Orgs.). *Relações Étnico-Raciais e Diversidade.* Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2014, p.165-178.

BOURDIEU, P. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; FIGUEIREDO, Janaina P. A. *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de janeiro: FGV, 2006.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história. Novas perspectivas.* São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 07-38.

BRASIL, Eric. *Carnavais da abolição: diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888).* Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011. Disponível em: <http://emancipacoeseposabolicao.files.wordpress.com/2014/02/pronex-carnavais-da-abolic3a7c3a3o-eric-brasil-nepomuceno.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

_____. *Áfricas, macacos e flores: os carnavais cariocas e o ensino de história e culturas afro-brasileiras. No prelo.*

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHALLHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle epoque.* 2ª edição – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas; SCOTT, Rebeca. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORTES, Giovana. *Brancas de almas negras?: beleza, racialização e* cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890- 1930) Campinas, SP: [s.n.], 2012.

DANTAS, Carolina Vianna. *O Brasil Café com Leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903-1914.* Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

_____. O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. *Revista Tempo*, v. 13, nº 26. Niterói: UFF, janeiro de 2009, p. 56-79.

_____. Manoel da Motta Monteiro Lopes, um deputado negro na I República. *Programa Nacional de Apoio à Pesquisa FBN/Minc*, 2008.

DRESCHER, Seymour. *Abolição – uma história da escravidão e do antiescravismo.* São Paulo: UNESP, 2011.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo.* Rio de Janeiro, Brasília, Senado Federal: Conselho Editorial, 2003.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos.* – 2.ed.revista – São Paulo: Global, 2007.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.5, n.10, pp. 197-207. Originalmente sua Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Mimeo. Disponível em: <www.anpuh.org>.

FIGUEIREDO, A. Joaquim; FONTES, Arivaldo Silveira. *Breve introdução à História dos Colégios Militares no Brasil.* Rio de Janeiro: 1958.

FONER, Eric. *Nada além da liberdade*: a emancipação e seu legado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *A educação escolar brasileira republicana: o olhar de José Veríssimo Dias de Mattos.* Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Maria%20do%20Perpetuo%20Socorro%20Gomes%20de%20Souza%20Avelino%20de%20Franca%20-.pdf>.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). *Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____.; CUNHA, Olívia Maria Gomes da (Org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. 1ª edição - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim.* Coleção Educadores, Ministério da Educação e Cultura (MEC), 2010. Disponível em: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2012/05/manoel-bomfim.pdf>.

GRIECO, Agripino. *Memórias*. Vol. 2. Rio de Janeiro: 1972.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. *Racismo e antirracismo no Brasil. Editora 34.São Paulo: 2009.*

_____. *Preconceito racial: modos, temas e tempos*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950*. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n29_30_p247.pdf>.

_____. *Intelectuais negros e modernidade no Brasil.* Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Intelectuais%20negros%20e%20modernidade%20no%20Brasil.pdf>.

HANNER, June E. A Escola Normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. *Revista Gênero*, Niterói, 2010, p.313-332. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/29>.

KOZLOWSKY, Cristiane. *O Ensino de História na Escola Normal de Niterói nos anos iniciais da Primeira República: as alunas e a História Pátria* (monografia). Niterói, 2014.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história. Novas perspectivas.* São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 135-164.

_____. Usos da biografia. In*:* AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). *Usos e abusos da História Oral.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.* São Paulo: Selo Negro, 2004.

LUGÃO, Ana Rios e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativeiro* – família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MACIEL, Laura Antunes. Cultura letrada, intelectuais e memórias populares. In: ENGEL, Magali; CORRÊA, Maria Letícia; SANTOS, Ricardo Augusto dos (Orgs.). *Os intelectuais e a cidade*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

_____. O popular na imprensa: linguagens e memórias. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão.* ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Laura%20Antunes%20Maciel.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2014.

MARZANO, Andrea. Ascensão social, participação política e abolicionismo popular na segunda metade do século XIX. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 373-394.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista*. 3 ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

_____. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010 - A abertura para o mundo (1889-1930).* Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85-132.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. Disponível em: <http://www.saberglobal.com.br/deondeabaianavem/download/TiaCiata_e_a_Pequena_%C3%81frica_no_Rio.pdf>.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *A cor da escola – imagens da Primeira República*, p.92. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008.

_____. Pretidão de amor. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org). *Cor e magistério*. Niterói: EDUFF, 2006, p. 144-156.

_____. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*, 1998. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/111_maria_lucia_r.pdf>.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. *As aparências enganam?: fotografia e pesquisa.* Petrópolis, RJ: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Do convés ao porto: a experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*, 2002.

PAULA, Rogéria Costa. Construindo consciência das masculinidades negras em contexto de letramento escolar: uma pesquisa-ação. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (Org.) *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

PESSANHA, Eurize Caldas; BRITO, Sílvia Helena Andrade. *Ensino Secundário ou Educação Secundária? – Controvérsias e singularidades na escrita de sua história, 2014*. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/750>.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seus usos numa pesquisa historiográfica*. Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195, novembro/ 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114>.

PORTUGAL, Francisco Teixeira. Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim*. Revista de Psicologia da UERJ*, 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/html/v10n2a18.html>.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2003.

RODRIGUES, Tadeu Luis Maciel. *Hemetério José dos Santos: educador, homem das letras e sua obra*, 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/08-%20IMPRESSOS-%20INTELECTUAIS%20E%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/HEMETERIO%20JOSE%20DOS%20SANTOS-%20EDUCADOR%20HOMEM%20DE%20LETRAS.pdf>.

SANTOS, Hemeterio José dos. *Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 3ª edição, 1913.

_____. *Carta aos Maranhenses*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1906.

_____. *Da construção vernácula*. Rio de Janeiro: Renancença, s/d.

SCHUELLER. *Escolas de verdade para a República do Brazil: os grupos escolares na capital federal*, 2008. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1214941163_ARQUIVO_TextoEscolasdeverdadeparaacapitalfederal_Schueler_formatado.pdf>.

SCHUELLER, RIZZINI; MARQUES. Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906). *Hist. Educ.* [Online] Porto Alegre v. 19 n. 46 Maio/ago., 2015, p. 145-165.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Luara dos Santos. *Cortiços, Quiosques E Trabalho: Mapeando moradias, sociabilidades e ofícios exercidos por homens e mulheres de cor na cidade do Rio de Janeiro da Primeira República",* 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TIGRE, Bastos. *Instantâneos do Rio antigo*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Cecult; São Paulo: Fapesp, 2003. Coleção Letras em série.

TORRES, Rosane dos Santos. *Filhos da Pátria, Homens do Progresso: o Conselho Municipal e a instrução na Capital Federal (1892-1902)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na "belle époque" carioca. Rio de Janeiro*: FUNARTE/ Instituto Nacional do Folclore, 1988.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

Anexo I
Lista de fontes e acervos consultados

Leis, decretos e demais publicações oficiais

Decreto número 667, de 16 de agosto de 1890

Decreto N. 982, de 08 de novembro de 1890

Decreto de número 1.075, de 22 de novembro de 1890

Código de Posturas de 1892

Lei N. 85 de 20 de setembro de 1892

Decreto N. 1.194, de 28 de dezembro de 1892

Decreto N.44, 1893

Diário Oficial da União, 04/08/1894, seção *Diretoria de Instrucção*, páginas 05 e 06.

Diário Oficial da União (DOU), entre 1889 e 1920.

Ordens do Dia (Colégio Militar do Rio de Janeiro, 1889-1895).

Periódicos

A Época

A Escola

A Federação

A Imprensa

A Lanterna

A Noite

A Notícia

A Pacotilha

A Rua

A Voz do Trabalhador

Almanack Administrativo, Comercial e Industrial

Almanaque Garnier

Careta

Cidade do Rio

Correio da Manhã

Cruzeiro

Diário de Notícias

Diário do Brazil

Diário do Rio

Diário do Maranhão

Fon-Fon
Gazeta da Tarde
Gazeta de Notícias
Jornal do Brasil
Jonal das Moças
O Apostolo
O Globo
O Imparcial
O Malho
O Ouvidor
O Paiz
O Pharol
O Século
O Tempo
Publicador Maranhense
Revista Brasileira
Tagarela

Acervos consultados

Arquivo Histórico do Exército Brasileiro
Biblioteca Digital do Senado Federal (Seção “Obras Raras e Especiais”). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/colecoes/raras_especiais.asp>.
Biblioteca Nacional Brasileira (Seção de “Obras Raras” e “Periódicos”).
Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
Plataforma Digital *JusBrasil*. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/bem-vindo>
Bilioteca do Colégio Militar do Rio de Janeiro